Robert K. Yin

# ESTUDO DE CASO
## Planejamento e Métodos

Segunda edição de um líder de vendas nos Estados Unidos, muito utilizado em inglês também no Brasil, que agora ganha uma tradução de qualidade. A obra inclui uma avaliação do debate entre pesquisa qualitativa e quantitativa (Capítulo 1), novas informações sobre o papel da teoria na realização de bons estudos de caso (Capítulo 2), uma discussão mais extensa da triangulação com fundamento lógico para várias fontes de evidências (Capítulo 4) e a inclusão de modelos lógicos de programa como outra opção analítica (Capítulo 5). Além disso, o texto apresenta muitos exemplos atualizados, incluindo os que tratam do comércio internacional e da economia mundial – tópicos de visibilidade cada vez maior.

**Visite nosso *Web site*: www.bookman.com.br**

ISBN 85-7307-852-9

Robert K. Yin ESTUDO DE CASO Planejamento e Métodos

Bookman

# ESTUDO DE CASO
## Planejamento e Métodos

Robert K. Yin

2ª Edição

# ESTUDO DE CASO

Y51r Yin, Robert K.
Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi – 2.ed. – Porto Alegre : Bookman, 2001.

1. Estudo de caso – Ciências sociais – Método – Planejamento. I. Título.

CDU 301.085

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

ISBN 85-7307-852-9

# ESTUDO DE CASO

## Planejamento e Métodos

**Robert K. Yin**

**2ª Edição**

**Tradução:**
DANIEL GRASSI

**Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição:**
CLÁUDIO DAMACENA
*Doutor em Ciências Econômicas e Empresariais pela Universidade de Córdoba (Espanha)*
*Professor e Pesquisador da Unisinos*

Reimpressão 2004

2001

Obra originalmente publicada sob o título
*Case study research: design and methods*



Tradução autorizada por acordo entre
Sage Publications, Inc. e Artmed Editora Ltda.

Capa
*Joaquim da Fonseca*

Preparação do original
*Denise Weber Nowaczyk*

Supervisão editorial
*Arysinha Jacques Affonso*

Projeto gráfico
Editoração eletrônica
*Roberto Vieira – Armazém Digital*


Av. Jerônimo de Ornelas, 670 - Santana
90040-340 Porto Alegre RS
Fone (51) 3330-3444 Fax (51) 3330-2378



SÃO PAULO
Av. Rebouças, 1073 - Jardins
05401-150 São Paulo SP
Fone (11) 3062-3757* Fax (11) 3062-2487

SAC 0800 703-3444

IMPRESSO NO BRASIL
*PRINTED IN BRAZIL*

Este livro é dedicado a Hans-Lukas Teuber,
que transformou a pesquisa em um objetivo de vida
para todos aqueles que com ele estudaram.

# Apresentação

É um privilégio escrever a Apresentação deste belo livro. Ele apresenta, de forma resumida, um método de pesquisa para a investigação de inferências válidas a partir de eventos que se encontram fora dos limites do laboratório, ao mesmo tempo em que mantém os objetivos do conhecimento compartilhado com a ciência laboratorial.

Cada vez mais estou chegando à conclusão de que a essência do método científico não é a experimentação *per se*, e sim a estratégia conotada pela expressão *hipóteses concorrentes plausíveis*. Tal estratégia pode começar a procurar suas soluções com "evidências" ou pode começar com "hipóteses". Em vez de apresentar essa hipótese ou evidência da maneira da "confirmação" positivista, independente do contexto (ou mesmo da "corroboração" pós-positivista), ela é apresentada em redes ampliadas de implicações que (embora nunca completas) são cruciais à sua avaliação científica.

Essa estratégia compreende a explicitação de outras implicações da hipótese para outros dados disponíveis e a exposição de como eles se correspondem. Também inclui a procura por explicações concorrentes das evidências em foco e a análise de sua plausibilidade. A plausibilidade dessas explicações é geralmente reduzida por uma "extinção de ramificações", ou seja, através da observação de suas outras implicações em conjuntos diferentes de dados e de quão bem elas se ajustam umas às outras. Até onde essas duas tarefas potencialmente intermináveis serão conduzidas vai depender da comunidade científica existente na época da pesquisa e de quais implicações e hipóteses concorrentes plausíveis foram explicitadas. É com essa base de trabalho que as comunidades científicas bem-sucedidas alcançaram um consenso efetivo e progressos cumulativos, mesmo sem terem obtido evidências concretas. Essas características das ciências bem-sucedidas, no entanto, foram grosseiramente

negligenciadas pelos positivistas lógicos e são pouco utilizadas pelas ciências sociais, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

A verificação através de outras implicações e a extinção de ramificações em hipóteses concorrentes também caracterizam aquelas pesquisas que buscam validade nas ciências humanas, incluindo a hermenêutica de Schleiermacher, Dilthey, Hirst, Habermas e os estudos atuais sobre a interpretação dos textos clássicos. Da mesma forma, a estratégia é tão útil para as conjecturas de um historiador sobre um acontecimento específico quanto o é para a elaboração de uma lei natural por um cientista. É trágico que os principais movimentos nas ciências sociais estejam utilizando o termo *hermenêutica* para representar a *desistência* do objetivo de validade e o abandono da disputa sobre aqueles que, afinal de contas, estão com a razão. Assim, juntamente com a abordagem de estudo de caso quantitativa e quase-experimental que Yin nos ensina, nosso arsenal metodológico das ciências sociais também necessita de uma metodologia humanística de estudo de caso que busque a validade e que, ao não fazer uso da quantificação ou de testes de significância, ainda trabalhe sobre as mesmas questões e compartilhe os mesmos objetivos de conhecimento.

Como versões dessa estratégia de hipóteses concorrentes plausíveis, existem dois paradigmas do método experimental que os cientistas sociais talvez queiram seguir. Por hábito, estamos aptos a pensar primeiro no modelo da "atribuição aleatória a tratamentos", oriundo das estações agrícolas de experimentação, dos laboratórios de psicologia, de testes aleatórios de pesquisa médica e farmacêutica e de alguns modelos matemáticos criados pelos estatísticos. A randomização tem por objetivo controlar um número infinito de hipóteses concorrentes *sem especificar em que consistem*. A atribuição aleatória nunca controla completamente essas hipóteses concorrentes, mas as torna "implausíveis" em um determinado grau estimado pelo modelo estatístico.

O outro paradigma, mais antigo do que o primeiro, vem dos laboratórios da física e pode ser resumido pelo "isolamento experimental" e pelo "controle laboratorial". Aqui se encontram as paredes isoladas com chumbo, os controles de pressão, temperatura e umidade, a obtenção de vácuos, e assim por diante. Essa tradição mais antiga é responsável por um número relativamente baixo mas explicitamente especificado de hipóteses concorrentes. Estas jamais são perfeitamente controladas, mas são controladas de uma maneira adequada o suficiente para torná-las implausíveis. Quais hipóteses concorrentes são controladas será resultado das controvérsias em curso na comunidade científica nesse momento. Mais tarde, em retrospecto, poder-se-á perceber que outros controles eram necessários.

A técnica de estudo de caso como apresentada aqui, e a quase-experimentação de forma mais genérica, são mais parecidas com o paradigma do isolamento experimental do que com o modelo da "atribuição aleatória a tratamentos", no qual cada hipótese concorrente deve ser especificada e especi-



ficamente controlada. O grau de certeza ou consenso que a comunidade científica é capaz de alcançar geralmente será menor em ciências sociais aplicadas, devido ao grau inferior de redução da plausibilidade de hipóteses concorrentes que provavelmente seria alcançado. A incapacidade de se reproduzir à vontade (e com variações designadas para excluir hipóteses concorrentes específicas) faz parte do problema. Deveríamos utilizar ao máximo aqueles estudos de caso único (que jamais podem ser reproduzidos), mas deveríamos ficar atentos às oportunidades de realizar estudos de caso intencionalmente reproduzidos.

Dada a experiência de Robert Yin (Ph.D. em psicologia experimental, com várias publicações na área), sua insistência de que o método de estudo de caso seja feito em consonância com os objetivos e os métodos das ciências talvez não seja uma surpresa. Mas esse treinamento e essa escolha de carreira são geralmente acompanhados pela intolerância às ambigüidades provenientes de ambientes fora do laboratório. Gosto de acreditar que essa mudança foi facilitada pela sua pesquisa de laboratório sobre aquele estímulo difícil de se especificar, o rosto do ser humano, e que essa experiência forneceu-lhe uma consciência do importantíssimo papel do padrão e do contexto na obtenção de conhecimento.

Essa experiência valiosa não o impediu de mergulhar por inteiro nos clássicos estudos de caso da ciência social e de se transformar, durante o processo, em um líder da metodologia da ciência social não-laboratorial. Não conheço nenhum texto que se compare a este. Ele atende a uma necessidade de longa data. Estou confiante de que se tornará o texto-padrão nos cursos que ensinam os métodos de pesquisa da ciência social.

DONALD T. CAMPBELL
BETHLEHEM, PENSILVÂNIA

# Prefácio

O estudo de caso há muito foi estereotipado como o "parente pobre" entre os métodos de ciência social. Os pesquisadores que realizam estudos de caso são vistos como se tivessem sido desviados de suas disciplinas acadêmicas, e suas investigações como se tivessem precisão (ou seja, quantificação), objetividade e rigor insuficientes.

Apesar desse estereótipo, os estudos de caso continuam a ser utilizados de forma extensiva em pesquisa nas ciências sociais – incluindo as disciplinas tradicionais (psicologia, sociologia, ciência política, antropologia, história e economia) e as áreas voltadas à prática, como planejamento urbano, administração pública, política pública, ciência da administração, trabalho social e educação. O método também é o modelo freqüente para a pesquisa de teses e dissertações em todas essas disciplinas e áreas. Além disso, os estudos de caso são cada vez mais um lugar-comum até mesmo na pesquisa de avaliação, supostamente a esfera de ação de outros métodos, tais como levantamentos e pesquisa quase-experimental. Tudo isso sugere um paradoxo surpreendente: se o método de estudos de caso apresenta sérias fragilidades, por que os pesquisadores continuam a utilizá-lo?

Uma explicação possível é que algumas pessoas simplesmente não sabem muito mais do que isso e não estão treinados para utilizar métodos alternativos. Contudo, uma leitura cuidadosa dos estudos de caso ilustrativos citados como exemplos ao longo deste livro revelará um grupo distinto de pesquisadores, incluindo alguns poucos que trabalharam como líderes em suas respectivas profissões (veja os QUADROS numerados ao longo do texto e a seção de referência, na qual são fornecidas referências bibliográficas completas). Um segundo argumento apresentado, não tão importante quanto o primeiro, é que as agências federais dos Estados Unidos transformaram os levantamentos e questionários de pesquisa em uma questão perigosa, devido aos procedi-

mentos de liberação necessários. Foi dessa forma que os estudos de caso tor-
naram-se o método preferido. No entanto, as pesquisas patrocinadas pelo
governo federal não predominam nas ciências sociais – e certamente não pre-
dominam na Europa e em outros países – e a natureza das leis federais não
podem ser responsáveis pelo padrão mais amplo das metodologias utilizadas
nas ciências sociais.

Em contraste, este livro apresenta um terceiro argumento – que o estereó-
tipo do método de estudo de caso pode estar equivocado. De acordo com esse
argumento, a contínua relevância do método levanta a possibilidade de que
compreendemos mal seus pontos fortes e fracos e de que é necessária uma
perspectiva diferente. Este livro tenta desenvolver essa perspectiva ao desven-
cilhar o estudo de caso, como ferramenta de pesquisa, do (a) estudo de caso
como ferramenta de ensino, (b) de etnografias e observação participante e (c)
dos métodos "qualitativos". A essência do estudo de caso vai além dessas três
áreas, muito embora possa haver sobreposições com as últimas duas. Dessa
forma, as características verdadeiramente distinguíveis do método de estudo
de caso, ao longo de todas as fases da pesquisa – definição do problema,
delineamento da pesquisa, coleta de dados, análise de dados e composição e
apresentação dos resultados –, são os assuntos tratados.

O objetivo do livro é orientar os pesquisadores e estudantes que estão
tentando realizar estudos de caso como método rigoroso de pesquisa. Dife-
rencia-se de outras publicações na medida em que o planejamento e a análise
do estudo de caso recebem mais atenção do que os tópicos tradicionais da
coleta de dados do estudo de caso. Os dois primeiros receberam pouquíssima
atenção nos textos existentes das ciências sociais, embora criem os maiores
problemas àqueles que estão tentando realizar estudo de caso. Diferencia-se
também na medida em que as referências aos estudos amplamente conheci-
dos em áreas diferentes são descritas individualmente, ilustrando questões
levantadas no livro (veja os QUADROS ao longo do texto). Finalmente, o livro
também mostra seu caráter diferenciado na medida em que está começando a
passar no teste do tempo: a primeira edição (1984) teve oito reimpressões e a
edição revista (1989) teve outras 16.

As idéias contidas neste livro baseiam-se em uma mescla das minhas
próprias pesquisas realizadas nos últimos 20 anos, em cursos de metodologia
de estudo de caso ministrados no Massachusetts Institute of Technology (MIT)
por cinco anos e na American University por três, além de se basearem em
discussões com muitos pesquisadores interessados na pesquisa de estudo de
caso, incluindo Herbert Kaufman (enquanto estava na Brookings Institution),
Alexander George, da Stanford University, Lawrence Susskind, do MIT, Matthew
Miles, do Center for Policy Research, Karen Seashore Louis (enquanto estava
na University of Massachusetts), Elliot Liebow (enquanto estava no National
Institute of Mental Health) e Carol Weiss, da Universidade Harvard. Mais re-
centemente, tive o privilégio de ministrar seminários anuais sob o patrocínio
da Aarhus School of Business, da Dinamarca (e compartilhar algumas impres-



sões com os professores universitários Erik Maaloe, Finn Borum e Erik Albaek). Esses colegas, juntamente com aqueles da RAND Corporation (de 1970 a 1978) e os da COSMOS Corporation (de 1980 até hoje) forneceram-me estímulo, discussões e apoio constantes ao me ajudar na exposição dos vários aspectos da pesquisa de estudo de caso discutidos nesse livro.

Dois revisores anônimos fizeram suas valiosas observações no manuscrito da primeira edição. Todas as três versões do livro (1984, 1989 e a atual) receberam contribuições diretas da contínua e cuidadosa atenção de Leonard Bickman e Debra Rog (editores desta série), de C. Deborah Laughton e da bela equipe da Sage Publications. Sua atenção minuciosa, seu apoio carinhoso e seu estímulo constante fazem com que um autor queira terminar logo um texto e se lançar em um novo desafio na vida. Não obstante, da mesma forma que nas edições anteriores, assumo sozinho a responsabilidade por esta segunda edição.

Naturalmente, as idéias de qualquer pessoa sobre os estudos de caso – e sobre os métodos das ciências sociais de forma mais genérica – devem ter raízes mais profundas, e as minhas retornam às duas disciplinas em que fui treinado: história, na graduação, e psicologia experimental, na pós-graduação. História e historiografia primeiramente despertaram minha consciência em relação à importância da metodologia nas ciências sociais. Essa marca incomparável da psicologia experimental que adquiri no MIT ensinou-me depois que a pesquisa empírica avança somente quando vem acompanhada pelo pensamento lógico, e não quando é tratada como esforço mecanicista. Essa lição acabou se tornando uma questão básica do método de estudo de caso. Dediquei este livro, portanto, a uma pessoa no MIT que me ensinou isso da melhor maneira imaginável, e sob cuja orientação completei uma dissertação sobre o reconhecimento de rosto, embora ele mal poderia reconhecer as semelhanças entre passado e presente, se ainda estivesse vivo hoje.

## NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

A primeira edição deste livro recebeu atenção progressiva daqueles que fazem investigações sociais e psicológicas, pesquisa de avaliação, estudos de política pública e estudos empresariais, administrativos e internacionais. Um desenvolvimento intrigante foi a guinada em direção ao estudo de caso como ferramenta de pesquisa (e não apenas de ensino) por parte das escolas de administração em todo o país. Da mesma forma, pesquisadores de programas internacionais já tinham redescoberto a importância do estudo de caso como uma séria ferramenta de pesquisa. Em geral, pode ter havido uma tendência significante rumo à avaliação da complexidade dos fenômenos organizacionais, para os quais o estudo de caso pode ser o mais adequado método de pesquisa.

Em resposta aos comentários feitos à primeira edição (1984), a edição revista (1989) tentou explicar melhor o importante papel da teoria, tanto ao se planejar estudos de caso quanto ao se generalizar a partir deles. Além disso, foi apresentada uma orientação mais elaborada acerca do problema de se determinar o número de casos que devem ser usados em um estudo de casos múltiplos. Ambas as discussões podem ser encontradas no Capítulo 2. Ainda assim, outra resposta a esses comentários anteriores foi um livro de referência, *Applications of Case Study Research* (1993), que fornece, na prática, exemplos extensivos do método de estudo de caso.

Esta segunda edição atualiza a versão original e a revista, sem copiar nenhum dos exemplos no *Applications*. Em primeiro lugar, o texto integra muitas publicações adicionais, algumas que foram lançadas apenas recentemente. Algumas delas são importantes e tratam diretamente do método de estudo de caso (p.ex., Agranoff & Radin, 1991; Feagin, Orum & Sjoberg, 1991; Hamel, 1992; Platt, 1992a; Stake, 1994; U.S. General Accounting Office, 1990). De menção especial é o artigo de Platt, que reconstitui o desenvolvimento histórico do estudo de caso como método de pesquisa.

Outras publicações importantes tratam de tópicos intimamente relacionados, incluindo métodos qualitativos, adequação aos padrões e escrita e composição (Becker, 1986; Lincoln, 1991; Marshall & Rossman, 1989; Merton, Fiske, & Kendall, 1990; Strauss & Corbin, 1990; Trochim, 1989; Van Maanen, 1988; Wolcott, 1990). Essas publicações ajudaram a elucidar as áreas de contraste e as sobreposições entre o método de estudo de caso e outras estratégias de pesquisas.

Em segundo lugar, o texto dá uma ênfase maior aos exemplos que incluem o mercado mundial e a economia internacional – tópicos de alguma forma mais publicamente valiosos do que antes. Os exemplos aparecem no próprio texto e nas novas ilustrações (veja os QUADROS 5b, 6, 11 e 29). No geral, embora o número de QUADROS pareça ter diminuído em relação à primeira edição, essa observação é falaciosa, pois a primeira edição continha quatro QUADROS que eram na verdade figuras, e não exemplos ilustrativos (as figuras ainda fazem parte do texto, mas agora são figuras rotuladas, e não QUADROS).

Em terceiro lugar, o texto tenta explicar diversas questões de forma ainda mais completa. Incluem-se nessas questões (a) a discussão expandida do debate acirrado sobre a avaliação entre pesquisa qualitativa e quantitativa (Capítulo 1), (b) mais sobre o desenvolvimento da teoria (Capítulo 2), (c) clarificação dos cinco níveis de questões (Capítulo 3), (d) uma nova distinção entre unidades de coleta de dados e unidades de planejamento (Capítulo 3), (e) uma comparação mais refinada dos seis pontos fortes e fracos das fontes de dados, (f) uma discussão mais extensiva sobre triangulação como fundamento lógico para fontes múltiplas de evidências (Capítulo 4), (g) o uso de modelos lógicos de programas como estratégia analítica, (h) orientação adicional sobre a condução de análises de alta qualidade (Capítulo 5) e um pouco mais sobre (i) as estruturas de escrita e (j) escrita e reescrita (Capítulo 6). Em resumo, a atualização atingiu cada capítulo de uma maneira ou de outra, embora sob muitos outros aspectos o livro não tenha sido alterado.



Uma alteração final e importante foi uma articulação mais detalhada da definição geral de estudos de caso. Nas versões anteriores, considerava-se que os estudos de caso possuíam três características, a presente edição (Capítulo 1) identifica duas características adicionais que estavam implícitas, mas não claramente numeradas nas edições precedentes. Essa definição mais articulada deve levar a uma melhor compreensão do método de estudo de caso como ferramenta de pesquisa.

Gostaria de encerrar esta nota expressando meus agradecimentos a todos os pesquisadores novatos e experientes que realizaram pesquisa de estudo de caso nos últimos 10 anos. Certamente existem mais pessoas como vocês, e coletivamente espero que estejamos fazendo um trabalho melhor do que realmente teríamos feito há 10 anos. No entanto, o desafio de inovar e avançar significativamente nossa ciência ainda continua. A presente atualização apenas reflete alterações incrementais. O avanço desejado transformaria ainda mais a pesquisa de estudo de casos em um lugar-comum e, ao mesmo tempo, elevaria sua qualidade a um patamar inquestionável.

# Sumário

capítulo

# Introdução

O estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais. Experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos (como em estudos de economia) são alguns exemplos de outras maneiras de se realizar pesquisa. Cada estratégia apresenta vantagens e desvantagens próprias, dependendo basicamente de três condições: a) o tipo de questão da pesquisa; b) o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; c) o foco em fenômenos históricos, em oposição a fenômenos contemporâneos.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Pode-se complementar esses estudos de casos "explanatórios" com dois outros tipos – estudos "exploratórios" e "descritivos". Independentemente do tipo de estudo de caso, os pesquisadores devem ter muito cuidado ao projetar e realizar estudos de casos a fim de superar as tradicionais críticas que se faz ao método.

## O ESTUDO DE CASO COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Este livro trata do planejamento e da condução de estudos de caso *para fins de pesquisa*. Como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, nas quais se incluem:

- política, ciência política e pesquisa em administração pública;
- sociologia e psicologia comunitária;
- estudos organizacionais e gerenciais;

- pesquisa de planejamento regional e municipal, como estudos de plantas, bairros ou instituições públicas;
- supervisão de dissertações e teses nas ciências sociais – disciplinas acadêmicas e áreas profissionais como administração empresarial, ciência administrativa e trabalho social.

Este livro abrange as características distintivas da estratégia de estudos de caso comparadas a outros tipos de pesquisa. Lida, de forma muito importante, com o planejamento, a análise e a exposição de idéias – e não apenas com o foco mais tradicional da coleta de dados ou do trabalho de campo.

O objetivo geral do livro é ajudar os pesquisadores a lidar com algumas das questões mais difíceis que são comumente negligenciadas pelos textos de pesquisa disponíveis. Com muita freqüência, por exemplo, o autor se viu frente a frente com um estudante ou um colega de profissão que lhe perguntou:

a) como definir um caso que está sendo estudado;
b) como determinar os dados relevantes que devem ser coletados;
c) o que deveria ser feito com os dados após a coleta.

Espera-se que esse livro consiga responder a essas questões.

O livro, no entanto, não trata de todos os usos do estudo de caso. Não é seu objetivo, por exemplo, ajudar aqueles que procuram utilizar os estudos de caso como recursos de ensino, popularizados nos campos do direito, da administração, da medicina ou da política pública (veja Llewellyn, 1948; Stein, 1952; Towl, 1969; Windsor & Greanias, 1983), mas agora predominantes em todas as áreas acadêmicas, incluindo as ciências naturais. Para fins de ensino, um estudo de caso não precisa conter uma interpretação completa ou acurada; em vez disso, seu propósito é estabelecer uma estrutura de discussão e debate entre os estudantes. Os critérios para se desenvolver bons casos para ensino – cuja variedade, em geral, é de caso único e não de casos múltiplos – são bem diferentes dos critérios para se realizar pesquisa (p.ex., Caulley & Dowdy, 1987). Os estudos de caso que se destinam ao ensino não precisam se preocupar com a apresentação justa e rigorosa dos dados empíricos; os que se destinam à pesquisa precisam fazer exatamente isso.

De forma similar, não é objetivo deste livro abranger aquelas situações em que os casos são utilizados como forma de se manter registros. Registros médicos, arquivos de trabalho social e outros registros de caso são utilizados para facilitar a prática, na medicina, no direito ou no trabalho social. Novamente, os critérios para se desenvolver bons casos para a utilização prática são diferentes dos critérios usados para se projetar estudos de casos para a pesquisa.

Em contraste, o fundamento lógico para este livro é que os estudos de caso estão sendo cada vez mais utilizados como ferramenta de pesquisa (p.ex., Hamel, 1992; Perry & Kraemer, 1986) e que você – que pode ser um cientista social experiente ou principiante – gostaria de saber como planejar e conduzir estudos de caso único ou de casos múltiplos para investigar um objeto de pesquisa. O livro concentra-se fortemente no problema de se projetar e analisar estudos de caso e não é meramente um guia para a coleta de evidências. Sob tal aspecto, a obra preenche uma lacuna na metodologia das ciências sociais, dominada por textos sobre "métodos de campo", que oferecem poucas diretrizes de como se iniciar um estudo de caso, como analisar os dados ou mesmo como minimizar os problemas de composição do relatório do estudo. Esse texto trabalha com todas as fases de planejamento, coleta, análise e apresentação dos resultados.



Como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Não surpreendentemente, o estudo de caso vem sendo uma estratégia comum de pesquisa na psicologia, na sociologia, na ciência política, na administração, no trabalho social e no planejamento (Yin, 1983). Pode-se encontrar estudos de caso até mesmo na economia, em que a estrutura de uma determinada indústria, ou a economia de uma cidade ou região, pode ser investigada através do uso de um projeto de estudo de caso. Em todas essas situações, a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

## COMPARANDO ESTUDOS DE CASO COM OUTRAS ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

Quando e por que você desejaria realizar estudos de caso sobre algum tópico? Deveria pensar em fazer um experimento no local? Um levantamento? Uma pesquisa histórica? Uma análise de arquivos feita por computador, tais como históricos escolares?

Essas e outras escolhas representam estratégias de pesquisa diferentes (a discussão seguinte enfoca somente cinco escolhas, mas não tenta catalogar nenhuma delas). Cada uma dessas estratégias representa uma maneira diferente de se coletar e analisar provas empíricas, seguindo sua própria lógica. E cada uma apresenta suas próprias vantagens e desvantagens. Para obter o máximo de uma estratégia de estudo de caso, você precisa conhecer essas diferenças.

Uma interpretação equivocada muito comum é a que as diversas estratégias de pesquisa devem ser dispostas hierarquicamente. Ensinaram-nos a acreditar que os estudos de caso eram apropriados à fase exploratória de uma

investigação, que os levantamentos de dados e as pesquisas históricas eram apropriadas à fase descritiva e que os experimentos eram a única maneira de se fazer investigações explanatórias ou causais. A visão hierárquica reforçava a idéia de que os estudos de caso eram apenas uma ferramenta exploratória e não poderiam ser utilizados para descrever ou testar proposições (Platt, 1992a).

Está incorreta, no entanto, essa visão hierárquica. Certamente sempre houve experimentos motivados por razões exploratórias. Além disso, o desenvolvimento de explanações causais sempre representou uma séria preocupação para os historiadores, refletida pelo subcampo conhecido como historiografia. Finalmente, os estudos de caso estão muito longe de serem apenas uma estratégia exploratória. Alguns dos melhores e mais famosos estudos de casos foram descritivos (por exemplo, *Street Corner Society*, de Whyte, 1943/1955; veja QUADRO 1) e explanatórios (veja *Essence of Decision:* ***Explaining the Cuban Missile Crisis***, de Allison, 1971 [grifo nosso]; veja QUADRO 2).

**QUADRO 1**
**Um famoso estudo de caso descritivo**

O livro *Street Corner Society* (1943/1955), de William F. Whyte, foi recomendado por décadas na comunidade sociológica. É um exemplo clássico de um estudo de caso descritivo. Traça a seqüência de eventos interpessoais ao longo do tempo, descreve uma subcultura que raramente foi tópico de estudos anteriores e descobre seus fenômenos-chave – como o avanço profissional dos jovens de baixa renda e sua habilidade (ou incapacidade) de romper os laços da vizinhança.

Apesar de ser um estudo de caso único, que estudava um bairro (Cornerville) e um período de tempo que já tem mais de 50 anos, o estudo foi muito respeitado. O valor do livro está, paradoxalmente, em sua generalização de questões que lidam com o desempenho individual, a estrutura de grupo e a estrutura social dos bairros. Mais tarde, vários pesquisadores encontraram, de forma recorrente, vestígios de Cornerville em seus trabalhos, embora tenham estudado bairros e períodos de tempo diferentes.



**QUADRO 2**
**Um estudo de caso explanatório**

Mesmo um estudo de caso único pode ser freqüentemente utilizado para perseguir um propósito explanatório e não apenas exploratório (ou descritivo). O objetivo do analista deveria ser propor explanações concorrentes para o mesmo conjunto de eventos e indicar como essas explanações podem ser aplicadas a outras situações.

Essa estratégia foi utilizada por Graham Allison em *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis* (1971). O caso único é um confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética devido à instalação de mísseis de ataque em Cuba. Allison propõe três modelos ou teorias concorrentes para explicar o curso dos acontecimentos, incluindo respostas a três questões-chave: por que a União Soviética instalou mísseis de ataque (e não apenas de defesa) em Cuba em primeiro lugar, por que os Estados Unidos responderam à colocação dos mísseis com um bloqueio (e não com ataque aéreo ou invasão) e por que a União Soviética acabou retirando seus mísseis. Ao comparar cada teoria com o curso real dos acontecimentos, Allison desenvolve a melhor explanação para esse tipo de crise.

Allison sugere que essa explanação é aplicável a outras situações, estendendo dessa forma a utilidade de seu estudo de caso único. Com isso, ele cita o envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã, a disputa nuclear de forma mais genérica e o término das guerras entre nações em outras situações para as quais a teoria pode oferecer uma explicação útil.

A visão mais apropriada dessas estratégias diferentes é pluralística. Pode-se utilizar cada estratégia por três propósitos – exploratório, descritivo ou explanatório. Deve haver estudos de caso exploratórios, descritivos ou explanatórios (Yin, 1981a, 1981b). Também deve haver experimentos exploratórios, descritivos e explanatórios. O que diferencia as estratégias não é essa hierarquia, mas três outras condições, discutidas a seguir. Não obstante, isso não implica que os limites entre as estratégias – ou as ocasiões em que cada uma é usada – sejam claros e bem-delimitados. Muito embora cada estratégia tenha suas características distintas, há grandes áreas de sobreposições entre elas (p.ex., Sieber, 1973). O objetivo é evitar desajustes exagerados – isto é, quando você estiver planejando utilizar um tipo de estratégia e perceber que outro é mais vantajoso em seu lugar.

## Quando utilizar cada estratégia

As três condições consistem (a) no tipo de questão de pesquisa proposto, (b) na extensão de controle que o pesquisador tem sobre eventos comportamentais efetivos e (c) no grau de enfoque em acontecimentos históricos em oposição a acontecimentos contemporâneos. A Figura 1.1 apresenta essas três condições e mostra como cada uma se relaciona às cinco estratégias de pesquisa principais nas ciências sociais: experimentos, levantamentos, análise de arquivos, pesquisas históricas e estudos de caso. A importância de cada condição, ao se fazer a distinção entre as cinco estratégias, é discutida a seguir.

*Tipos de questões de pesquisa (Figura 1.1, coluna 1)*. A primeira condição trata da(s) questão(ões) da pesquisa (Hedrick, Bickman, & Rog, 1993). Um esquema básico de categorização para os tipos de questão pode ser representado pela conhecida série: "quem", "o que*", "onde", "como" e "por que".

| estratégia | forma da questão de pesquisa | exige controle sobre eventos comportamentais? | focaliza acontecimentos contemporâneos? |
|---|---|---|---|
| experimento | como, por que | sim | sim |
| levantamento | quem, o que, onde, quantos, quanto | não | sim |
| análise de arquivos | quem, o que, onde, quantos, quanto | não | sim/não |
| pesquisa histórica | como, por que | não | não |
| estudo de caso | como, por que | não | sim |

**Figura 1.1** Situações relevantes para diferentes estratégias de pesquisa.
FONTE: COSMOS Corporation

*N. de T. "What", no original. O termo também pode ser traduzido por "qual" ou "quais".



Se as questões da pesquisa salientam apenas questões do tipo "o que", surgem duas possibilidades. Primeiro, alguns tipos de questões "o que" são exploratórias, como esta: "O que pode ser feito para tornar as escolas mais eficazes?" Esse tipo de questão é um fundamento lógico justificável para se conduzir um estudo exploratório, tendo como objetivo o desenvolvimento de hipóteses e proposições pertinentes a inquirições adicionais. Entretanto, como estudo exploratório, qualquer uma das cinco estratégias de pesquisa pode ser utilizada – por exemplo, um levantamento exploratório, um experimento exploratório ou um estudo de caso exploratório. O segundo tipo de questões "o que" é, na verdade, uma forma de investigação na linha "quanto" ou "quantos" – por exemplo, "Quais foram os resultados de uma determinada reorganização administrativa?" É mais provável que a identificação de tais resultados favorecerá as estratégias de levantamento de dados ou de análise de arquivos do que qualquer outra. Por exemplo, um levantamento pode ser facilmente projetado para enumerar os "o ques", ao passo que um estudo de caso não seria uma estratégia vantajosa nesse caso.

De forma similar, como esse segundo tipo de questão "o que", é mais provável que questões do tipo "quem" ou "onde" (ou seus derivados – "quantos" e "quanto") favoreceram estratégias de levantamento de dados ou análise de registros arquivais, como na pesquisa econômica. Tais estratégias são vantajosas quando o objetivo da pesquisa for descrever a incidência ou a predominância de um fenômeno ou quando ele for *previsível* sobre certos resultados. A investigação de atitudes políticas predominantes (nas quais um levantamento ou uma pesquisa de opinião pode ser a estratégia favorecida) ou da disseminação de uma doença como a AIDS (em que uma análise das estatísticas de saúde pode ser a estratégia favorecida) seriam os exemplos típicos.

Em contraste, questões do tipo "como" e "por que" são mais *explanatórias*, e é provável que levem ao uso de estudos de casos, pesquisas históricas e experimentos como estratégias de pesquisa escolhidas. Isso se deve ao fato de que tais questões lidam com ligações operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências. Assim, se você deseja saber como uma comunidade conseguiu impedir com sucesso a construção de uma auto-estrada (veja Lupo *et al.*, 1971), seria pouco provável que você confiasse em um levantamento de dados ou em um exame de arquivos; seria melhor fazer uma pesquisa histórica ou um estudo de caso. Da mesma forma, se você deseja saber por que os circundantes não conseguiram relatar situações perigosas sob certas condições, você poderia projetar e conduzir uma série de experimentos (veja Latané & Darley, 1969).

Vamos considerar outros dois exemplos. Se você estivesse investigando "quem" participou de um determinado tumulto em uma região e "quanto" dano foi causado nesse tumulto, você poderia fazer um levantamento entre os residentes do local, examinar os registros do negócio (uma análise de arquivos) ou conduzir um levantamento de campo na área em que ocorreu o tumulto. Em contraste, se você quisesse saber "por que" aconteceram os tumul-

tos, teria que esquematizar uma série mais abrangente de informações documentárias, ao mesmo tempo em que realizasse algumas entrevistas; se você focasse sua investigação em questões do tipo "como" em mais de uma cidade, provavelmente estaria realizando um estudo de casos múltiplos.

Da mesma forma, se você quisesse saber "o que" o governo realmente fez após anunciar um novo programa, poderia responder a essa questão tão freqüente realizando um levantamento ou examinando dados econômicos, dependendo do tipo de programa envolvido. Considere as seguintes questões: quantos clientes o programa beneficiou? Que tipos de benefícios foram concedidos? Qual a freqüência com quem se produziram benefícios diferentes? Poder-se-ia responder a todas essas perguntas sem se fazer um estudo de caso. Mas se você precisasse saber "como" ou "por que" o programa funcionou (ou não), teria que dirigir-se ou para o estudo de caso ou para um experimento de campo.

Algumas perguntas do tipo "como" ou "por que" são ambivalentes e necessitam de esclarecimentos. Pode-se explicar "como" e "por que" Bill Clinton foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1992 através de um levantamento ou de um estudo de caso. O levantamento poderia examinar os padrões de votação, mostrando que a grande maioria dos votos dada a Ross Perot veio de partidários do então presidente George Bush, e isso poderia responder satisfatoriamente às questões como e por que. Por outro lado, o estudo de caso poderia examinar como Bill Clinton conduziu sua campanha a fim de alcançar a indicação necessária para se candidatar e manipular a opinião pública a seu favor. O estudo daria conta do papel potencialmente proveitoso da fraca economia americana no início da década de 90 ao negar o apoio à chapa Bush-Quayle como candidatos. Essa abordagem também seria uma maneira aceitável de responder às questões "como" e "por que", mas seria diferente do estudo realizado a partir de um levantamento.

Para resumir, a primeira e mais importante condição para se diferenciar as várias estratégias de pesquisa é identificar nela o tipo de questão que está sendo apresentada. Em geral, questões do tipo "o que" podem ser tanto exploratórias (em que se poderia utilizar qualquer uma das estratégias) ou sobre predominância de algum tipo de dado (em que se valorizaria levantamentos ou análises de registros em arquivo). É provável que questões "como" e "por que" estimulassem o uso de estudos de caso, experimentos ou pesquisas históricas.

Definir as questões da pesquisa é provavelmente o passo mais importante a ser considerado em um estudo de pesquisa. Assim, deve-se reservar paciência e tempo suficiente para a realização dessa tarefa. A chave é compreender que as questões de uma pesquisa possuem *substância* – por exemplo, "sobre o que é o meu estudo?" – e *forma* – por exemplo, "estou fazendo uma pergunta do tipo 'quem', 'o que', 'por que' ou 'como'?". Outras questões detiveram-se em detalhes substancialmente importantes (veja Campbell, Daft & Hulin, 1982); o ponto-chave da discussão anterior é que a forma de uma questão fornece uma chave importante para se traçar a estratégia de pesquisa que será adotada. Lembre-se das grandes áreas de sobreposição entre as es-



tratégias, de forma que, para algumas questões, pode realmente existir uma escolha efetiva entre uma ou outra estratégia. Lembre-se, finalmente, de que pode haver uma predisposição de sua parte para buscar uma estratégia em particular independentemente da questão do estudo. Se for assim, certifique-se de criar a forma de questão do estudo que melhor se enquadre na estratégia que você está pensando em adotar em primeiro lugar.

*Abrangência do controle sobre eventos comportamentais (Figura 1.1, coluna 2) e grau de enfoque em acontecimentos históricos em oposição a acontecimentos contemporâneos (Figura 1.1, coluna 3)*. Assumindo-se que questões do tipo "como" e "por que" devam ser o foco do estudo, uma distinção adicional entre pesquisa histórica, estudo de caso e experimento torna-se a abrangência do controle que o pesquisador tem sobre eventos comportamentais efetivos e o acesso a eles. As pesquisas históricas representam a estratégia escolhida quando realmente não existe controle ou acesso. Assim, a contribuição distintiva do método histórico está em lidar com o passado "morto" – isto é, quando nenhuma pessoa relevante ainda está viva para expor, mesmo em retrospectiva, o que aconteceu, e quando o pesquisador deve confiar, como fonte principal de evidências, em documentos primários, secundários e artefatos físicos e culturais. Pode-se, naturalmente, fazer pesquisas históricas sobre acontecimentos contemporâneos; nessa situação, a estratégia começa a se sobrepor à estratégia do estudo de caso.

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal.

Finalmente, são realizados experimentos quando o pesquisador pode manipular o comportamento direta, precisa e sistematicamente. Isso pode ocorrer em um laboratório, no qual o experimento pode focar uma ou duas variáveis isoladas (e presume que o ambiente de laboratório possa "controlar" todas as variáveis restantes além do escopo de interesse), ou pode ocorrer em um campo, onde surgiu o termo *experimento social* para se ocupar da pesquisa em que os pesquisadores "tratam" grupos inteiros de pessoas de maneiras diferentes, como lhes fornecer tipos diferentes de documentação comprobatória (Boruch, a ser lançado). Novamente os métodos se sobrepõem. A ampla variedade de ciências experimentais também inclui aquelas situações em que o experimentador não pode manipular o comportamento (veja Blalock, 1961; Campbell & Stanley,

1966; Cook & Campbell, 1979), mas nas quais a lógica do planejamento expe-
rimental ainda pode ser aplicada. Essas situações foram comumente denomina-
das situações quase-experimentais. Pode-se até mesmo utilizar a abordagem
quase-experimental em um cenário histórico, no qual, por exemplo, o pesquisa-
dor pode se interessar pelo estudo de linchamentos ou manifestações raciais
(veja Spilerman, 1971) e pode utilizar um planejamento quase-experimental
porque não é possível se obter controle sobre eventos comportamentais.

*Resumo*. Podemos identificar algumas situações em que todas as estraté-
gias de pesquisa podem ser relevantes (tais como pesquisa exploratória), e ou-
tras situações em que se pode considerar duas estratégias de forma igualmente
atraente (por exemplo, como e por que Bill Clinton foi eleito). Também pode-
mos utilizar mais de uma estratégia em qualquer estudo dado (por exemplo,
um levantamento em um estudo de caso ou um estudo de caso em um levanta-
mento). Até esse ponto, as várias estratégias não são mutuamente exclusivas.
Mas podemos também identificar algumas situações em que uma estratégia
específica possui uma vantagem distinta. Para o *estudo de caso*, isso ocorre quando

- faz-se uma questão do tipo "como" ou "por que" sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle.

Determinar as questões mais significantes para um determinado tópico e
obter alguma precisão na formulação dessas questões exige muita preparação.
Uma maneira é revisar a literatura já escrita sobre aquele tópico (Cooper, 1984).
Observe que essa revisão de literatura é, portanto, um meio para se atingir uma
finalidade, e não – como pensam muitos estudantes – uma finalidade em si. Os
pesquisadores iniciantes acreditam que o propósito de uma revisão de literatu-
ra seja determinar as *respostas* sobre o que se sabe a respeito de um tópico; não
obstante, os pesquisadores experientes analisam pesquisas anteriores para de-
senvolver *questões* mais objetivas e perspicazes sobre o mesmo tópico.

## Preconceitos tradicionais em relação à estratégia de estudo de caso

Embora o estudo de caso seja uma forma distintiva de investigação empírica,
muitos pesquisadores demonstram um certo desprezo para com a estratégia.
Em outras palavras, como esforço de pesquisa, os estudos de caso vêm sendo
encarados como uma forma menos desejável de investigação do que experi-
mentos ou levantamentos. Por quê?

Talvez a maior preocupação seja a falta de rigor da pesquisa de estudo de
caso. Por muitas e muitas vezes, o pesquisador de estudo de caso foi negligen-



te e permitiu que se aceitassem evidências equivocadas ou visões tende-
sas para influenciar o significado das descobertas e das conclusões.

Também existe a possibilidade de que as pessoas tenham confundido o ensino do estudo de caso com a pesquisa do estudo de caso. No ensino, a matéria-prima do estudo de caso pode ser deliberadamente alterada para ilustrar uma determinada questão de forma mais efetiva. Na pesquisa, qualquer passo como esse pode ser terminantemente proibido. Cada pesquisador de estudo de caso deve trabalhar com afinco para expor todas as evidências de forma justa, e este livro o ajudará a fazer isso. O que freqüentemente se esquece é que o preconceito também pode ser inserido no procedimento dos experimentos (veja Rosenthal, 1966) e do uso de outras estratégias de pesquisa, como o planejamento de questionários de pesquisas (Sudman & Bradburr, 1982) ou a condução de pesquisa histórica (Gottschalk, 1968). Não são problemas diferentes, mas, na pesquisa de estudo de caso, são problemas freqüentemente encontrados e pouco superados.

Uma segunda preocupação muito comum em relação aos estudos de caso é que eles fornecem pouca base para se fazer uma generalização científica. "Como você pode generalizar a partir de um caso único" é uma questão muito ouvida. A resposta não é muito simples (Kennedy, 1976). Entretanto, pense, no momento, que a mesma questão tenha sido feita em relação a um experimento: "Como você pode generalizar a partir de um único experimento?" Na verdade, fatos científicos raramente se baseiam em experimentos únicos; baseiam-se, em geral, em um conjunto múltiplo de experimentos, que repetiu o mesmo fenômeno sob condições diferentes. Pode-se utilizar a mesma técnica com estudos de casos múltiplos, mas exige-se um conceito diferente dos projetos de pesquisa apropriados; essa discussão é apresentada em detalhes no Capítulo 2. Uma resposta muito breve é que os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma "amostragem", e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar freqüências (generalização estatística). Ou, como descrevem três notáveis cientistas sociais em seu estudo de caso *único*, o objetivo é fazer uma análise "generalizante" e não "particularizante" (Lipset, Trow, & Coleman, 1956, p. 419-420).

Uma terceira reclamação freqüente que se faz ao estudo de caso é que eles demoram muito, e resultam em inúmeros documentos ilegíveis. Essa queixa pode até ser procedente, dada a maneira como se realizaram estudos de caso no passado (p.ex., Feagin, Orum, & Sjoberg, 1991), mas não representa, necessariamente, a maneira como os estudos de caso serão conduzidos no futuro. O Capítulo 6 discute alternativas para se escrever estudo de caso – incluindo aquelas em que se pode evitar totalmente as maçantes narrativas tradicionais. Nem os estudos de caso precisam demorar muito tempo. Isso confunde incorretamente a estratégia de estudo de caso com um método específico de coleta de dados, como etnografia ou observação participante. A etnografia em

geral exige longos períodos de tempo no "campo" e enfatiza evidências observacionais detalhadas. A observação participante pode não exigir a mesma quantidade de tempo, mas ainda presume um investimento pesado de esforços no campo. Em contraste, os estudos de caso são uma forma de inquirição que *não* depende exclusivamente dos dados etnográficos ou de observadores participantes. Poder-se-ia até mesmo realizar um estudo de caso válido e de alta qualidade sem se deixar a biblioteca e se largar o telefone, dependendo do tópico que está sendo utilizado.

Apesar do fato de que essas preocupações comuns possam ser tranqüilizadas, como foi feito acima, uma lição maior que se pode tirar ainda é que bons estudos de caso são muito difíceis de serem realizados. O problema é que temos poucas maneiras de filtrar ou testar a capacidade de um pesquisador de realizá-los. As pessoas sabem quando elas não dominam a arte de fazer música; também sabem quando não se dão bem em matemática; e podem ser testadas em outras habilidades, como no "exame da Ordem"* no Direito. De alguma forma, as habilidades necessárias para se fazer bons estudos de caso ainda não foram muito bem definidas, e, por conseguinte,

> a maioria das pessoas tem a impressão de que podem preparar um estudo de caso, e quase todos nós acreditamos que entendemos um estudo. Como nenhuma das duas impressões é bem-fundamentada, o estudo de caso recebe uma boa parcela de aprovação que não merece. (Hoaglin, Light, McPeek, Mosteller, & Stoto, 1982, p. 134)

Esta citação vem de um livro escrito por cinco *estatísticos* de destaque. De forma surpreendente, eles reconhecem o desafio que há por trás da realização de um estudo de caso, mesmo pertencendo a outra área.

## TIPOS DIFERENTES DE ESTUDOS DE CASO, MAS UMA DEFINIÇÃO COMUM

Avançamos até aqui sem uma definição formal de estudos de caso. Além disso, questões freqüentemente levantadas sobre o assunto permaneceram sem resposta. Por exemplo, ainda se caracteriza como estudo de caso quando mais de um caso é incluído no mesmo estudo? Os estudos de caso excluem o uso de provas quantitativas? Podem-se utilizar estudos de caso para se fazer avaliações? Eles podem utilizar narrativas jornalísticas? Vamos tentar agora definir a estratégia de estudo de caso e responder a essas perguntas.

*N. de T. *Bar examination*, no original. Nos Estados Unidos, é o exame ao qual o recém-formado em Direito precisa se submeter para começar a exercer a advocacia. Equivaleria, no Brasil, ao exame realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil.



### Definição do estudo de caso como estratégia de pesquisa

As definições encontradas com mais freqüência dos estudos de caso apenas repetiram os tipos de tópicos aos quais os estudos foram aplicados. Por exemplo, nas palavras de um observador,

> a essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma *decisão* ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados. (Schramm, 1971, grifo nosso)

Logo, essa definição cita o tópico das "decisões" como foco principal dos estudos de caso. De forma similar, foram listados outros tópicos, a saber, "indivíduos", "organizações", "processos", "programas", "bairros", "instituições" e mesmo "eventos". No entanto, citar o tópico é certamente insuficiente para estabelecer a definição necessária.

Como alternativa, muitos livros-texto de ciências sociais não obtiveram êxito na tentativa de encarar o estudo de caso como uma estratégia formal de pesquisa (a principal exceção é um livro de autoria de cinco estatísticos da Universidade Harvard – Hoaglin *et al.*, 1982). Como discutido anteriormente, uma falha comum era considerar o estudo de caso como o estágio exploratório de algum outro tipo de estratégia de pesquisa, e o estudo de caso em si era apenas mencionado em uma ou duas linhas do texto.

Outra falha comum era confundir os estudos de caso com os estudos etnográficos (Fetterman, 1989) ou com a observação participante (Jorgensen, 1989), de forma que uma presumível discussão dos estudos de caso promovida por um livro-texto era, na realidade, uma descrição tanto do método etnográfico ou da observação participante como da técnica de coleta de dados. Os textos contemporâneos mais populares (p.ex., Kidder & Judd, 1986; Nachmias & Nachmias, 1992), na verdade, ainda tratam o "trabalho de campo" apenas como uma técnica de coleta de dados e omitem qualquer discussão adicional acerca dos estudos de caso.

Em uma visão histórica do estudo de caso no pensamento metodológico americano, Jennifer Platt (1992a) explica as razões para esses tratamentos. Ela encontra a origem das práticas de realização de estudos de caso na condução de histórias de vida, no trabalho da escola Chicago de sociologia e nos estudos das circunstâncias pessoais de famílias e indivíduos no trabalho social. Dessa forma, Platt mostra como a observação participante surgiu como técnica de coleta de dados, deixando em suspenso a definição adicional de qualquer estratégia distintiva de estudo de caso. Finalmente, ela explica como a primeira edição deste livro (1984) dissociou em definitivo a estratégia do estudo de caso das perspectivas limitadas de se realizar observação participante (ou qualquer tipo de trabalho de campo). A estratégia de estudo de caso, nas

dela, começa com "uma lógica de planejamento... uma estratégia que deve ser priorizada quando as circunstâncias e os problemas de pesquisa são apropriados, em vez de um comprometimento ideológico que deve ser seguido não importando quais sejam as circunstâncias" (Platt, 1992a, p. 46).

E qual é essa lógica de planejamento? As características tecnicamente importantes já tinham apresentado resultado antes da primeira edição deste livro (Yin, 1981a, 1981b), mas agora podem ser expostas novamente de duas maneiras. Primeiro, a definição técnica começa com o escopo de um estudo de caso:

1. *Um estudo de caso é uma investigação empírica que*
   - investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando
   - os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Em outras palavras, você poderia utilizar o método de estudo de caso quando deliberadamente quisesse lidar com condições contextuais – acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo. Logo, essa primeira parte de nossa lógica de planejamento nos ajuda a entender os estudos de caso sem deixar de diferenciá-la de outras estratégias de pesquisa que já foram discutidas.

Por exemplo, um experimento deliberadamente separa um fenômeno de seu contexto, de forma que se pode dedicar alguma atenção apenas a algumas variáveis (em geral, o contexto é "controlado" pelo ambiente de laboratório). Em comparação, uma pesquisa histórica lida com situações emaranhadas entre fenômeno e contexto, mas em geral com acontecimentos *não*-contemporâneos. Finalmente, os levantamentos podem até tentar dar conta de fenômeno e contexto, mas sua capacidade de investigar o contexto é extremamente limitada. O elaborador do levantamento, por exemplo, esforça-se ao máximo para limitar o número de variáveis a serem analisadas (e, por conseguinte, o número de questões que pode ser feito) a fim de se manter seguramente dentro do número de respondentes participantes do levantamento.

Em segundo lugar, uma vez que fenômeno e contexto não são sempre discerníveis em situações da vida real, um conjunto de outras características técnicas, como a coleta de dados e as estratégias de análise de dados, tornam-se, no momento, a segunda parte de nossa definição técnica:

2. *A investigação de estudo de caso*
   - enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado,
   - baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado,
   - beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.



Em outras palavras, o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados. Nesse sentido, o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si (Stoecker, 1991), mas uma estratégia de pesquisa abrangente[1]. A maneira como a estratégia é definida e implementada constitui, na verdade, o tópico do livro inteiro.

Algumas outras características da estratégia do estudo de caso não são tão importantes para se planejar a estratégia, mas podem ser consideradas variações dentro da pesquisa do estudo de caso e também apresentam respostas a questões comuns.

## Variações dentro dos estudos de caso como estratégia de pesquisa

Sim, a pesquisa de estudo de caso pode incluir tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos. Embora algumas áreas, como ciência política e administração pública, tentaram delinear uma linha bem-delimitada entre essas duas abordagens (e utilizaram termos como *método de caso comparativo* como forma de distinção de estudos de casos múltiplos; veja Agranoff & Radin, 1991; George, 1979; Lijphart, 1975), estudos de caso único e casos múltiplos, na realidade, são nada além do que duas variantes dos projetos de estudo de caso (veja o Capítulo 2 para saber mais).

E sim, os estudos de caso podem incluir as, e mesmo ser limitados às, evidências quantitativas. Na verdade, o contraste entre evidências quantitativas e qualitativas não diferencia as várias estratégias de pesquisa. Observe que, como exemplos análogos, alguns experimentos (como estudos de percepções psicológicas) e algumas questões feitas em levantamentos (como aquelas que buscam respostas numéricas em vez de respostas categóricas) têm como base evidências qualitativas, e não quantitativas. Da mesma maneira, a pesquisa histórica pode incluir enormes quantidades de evidências quantitativas.

Uma observação muito importante relacionada a isso é que a estratégia de estudo de caso não deve ser confundida com "pesquisa qualitativa" (veja Schwartz & Jacobs, 1979; Strauss & Corbin, 1990; Van Maanen, 1988; Van Maanen, Dabbs, & Faulkner, 1982). Algumas pesquisas qualitativas seguem métodos etnográficos e buscam satisfazer duas condições:

a) o uso que o pesquisador faz de observações detalhadas e minuciosas do mundo natural;
b) a tentativa de se evitar comprometimentos anteriores a qualquer modelo teórico (Jacob, 1987, 1989; Lincoln & Guba, 1986; Stake, 1983; Van Maanen *et al.*, 1982, p. 16).

A pesquisa etnográfica, no entanto, nem sempre produz estudos de caso (por exemplo, veja as breves notas etnográficas em G. Jacobs, 1970), nem os estudos de caso estão limitados a essas duas condições. Em vez disso, pode-se basear o estudo de caso em qualquer mescla de provas quantitativas e qualitativas. Ademais, nem sempre eles precisam incluir observações diretas e detalhadas como fonte de provas.

Como observação adicional, alguns pesquisadores fazem uma distinção entre pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa – não com base no tipo de evidência, mas com base em crenças filosóficas totalmente diferentes (p.ex., Guba & Lincoln, 1989; Lincoln, 1991, Sechrest, 1991; Smith & Heshusius, 1986). Essas distinções produziram um debate acirrado no campo da pesquisa de avaliação. Embora algumas pessoas acreditem que tais crenças filosóficas sejam incompatíveis, ainda se pode apresentar um contra-argumento – que independentemente de se favorecer a pesquisa qualitativa ou quantitativa, há uma grande e importante área comum entre as duas (Yin, 1994).

E sim, os estudos de caso têm um lugar de destaque na pesquisa de avaliação (veja Cronbach *et al.*, 1980, Guba & Lincoln, 1981; Patton, 1980; U.S. General Accounting Office, 1990; Yin, 1993, cap. 4). Há, no mínimo, cinco aplicações diferentes. A mais importante é *explicar* os vínculos causais em intervenções da vida real que são complexas demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos. Na linguagem da avaliação, as explanações uniriam a implementação do programa com os efeitos do programa (U.S. General Accounting Office, 1990). Uma segunda aplicação é *descrever* uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre. Em terceiro lugar, os estudos de caso podem *ilustrar* certos tópicos dentro de uma avaliação, outra vez de um modo descritivo – mesmo de uma perspectiva jornalística. A quarta aplicação é que a estratégia de estudo de caso pode ser utilizada para *explorar* aquelas situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados. Em quinto lugar, o estudo de caso pode ser uma "*meta-avaliação*" – o estudo de um estudo de avaliação (N. Smith, 1990; Stake, 1986). Qualquer que seja a aplicação, um tema constante é que os patrocinadores do programa – no lugar apenas dos pesquisadores – podem representar um papel proeminente ao se definirem as questões da avaliação e nas categorias de dados relevantes (U.S. General Accounting Office, 1990).

E, finalmente, sim, certos trabalhos da área jornalística podem ser qualificados como estudos de caso. Na verdade, um dos estudos de casos mais interessantes e mais bem escritos refere-se ao escândalo de Watergate, feito por dois repórteres do *The Washington Post* (veja QUADRO 3).



**QUADRO 3**
**Um estudo de caso jornalístico**

Embora a lembrança pública da renúncia do presidente americano Richard M. Nixon esteja enfraquecida, *All the President's Men*, de Bernstein e Woodward, ainda é um relato fascinante do escândalo de Watergate. O livro é dramático e cheio de incertezas, baseia-se em métodos jornalísticos sólidos e representa, quase que por acaso, um projeto comum para os estudos de caso.

O "caso", nesse livro, não é propriamente o roubo em Watergate, ou mesmo a administração Nixon mais genericamente. Em vez disso, o caso é um "encobrimento", um conjunto complexo de acontecimentos que ocorreram no rastro de um roubo. Bernstein e Woodward confrontam continuamente o leitor com duas questões do tipo "como" e "por que": como ocorreu o encobrimento e por que ocorreu? Não se responde nenhuma das duas perguntas facilmente, e o que chama atenção no livro é a sua tentativa de montar os fatos, um após o outro, sendo cada peça curiosa e depois potencialmente acrescentada a uma explicação para esse encobrimento.

Estabelecer o como e o porquê de uma complexa situação humana é um exemplo clássico do uso de estudo de caso, realizado tanto por jornalistas como por cientistas sociais. Se o caso envolve um acontecimento público significante e uma explicação interessante, pode-se acrescentar os ingredientes a um *best-seller*, como ocorre em *All the President's Men*.

## RESUMO

Esse capítulo apresentou a importância do estudo de caso como estratégia de pesquisa. O estudo de caso, como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados. Serão esses procedimentos que estudaremos em detalhes no restante do livro.

O capítulo também tentou diferenciar o estudo de caso de estratégias de pesquisa alternativas nas ciências sociais, demonstrando as situações em que é preferível se fazer um estudo de caso único ou de casos múltiplos a se fazer, por exemplo, um levantamento. Algumas situações podem não apresentar uma estratégia preferível, na medida em que os pontos fortes e fracos das várias estratégias podem se sobrepor. A tecnica básica, no entanto, é considerar todas as estratégias de uma maneira pluralística – como parte de um repertório para se realizar pesquisa em ciências sociais a partir da qual o pesquisador pode estabelecer seu procedimento de acordo com uma determinada situação.

Finalmente, o capítulo discutiu algumas das maiores críticas que se faz à pesquisa de estudo de caso e sugeriu que algumas dessas críticas possam estar

sendo mal direcionadas. No entanto, devemos todos trabalhar arduamente para superar os problemas que surgem ao se fazer pesquisa de estudo de caso, incluindo o reconhecimento de que alguns de nós não fomos feitos, por capacidade ou disposição, para realizar esse tipo de pesquisa em primeiro lugar. Muito embora já se tenha pensado bastante que os estudos de caso sejam uma pesquisa "fácil", a pesquisa de estudo de caso é notavelmente complicada. E o paradoxo é que quanto "mais fácil" for uma estratégia de pesquisa, mais difícil será para realizá-la.

## EXERCÍCIOS

1. *Definindo uma questão de estudo de caso*. Desenvolva uma questão que seria o fundamento lógico para o estudo que você poderia conduzir. Em vez de fazer um estudo de caso, imagine agora que você só pudesse fazer uma pesquisa histórica, ou um levantamento, ou um experimento (mas não um estudo de caso), a fim de responder a essa questão. Quais aspectos da questão, se houver algum, não poderiam ser respondidos através dessas outras estratégias de pesquisa? Qual seria a vantagem decisiva de se realizar um estudo de caso para responder a essa questão?
2. *Definindo questões "significantes" para o estudo de caso*. Determine um tópico que você acredite que valha a pena pesquisar em um estudo de caso. Identifique as três questões principais a que o seu estudo de caso tentaria responder. Agora, assuma que você pudesse responder de fato a essas questões com evidências suficientes (ou seja, que você tivesse conduzido com sucesso seu estudo de caso). Como você justificaria a um colega a importância de suas descobertas? Teria dado continuidade a alguma teoria especial? Teria descoberto alguma coisa rara? (se você não está satisfeito com suas respostas, talvez devesse pensar em redefinir as questões principais de seu caso)
3. *Identificando questões "significantes" em outras estratégias de pesquisa*. Localize um estudo de pesquisa baseado unicamente no uso de métodos históricos, experimentais ou que utilizam levantamentos (mas não métodos de estudo de caso). Descubra a maneira como as descobertas desse estudo são significantes. Dá seguimento a alguma teoria em especial? Descobriu alguma coisa rara?
4. *Examinando os estudos de caso utilizados para fins de ensino*. Obtenha uma cópia de um estudo de caso que tenha sido usado para fins de ensino (p.ex., um caso em um livro-texto utilizado em algum curso de administração). Identifique de que maneiras específicas esse tipo de caso de "ensino" é diferente dos estudos de caso de pesquisa. O caso de ensino cita documentos primários, contém evidências ou apresenta dados? Chega a alguma conclusão? Qual parece ser o objetivo principal do caso de ensino?



5. *Definindo tipos diferentes de estudos de caso utilizados para fins de pesquisa*. Defina os três tipos de estudos de caso usados para fins de pesquisa (mas não de ensino):

   a) estudos causais ou explanatórios;
   b) estudos descritivos;
   c) estudos exploratórios.

   Compare as situações em que esses tipos diferentes de estudos de caso seriam mais aplicáveis e, então, determine um estudo de caso que você gostaria de conduzir. Seria explanatório, descritivo ou exploratório? Por quê?

## NOTA

1. Robert Stake (1984) ainda estabeleceu uma outra técnica para definir os estudos de caso. Ele acredita que eles não sejam "uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado". Além disso, o objeto deve ser algo "específico funcional" (como uma pessoa ou uma sala de aula), mas não uma generalidade (como uma política). Essa definição é muito ampla. Logo, cada estudo de entidades que se qualificam como objetos (p.ex., pessoas, organizações e países) seria um estudo de caso, independentemente da metodologia utilizada (p.ex., experimento psicológico, levantamento empresarial, análise econômica).

capítulo

# Projetando estudos de caso

Um projeto de pesquisa constitui a lógica que une os dados a serem coletados (e as conclusões a serem tiradas) às questões iniciais de um estudo. Cada estudo empírico possui um projeto de pesquisa implícito, se não explícito.

Para os estudos de caso, são importantes quatro tipos principais de projetos, seguindo uma matriz 2 x 2. O primeiro par de categorias consiste em projetos de caso único e casos múltiplos. O segundo par, que pode acontecer em combinação com qualquer um dos elementos do primeiro par, baseia-se na unidade ou nas unidades de análise que devem ser estudadas – e faz uma distinção entre projetos holísticos e incorporados*.

O pesquisador de estudo de caso também deve maximizar quatro aspectos da qualidade de qualquer projeto:

a) validade do constructo;
b) validade interna (para estudos causais ou explanatórios);
c) validade externa;
d) confiabilidade.

A maneira como o pesquisador deve lidar com esses quatro aspectos do controle de qualidade é resumida no Capítulo 2, mas também é um tema dominante ao longo do livro.

## ABORDAGEM GERAL AO PROJETAR ESTUDOS DE CASO

Para identificar a estratégia para o seu projeto de pesquisa, foi-lhe mostrado, no Capítulo 1, quando você deveria selecionar a estratégia de estudo de caso,

*N. de T. "Embedded", no original.

em oposição a outras estratégias. A próxima tarefa é projetar seu estudo de caso. Para atingir esse objetivo, assim como ao projetar qualquer outro tipo de investigação que envolva pesquisa, é necessário um plano ou um *projeto de pesquisa*.

O desenvolvimento desse projeto de pesquisa constitui uma parte difícil quando se realiza estudos de caso. Diferentemente de outras estratégias de pesquisa, ainda não se desenvolveu um "catálogo" abrangente de projetos de pesquisa para os estudos de caso. Não existem livros-texto como aqueles utilizados em psicologia e biologia, que tratam dessas considerações de planejamento, como a atribuição de objetos a "grupos" diferentes, a seleção de estímulos ou condições experimentais distintas ou a identificação de diversas medidas de resposta (veja Cochran & Cox, 1957; Fisher, 1935, citado em Cochran & Cox, 1957; Sidowski, 1966). Em um experimento de laboratório, cada uma dessas escolhas reflete uma conexão lógica importante às questões que estão sob estudo. Da mesma forma, não existem nem mesmo livros-texto como os bem-conhecidos volumes de Campbell e Stanley (1966) ou de Cook e Campbell (1979), que resumem os diversos projetos de pesquisa para situações quase-experimentais. Nem mesmo surgiram projetos comuns – por exemplo, estudos "painéis" – como aqueles agora reconhecidos que fazem pesquisa de levantamentos de dados (veja Kidder & Judd, 1986, cap. 6).

Uma cilada que deve ser evitada é acreditar que os projetos de estudo de caso sejam um subconjunto ou uma variante dos projetos de pesquisa utilizados para outras estratégias, como os experimentos. Durante muitíssimo tempo, os acadêmicos acreditaram, equivocadamente, que o estudo de caso era nada além de um tipo de projeto quase-experimental (um projeto somente de pós-teste único). Essa concepção errônea finalmente foi corrigida, com a seguinte afirmação surgindo em um artigo sobre os projetos quase-experimentais: "Certamente, o estudo de caso como vem sendo normalmente realizado não deve ser rebaixado pela identificação com um projeto apenas de pós-teste de um único grupo" (Cook & Campbell, 1979, p. 96).

Em outras palavras, o projeto somente de pós-teste único como projeto quase-experimental ainda pode ser considerado imperfeito, mas agora já se reconheceu que o estudo de caso é algo diferente. Na verdade, o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa diferente que possui seus próprios projetos de pesquisa.

Infelizmente, os projetos de pesquisa do estudo de caso ainda não foram sistematizados. O capítulo seguinte aborda os novos fundamentos metodológicos levantados pela primeira edição deste livro e descreve um conjunto básico de projetos de pesquisa para realizar estudos de caso único e de casos múltiplos. Embora tais projetos precisem ser continuamente modificados e melhorados no futuro, no seu formato atual eles o ajudarão a projetar estudos de casos mais rigorosos e consistentes metodologicamente.



## Definição de projetos de pesquisa

Cada tipo de pesquisa empírica possui um projeto de pesquisa implícito, se não explícito. No sentido mais elementar, o projeto é a seqüência lógica que conecta os dados empíricos às questões de pesquisa iniciais do estudo e, em última análise, às suas conclusões. Coloquialmente, um projeto de pesquisa é *um plano de ação para se sair daqui e chegar lá*, onde *aqui* pode ser definido como o conjunto inicial de questões a serem respondidas, e *lá* é um conjunto de conclusões (respostas) sobre essas questões. Entre "aqui" e "lá" pode-se encontrar um grande número de etapas principais, incluindo a coleta e a análise de dados relevantes. Como definição resumida, um outro livro-texto descreveu um projeto de pesquisa como um plano que

> conduz o pesquisador através do processo de coletar, analisar e interpretar observações. É um *modelo lógico de provas* que lhe permite fazer inferências relativas às relações causais entre as variáveis sob investigação. O projeto de pesquisa também define o domínio da generalização, isto é, se as interpretações obtidas podem ser generalizadas a uma população maior ou a situações diferentes. (Nachmias & Nachmias, 1992, p. 77-78, grifo nosso)

Uma outra maneira de se pensar em um projeto de pesquisa é como um "esquema" de pesquisa, que trata de, pelo menos, quatro problemas: quais questões estudar, quais dados são relevantes, quais dados coletar e como analisar os resultados (veja F. Borum, comunicação pessoal, Copenhagen Business School, Copenhagen, Dinamarca, 1991; Philliber, Schwab, & Samsloss, 1980).

Observe que um projeto de pesquisa é muito mais do que um plano de trabalho. O propósito principal de um projeto é ajudar a evitar a situação em que as evidências obtidas não remetem às questões iniciais da pesquisa. Nesse sentido, um projeto de pesquisa ocupa-se de um problema *lógico* e não de um problema *logístico*. Como exemplo simples, suponha que você queira estudar uma única organização. Suas questões de pesquisa, no entanto, têm a ver com o relacionamento da organização com outras organizações – a natureza competitiva ou colaborativa delas, por exemplo. Pode-se responder a essas questões apenas se você coletar informações diretamente das outras organizações, e não apenas daquela com que você iniciou o estudo. Caso conclua seu estudo ao examinar apenas uma organização, você não poderá retirar conclusões acuradas acerca de parcerias interorganizacionais. Aqui haveria uma falha em seu projeto de pesquisa, não em seu plano de trabalho. O resultado poderia ter sido evitado se, em primeiro lugar, você tivesse desenvolvido um projeto de pesquisa apropriado.

## Componentes de projetos de pesquisa

Para os estudos de caso, são especialmente importantes cinco componentes de um projeto de pesquisa:

1. as questões de um estudo;
2. suas proposições, se houver;
3. sua(s) unidade(s) de análise;
4. a lógica que une os dados às proposições; e
5. os critérios para se interpretar as descobertas.

*Questões de estudo*. Esse primeiro componente já foi descrito no Capítulo 1. Embora a essência de suas questões possa variar, no Capítulo 1 sugere-se que a *forma* da questão – em termos de "quem", "o que", "onde", "como" e "por que" – forneça uma chave importante para se estabelecer a estratégia de pesquisa mais relevante a ser utilizada. É mais provável que a estratégia de estudo de caso seja apropriada a questões do tipo "como" e "por que"; assim, sua tarefa inicial é precisar, com clareza, a natureza das suas questões de estudo nesse sentido.

*Proposições de estudo*. Como para o segundo componente, cada proposição destina atenção a alguma coisa que deveria ser examinada dentro do escopo do estudo. Por exemplo, assuma que sua pesquisa sobre a parceira interorganizacional começou com a questão: como e por que as organizações colaboram umas com as outras para prestar serviços em associação (por exemplo, um fabricante e uma loja de varejo decidem trabalhar juntas para vender certos produtos de informática)? Essas questões "como" e "por que", pegando a essência daquilo que você realmente está interessado em responder, levamno ao estudo de caso como a estratégia apropriada em primeiro lugar. Não obstante, tais questões não apontam para aquilo que você deveria estudar. Somente se for obrigado a estabelecer algumas proposições, você irá na direção certa. Por exemplo, você pode pensar que as organizações colaboram entre si porque obtêm benefícios mútuos. Essa proposição, além de refletir uma importante questão teórica (que não existem outros incentivos para a colaboração ou que eles não são importantes), também começa a lhe mostrar onde você deve procurar evidências relevantes (definir e conferir a extensão de benefícios específicos para cada organização).

Ao mesmo tempo, alguns estudos podem ter uma razão absolutamente legítima para não possuir nenhuma proposição. Essa é a condição – que existe em experimentos, levantamentos e outras estratégias de pesquisa semelhantes – na qual um tópico é o tema da "exploração". Cada exploração, entretanto, ainda deveria ter alguma finalidade. Em vez de expor proposições, o projeto para um estudo exploratório deveria apresentar uma finalidade e os critérios que serão utilizados para julgar uma exploração como bem-sucedida. Considere como exemplo de estudos de caso exploratórios a analogia no QUADRO 4. Você consegue imaginar como pediria apoio para a Rainha Isabela para realizar seu estudo exploratório?



*Unidade de análise*. O terceiro componente relaciona-se com o problema fundamental de se definir o que é um "caso" – um problema que atormentou muitos pesquisadores no princípio dos estudos de caso. Por exemplo, no estudo de caso clássico, um "caso" pode ser um indivíduo. Jennifer Platt (1992a, 1992b) observou que os primeiros estudos de caso da escola Chicago de sociologia eram relatos de vida, tais como delinqüentes juvenis e indivíduos em péssimas condições. Você também pode imaginar estudos de caso de pacientes clínicos, de estudantes exemplares ou até mesmo de certos tipos de líderes. Em cada situação, uma única pessoa é o caso que está sendo estudado, e o indivíduo é a unidade primária de análise. Seriam coletadas as informações sobre cada indivíduo relevante, e vários exemplos desses indivíduos, ou "casos", poderiam ser incluídos em um estudo de casos múltiplos. As proposições ainda seriam necessárias para ajudar na identificação das informações relevantes sobre esse(s) indivíduo(s). Sem tais proposições, um pesquisador pode ficar tentado a coletar "tudo", algo absolutamente impossível de fazer. Por exemplo, as proposições ao estudar os indivíduos podem envolver a influência da primeira infância ou o papel das relações mais próximas. Esses tópicos já representam uma ampla redução dos dados relevantes. Quanto mais proposições específicas um estudo contiver, mais ele permanecerá dentro de limites exeqüíveis.

**QUADRO 4**

**"Exploração" como analogia a um estudo de caso exploratório**

Quando Cristóvão Colombo foi conversar com a Rainha Isabel para pedir apoio em sua "exploração" do Novo Mundo, ele tinha que ter algumas razões para conseguir três navios (Por que não um? Por que não cinco?) e tinha que ter algum fundamento lógico para ir rumo ao oeste (Por que não para o sul? Por que não para o sul e depois para o leste?). Colombo também tinha alguns critérios (equivocados) para reconhecer as Índias quando as encontrasse. Em resumo, sua exploração começou com algum fundamento lógico e algum direcionamento, mesmo que suas suposições iniciais tenham se mostrado erradas depois (Wilford, 1992). Esse mesmo grau de fundamento lógico e direcionamento deve sustentar até mesmo um estudo de caso exploratório.

Naturalmente, o "caso" também pode ser algum evento ou entidade que é menos definido do que um único indivíduo. Já se realizaram estudos de caso sobre decisões, sobre programas de vários tipos, sobre o processo de implantação de alguma coisa em alguma empresa ou entidade e sobre uma mudança organizacional. Feagin, Orum & Sjoberg (1991) contêm alguns exemplos clássicos desses casos únicos em sociologia e em ciência política. Tome cuidado com esse tipo de tópico – nenhum é facilmente definido em termos dos pontos iniciais ou finais do "caso". Por exemplo, um estudo de caso de um programa específico pode revelar:

a) variações na definição do programa, dependendo da perspectiva das diferentes pessoas envolvidas;
b) componentes do programa que existiam antes da designação formal do mesmo. Logo, qualquer estudo de caso de um programa como esse teria que confrontar essas condições ao delinear a unidade de análise.

Como orientação geral, a definição da unidade de análise (e, portanto, do caso) está relacionada à maneira como as questões iniciais da pesquisa foram definidas. Suponha, por exemplo, que você queira estudar o papel dos Estados Unidos na economia mundial. Peter Drucker (1996) escreveu um instigante ensaio sobre as alterações fundamentais ocorridas na economia mundial, no qual incluía a importância dos "movimentos de capital" independentemente do fluxo de bens e serviços. A unidade de análise para o seu estudo de caso pode ser a economia de um país, uma indústria no mercado global, uma política econômica ou o comércio ou o fluxo de capital entre dois países. Cada unidade de análise exigiria um projeto de pesquisa sutilmente diferente e uma estratégia de coleta de dados. Especificar corretamente as questões primárias da pesquisa traria como conseqüência a seleção da unidade apropriada de análise. Se as suas questões não derem preferência a uma unidade de análise em relação a outra, significa que elas estão ou vagas demais ou em número excessivo – e você pode ter problemas ao conduzir o estudo de caso.

Algumas vezes, a unidade de análise pode ser definida de uma maneira, mas o fenômeno que está sendo estudado exige uma definição diferente. Muito freqüentemente, os pesquisadores confundem estudos de caso de bairros, por exemplo, com estudos de caso de pequenos grupos (outro exemplo é confundir uma inovação com um pequeno grupo nos estudos organizacionais; veja QUADRO 5a). A maneira como uma *área* em geral, como um bairro, lida com transição e evolução racial, e outros fenômenos podem ser bem diferentes da maneira como um pequeno *grupo* lida com esses mesmos fenômenos. *Street Corner Society* (Whyte, 1943/1955 – veja também o QUADRO 1 no Capítulo 1 deste livro) e *Tally's Corner* (Liebow, 1967 – veja também o QUADRO 9, neste capítulo), por exemplo, sempre foram confundidos com estudos de caso de



**QUADRO 5a**
**O que é uma unidade de análise?**

O *best-seller The Soul of a New Machine* (1981), escrito por Tracy Kidder, foi vencedor do prêmio Pulitzer*. O livro trata do desenvolvimento de um novo microcomputador produzido pela Data General Corporation, que foi projetado para competir diretamente com um outro microcomputador desenvolvido pela Digital Equipment Corporation.

De fácil leitura, o livro descreve como a equipe de engenheiros da Data General inventou e desenvolveu o novo computador. Começa com a conceitualização inicial do computador e termina quando a equipe entrega o controle da máquina à equipe de marketing da Data General.

É um exemplo excelente de estudo de caso. No entanto, o texto de Kidder também ilustra um problema fundamental quando se realiza estudos de caso – o de definir a *unidade de análise*. O estudo de caso é sobre o microcomputador, ou é sobre a dinâmica de um pequeno grupo – a equipe de engenheiros? A resposta é muito importante se pretendemos entender como o estudo de caso se relaciona com um corpo mais amplo de conhecimento – isto é, se devemos generalizar a questão à tecnologia ou à dinâmica de grupo. Na medida em que o livro não é um estudo acadêmico, ele não necessita, como de fato não o faz, apresentar uma resposta.

bairros, quando, na verdade, são estudos de caso de pequenos grupos (observe que, em nenhum dos dois livros, é descrita a geografia do bairro, muito embora os pequenos grupos vivessem em uma pequena área com claras implicações de vizinhança). O QUADRO 5b, no entanto, apresenta um bom exemplo de como as unidades de análise podem ser definidas de uma maneira muito mais discriminatória – na área do comércio mundial.

A maioria dos pesquisadores vão se defrontar com esse tipo de confusão ao definirem a unidade de análise. Para diminuir a confusão, uma boa prática é discutir o caso em potencial com um colega. Tente explicar a ele quais questões você está tentando responder e por que escolheu um caso específico ou um grupo de casos como forma de responder a essas questões. Isso pode ajudá-lo a evitar a identificação incorreta da unidade de análise.

Uma vez que tenha sido estabelecida a definição geral do caso, torna-se importante fazer novas considerações da unidade de análise. Se a unidade de análise for um pequeno grupo, por exemplo, as pessoas que devem ser inclu-

*N. de T. Láurea instituída em 1917 pelo jornalista norte-americano Joseph Pulitzer
da anualmente pela Universidade de Colúmbia. Divide-se em oito prêmios de jornali
de literatura, quatro bolsas de estudo e um prêmio de música.

> **QUADRO 5b**
> **Uma escolha mais clara entre unidades de análise**
>
> O livro de Ira Magaziner e Mark Patinkin, *The Silent War: Inside the Global Business Battles Shaping America's Future* (1989), apresenta nove estudos de caso. Cada um deles auxilia o leitor a compreender a real situação da competição econômica internacional.
>
> Dois casos parecem semelhantes, mas, na verdade, possuem unidades de análise principais diferentes. Um caso, sobre a empresa coreana Samsung, é um estudo da política crucial que tornou a empresa competitiva. Perceber como se deu o desenvolvimento econômico da Coréia do Sul faz parte do contexto, e o estudo de caso também contém uma unidade incorporada – o desenvolvimento pela Samsung dos fornos de microondas como produto ilustrativo. O outro caso, sobre a implantação de uma fábrica de computadores da Apple em Singapura, é, na verdade, um estudo de caso sobre a política adotada por Singapura que tornou o país competitivo. A experiência da fábrica da Apple – uma unidade incorporada de análise – é, realmente, um exemplo claro de como as políticas nacionais afetam os investimentos estrangeiros.
>
> Esses dois casos demonstram como a definição das unidades de análises principais e incorporadas, e a definição dos eventos contextuais em volta dessas unidades, dependem do nível de investigação. É provável que a unidade principal de análise esteja no mesmo nível abordado pelas questões de estudo principais.

daquelas que não se encontram dentro dele (o contexto para o estudo de caso). Similarmente, se o caso se referir a algum tipo de serviço em uma área geográfica específica, devem ser tomadas decisões sobre serviços públicos cujos limites de bairro não coincidem com a área. Por último, para quase todos os tópicos escolhidos, são necessários limites de tempo específicos para definir o começo e o fim do caso. Todas essas questões precisam ser consideradas e respondidas para definir a unidade de análise e, por conseguinte, determinar os limites da coleta e da análise de dados.

É preciso ainda fazer uma observação final sobre a definição do caso e da unidade de análise, relativa ao papel da literatura existente sobre a pesquisa em si. A maioria dos investigadores vão querer comparar suas descobertas com pesquisas anteriores; por essa razão, as definições-chave não devem ser idiossincráticas. Em vez disso, cada estudo de caso ou unidade de análise devem ser semelhantes àqueles previamente estudados por outras pessoas ou devem divergir de forma clara e operacionalmente definida. Dessa maneira, a literatura existente também pode se tornar uma referência-guia para se definir o caso e a unidade de análise.



*Ligando os dados a proposições, e os critérios para a interpretação das descobertas.* O quarto e o quinto componentes foram os menos desenvolvidos nos estudos de caso. Representam as etapas da análise de dados na pesquisa do estudo de caso, e deve haver um projeto de pesquisa dando base a essa análise.

*Ligar os dados a proposições* pode ser feito de várias maneiras, mas nenhuma foi tão bem definida quanto à atribuição de temas e condições de tratamento em experimentos psicológicos (que é a maneira como as hipóteses e os dados são associados em psicologia). Uma abordagem promissora para os estudos de caso é a idéia da "adequação ao padrão" descrita por Donald Campbell (1975), por meio da qual várias partes da mesma informação do mesmo caso podem ser relacionadas à mesma proposição teórica. Em um artigo relacionado sobre um tipo de padrão – um padrão de séries temporais – Campbell (1969) ilustrou essa abordagem, mas sem rotulá-la como tal.

Em seu artigo, Campbell primeiro demonstrou como o número anual de acidentes fatais de trânsito em Connecticut pareceu declinar após a aprovação de uma nova lei estadual que limitava a velocidade para 90 quilômetros por hora. Entretanto, uma análise mais detalhada da taxa de mortalidade, com base em alguns anos antes e depois da alteração na lei, mostrou uma flutuação não-sistemática no número de acidentes, em vez de uma redução nitidamente marcada. Um simples e rápido exame, sem muito aprofundamento, é suficiente para mostrar que o padrão real *parecia* não-sistemático em vez de seguir uma tendência de diminuição (veja a Figura 2.1); assim, Campbell concluiu que o limite de velocidade não tivera nenhum efeito sobre o número de acidentes de trânsito com vítimas fatais.

O que Campbell fez foi descrever dois padrões em potencial e então mostrar que os dados se enquadravam melhor em um do que em outro. Se os dois padrões em potencial são considerados proposições concorrentes (uma proposição "com efeito" e uma proposição "sem efeito", em relação ao impacto da nova lei de limite de velocidade), a técnica de adequação ao padrão é a maneira de relacionar os dados às proposições, muito embora o estudo inteiro consista apenas em um caso único (o estado de Connecticut).

Esse artigo também ilustra os problemas que surgem ao se lidar com o quinto componente, *os critérios para a interpretação das descobertas do estudo.* Os dados de Campbell se ajustam a um padrão de uma forma muito melhor do que se ajustam a outro. Mas qual o grau de adequação necessário para ser considerada uma adequação? Observe que Campbell não faz nenhum teste estatístico para fazer uma comparação. E nem teria sido possível, pois cada ponto de dados no padrão era um número único – o número de acidentes para cada ano – para o qual não se poderia calcular uma variância e nem se poderia conduzir qualquer teste estatístico. Normalmente, não há uma maneira precisa de se estabelecer os critérios para a interpretação dessas descobertas. O que se espera é que os diferentes padrões estejam contrastando, de forma clara e suficiente, que (como no caso de Campbell) as descobertas podem ser

Proposições *a priori*:

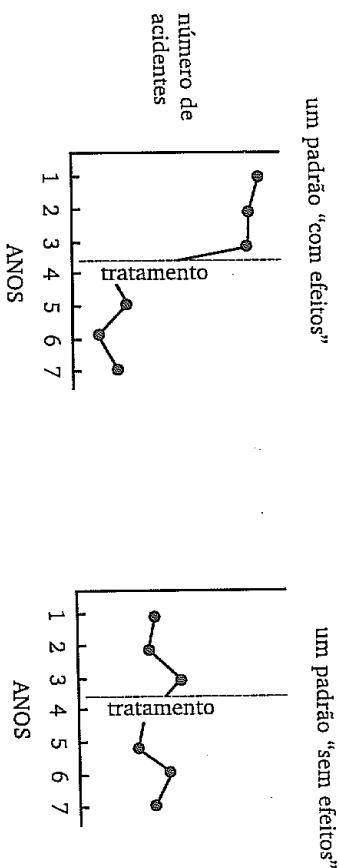
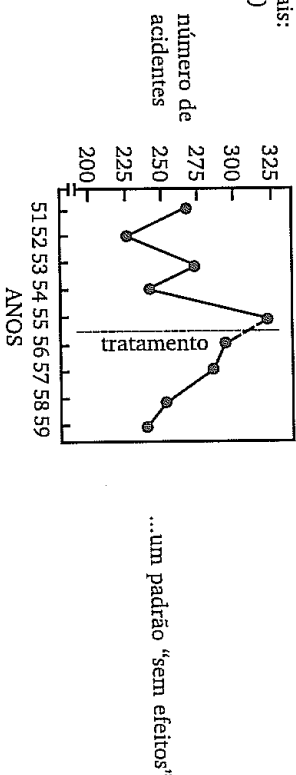



**Figura 2.1** Um exemplo de adequação ao padrão.
FONTE: COSMOS Corporation

interpretadas em termos de comparação de, pelo menos, duas proposições concorrentes.

*Resumo*. Um projeto de pesquisa deve conter cinco componentes. Embora o estado atual da ciência não forneça orientação detalhada sobre os últimos dois, o projeto completo de pesquisa não deve apenas indicar quais dados devem ser coletados – como indicado:

a) pelas questões do estudo;
b) por suas proposições;
c) por suas unidades de análise.



O projeto também deveria lhe dizer o que deve ser feito após os dados terem sido coletados – como indicado:

d) pela lógica que une os dados às proposições;
e) pelos critérios para interpretação das descobertas.

## O papel da teoria no trabalho do projeto

Tratar desses cinco componentes precedentes de projetos de pesquisa o forçará efetivamente a iniciar a formulação de uma teoria preliminar relacionada ao seu tópico de estudo. Esse papel da elaboração da teoria, anterior à realização de qualquer coleta de dados, apresenta uma diferença entre os estudos de caso e os métodos relacionados, como a etnografia (Lincoln & Guba, 1985, 1986; Van Maanen, 1988; Van Maanen *et al.*, 1982) e a *"grounded theory"* (Strauss & Corbin, 1990). Geralmente, esses métodos relacionados deliberadamente evitam que se especifiquem quaisquer proposições teóricas no princípio de uma investigação. Por conseguinte, os estudantes pensam, equivocadamente, que, ao utilizarem o método do estudo de caso, eles podem avançar com rapidez na fase de coleta de dados, e são incentivados a fazer seus "contatos de campo" tão rapidamente quanto possível. Nenhuma orientação pode ser mais falaciosa. Entre outras organizações, os contatos de campo relevantes dependem da compreensão – ou da teoria – do que está sendo estudado.

*Desenvolvimento da teoria*. Para os estudos de caso, o desenvolvimento da teoria como parte da fase de projeto é essencial, caso o propósito decorrente do estudo de caso seja determinar ou testar a teoria. Utilizando como exemplo um estudo de caso sobre a implantação de um novo sistema de gerenciamento de informações (MIS, *management information system*) (Markus, 1983), o ingrediente mais simples de uma teoria é uma afirmação como esta:

> O estudo de caso mostrará por que a implantação deu certo somente quando a organização foi capaz de se reestruturar, e não apenas revestiu a antiga estrutura organizacional com o novo MIS. (Markus, 1983)

A afirmação apresenta, em poucas palavras, a teoria de implantação do MIS – isto é, que é necessária uma reestruturação organizacional para fazer com que a implantação do MIS funcione.

Utilizando o mesmo caso, podemos acrescentar outro ingrediente com a seguinte afirmação:

> O estudo de caso mostrará por que a simples substituição de pessoas-chave não foi suficiente para se obter uma implementação bem-sucedida. (Markus, 1983)

Essa segunda afirmação apresenta, resumidamente, uma teoria *concorrente* – isto é, que a implantação do MIS não obtém êxito devido à resistência a mudanças por parte de algumas pessoas em especial, e que a substituição de tais pessoas é a única exigência para que a implantação seja bem-sucedida.

Podemos observar que, uma vez que esses dois ingredientes iniciais forem elaborados, as idéias expostas darão cada vez mais conta de questões, proposições, unidades de análise, ligações lógicas dos dados às proposições e critérios de interpretação das descobertas – ou seja, os cinco componentes necessários do projeto de pesquisa. Nesse sentido, o projeto completo incorpora uma "teoria" do que está sendo estudado. Não se deve, de forma alguma, pensar a respeito dessa teoria com a formalidade das grandes teorias em ciências sociais, nem se está pedindo que você seja um teórico magistral. Em vez disso, o objetivo elementar é possuir um esquema completo o suficiente de seu estudo, e isso exige proposições teóricas. Assim, o projeto completo de pesquisa fornecerá uma direção surpreendentemente forte ao determinar quais dados devem ser coletados e as estratégias de análise desses dados. Por essa razão, é essencial que se desenvolva uma teoria antes que se faça a coleta de dados para qualquer estudo de caso.

No entanto, desenvolver uma teoria leva muito tempo e pode ser muito difícil (Eisenhardt, 1989). Para alguns tópicos, os trabalhos existentes podem oferecer uma rica estrutura teórica para projetar um estudo de caso específico. Se estiver interessado no desenvolvimento da economia mundial, por exemplo, o livro *The Changed World Economy*, de Peter Drucker, é uma fonte excepcional de teorias e hipóteses. Drucker sustenta que a economia mundial vem se alterando significantemente nos últimos tempos. Ele chama atenção para o "desatrelamento" que ocorreu entre a economia primária (matérias-primas) e a economia industrial, entre os baixos custos da mão-de-obra e a produção manufatureira, e entre os mercados financeiros e a economia real de produtos e serviços. Testar essas proposições talvez exija estudos diferentes, alguns tendo como foco os desatrelamentos diferentes, outros dando atenção a indústrias específicas e outros ainda explicando unidades diferentes de análise. A estrutura teórica de Drucker forneceria a direção para se projetar estudos de caso e, mesmo, para se coletar dados relevantes.

Em outras situações, a teoria apropriada pode ser descritiva (veja o QUADRO 6 e o QUADRO 1, para ver outro exemplo), e o seu interesse deve se voltar a questões do tipo:



a) o propósito do trabalho descritivo;
b) a ampla porém realista variedade de tópicos que podem ser considerados uma descrição "completa" do que está sendo estudado;
c) o(s) provável(is) tópico(s) que será(ão) a essência da descrição.
Boas respostas a essas questões, incluindo o fundamento lógico subjacente às respostas, o ajudarão a percorrer um longo caminho rumo ao desenvolvimento da base teórica necessária – e o projeto de pesquisa – para seu estudo.

Para alguns outros tópicos, a base de conhecimento existente pode ser deficiente, e a literatura disponível não fornece nenhuma estrutura ou hipótese conceptual digna de nota. Essa base de conhecimento não se presta ao desenvolvimento de boas proposições teóricas, e é provável que qualquer novo estudo empírico caracterize-se como sendo um estudo "exploratório". Não obstante, como se percebeu anteriormente com o caso ilustrativo do QUADRO 4, mesmo um estudo de caso exploratório deve ser precedido por afirmações sobre:

a) o que será explorado;
b) o propósito da exploração;
c) os critérios através dos quais se julgará a exploração como bem-sucedida.

**QUADRO 6**
**Usando uma metáfora para desenvolver teoria descritiva**

Quatro países – as colônias americanas, a Rússia, a Inglaterra e a França – que passaram por cursos semelhantes de acontecimentos durante suas principais revoluções políticas: esse é o tópico do famoso estudo histórico de Crane Brinton – *The Anatomy of a Revolution* (1938). O autor traça e analisa esses acontecimentos de uma maneira descritiva, visto que sua intenção é menos explicar as revoluções do que determinar se elas seguem cursos semelhantes.

A "análise cruzada de caso" revela muitas similaridades: todas as sociedades apresentavam um considerável crescimento econômico, existiam profundos antagonismos de classes, os intelectuais desistiram de suas posições de liderança, a máquina governamental era ineficiente e a classe dominante exibia um comportamento imoral, dissoluto ou inepto (ou os três). No entanto, em vez de confiar unicamente nessa abordagem de "fatores" para a descrição, o autor também desenvolve a metáfora de um corpo humano que sofre de febre como uma maneira de descrever o padrão de eventos ao longo do tempo. Utiliza, com notável conhecimento de causa, o padrão cíclico de febres e calafrios, elevando-os a um ponto crítico e seguidos por uma falsa tranqüilidade, para descrever o fluxo e refluxo dos acontecimentos nas quatro revoluções.

*Tipos ilustrativos de teorias.* Em geral, para superar as barreiras do desenvolvimento da teoria, você deveria tentar se preparar para seu estudo de caso através do seguinte: revisar a literatura relacionada ao que você gostaria de estudar (veja também Cooper, 1984), discutir com colegas e professores seus tópicos e idéias e perguntar a si mesmo questões desafiadoras sobre o que está estudando, por que está se propondo a fazer o estudo e o que espera aprender com ele.

Como lembrete adicional, você deveria ter consciência da ampla variedade de teorias que talvez sejam importantes ao seu estudo. Por exemplo, observe que o exemplo do MIS ilustra a teoria da "implantação" do MIS e que esse é apenas um tipo de teoria que pode ser objeto de estudo. Pode-se incluir outros tipos de teorias a serem consideradas:

- Teorias individuais – por exemplo, teorias de desenvolvimento individual, comportamento, personalidade, aprendizagem e incapacidade de cognitivos, percepção individual e interações interpessoais.
- Teorias de grupo – por exemplo, teorias de funcionamento familiar, grupos informais, equipes de trabalho, coordenação de supervisão de funcionários e redes interpessoais.
- Teorias organizacionais – por exemplo, teorias de burocracias, estrutura e funções organizacionais, excelência em desempenho organizacional (p.ex., Harrison, 1987) e parcerias interorganizacionais.
- Teorias sociais – por exemplo, teorias de desenvolvimento urbano, comportamento internacional, instituições culturais, desenvolvimento tecnológico e funções de mercado.

Outros exemplos cortam caminho em alguns desses tipos ilustrativos. Teorias de tomada de decisão (Carroll & Johnson, 1992), por exemplo, podem incluir indivíduos, organizações ou grupos sociais. Como outro exemplo, um tópico comum de estudos de caso é a avaliação de programas que obtêm apoio público, como programas municipais, estaduais e federais. Nessa situação, o desenvolvimento de uma teoria de como se supõe que um programa possa funcionar é essencial ao projeto da avaliação, mas recebeu relativamente pouca ênfase no passado (Bickman, 1987). De acordo com Bickman, os analistas confundem, com freqüência, a teoria do programa (p.ex., como tornar a educação mais eficaz) com a teoria de implementação do programa (p.ex., como instalar um programa eficaz). Para aqueles políticos que desejam conhecer os passos essenciais desejados (p.ex., descrever um currículo efetivo de uma nova maneira), os analistas recomendam, infelizmente, passos administrativos (p.ex., ocultar um diretor que faz bons projetos). Pode-se evitar essa incompatibilidade ao se dar um enfoque mais atencioso à teoria essencial.

*Generalizando de estudo de caso para teoria.* O desenvolvimento de teoria não apenas facilita a fase da coleta de dados do estudo de caso decorrente. A



teoria apropriadamente desenvolvida também é o nível no qual ocorrerá a generalização dos resultados do estudo de caso. Esse papel da teoria vem sendo caracterizado ao longo desse livro como "generalização analítica" e vem sendo confrontado com uma outra maneira de se generalizar resultados, conhecida como "generalização estatística". Compreender a distinção entre esses dois tipos de generalização pode ser seu desafio mais importante ao realizar estudos de caso.

Vamos considerar primeiro o modo mais comumente reconhecido de se generalizar – "generalização estatística" –, embora seja o menos relevante para se fazer estudos de caso. Na generalização estatística, faz-se uma inferência sobre uma população (ou um universo determinado) com base nos dados empíricos coletados sobre uma amostragem. Isso é mostrado como *Nível Um de inferência* na Figura 2.2.[1] Esse método de generalização é comumente reconhecido porque os pesquisadores do estudo possuem pronto acesso a fórmulas para se determinar o grau de certeza com que as generalizações podem ser feitas, dependendo principalmente do tamanho e da variação interna dentro do universo e da amostragem. Além disso, essa é a maneira mais comum de se generalizar ao se realizar levantamentos (p.ex., Fowler, 1998; Lavrakas, 1987), e é uma parte integrante (embora não seja a única) de se generalizar a partir de experimentos.

Um erro fatal que se comete ao se realizar estudos de caso é conceber a generalização estatística como o método de se generalizar os resultados do

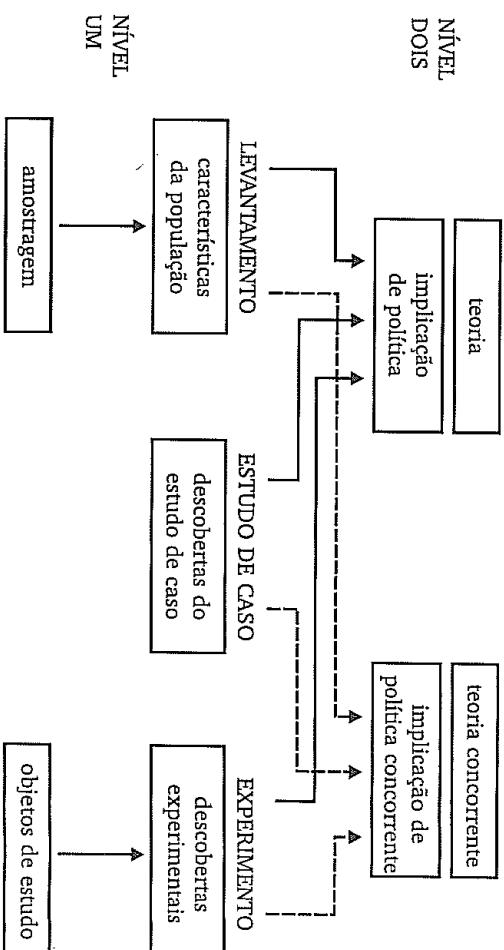



**Figura 2.2** Fazendo inferências: dois níveis.
FONTE: COSMOS Corporation

caso. Isso ocorre porque os casos não são "unidades de amostragem" e não devem ser escolhidos por essa razão. De preferência, os estudos de caso individual devem ser selecionados da mesma forma que um pesquisador de laboratório seleciona o assunto de um novo experimento. Casos múltiplos, nesse sentido, devem ser vistos como experimentos múltiplos (ou levantamentos múltiplos). Sob tais circunstâncias, o método de generalização é a "generalização analítica", no qual se utiliza uma teoria previamente desenvolvida como modelo com o qual se deve comparar os resultados empíricos do estudo de caso. Se dois ou mais casos são utilizados para sustentar a mesma teoria, pode-se solicitar uma replicação. Os resultados empíricos podem ser considerados ainda mais fortes se dois ou mais casos sustentam a mesma teoria, mas não sustentam uma teoria *concorrente* igualmente plausível. Graficamente, esse tipo de generalização é mostrado como o *Nível Dois de inferência* na Figura 2.2.

Pode-se utilizar a generalização analítica se o seu estudo de caso envolver um ou vários casos, que mais tarde será denominado estudos de caso único ou de casos múltiplos. Ademais, a lógica da replicação e a distinção entre generalização estatística e analítica serão tratadas em maiores detalhes durante a discussão de projetos de estudo de casos múltiplos. O ponto principal nessa conjunção é que você deveria tentar se direcionar à generalização analítica ao realizar estudos de caso e que deveria evitar pensar em termos confusos como "a amostragem de casos", ou o "pequeno número de amostragens de caso", como se um estudo de caso único correspondesse a um único respondente em um levantamento ou um único tema em um experimento. Em outras palavras, nos termos da Figura 2.2, você deve ter em vista o *Nível Dois de inferências* ao realizar estudos de caso.

Dada a importância dessa diferenciação entre as duas maneiras de se generalizar, você encontrará outros exemplos e mais discussão ao longo desse capítulo e do Capítulo 5.

*Resumo*. Essa subseção sugeriu que um projeto completo de pesquisa que abranja os cinco componentes descritos anteriormente exige, na verdade, o desenvolvimento de uma estrutura teórica para o estudo de caso que será conduzido. No lugar de resistir a essa exigência, um bom pesquisador de estudo de caso deve se esforçar para desenvolver essa estrutura teórica, não importando se o estudo tenha de ser explanatório, descritivo ou exploratório. A utilização da teoria, ao realizar estudos de caso, não apenas representa uma ajuda imensa na definição do projeto de pesquisa e na coleta de dados adequados, como também torna-se o veículo principal para a generalização dos resultados do estudo de caso.



## CRITÉRIOS PARA JULGAR A QUALIDADE DOS PROJETOS DE PESQUISA

Como se supõe que um projeto de pesquisa represente um conjunto lógico de proposições, você também pode julgar a qualidade de qualquer projeto dado de acordo com certos testes lógicos. Os conceitos que já foram oferecidos para esses testes incluem fidedignidade, credibilidade, confirmabilidade e fidelidade dos dados (U.S. General Accounting Office, 1990).

Quatro testes, no entanto, vêm sendo comumente utilizados para determinar a qualidade de qualquer pesquisa social empírica. Uma vez que os estudos de caso representam uma espécie desses estudos empíricos, os quatro testes também são importantes para a pesquisa de estudo de caso. Dessa forma, uma inovação importante deste livro é a identificação de várias táticas para lidar com esses testes ao fazer estudos de caso. A Figura 2.3 apresenta os quatro testes amplamente utilizados e as táticas recomendadas de estudo de caso, assim como uma referência à fase da pesquisa em que a tática deve ser usada (cada tática é descrita em detalhes mais tarde, no capítulo apropriado deste livro).

| testes | tática do estudo de caso | fase da pesquisa na qual a tática deve ser aplicada |
|---|---|---|
| validade do constructo | – utiliza fontes múltiplas de evidências<br>– estabelece encadeamento de evidências<br>– o rascunho do relatório estudo de caso é revisado por informantes-chave | coleta de dados<br>coleta de dados<br>composição |
| validade interna | – faz adequação ao padrão<br>– faz construção da explanação<br>– faz análise de séries temporais | análise de dados<br>análise de dados<br>análise de dados |
| validade externa | – utiliza lógica de replicação em estudos de casos múltiplos | projeto de pesquisa |
| confiabilidade | – utiliza protocolo de estudo de caso<br>– desenvolve banco de dados para o estudo de caso | coleta de dados<br>coleta de dados |

**Figura 2.3** Táticas do estudo de caso para quatro testes de projeto.
FONTE: COSMOS Corporation

Uma vez que os quatro testes são comuns a todos os métodos de ciências sociais, eles já foram resumidos em vários livros-texto (veja Kidder & Judd, 1986, p. 26-29):

- *Validade do constructo*: estabelecer medidas operacionais corretas para os conceitos que estão sob estudo.
- *Validade interna* (apenas para estudos explanatórios ou causais, e não para estudos descritivos ou exploratórios): estabelecer uma relação causal, por meio da qual são mostradas certas condições que levem a outras condições, como diferenciada de relações espúrias.
- *Validade externa*: estabelecer o domínio ao qual as descobertas de um estudo podem ser generalizadas.
- *Confiabilidade*: demonstrar que as operações de um estudo – como os procedimentos de coleta de dados – podem ser repetidas, apresentando os mesmos resultados.

Essa lista é muito mais complexa do que as noções-padrão de "validade" e "confiabilidade" às quais a maioria dos estudantes tem sido exposta, e cada item merece uma atenção integral. Para os estudos de caso, uma revelação importante é que as várias táticas a serem utilizadas ao lidar com esses testes devem ser aplicadas ao longo da realização subseqüente do estudo de caso, e não apenas no começo. Nesse sentido, o "trabalho do projeto", na verdade, continua além dos planos iniciais do projeto.

## Validade do constructo

Este primeiro teste é especialmente problemático na pesquisa de estudo de caso. As pessoas que sempre criticaram os estudos de caso geralmente apontam o fato de que um pesquisador de estudo de caso não consegue desenvolver um conjunto suficientemente operacional de medidas, e de que são utilizados julgamentos "subjetivos" para coletar os dados. Tome como exemplo o estudo das "mudanças que ocorrem em determinadas regiões urbanas" – um tópico muito comum de estudo de caso.

Com os anos, surgiram algumas preocupações acerca de como certos núcleos urbanos modificaram sua natureza. Qualquer estudo de caso já examinou os tipos de mudança ocorrida e suas conseqüências. No entanto, sem qualquer especificação prévia dos eventos operacionais significantes que constituem uma "mudança", o leitor não sabe dizer se as alterações registradas em um estudo de caso refletem, genuinamente, os acontecimentos realmente decisivos no local ou se aconteceram apenas com base nas impressões do pesquisador.

As mudanças em um núcleo urbano podem, de fato, dar conta de uma ampla variedade de fenômenos: rotatividade racial, deterioração ou abandono familiar, mudanças no padrão dos serviços urbanos, modificação nas instituições econômicas da região ou mudança de residentes de baixa renda para residentes de média renda em bairros "que estão melhorando sua qualidade de vida". Para realizar o teste de validade do constructo, o pesquisador deve ter certeza de cumprir duas etapas:



1. Selecionar os tipos específicos de mudanças que devem ser estudadas (em relação aos objetivos originais do estudo).
2. Demonstrar que as medidas selecionadas dessas mudanças realmente refletem os tipos específicos de mudanças que foram selecionadas.

Por exemplo, suponha que você cumpra a primeira etapa afirmando que planeja estudar o crescimento do índice criminal no bairro. Logo, a segunda etapa exige que você também apresente uma justificativa para utilizar os crimes registrados na polícia (que vem a ser a medida-padrão utilizada no Uniform Crime Reports do FBI) como sua medida de crime. Talvez essa não seja uma medida válida, uma vez que uma grande parcela de crimes não é registrada na polícia.

Como mostra a Figura 2.3, para realizar estudos de caso, encontram-se disponíveis três táticas para aumentar a validade do constructo. A primeira é a utilização de *várias fontes de evidências*, de tal forma que incentive linhas convergentes de investigação, e essa tática é relevante durante a coleta de dados (veja o Capítulo 4). Uma segunda tática é estabelecer um *encadeamento de evidências*, também relevante durante a coleta de dados (Capítulo 4). A terceira tática é fazer com que o rascunho do relatório do estudo de caso seja revisado por informantes-chave (um procedimento descrito em detalhes no Capítulo 6).

## Validade interna

Esse segundo teste recebeu a maior atenção na pesquisa experimental e quase-experimental (veja Campbell & Stanley, 1966; Cook & Campbell, 1979). Foram identificadas numerosas "ameaças" à validade interna, principalmente as que tratavam de efeitos espúrios. No entanto, como tantos livros-texto já deram atenção a essa questão, apenas dois pontos precisam ser mencionados aqui.

Primeiro, a validade interna é uma preocupação apenas para estudos de caso causais (ou explanatórios), nos quais o pesquisador conclui, equivocadamente, que há uma relação causal entre x e y sem saber que um terceiro fator – z – pode, na verdade, ter causado y, e o projeto de pesquisa não foi bem-sucedido ao tratar com alguma ameaça à validade interna. Observe que essa lógica não é aplicável aos estudos descritivos ou exploratórios (se os estudos forem estudos de caso, levantamentos ou experimentos), que não estão preocupados em fazer proposições causais.

Segundo, a preocupação com a validade interna, para a pesquisa de estudo de caso, pode ser estendida ao problema mais amplo de se fazer inferências. Basicamente, um estudo de caso inclui uma inferência toda vez que um evento não pode ser diretamente observado. Assim, o pesquisador "inferirá" que um evento em particular foi o resultado de alguma ocorrência anterior, com base em evidências obtidas de entrevistas e documentários coletados como parte do estudo de caso. É a inferência correta? Todas as explanações e possibilidades foram consideradas? As evidências são convergentes? Parecem ser evidências herméticas? Um projeto de pesquisa que antecipou essas questões já começou a lidar com o problema global de fazer inferências e, por conseguinte, com o problema específico da validade interna.

Entretanto, as táticas específicas para alcançar esse resultado são difíceis de serem identificadas. Isso se mostra especialmente verdadeiro ao se fazer estudos de caso. Como conjunto de sugestões, a Figura 2.3 mostra que a tática analítica de *adequação ao padrão*, já mencionada mas que será explicada em maiores detalhes no Capítulo 5, é uma maneira de aplicar validade interna. Duas táticas analíticas relacionadas, *construção da explanação* e *análise de séries temporais*, também são descritas no Capítulo 5.

## Validade externa

O terceiro teste trata do problema de saber se as descobertas de um estudo são generalizáveis além do estudo de caso imediato. No exemplo mais simples, se um estudo sobre as alterações ocorridas em um bairro tiver como foco apenas um bairro, os resultados são aplicáveis a outro bairro? O problema da validade externa constitui um grande obstáculo ao realizar estudos de caso. Os críticos geralmente afirmam que casos únicos oferecem uma base muito pobre para generalizar a partir deles. Esses críticos, no entanto, estão implicitamente comparando a situação à pesquisa feita através de levantamentos de dados, nas quais se generaliza facilmente a amostragem (se corretamente selecionada) a um universo mais amplo. *Essa analogia com amostragens e universos mostra-se incorreta quando se trata de estudos de caso.* Isso ocorre porque a pesquisa com base em levantamentos baseia-se em generalizações *estatísticas*, ao passo que os estudos de caso (da mesma forma com experimentos) baseiam-se em generalizações *analíticas*. Na generalização analítica, o pesquisador está tentando generalizar um conjunto particular de resultados a alguma teoria mais abrangente (veja o QUADRO 7).

Por exemplo, a teoria sobre as mudanças ocorridas no bairro que levou a um estudo de caso em primeiro lugar é a mesma teoria que ajudará a identificar os outros casos aos quais os resultados são generalizáveis. Se um estudo tivesse como foco a "melhoria da qualidade de vida" do bairro (veja Auger, 1979), o procedimento para escolher um bairro para o estudo também teria de identificar aqueles bairros nos quais a melhoria estivesse ocorrendo.



**QUADRO 7**

**Como os estudos de caso podem ser generalizados para uma teoria**

Uma reclamação muito comum que se faz sobre os estudos de caso é que é muito difícil generalizar de um caso a outro. Os analistas, dessa forma, caem na armadilha de tentar selecionar um caso ou um conjunto "representativo" de casos. Ainda assim, é muito provável que nenhum conjunto de casos, por maior que seja, consiga dar conta, satisfatoriamente, dessa reclamação.

O problema reside na própria noção de generalização a outros estudos de caso. De preferência, o analista deveria tentar generalizar suas descobertas para uma "teoria", em analogia à maneira como o cientista generaliza de resultados experimentais para teorias (observe que o cientista não tenta selecionar experimentos "representativos").

Essa abordagem é bem ilustrada por Jane Jacobs em seu famoso livro, *The Death and Life of Great American Cities* (1961). O livro se baseia principalmente em experiências realizadas em Nova York. Os tópicos dos capítulos, no entanto, antes de refletirem as experiências singulares de Nova York, tratam de questões teóricas mais amplas sobre o planejamento urbano, como a importância das calçadas, a função dos parques de bairro, a necessidade pelas condições básicas de sobrevivência, por quadras pequenas e os processos de formação e dissolução de favelas. No conjunto, essas questões representam, na verdade, a formulação de uma teoria sobre o planejamento urbano.

O livro de Jacob acabou criando uma controvérsia acalorada na área do planejamento urbano. Como resultado parcial, foram feitas novas investigações empíricas em outros locais para se examinar uma ou outra faceta de suas ricas e instigantes idéias. A *teoria* dela, em essência, tornou-se o instrumento para se examinar outros dados, e ainda é uma contribuição significativa à arte do planejamento urbano.

Em princípio, as teorias sobre a mudança em todas as regiões seriam o alvo ao qual os resultados poderiam ser generalizados mais tarde.

A generalização não é automática, no entanto. Deve-se testar uma teoria através da replicação das descobertas em um segundo ou mesmo em um terceiro local, nos quais a teoria supõe que deveriam ocorrer os mesmos resultados. Uma vez que seja feita essa replicação, os resultados poderiam ser aceitos por um número muito mais amplo de bairros semelhantes, mesmo que não se realizem mais replicações. Essa *lógica de replicação* é a mesma que subjaz a utilização de experimentos (e permite que os cientistas generalizem de um experimento a outro); como mostrado na Figura 2.3, ela será discutida em maiores detalhes neste capítulo, na seção sobre projetos de casos múltiplos.

## Confiabilidade

A maioria das pessoas geralmente já está familiarizada com esse teste final. O intuito é certificar-se de que, se um pesquisador seguiu exatamente os mesmos procedimentos descritos por outro que veio antes dele e conduziu o mesmíssimo estudo de caso novamente, o último pesquisador deve chegar às mesmas descobertas e conclusões (observe que a ênfase está em fazer o *mesmo* estudo de caso novamente, e não em "replicar" os resultados de um caso ao fazer *outro* estudo de caso). A confiabilidade serve para minimizar os erros e as visões tendenciosas de um estudo.

Um outro pré-requisito que permite a esse pesquisador repetir um estudo de caso anterior é a necessidade de documentar os procedimentos adotados nesse caso. Sem essa documentação, você nem mesmo poderia repetir o seu próprio trabalho (que é outra maneira de se lidar com a confiabilidade). No passado, os procedimentos da pesquisa do estudo de caso foram escassamente documentados, fazendo com que os revisores externos do estudo de caso suspeitassem da confiabilidade do estudo. Para evitar isso, será discutido em detalhes no Capítulo 3 o uso de um *protocolo de estudo de caso* para dar conta do problema da documentação, e no Capítulo 4 será descrita outra técnica, o desenvolvimento de um *banco de dados para o estudo de caso*.

A maneira geral de se aproximar do problema da confiabilidade é tornar as etapas do processo o mais operacionais possível e conduzir a pesquisa como se alguém estivesse sempre olhando por cima do seu ombro. Na contabilidade, sempre se está ciente de que qualquer conta poderá sofrer uma auditoria. Nesse sentido, o auditor está também realizando uma verificação de confiabilidade e deve ser capaz de produzir os mesmos resultados se forem seguidos os mesmos procedimentos. Dessa forma, uma boa diretriz para realizar estudos de caso é conduzir a pesquisa de forma que um auditor possa repetir os procedimentos e chegar aos mesmos resultados.

*Resumo*. Há quatro testes que podem ser considerados relevantes ao julgar a qualidade de um projeto de pesquisa. Ao projetar e realizar estudos de caso, várias táticas encontram-se disponíveis quando se lida com esses testes, embora nem todas as técnicas ocorram no estágio formal de planejar um estudo de caso. Algumas delas ocorrem durante a coleta de dados, a análise de dados, ou durante as fases de constituição da pesquisa e são, por conseguinte, descritas em maiores detalhes nos capítulos subseqüentes deste livro.

## PROJETOS DE ESTUDO DE CASO

Essas características gerais dos projetos de pesquisa servem como pano de fundo ao se considerar projetos específicos para os estudos de caso. Serão



discutidos quatro tipos de projetos, baseados em uma matriz 2 x 2 (veja a Figura 2.4). A matriz presume que estudos de caso único e de casos múltiplos refletem situações de projeto diferentes e que, dentro desses dois tipos, também pode haver unidades unitárias ou múltiplas de análise. Assim, para a estratégia de estudo de caso, os quatros tipos de projetos são:

a) projetos de caso único (holísticos);
b) projetos de caso único (incorporados);
c) projetos de casos múltiplos (holísticos);
d) projetos de casos múltiplos (incorporados).

A seguir, o fundamento lógico para esses quatro tipos de projeto.

## Quais são os projetos de caso único em potencial?

*Fundamento lógico para projetos de caso único*. Uma distinção básica que deve ser feita ao projetar estudos de caso é entre projetos de caso *único* e de casos *múltiplos*. Significa a necessidade de decidir, antes da coleta de dados, se será utilizado um estudo de caso único ou de casos múltiplos ao formular as questões da pesquisa.

O estudo de caso único é um projeto apropriado em várias circunstâncias. Primeiro, recorde-se de que um estudo de caso único é análogo a um experimento único, e muitas das condições que servem para justificar um experimento

**Figura 2.4** Tipos básicos de projetos para os estudos de caso.
FONTE: COSMOS Corporation

único também justificam um estudo de caso único. Encontra-se um fundamento lógico para um caso único quando ele representa o *caso decisivo* ao testar uma teoria bem-formulada (observe novamente a analogia a um experimento decisivo). A teoria especificou um conjunto claro de proposições, assim como as circunstâncias nas quais se acredita que as proposições sejam verdadeiras. Para confirmar, contestar ou estender a teoria, deve existir um caso único, que satisfaça todas as condições para testar a teoria. O caso único pode, então, ser utilizado para se determinar se as proposições de uma teoria são corretas ou se algum outro conjunto alternativo de explanações possa ser mais relevante. Dessa maneira, como a comparação de Graham Allison de três teorias para o funcionamento burocrático e a crise dos mísseis em Cuba (descritas no Capítulo 1, QUADRO 2), o caso único pode significar uma importante contribuição à base de conhecimento e à construção da teoria. Tal estudo pode até mesmo nos ajudar a redirecionar investigações futuras em uma área inteira (veja o QUADRO 8 para obter outro exemplo, na área da inovação organizacional).

**QUADRO 8**
**O estudo de caso único como o caso decisivo**

Um fundamento lógico para selecionar um projeto de caso único, no lugar de um projeto de casos múltiplos, é que o caso único representa o *teste decisivo de uma teoria significativa*. Neal Gross *et al.* utilizaram esse projeto ao darem atenção a uma única escola em seu livro, *Implementing Organizational Innovations* (1971).

A escola foi selecionada porque já apresentava um histórico de inovações, de forma que não se poderia afirmar que sofresse de "obstáculos a inovações". Nas teorias em vigência, esses obstáculos haviam sido citados como os principais responsáveis pelo fracasso das inovações. Gross *et al.* demonstraram que, nesta escola, as inovações também foram malsucedidas, mas que a falta de êxito não poderia ser atribuída a qualquer tipo de obstáculo. Foram os processos de implantação das inovações os responsáveis pelos resultados.

Dessa maneira, o livro, embora fique limitado a um caso único, representa um divisor de águas na teoria da inovação. Antes do estudo, os especialistas tinham como foco a identificação de obstáculos; a partir deste estudo, a literatura deteve-se muito mais na questão dos estudos do processo de implantação.



Um segundo fundamento lógico para um caso único é aquele em que o caso representa um *caso raro ou extremo*. Essa é, em geral, a situação na psicologia clínica, na qual uma lesão ou um distúrbio específico pode ser tão raro que vale a pena documentar e analisar qualquer caso único. Por exemplo, uma síndrome clínica rara é a incapacidade que certos pacientes clínicos possuem de reconhecer seus entes queridos, amigos, fotos de pessoas famosas ou (em alguns casos) sua própria imagem no espelho. Essa síndrome parece acometer esses pacientes devido a alguma lesão física no cérebro. A síndrome, entretanto, ocorre tão raramente que os cientistas ainda não foram capazes de estabelecer padrões comuns (Yin, 1970, 1978). Em tais circunstâncias, o estudo de caso único é um projeto de pesquisa apropriado sempre que se encontrar uma nova pessoa com a síndrome – conhecida como prosopagnósia. O estudo de caso documentaria as capacidades e incapacidades da pessoa para se determinar a natureza precisa do problema de se reconhecer rostos, mas também para se averiguar se existem distúrbios relacionados.

O terceiro fundamento para um estudo de caso único é o *caso revelador*. Essa situação ocorre quando o pesquisador tem a oportunidade de observar e analisar um fenômeno previamente inacessível à investigação científica, como o *Street Corner Society*, de Whyte, descrito no Capítulo 1, QUADRO 1. Um exemplo mais recente é o famoso estudo de caso de Elliot Liebow sobre os negros desempregados, *Tally's Corner* (veja o QUADRO 9). Liebow teve a oportunidade de conhecer alguns homens em um bairro de Washington, DC, e ver como era o dia-a-dia deles. Suas observações e suas impressões sobre o problema do desemprego transformaram-se em um importante estudo de caso, uma vez que poucos cientistas sociais tinham tido anteriormente a oportunidade de investigar esses problemas, mesmo sabendo que eram facilmente encontrados em todo o país (distinto do caso raro ou único). Quando outros pesquisadores têm oportunidades semelhantes e podem desvendar alguns fenômenos predominantes previamente inacessíveis aos cientistas, as condições justificam a utilização de um estudo de caso único, tendo como base sua natureza reveladora.

Esses três fundamentos representam as razões principais para conduzir um estudo de caso único. Há outras situações em que o estudo de caso único pode ser conduzido como introdução a um estudo mais apurado, como o uso de estudos de caso como mecanismos exploratórios ou a condução de um caso-piloto que é o primeiro de um estudo de casos múltiplos. Nesses últimos casos ilustrativos, no entanto, o estudo de caso único não pode ser encarado como um estudo completo em si mesmo.

Qualquer que seja o fundamento lógico ao realizar estudos de caso (e pode haver outros fundamentos além dos três mencionados), a vulnerabilidade em potencial do projeto de caso único é que o caso pode, mais tarde, acabar

**QUADRO 9**
**O caso revelador como caso único**

Outro fundamento lógico para se selecionar um projeto de caso único, em vez de um projeto de casos múltiplos, é que o pesquisador tem acesso a uma situação previamente inacessível à observação científica. Vale a pena, portanto, conduzir um estudo de caso porque a informação descritiva por si só será reveladora.

Esta era a situação no clássico estudo sociológico de Elliot Liebow, *Tally's Corner* (1967). O livro fala sobre um simples grupo de homens negros, que moram em um bairro pobre no centro da cidade. Ao ajudá-los, o autor conseguiu aprender um pouco sobre o estilo de vida deles, seu comportamento em situações difíceis e, em particular, a maneira como encaravam o desemprego e o fracasso. O livro apresenta impressões de uma subcultura que durante muito tempo predominou em muitas cidades americadas, mas cuja compreensão nunca foi muito clara. O caso único mostrou como poderiam ser feitas investigações desses tópicos, estimulando novas pesquisas na área e o eventual desenvolvimento de políticas de ação.

não sendo o caso que se pensava que fosse no princípio. Projetos de caso único, portanto, exigem uma investigação cuidadosa do caso em potencial para minimizar as chances de uma representação equivocada e para maximizar o espaço necessário para se coletar as evidências do estudo de caso. Uma advertência considerável é não se comprometer com o caso único até que essas preocupações maiores sejam neutralizadas.

*Estudos de casos incorporados versus holísticos.* O mesmo estudo de caso pode envolver mais de uma unidade de análise. Isso ocorre quando, dentro de um caso único, se dá atenção a uma subunidade ou a várias subunidades (veja o QUADRO 10). Por exemplo, embora um estudo de caso possa tratar de um simples programa público, devem constar na análise os resultados dos projetos individuais dentro do programa (e possivelmente até mesmo algumas análises quantitativas de um número maior de projetos). Em um estudo organizacional, as unidades incorporadas também podem ser unidades de "processo" – como reuniões, funções ou locais determinados. Em todas essas situações, pode-se selecionar as unidades incorporadas através de amostragens ou técnicas de grupo (McClintock, 1985). De qualquer maneira que as unidades sejam selecionadas, o projeto resultante seria denominado *projeto de estudo de caso incorporado* (veja a Figura 2.4, Tipo 2). Em contraste, se o estudo de caso examinasse apenas a natureza global de um programa ou de uma organização, um *projeto holístico* seria a denominação utilizada (veja a Figura 2.4, Tipo 1).



**QUADRO 10**
**Um projeto incorporado de caso único**

*Union Democracy* (1956) é um estudo de caso muito respeitado feito por três eminentes acadêmicos – Seymour Martin Lipset, Martin Trow e James Coleman. É um estudo sobre a política interna da International Typographical Union e envolve *várias* unidades de análise (veja a tabela na próxima página). A unidade principal foi a organização como um todo, a menor unidade foi um membro em particular da união e várias unidades intermediárias também foram importantes. A cada nível de análise, foram utilizadas técnicas diferentes de coleta de dados, variando da análise histórica à análise de levantamentos.

Ambas as variações de estudos de caso único possuem pontos fortes e fracos distintos. O projeto holístico é vantajoso quando não é possível identificar nenhuma subunidade lógica e quando a teoria em questão subjacente ao estudo de caso é ela própria de natureza holística. Surgem problemas em potencial, no entanto, quando a abordagem global permite que o pesquisador deixe de examinar qualquer fenômeno específico em detalhes operacionais. Outro problema típico com o projeto holístico é que o estudo de caso por inteiro pode ser conduzido em um nível abstrato, desprovido de dados ou medidas claras.

Um problema extra com o projeto holístico é que toda a natureza do estudo de caso pode se alterar, sem o conhecimento do investigador, durante a realização do estudo. As questões iniciais do estudo podem apresentar uma orientação, mas, à medida que o estudo avança, pode surgir uma orientação diferente, e as evidências começam a se voltar para questões diferentes. Embora algumas pessoas afirmem que essa flexibilidade é o ponto forte da abordagem de estudo de caso, na verdade a maior crítica aos estudos de caso se baseia nesse tipo de mudança – no qual o projeto de pesquisa original não é mais adequado às questões da pesquisa que estão sendo feitas (veja Yin, Bateman, & Moore, 1983). Devido a esse problema, é preciso se evitar esse deslize insuspeitado; se as questões relevantes da pesquisa realmente mudarem, você simplesmente deveria recomeçar todo o trabalho, com um novo projeto de pesquisa. Uma maneira de aumentar a percepção a esse tipo de deslize é possuir um conjunto de subunidades. Com elas, um projeto incorporado pode servir como um importante mecanismo para focalizar uma investigação de estudo de caso.

Um projeto incorporado, no entanto, também apresenta algumas armadilhas. A maior delas ocorre quando o estudo de caso concentra-se somente no nível de subunidades e não consegue retornar a uma unidade maior de

**QUADRO 10 (*continuação*)**
**Tipos de dados**

| *Unidades sendo caracterizadas* | *Sistema total* | *Unidades intermediárias* | | *Indivíduos* | |
|---|---|---|---|---|---|
| | *Temas; Dados profissionais; Leis sindicais; Políticas; Dados históricos; Relatórios de convenções* | *Histórico dos habitantes e registros de votação; Questões em nível local; Número de habitantes* | *Registros de votação das lojas; Número de lojas* | *Entrevistas com líderes* | *Entrevistas da amostragem de homens* |
| A ITU como um todo | Propriedades estruturais, ambientais, comportamentais | Por inferência, rede de comunicação (estrutural) | | | |
| Habitantes | Propriedades comportamentais (militância, p.ex.) | Propriedades comportamentais, tamanho | Por inferência, rede de comunicação (estrutural) | Propriedades estruturais, ambientais, comportamentais | |
| Lojas | | | Propriedades comportamentais, tamanho | | Distribuição de propriedades individuais |
| Outro ambiente social imediato de homens | O clima social, por inferência de questões dominantes e do resultado das eleições | O clima social, por inferência de questões dominantes e do resultado das eleições | | | Atribuições do presidente da capela; atribuições dos amigos |
| Homens | Por inferência, valores e interesses dominantes | Por inferência: valores, interesses e lealdade (p.ex., o local sobre o internacional) | Por inferência: valores, interesses, lealdade (p.ex., fazer compras no local) | Por inferência: valores | Comportamento, conhecimento, valores, atitudes |

FONTE: Lipset, Trow, & Coleman (1956, p. 422). Reimpresso com permissão.



análise. A avaliação de um programa que inclui as características do projeto como subunidade de análise, por exemplo, torna-se um estudo do projeto em si se não se fizer nenhuma investigação na unidade maior – ou seja, o "programa". Da mesma forma, o estudo do clima organizacional de uma empresa pode apresentar os funcionários em si como subunidade de estudo. No entanto, se os dados puserem em evidência somente os funcionários, o estudo se transformará, na verdade, em uma investigação sobre o emprego e não sobre a organização. O que aconteceu é que os fenômenos originais de interesse (o clima organizacional) tornaram-se o contexto e não o objetivo do estudo.

*Resumo*. Casos únicos representam um projeto comum para realizar estudos de caso, e foram descritas duas etapas: as que utilizam projetos holísticos e as que utilizam unidades incorporadas de análise. No geral, o projeto de caso único é eminentemente justificável sob certas condições – nas quais o caso representa um teste crucial da teoria existente, nas quais o caso é um evento raro ou exclusivo ou nas quais o caso serve a um propósito revelador.

Uma etapa fundamental ao projetar e conduzir um caso único é definir a unidade de análise (ou o próprio caso). É necessária uma definição operacional e devem-se tomar algumas precauções – antes que se assuma um compromisso total com o estudo de caso como um todo – para garantir que o caso, na verdade, seja relevante ao tema e às questões de interesse.

Ainda podem ser acrescentadas subunidades de análises em um caso único, de forma que se possa desenvolver um projeto mais complexo – ou incorporado. As subunidades podem freqüentemente acrescentar oportunidades significativas a uma análise extensiva, realçando o valor das impressões em um caso único. No entanto, se for dada atenção demasiada a essas subunidades, e se os aspectos holísticos mais amplos do caso começarem a ser ignorados, o próprio estudo de caso terá sua orientação alterada e sua natureza modificada. Essa alteração pode, de fato, ser justificável, mas o pesquisador não deve se surpreender com ela.

## Quais são os projetos de casos múltiplos em potencial?

O mesmo estudo pode conter mais de um caso único. Quando isso ocorrer, o estudo precisa utilizar um projeto de casos múltiplos, e esses projetos aumentaram com muita freqüência nos últimos anos. Um exemplo comum é o estudo de inovações feitas em uma escola (com salas de aula abertas, assistência extraclasse por parte dos professores ou novas tecnologias) na qual ocorrem inovações independentes em áreas diferentes. Assim, cada área pode ser o objeto de um estudo de caso individual, e o estudo como um todo teria utilizado um projeto de casos múltiplos.

*Projetos de caso único versus de casos múltiplos.* Em algumas áreas, os estudos de casos múltiplos foram considerados uma "metodologia" diferente dos estudos de caso único. Por exemplo, a antropologia e a ciência política desenvolveram um conjunto de fundamentos lógicos para se realizar estudos de caso único e um segundo conjunto para se realizar o que se está chamando de estudos "comparativos" (ou de casos múltiplos) (veja Eckstein, 1975; George, 1979). A partir da perspectiva deste livro, entretanto, a escolha entre projetos de caso único ou de casos múltiplos permanece dentro da mesma estrutura metodológica – e nenhuma distinção muito ampla é feita entre o assim chamado estudo de caso clássico (isto é, único) e estudos de casos múltiplos. A escolha é considerada uma escolha de projeto de pesquisa, com as duas sendo incluídas no âmbito da estrutura do estudo de caso.

Projetos de casos múltiplos possuem vantagens e desvantagens distintas em comparação aos projetos de caso único. As provas resultantes de casos múltiplos são consideradas mais convincentes, e o estudo global é visto, por conseguinte, como sendo mais robusto (Herriott & Firestone, 1983). Ao mesmo tempo, o fundamento lógico para projetos de caso único, em geral, não pode ser satisfeito por casos múltiplos. É provável que o caso raro ou incomum, o caso crítico e o caso revelador impliquem apenas em casos únicos, por definição. Também, a condução de um estudo de casos múltiplos pode exigir tempo e amplos recursos além daqueles que um estudante ou um pesquisador de pesquisa independente possuem.

Dessa forma, a decisão de se comprometer com estudos de casos múltiplos não pode ser tomada facilmente. Cada caso deve servir a um propósito específico dentro do escopo global da investigação. Aqui, *uma percepção importante que se deve ter é considerar casos múltiplos como se consideraria experimentos múltiplos* – isto é, seguir a lógica da replicação. Isso é muito diferente de uma analogia equivocada do passado, quando se considerava erroneamente que os casos múltiplos eram semelhantes aos respondentes múltiplos em um levantamento (ou aos objetos múltiplos *dentro* de um experimento) – isto é, seguir a lógica da amostragem. As diferenças metodológicas entre essas duas visões são reveladas pelos diferentes fundamentos lógicos que subjazem a replicação, em oposição à lógica da amostragem.

*Lógica da replicação, e não da amostragem, para estudos de casos múltiplos.* A lógica da replicação é análoga àquela utilizada em experimentos múltiplos (veja Hersen & Barlow, 1976). Assim, se uma pessoa tiver acesso a apenas três casos de uma rara síndrome clínica em psicologia ou medicina, será adequado o projeto de pesquisa que prever os mesmos resultados para cada um dos casos, produzindo, dessa forma, evidências que comprovem que os três casos relacionam-se com a mesma síndrome. Se forem obtidos resultados semelhantes a partir dos três casos, diz-se que ocorreu uma replicação. Essa lógica de replicação será a mesma se uma pessoa estiver repetindo certos experimentos importantes, ficará limitada a poucos casos, devido às despesas



dificuldades de realizar práticas cirúrgicas em animais, ou será limitada pela raridade de ocorrências de uma síndrome clínica. Em cada uma dessas situações, um caso ou objeto individual será considerado um parente próximo de um experimento único, e a análise deve seguir um experimento cruzado em vez de um projeto ou de uma lógica *dentro* de um experimento.

A lógica subjacente ao uso de estudos de casos múltiplos é igual. Cada caso deve ser cuidadosamente selecionado de forma a:

a) prever resultados semelhantes (uma *replicação literal*); ou
b) produzir resultados contrastantes apenas por razões previsíveis (uma *replicação teórica*).

A capacidade de conduzir seis ou dez estudos de caso, efetivamente organizados dentro de um projeto de casos múltiplos, é análoga à capacidade de conduzir seis ou dez experimentos sobre tópicos relacionados; poucos casos (dois ou três) seriam replicações literais, ao passo que outros poucos casos (de quatro a seis) podem ser projetados para buscar padrões diferentes de replicações teóricas. Se todos os casos vierem a ser previsíveis, esses seis a dez casos, no conjunto, fornecerão uma base convincente para o conjunto inicial de proposições. Se os casos forem de alguma forma contraditórios, as proposições iniciais deverão ser revisadas e testadas novamente com outro conjunto de casos. Novamente, essa lógica é semelhante à maneira como os cientistas lidam com descobertas experimentais contraditórias.

Um passo importante em todos esses procedimentos de replicação é o desenvolvimento de uma rica estrutura teórica. A estrutura precisa expor as condições sob as quais é provável que se encontre um fenômeno em particular (uma replicação literal), assim como as condições em que não é provável que se encontre (uma replicação teórica). A estrutura teórica torna-se mais tarde o instrumento para generalizar a casos novos, novamente semelhantes ao papel desempenhado de projetos de experimentos cruzados. Ademais, da mesma forma que na ciência experimental, se alguns dos casos empíricos não funcionarem como casos previsíveis, deve-se fazer alguma modificação na teoria. Lembre-se também de que as teorias podem ser de ordem prática, e não apenas de ordem acadêmica. O estudo no QUADRO 11 contém um exemplo excelente de estudo de casos múltiplos (dois casos), cujos casos e conclusões estão unidos por uma teoria prática, orientada por uma política clara.

Tomemos outro exemplo. Poder-se-ia considerar a proposição inicial de que ocorreria um aumento na utilização de microcomputadores em repartições escolares quando essa tecnologia fosse usada tanto para aplicações administrativas quanto instrucionais, mas não para as duas. Para seguir essa proposição em um projeto de estudo de casos múltiplos, podem ser selecionados três ou quatro casos, nos quais ambos os tipos de aplicação estão presentes, para se determinar se, de fato, a utilização de microcomputadores aumentou em um certo período de tempo (a investigação estaria prevendo

**QUADRO 11**

**Estudos de casos múltiplos e uma teoria orientada por uma política**

O mercado internacional da década de 70 e 80 foi marcado pela supremacia do Japão. Boa parte de sua força foi atribuída ao papel do planejamento e do apoio centralizado de agências governamentais. Em contraste, acreditava-se que os Estados Unidos não possuíam estruturas de apoio complementares. O excelente estudo de caso (1990) de Gregory Hook chama a atenção para um contra-exemplo, freqüentemente ignorado pelos advogados: o papel do departamento de defesa dos Estados Unidos ao implantar uma política de planejamento industrial nas indústrias de defesa.

Hooks apresenta dados quantitativos sobre dois casos – a indústria aeronáutica e a indústria microeletrônica. Uma era muito mais dependente do governo do que a outra. Nos dois casos, no entanto, as provas de Hook demonstram como o departamento de defesa apoiou o desenvolvimento dessas indústrias através de ajuda financeira, garantia de demanda e apoio de P&D.

uma replicação literal nesses três ou quatro casos). Poderiam ser selecionados três ou quatro casos adicionais nos quais constassem apenas as aplicações administrativas, tendo como previsão pouco aumento na utilização (prevendo uma replicação teórica). Finalmente, seriam selecionados três ou quatro casos nos quais constassem apenas aplicações instrucionais dos microcomputadores, com a mesma previsão de pouco aumento no uso, mas por razões diferentes daquelas dos casos apenas administrativos (outra replicação teórica). Se for encontrado um grande padrão de resultados em todos esses casos múltiplos, os nove para vinte casos, no conjunto, forneceriam uma base substancial para a proposição inicial (veja o QUADRO 12 para obter outro exemplo de um projeto de replicação de casos múltiplos, na área dos estudos urbanísticos).

Essa lógica de replicação, se aplicada a experimentos ou a estudos de caso, deve ser diferenciada da lógica de amostragem comumente utilizada em levantamentos de dados. De acordo com a lógica de amostragem, presume-se que um número de respondentes (ou objetos) "represente" um grupo maior de respondentes (ou objetos), de forma que também se presume que os dados de um número menor de pessoas representem os dados que podem ser coletados do grupo inteiro.

A lógica de amostragem exige o cômputo operacional do universo ou do grupo inteiro de respondentes em potencial e, por conseguinte, o procedimento estatístico para se selecionar o subconjunto específico de respondentes que vão participar do levantamento. Essa lógica é aplicável sempre que um



**QUADRO 12**

**Um projeto de replicação, de casos múltiplos**

Um problema muito comum nas décadas de 60 e 70 era como obter bons conselhos para os governos municipais. O livro de Peter Szanton, *Not Well Advised* (1981), revê as inúmeras tentativas feitas por universidades e grupos de pesquisa de colaborar com os membros da prefeitura.

O livro é um excelente exemplo de um projeto de replicação de casos múltiplos. Szanton começa com oito estudos de caso, demonstrando como diferentes grupos universitários não conseguiram auxiliar as suas cidades. Os oito casos são "replicações" suficientes para convencer o leitor de um fenômeno geral. Szanton também fornece outros cinco estudos de caso, nos quais grupos não ligados às universidades também falharam em suas tentativas de ajudar, concluindo que o fracasso não era algo necessariamente inerente à instituição acadêmica. Um terceiro grupo de estudos, não obstante, demonstra como alguns grupos universitários conseguiram ajudar o comércio, firmas de engenharia e alguns setores que nada tinham a ver com o governo municipal. Um último conjunto de três casos revela que aqueles poucos grupos capazes de ajudar a prefeitura estavam preocupados com a implantação e não apenas com a elaboração de novas idéias, o que nos leva à importante conclusão de que os governos municipais podem ter necessidades próprias ao receberem aconselhamento.

Dentro de cada um dos quatro grupos de estudos de caso, Szanton ilustrou o princípio da replicação *literal*. No conjunto dos quatro grupos, ele exemplificou a replicação *teórica*. Esse forte projeto de estudo de caso pode e deve ser aplicado a muitos outros tópicos.

pesquisador estiver interessado em determinar a prevalência ou a freqüência de um fenômeno em particular e quando for muito caro ou simplesmente impraticável se realizar o levantamento no grupo ou no universo inteiro. É presumível que os dados resultantes de uma amostragem feita através de um levantamento sejam um espelho do grupo ou desse universo, com a estatística inferida sendo utilizada para estabelecer os intervalos de confiança para os quais essa representação é de fato acurada.

Qualquer aplicação dessa lógica de amostragem aos estudos de caso estaria mal direcionada. Primeiro, os estudos de caso, em geral, não devem ser utilizados para avaliar a incidência dos fenômenos. Segundo, um estudo de caso teria que tratar tanto do fenômeno de interesse quanto de seu contexto, produzindo um grande número de variáveis potencialmente relevantes. Isso acabaria exigindo, sucessivamente, um número inconcebivelmente grande de casos – grande demais para permitir qualquer avaliação estatística das variáveis relevantes.

Terceiro, se uma lógica de amostragem tivesse de ser aplicada a todos os tipos de pesquisa, muitos tópicos poderiam não ser empiricamente investigados, como no problema seguinte: sua investigação trata da real função da presidência dos Estados Unidos, e você está interessado em estudar o comportamento do presidente atual a partir de uma perspectiva de liderança. A perspectiva de liderança, para se manter totalmente fiel à complexidade da realidade, deve incorporar dezenas, senão centenas, de variáveis relevantes. Qualquer lógica de amostragem simplesmente estaria mal direcionada nessas circunstâncias, já que houve apenas 42 presidentes desde o começo da República nos Estados Unidos. Além disso, você provavelmente não teria os recursos necessários para conduzir um estudo completo de todos os 42 presidentes (e, mesmo se tivesse, ainda teria variáveis demais em relação aos 42 pontos de dados disponíveis). Esse tipo de estudo simplesmente não poderia ser feito seguindo-se a lógica da amostragem; seguindo-se a lógica da replicação, no entanto, o estudo seria eminentemente exeqüível.

A abordagem da replicação aos estudos de casos múltiplos encontra-se ilustrada na Figura 2.5 (essa figura deriva-se da pesquisa sobre o método do estudo de caso; veja Yin, Bateman, & Moore, 1983). A figura indica que a etapa inicial ao se projetar o estudo consiste no desenvolvimento da teoria e, em seguida, demonstra que a seleção do caso e a definição das medidas específicas são etapas importantes para o processo de planejamento e coleta de dados. Cada caso em particular consiste em um estudo completo, no qual se procuram provas convergentes com respeito aos fatos e às conclusões para o caso; acredita-se, assim, que as conclusões de cada caso sejam as informações que necessitam de replicação por outros casos individuais. Tanto os casos individuais e os resultados de casos múltiplos podem e devem ser o foco de um epítome. Para cada caso individual, o relatório deve indicar como e por que se demonstrou (ou não) uma proposição em especial. Ao longo dos casos, o parecer deve indicar a extensão da lógica de replicação e por que se previu que certos casos apresentavam certos resultados, ao passo que também se previu que outros casos – se houver – apresentavam resultados contraditórios.

Novamente, na Figura 2.5 é descrita uma lógica muito diferente daquela do projeto de amostragem. Essa é uma etapa complicada de ser apreendida e seria aconselhável você debater longamente com seus colegas antes de dar prosseguimento a qualquer projeto de estudo de caso.

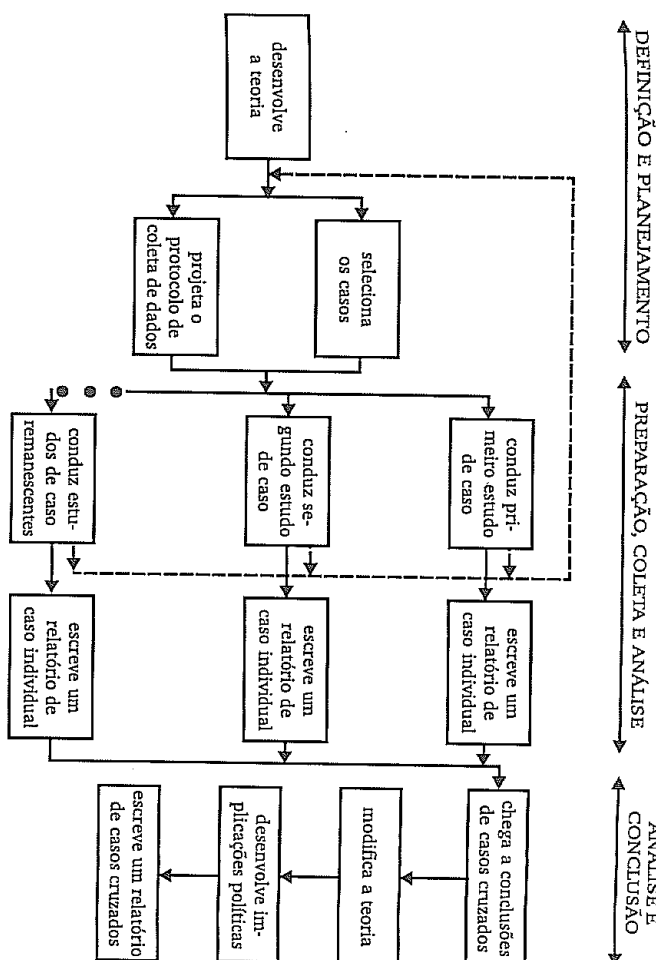
Ao utilizar um projeto de casos múltiplos, você vai se deparar com uma outra questão: o *número* de casos supostamente necessários ou suficientes para o seu estudo. Entretanto, como não deve ser utilizada uma lógica de amostragem, os critérios típicos adotados em relação ao tamanho da amostragem também se tornam irrelevantes. De preferência, você deveria pensar nessa decisão como um reflexo do número de replicações de caso – literais e teóricas – que gostaria de ter em seu estudo.



**Figura 2.5** Método de estudo de caso.
FONTE: COSMOS Corporation

Para o número de replicações literais, uma analogia adequada a partir dos estudos estatísticos é a seleção do critério para estabelecer os níveis de significância. Embora a escolha entre "p < 0,05" e "p < 0,01" não derive de qualquer fórmula, mas seja uma escolha discricionária e judiciosa, a seleção do número de replicações depende da certeza que você quer ter sobre os resultados obtidos dos casos múltiplos (da mesma forma que, quanto mais nobre for o critério para estabelecer a significância estatística, maior será a certeza que se terá com um número maior de casos). Por exemplo, você pode desejar estabelecer duas ou três replicações literais quando as teorias concorrentes forem completamente diferentes e o tema ao alcance exigir um grau excessivo de certeza. Entretanto, se as suas teorias concorrentes possuírem diferenças sutis ou se você deseja obter um alto grau de certeza, você pode solicitar com urgência cinco, seis ou até mais replicações.

Para o número de replicações teóricas, uma consideração importante a fazer diz respeito ao seu entendimento da complexidade do domínio da validade externa. Quando você não tiver certeza de que as condições externas produzirão resultados diferentes de estudo de caso, você pode desejar articu-

lar essas condições relevantes de uma forma mais explícita no princípio de seu estudo e identificar um número maior de casos que devem ser incluídos nele. Por exemplo, no exemplo do estudo realizado em um bairro, apresentado anteriormente para discutir a validade externa (veja a seção *Validade externa*), uma preocupação comum do ponto de vista da pesquisa política (p.ex., Majchrzak, 1984) é que os bairros étnica e racialmente diferentes não seguem, em geral, cursos similares de modificações. Assim, um estudo da melhoria das condições de vida nos bairros incluiria, no mínimo, alguns casos em que houvesse variações ao longo das linhas étnicas ou raciais (e *dentro* de cada tipo de caso ainda se desejaria um mínimo de duas ou três replicações literais). Em contraste, quando não se acredita que as condições externas produzam muita variação no fenômeno que está sendo estudado, é necessário um número menor de replicações teóricas.

*Estudos de casos múltiplos: holísticos ou incorporados*. O fato de que um determinado projeto exige estudos de casos múltiplos não elimina a variação identificada anteriormente nos casos únicos: cada caso em particular ainda pode ser holístico ou incorporado. Em outras palavras, um estudo de casos múltiplos pode consistir em casos múltiplos holísticos (veja a Figura 2.4, Tipo 3) ou de casos múltiplos incorporados (veja a Figura 2.4, Tipo 4).

A diferença entre esses dois projetos depende do tipo de fenômeno que está sendo estudado. Em um projeto incorporado, o estudo pode até exigir a condução de um levantamento no local que está sendo realizado cada estudo de caso. Suponha, por exemplo, que um estudo esteja interessado na prestação de serviços de diferentes centros de saúde mental comunitários (veja Larsen, 1982). Cada centro pode muito bem ser o tópico de um estudo de caso; a estrutura teórica pode prescrever que nove centros sejam incluídos como estudos de caso, três replicando um resultado direto (replicação literal) e outros seis lidando com condições contraditórias (replicações teóricas).

Em todos, utiliza-se um projeto incorporado porque serão conduzidos levantamentos entre os clientes dos centros. No entanto, os resultados de cada levantamento *não* serão reunidos para todos os centros. Em vez disso, os dados do levantamento farão parte das descobertas para cada centro em separado, ou para cada caso. Esses dados podem ser altamente quantitativos, dando atenção às atitudes e ao comportamento de cada cliente, e os dados serão utilizados juntamente com as informações de arquivo a fim de interpretar o sucesso e as operações em um centro determinado. Se, por outro lado, os dados do levantamento são obtidos para todos os centros, não se está mais utilizando um projeto de estudo de casos múltiplos, e é provável que a investigação esteja usando um levantamento no lugar de um projeto de estudo de caso.



*Resumo*. Essa seção tratou das situações em que a mesma investigação pode exigir estudos de casos múltiplos. Tais projetos estão se tornando predominantes, mas são mais caros e consomem mais tempo para serem realizados.

Qualquer utilização de projetos de casos múltiplos deve seguir uma lógica de replicação, e não de amostragem, e o pesquisador deve escolher cada caso cuidadosamente. Os casos devem funcionar de uma maneira semelhante aos experimentos múltiplos, com resultados similares (replicação literal) ou contraditórios (replicação teórica) previstos explicitamente no princípio da investigação.

O projeto de replicação não quer dizer necessariamente que cada estudo de caso necessita ser holístico ou incorporado. Os casos individuais, dentro de um projeto de estudo de casos múltiplos, podem ser qualquer um dos dois. Quando se utiliza um projeto incorporado, cada estudo de caso pode incluir, na verdade, a coleta e a análise de dados altamente quantitativos, incluindo a utilização de levantamentos em cada caso.

## Como se pode manter os projetos de estudo de caso flexíveis

Uma advertência final que se deve fazer é que um projeto de estudo de caso não é algo que esteja completado apenas no princípio de um estudo. O projeto pode ser alterado e revisado após os estágios iniciais do estudo, mas apenas sob rigorosas circunstâncias.

Como exemplo, estudos de caso *piloto* podem revelar inadequações no projeto inicial ou podem ajudar a adaptá-lo. Em um projeto de caso único, o que se considerou ser um caso exclusivo ou revelador pode acabar não sendo nenhum dos dois. Já em um projeto de casos múltiplos, a seleção de casos pode precisar ser modificada porque surgiram novas informações sobre os casos. Em outras palavras, após já ter sido realizada uma parte da coleta e da análise de dados, o pesquisador tem todo o direito de concluir que o projeto inicial possuía muitas falhas e modificá-lo. Essa é uma utilização apropriada e desejável dos estudos-piloto (veja também o Capítulo 3 para saber mais sobre os estudos de caso piloto).

Ao mesmo tempo, o pesquisador deve tomar cuidado para não alterar, sem saber, os interesses ou os objetivos teóricos. Se eles forem alterados, no lugar dos próprios casos, o pesquisador pode ser corretamente acusado de apresentar uma visão tendenciosa durante a condução da pesquisa e da interpretação das descobertas. A questão é que a flexibilidade dos projetos de estudo de caso está *na seleção de casos diferentes daqueles inicialmente identificados* (tendo a documentação adequada dessa mudança), mas não na alteração do

propósito ou dos objetivos do estudo para se adaptar ao(s) caso(s) que foi(ram) encontrado(s). A primeira situação tem mais a ver com a alteração dos experimentos quando é óbvio que um procedimento experimental é impraticável; essa última é uma modificação mais sutil, mas ainda assim ilegítima.

## EXERCÍCIOS

1. *Definindo os limites de um estudo de caso*. Selecione um tópico para um estudo de caso que você gostaria de fazer. Identifique algumas questões básicas a serem respondidas pelo estudo. A identificação dessas questões estabelece os limites do seu caso, em relação ao tempo necessário em que as evidências devem ser coletadas? A organização pertinente ou a área geográfica? O tipo de evidência que deveria ser buscada? As prioridades ao se fazer a análise?
2. *Definindo a unidade de análise para um estudo de caso*. Examine ou leia o estudo de caso *The Soul of a New Machine*. Qual é a principal unidade de análise nesse livro? Quais alternativas você leva em consideração, ou por que você selecionou a sua unidade? Execute o mesmo exercício para algum outro estudo de caso de sua escolha.
3. *Definindo um projeto de pesquisa de estudo de caso*. Selecione um dos estudos de caso descritos nos QUADROS desse livro. Descreva o projeto de pesquisa desse estudo escolhido. Como justificar as provas pertinentes a serem buscadas, dadas as questões básicas de pesquisa que devem ser respondidas? Quais métodos foram utilizados para estabelecer conclusões, com base nas provas obtidas? É um projeto de caso único ou de casos múltiplos? São unidades holísticas ou há unidades incorporadas de análise?
4. *Estabelecendo o fundamento lógico para estudos de caso único e de casos múltiplos*. Designe os fundamentos lógicos para utilizar um projeto de estudo de caso único e, depois, designe aqueles para utilizar um projeto de casos múltiplos. Dê exemplos de cada tipo de projeto, tanto dos estudos de caso descritos nos QUADROS deste livro ou de outros estudos de caso dos quais você tomou conhecimento.
5. *Definindo os critérios para julgar a qualidade dos projetos de pesquisa*. Defina os quatro critérios para julgar a qualidade dos projetos de pesquisa: (a) validade do constructo, (b) validade interna, (c) validade externa e (d) confiabilidade. Dê um exemplo de cada tipo de critério em um estudo de caso que você possa querer realizar.



## NOTA

1. A Figura 2.2 enfoca apenas o processo formal do projeto de pesquisa, não as atividades de coleta de dados. Para todos os três tipos de pesquisa, as técnicas de coleta de dados podem ser descritas como um terceiro nível e também podem conter inferências – por exemplo, para estudos de caso isso pode incluir a busca por padrões entre os tipos convergentes de evidências, como descrito em maiores detalhes no Capítulo 5; as técnicas similares de coleta de dados podem ser descritas por levantamentos ou experimentos – por exemplo, planejamento de questionários para levantamentos ou estratégias de apresentação de incentivos para experimentos.

capítulo 3

# Conduzindo estudos de caso: preparação para a coleta de dados

A preparação para realizar um estudo de caso envolve habilidades prévias do pesquisador, treinamento e preparação para o estudo de caso específico, desenvolvimento de um protocolo de estudo de caso e condução de um estudo de caso piloto. Em relação às habilidades prévias, muitas pessoas acreditam, equivocadamente, ser suficientemente capacitadas a realizar estudos de casos porque pensam que o método é fácil de ser aplicado. Na verdade, a pesquisa de estudo de caso caracteriza-se como um dos tipos mais árduos de pesquisa.

Para ajudar a preparar o pesquisador a realizar um estudo de caso de alta qualidade, deve-se planejar sessões intensivas de treinamento, desenvolver e aprimorar protocolos de estudo de caso e conduzir um estudo-piloto. Esses procedimentos são especificamente desejáveis se a pesquisa tiver como base um projeto de casos múltiplos ou envolver vários pesquisadores (ou ambas as coisas).

Nos Capítulos 1 e 2, mostrou-se que realizar um estudo de caso começa com a definição dos problemas ou temas a serem estudados e o desenvolvimento de um projeto de estudo de caso. No entanto, a maioria das pessoas associa a realização de um estudo de caso com a coleta dos dados para o estudo, e este capítulo e o seguinte concentram-se nessa atividade. Este capítulo trata da preparação para a coleta de dados; o seguinte, das técnicas de coleta propriamente ditas.

Preparar-se para a coleta de dados pode ser uma atividade complexa e difícil. Se não for realizada corretamente, todo o trabalho de investigação do

estudo de caso poderá ser posto em risco, e tudo o que foi feito anteriormente – ao definir o problema e projetar o estudo de caso – terá sido em vão.

Uma boa preparação começa com as *habilidades desejadas* por parte do pesquisador do estudo de caso. Essas habilidades raramente receberam atenção dedicada no passado. Entretanto, algumas são cruciais e podem ser aprendidas e postas em prática. Três tópicos extras também devem ser uma parte formal de qualquer preparação para um estudo de caso: o *treinamento* para um estudo de caso específico, o desenvolvimento de um *protocolo* para a investigação e a condução de um *estudo de caso piloto*. O protocolo é uma maneira especialmente eficaz de lidar com o problema de aumentar a confiabilidade dos estudos de caso. Não obstante, é preciso ter bom êxito no cumprimento desses quatro tópicos, a fim de garantir que os estudos de caso sejam conduzidos com alta qualidade e administrados uniformemente. Tudo exige uma certa dose de paciência, que sempre foi muito esquecida no passado. Cada um desses tópicos é discutido no restante deste capítulo.

## O PESQUISADOR DO ESTUDO DE CASO: HABILIDADES DESEJADAS

Muitas e muitas pessoas são levadas a utilizar a estratégia do estudo de caso por acreditarem que seja fácil. Como observado no Capítulo 1, muitos cientistas sociais – especialmente os principiantes – acreditam que a estratégia de estudo de caso pode ser dominada sem muita dificuldade. No seu entendimento, eles terão que aprender apenas um conjunto mínimo de procedimentos técnicos, que quaisquer deficiências nas habilidades formais e analíticas serão irrelevantes e que um estudo de caso apenas permitirá que eles "o relatem como ele realmente é". Nenhuma outra visão poderia estar mais distante da verdade.

Na realidade, as exigências que um estudo de caso faz em relação ao intelecto, ao ego e às emoções de uma pessoa são muito maiores do que aqueles de qualquer outra estratégia de pesquisa. Isso ocorre porque os procedimentos de coleta de dados *não* são procedimentos que seguem uma rotina. Em experimentos de laboratório ou em levantamentos, por exemplo, a fase da coleta de dados de um projeto de pesquisa pode ser conduzida em sua maioria, senão em sua totalidade, por um assistente de pesquisa. Ele deverá realizar as atividades de coleta de dados com um mínimo de comportamento discricionário, e nesse sentido a atividade seguirá uma rotina – e será muito tediosa. Não existe esse paralelo na realização dos estudos de caso.

De fato, um ponto que deve ser enfatizado ao longo deste capítulo é que as habilidades exigidas para coletar os dados para um estudo de caso são muito mais exigentes do que aquelas necessárias para realizar um experimento ou um levantamento. Nos estudos de caso, há pouco espaço para



assistente tradicional de pesquisa. De preferência, é necessário um pesquisador bem-treinado e experiente para conduzir um estudo de caso de alta qualidade devido à contínua interação entre as questões teóricas que estão sendo estudadas e os dados que estão sendo coletados. Durante a fase de coleta de dados, somente um pesquisador mais experiente será capaz de tirar vantagem de oportunidades inesperadas, em vez de ser pego por elas – e também para ter cuidado suficiente para se proteger de procedimentos potencialmente tendenciosos.

Infelizmente, não há testes para se determinar quais pessoas podem vir a se tornar bons pesquisadores de estudo de caso e quais não se tornarão. Compare essa situação, brevemente mencionada no Capítulo 1, com aquela da matemática ou mesmo de uma profissão, como o advogado. Na matemática, as pessoas podem ser classificadas graças às suas habilidades e impedir seu avanço posterior porque simplesmente não conseguem resolver certos níveis de problemas matemáticos. Da mesma forma, para exercer a advocacia, uma pessoa primeiro deve conseguir entrar em uma faculdade de direito e depois passar no "exame da Ordem" em um determinado estado norte-americano. Novamente, muitas pessoas não são aprovadas em sua área de atuação por não conseguirem passar em nenhum desses testes.

Não existem mecanismos como esses para avaliar as habilidades necessárias a um estudo de caso. No entanto, uma lista básica de habilidades comumente exigidas incluiria o seguinte:

- Uma pessoa deve ser capaz de *fazer boas perguntas* – e interpretar as respostas.
- Uma pessoa deve *ser uma boa ouvinte* e não ser enganada por suas próprias ideologias e preconceitos.
- Uma pessoa deve *ser capaz de ser adaptável e flexível*, de forma que as situações recentemente encontradas possam ser vistas como oportunidades, não ameaças.
- Uma pessoa deve *ter uma noção clara das questões que estão sendo estudadas*, mesmo que seja uma orientação teórica ou política, ou que seja de um modo exploratório. Essa noção tem como foco os eventos e as informações relevantes que devem ser buscadas a proporções administráveis.
- Uma pessoa deve *ser imparcial em relação a noções preconcebidas*, incluindo aquelas que se originam de uma teoria. Assim, uma pessoa deve ser sensível e estar atenta a provas contraditórias.

Cada um desses atributos é descrito a seguir. Muitos deles podem ser corrigidos, e qualquer pessoa que não possua uma ou mais dessas habilidades pode desenvolvê-la(s). Mas, em primeiro lugar, todos devem ser honestos na hora de avaliar suas próprias capacidades.

## Fazendo perguntas

Uma mente indagadora é um importante pré-requisito *durante* a coleta de dados, não apenas antes ou após a atividade. A coleta de dados segue um plano formal, mas as informações específicas que podem se tornar relevantes a um estudo de caso não são previsíveis imediatamente. À medida que você realiza um trabalho de campo, você deve constantemente se perguntar por que os eventos ocorreram ou estão ocorrendo. Se for capaz de fazer boas perguntas, você também ficará mental e emocionalmente exausto ao final de um dia no campo. Isso é completamente diferente da experiência de coletar dados experimentais ou provenientes de levantamentos, em que a pessoa pode até ficar fisicamente cansada, mas não foi mentalmente testada após um dia de coleta.

Uma percepção que se deve ter ao fazer boas perguntas é compreender que a pesquisa baseia-se em perguntas e não necessariamente em respostas. Se você é do tipo de pessoa para quem uma resposta tentadora já leva a uma quantidade enorme de novas questões, e se essas questões eventualmente se juntam a algum estudo significativo sobre como e por que o mundo funciona desta maneira, é provável que você seja um bom entrevistador.

## "Ouvindo"

O ato de ouvir envolve observar e perceber de uma maneira mais genérica e não se limita a uma modalidade meramente auricular. Ser um bom ouvinte significa ser capaz de assimilar um número enorme de novas informações sem pontos de vista tendenciosos. À medida que um entrevistado relata um incidente, o bom ouvinte escuta as palavras exatas utilizadas (algumas vezes, a terminologia reflete uma importante orientação), captura o humor e os componentes afetivos e compreende o contexto a partir do qual o entrevistado está percebendo o mundo.

Esse tipo de habilidade também precisa ser aplicado durante a verificação de provas documentais, assim como durante a observação direta de situações da vida real. Ao revisar documentos, uma boa pergunta a fazer é se há qualquer mensagem importante nas *entrelinhas*; quaisquer inferências, naturalmente, precisariam ser corroboradas com outras fontes de informação, mas é possível obter revelações importantes dessa maneira. "Ouvintes" não-atentos podem até mesmo não perceber que pode haver informações nas entrelinhas. Outras pessoas que apresentam deficiências nesse atributo são aquelas de mente fechada ou que têm memória fraca.



## Adaptatividade e flexibilidade

Pouquíssimos estudos de caso terminarão exatamente como foram planejados. Inevitavelmente, você terá que fazer pequenas, quando não grandes, alterações, que variam da necessidade de tomar uma direção inesperada (uma alteração potencialmente pequena) à necessidade de identificar um novo "caso" para um estudo (alteração potencialmente grande). O pesquisador habilidoso deve lembrar do propósito inicial da investigação, mas aí, se ocorrerem eventos imprevistos, ele provavelmente desejará alterar os procedimentos ou os planos (veja o QUADRO 13).

Quando se faz uma modificação no estudo inicial, deve-se manter uma perspectiva equânime e reconhecer aquelas situações em que, na verdade, uma investigação totalmente nova deve estar em marcha. Quando isso ocorre, muitas etapas já concluídas – incluindo o projeto inicial do estudo de caso – devem ser repetidas e documentadas novamente. Uma das piores queixas que se faz à condução da pesquisa de estudo de caso é que os pesquisadores alteram os rumos da pesquisa sem saber que seu projeto original de pesquisa era inadequado à investigação revista, permitindo, dessa forma, que várias lacunas e tendências permanecessem desconhecidas. Assim, a necessidade de equilibrar a adaptatividade com *rigor* – mas não com *rigidez* – não pode receber uma ênfase demasiada.

**QUADRO 13**
**Mantendo a flexibilidade ao projetar um estudo de caso**

O estudo do comportamento em grandes agências governamentais (*The Dynamics of Bureaucracy*, 1955), realizado por Peter Blau, ainda é valorizado pelo seu discernimento ao enfocar a relação entre a organização formal e informal dos grupos de trabalho.

Embora o estudo centralize-se em duas agências governamentais, não foi o projeto inicial de Blau. Como o autor mesmo menciona, Blau primeiro tinha a intenção de estudar uma organização e depois acabou mudando de planos para comparar duas organizações – uma pública e uma privada (p. 272-273). Contudo, suas tentativas iniciais de obter acesso a uma empresa privada não foram bem-sucedidas, e, nesse meio tempo, ele desenvolveu um fundamento lógico mais forte para comparar duas agências governamentais, mas de tipos diferentes.

Essas alterações nos planos iniciais são exemplos das espécies de mudança que podem ocorrer no projeto de um estudo de caso, e a experiência de Blau mostra como um pesquisador habilidoso pode tirar proveito de oportunidades inconstantes e de alterações nas relações teóricas, a fim de produzir um estudo de caso clássico.

## Compreensão das questões que estão sendo estudadas

A principal maneira de manter a meta original é, evidentemente, entender desde o início o propósito da investigação do estudo de caso. Cada pesquisador de estudo de caso deve entender as questões teóricas e políticas, pois é preciso fazer julgamentos (e demonstrar inteligência) durante a fase de coleta de dados. Sem uma noção muito clara das questões em discussão, você poderia deixar passar pistas importantes e não saberia identificar uma mudança no curso do estudo quando ele fosse aceitável ou mesmo desejável. O ponto-chave é que a coleta de dados para um estudo de caso não se trata meramente de *registrar* os dados mecanicamente, como se faz em alguns outros tipos de pesquisa. Você deve ser capaz de interpretar as informações como estão sendo coletadas e saber imediatamente, por exemplo, se as diversas fontes de informação se contradizem e levam à necessidade de evidências adicionais – como faz um bom detetive.

De fato, o papel do detetive oferece algumas contribuições positivas ao trabalho de campo do estudo de caso. Observe que o detetive chega na cena *depois* que o crime aconteceu e foi chamado basicamente para fazer *inferências* sobre o que realmente pode ser apreendido do local. As inferências, por sua vez, devem se basear em evidências convergentes provenientes das vítimas e de artefatos físicos, assim como de elementos indeterminados de senso comum. Finalmente, o detetive pode ter que fazer inferências sobre vários crimes, a fim de determinar se foi o mesmo criminoso que os cometeu. Essa última etapa é semelhante à lógica de replicação, subjacente aos estudos de casos múltiplos.

## Ausência de viés

Todas as condições precedentes serão invalidadas se o pesquisador procurar utilizar o estudo de caso apenas para comprovar uma posição preconcebida. Os pesquisadores de estudos de casos geralmente estão propensos a esse problema porque eles devem compreender as questões e agir com discrição (veja Becker, 1958, 1967). Em contraste, é muito provável que o tradicional assistente de pesquisa, embora mecanicista e possivelmente até mesmo descuidado, introduza algum tipo de viés na pesquisa.

Um teste a essas idéias preconcebidas é até que ponto você está aberto a descobertas contrárias ao que comumente se esperaria. Por exemplo, os pesquisadores que estudam organizações "sem fins lucrativos" podem se surpreender ao descobrir que muitas dessas organizações são motivadas por idéias empresariais e capitalistas. Se tais descobertas se baseiam em evidências convincentes, as conclusões do estudo de caso teriam que espelhar essas descobertas contrárias. Para testar sua própria tolerância a descobertas contrárias, exponha suas descobertas preliminares – quando possivelmente ainda estiver



na fase de coleta de dados – a dois ou três colegas criteriosos. Eles devem oferecer explicações e sugestões alternativas para a coleta de dados. Se a busca por descobertas contrárias puder produzir contestações documentáveis, a probabilidade de haver idéias preconcebidas na pesquisa será reduzida.

# TREINAMENTO E PREPARAÇÃO PARA UM ESTUDO DE CASO ESPECÍFICO

A chave para compreender o treinamento necessário à coleta de dados para o estudo de caso é compreender que cada pesquisador deve ser capaz de trabalhar como um pesquisador "sênior". Uma vez no campo de pesquisa, todo pesquisador de campo é um pesquisador independente e não pode confiar em fórmulas rígidas para orientar seu comportamento. O pesquisador deve sempre ser capaz de tomar decisões inteligentes sobre os dados que estão sendo coletados.

Nesse sentido, o treinamento para uma investigação de estudo de caso começa, na verdade, com a definição do problema sob estudo e o desenvolvimento do projeto de estudo de caso. Se essas etapas forem satisfatoriamente conduzidas, como descrito nos Capítulos 1 e 2, será necessário um esforço extra mínimo, especialmente se houver apenas um pesquisador no estudo de caso.

Acontece que uma investigação de estudo de caso deve contar com *vários pesquisadores*, devido a qualquer uma das três condições abaixo:

1. um caso único exige uma coleta de dados intensiva no mesmo local, o que precisaria de uma "equipe" de pesquisadores (veja o QUADRO 14);
2. um estudo de caso envolve casos múltiplos, necessitando-se de pessoas diferentes para trabalhar em cada local ou para se revezar entre eles; ou
3. existe a combinação das duas primeiras condições.

Além disso, alguns membros da equipe de pesquisa podem não ter participado da definição inicial do problema ou das fases de planejamento da pesquisa de um estudo. Sob tais condições, o treinamento e a preparação formal são prelúdios essenciais à real coleta de dados.

## Treinamento de estudos de caso como seminários

Quando vários pesquisadores devem ser treinados, eles podem trabalhar para se tornarem pesquisadores "seniores", caso o treinamento tome a forma de um seminário em vez de uma mera instrução de rotina. Como em um seminá-

**QUADRO 14**

**A logística da pesquisa de campo, entre 1924-1925**

Agendar atividades e obter acesso a fontes relevantes de evidências são atos importantes para a *administração* de um estudo de caso. O pesquisador moderno pode achar que essas atividades surgiram apenas com o crescimento da "grande" ciência social, durante as décadas de 60 e 70.

Em um famoso estudo de campo realizado há 70 anos, no entanto, muitas das mesmas técnicas de administração já haviam sido postas em prática. Os dois principais pesquisadores e suas equipes abriram um escritório local na cidade em que estavam estudando, e esse escritório foi utilizado pela equipe de outro projeto por longos períodos de tempo. A partir dessa posição favorável, a equipe de pesquisa participou da vida local, examinou documentos, compilou estatísticas, realizou entrevistas e distribuiu e coletou questionários. Cinco anos depois, esse extenso trabalho de campo rendeu a publicação do agora clássico estudo de uma pequena cidade da América, *Middletown* (1929), de Robert e Helen Lynd.

rio, deve-se reservar muito tempo para leitura, preparação para as sessões de treinamento e para as próprias sessões. Na maioria dos casos, o seminário exige pelo menos o esforço de uma semana de preparação e discussões (veja a Figura 3.1 para obter um exemplo de agenda).

Geralmente, o seminário tratará de todas as fases da investigação planejada de estudo de caso, incluindo leituras sobre o objeto de estudo, sobre as questões teóricas que levaram ao projeto do estudo de caso e os seus métodos e táticas. O objetivo do treinamento é fazer com que todos os participantes compreendam os conceitos básicos, a terminologia e os pontos relevantes ao estudo. Cada pesquisador precisa saber:

- Por que o estudo está sendo realizado.
- Quais provas estão sendo procuradas.
- Quais variações podem ser antecipadas (e o que deve ser feito se essas variações ocorrerem).
- O que constituiria uma prova contrária ou corroborativa para qualquer proposição dada.

São as discussões, e não as conferências, as partes-chave do treinamento, a fim de garantir que se alcance o nível desejado de compreensão do estudo.

Essa técnica de encarar o treinamento para o estudo de caso como um seminário pode ser contrastada com o treinamento para os entrevistadores que trabalham com levantamentos de dados. O treinamento para um levantamento envolve de fato discussões, mas enfatiza, principalmente, os itens ou a terminologia do questionário a ser utilizado e ocorre durante um período de tempo curto, porém intenso. Ademais, o treinamento não toca nos pontos gerais ou conceptuais do estudo, já que o entrevistador é dissuadido a ter qualquer entendimento mais amplo do que os mecanismos da técnica de levantamento. O treinamento que se faz para um levantamento raramente envolve qualquer tipo de leitura externa a respeito das questões essenciais, e o entrevistador do levantamento, em geral, não tem nenhum conhecimento de como os dados da pesquisa de opinião serão analisados e quais questões serão investigadas. Um resultado como esse seria insuficiente para o treinamento de um estudo de caso.



I. Propósito dos estudos de caso
II. Escolha do campo
III. Tarefas para os estudos de caso
  A. Orientação e preparação
  B. Apontamentos de campo e organização de viagens
  C. Visita ao local
  D. Redação do estudo de caso
  E. Revisão e aprovação da minuta
  F. Apontamentos de campo e organização de viagens para o próximo estudo de caso
IV. Lembretes para o treinamento
  A. Ler visão geral, guia de entrevistas e instruções de procedimento
  B. Ler sobre a realização de trabalho de campo: observando e ouvindo
    – fazer perguntas de forma indireta
    – tomar notas junto às principais seções do guia de entrevistas
  C. Ler estudo de caso modelo
  D. Manter lista de todos os contatos redigida claramente (e *com grafia correta*): nome, cargo, organização, número de telefone
  E. Coletar documentos e registros no campo e enviar com o estudo de caso; listar os documentos na forma de uma *bibliografia comentada*

**Figura 3.1** Agenda da sessão de treinamento.

## Desenvolvimento e revisão do protocolo

A próxima subseção versará sobre o *conteúdo* do protocolo para o estudo de caso. Não obstante, uma tarefa de treinamento legítima e desejável é fazer com que todos os pesquisadores do estudo de caso sejam co-autores do protocolo.

Uma tarefa mais importante do seminário de treinamento, portanto, pode ser desenvolver uma minuta para o protocolo. Nessa situação, pode-se atri-

buir a cada pesquisador uma parte dos tópicos substantivos que devem ser tratados no estudo de caso. Dessa forma, o pesquisador torna-se responsável pela revisão do material de leitura apropriado a esse tópico, acrescentando qualquer informação que possa ser relevante e esboçando um conjunto inicial de questões para o protocolo sobre o mesmo tópico. No seminário, todo o grupo de pesquisadores do estudo pode discutir e revisar as minutas de cada um. Essa discussão não apenas levará à conclusão do protocolo como também assegurará que cada pesquisador conhecerá a fundo o conteúdo do protocolo ao participar ativamente da sua elaboração.

Se a equipe do estudo de caso não estiver dividindo a tarefa de desenvolver o protocolo, as sessões de treinamento devem incluir uma revisão geral do protocolo. Todos os seus aspectos, tanto aqueles substantivos quanto os relativos aos procedimentos que serão utilizados, precisam ser discutidos, e, com isso, é possível se fazer modificações no protocolo.

### Problemas a serem abordados

O treinamento também tem a função de revelar problemas do plano do estudo de caso ou das habilidades da equipe de pesquisa. Se realmente surgirem esses problemas, o consolo que se tem é que eles seriam mais inoportunos se só fossem reconhecidos mais tarde, depois que a coleta de dados já tivesse começado. Bons pesquisadores de estudo de caso devem se empenhar para ter certeza, durante o período de treinamento, de que os problemas em potencial serão trazidos à tona.

O problema mais óbvio é que o treinamento pode revelar falhas no projeto do estudo de caso ou mesmo na definição inicial do problema do estudo. Se isso ocorrer, você deve estar disposto a fazer as revisões necessárias, mesmo se forem necessários mais tempo e empenho. Algumas vezes, as revisões chegarão a contestar o propósito básico da investigação, como em um caso em que o objetivo original possa ter sido investigar um fenômeno tecnológico (o uso de microcomputadores, por exemplo), mas em que o estudo de caso acabou sendo sobre um fenômeno organizacional. Qualquer revisão, naturalmente, também pode levar à necessidade de se revisar uma literatura sutilmente diferente e ao conseqüente remodelamento do estudo inteiro e de seu público. Não obstante, tais alterações se justificarão se o treinamento deixou clara a natureza irrealista (ou desinteressante) do plano original.

Um segundo problema a ser considerado é que as sessões de treinamento podem acabar revelando algumas incompatibilidades entre as equipes de investigação – e, em particular, o fato de que alguns pesquisadores podem não compartilhar a mesma ideologia do projeto ou de seus patrocinadores. Em um estudo de casos múltiplos feito em organizações comunitárias, por exemplo, os pesquisadores de campo possuíam crenças diferentes em relação à dessas organizações (U.S. National Commission on Neighborhoods, 1979). Quando essas visões discrepantes vêm à tona, uma das maneiras de lidar com as ideologias contrárias é sugerir ao pesquisador no campo que as provas contrárias serão respeitadas se forem coletadas e se puderem ser verificadas. O pesquisador ainda pode escolher, é claro, entre continuar a participar do estudo ou se retirar.



Um terceiro problema vem do fato de que o treinamento pode revelar alguns prazos ou expectativas simplesmente irreais em relação às fontes disponíveis. Por exemplo, um estudo de caso pode requerer entrevistar 20 pessoas, de uma maneira espontânea, como parte da coleta de dados. O treinamento, no entanto, pode revelar que o tempo necessário para entrevistar essas pessoas deverá ser muito maior do que o previsto. Sob tais circunstâncias, qualquer expectativa de que 20 pessoas possam ser entrevistas naquele tempo inicial terá de ser considerada irrealista.

Finalmente, o treinamento pode revelar algumas características positivas, como o fato de que dois ou mais pesquisadores de campo sejam capazes de trabalhar juntos de uma maneira muito produtiva. Essa harmonia e produtividade durante a sessão de treinamento podem se estender de imediato ao real período de coleta de dados e pode, dessa forma, sugerir certos companheirismos nas equipes do estudo de caso. Em geral, o treinamento deveria ter o efeito de criar normas de grupo para a conseqüente atividade de coleta de dados. Esse processo de estabelecimento de normas é mais do que uma mera delicadeza entre os grupos; ajudará a garantir reações de apoio caso surjam problemas inesperados durante a coleta de dados.

## O PROTOCOLO PARA O ESTUDO DE CASO

Um protocolo para o estudo de caso é mais do que um instrumento. O protocolo contém o instrumento, mas também contém os procedimentos e as regras gerais que deveriam ser seguidas ao utilizar o instrumento. É desejável possuir um protocolo para o estudo de caso em qualquer circunstância, mas é essencial se você estiver utilizando um projeto de casos múltiplos.

O protocolo é uma das táticas principais para se aumentar a *confiabilidade* da pesquisa de estudo de caso e destina-se a orientar o pesquisador ao conduzir o estudo de caso (a Figura 3.2 apresenta um sumário a partir de um protocolo ilustrativo, que foi utilizado para um estudo que tratava da instalação de microcomputadores e seus efeitos organizacionais em 12 repartições de uma escola norte-americana). O protocolo deve apresentar as seguintes seções:

- Uma visão geral do projeto do estudo de caso (objetivos e patrocínios do projeto, questões do estudo de caso e leituras importantes sobre o tópico que está sendo investigado).

SUMÁRIO

Objetivo ........ 1
Características-chave do método de estudo de caso ........ 1
Organização desse protocolo ........ 2

I. Procedimentos ........ 3
- A. Agendamento inicial da visita de campo ........ 4
  - Revisão de informações preliminares ........ 4
  - Verificação de procedimentos de acesso ........ 4
  - Documentos especiais ........ 5
- B. Escolha das pessoas que serão entrevistadas e outras fontes de informação ........ 6
  - Funções do microcomputador ........ 6
  - Funções do sistema central ........ 7
  - Funções executivas ........ 7
  - Resumo ........ 8
- C. Treinando a equipe do estudo de caso ........ 9
  - Objetivo do treinamento ........ 9
  - Tópicos para o treinamento ........ 9
  - Banco de dados para o estudo de caso ........ 9
  - Figura 1 ........ 12
  - Figura 2 ........ 13
  - Figura 3 ........ 15

II. Protocolo e questões para o estudo de caso ........ 17
- A. Definição do "sistema" do microcomputador ........ 18
  - Tópicos ........ 18
  - Resumo das questões para a Seção A ........ 21
- B. Centralização e descentralização ........ 23
  - Tópicos ........ 23
  - Resumo das questões para a Seção B ........ 26
- C. Aplicações instrucionais e administrativas ........ 28
  - Tópicos ........ 28
  - Resumo das questões para a Seção C ........ 32
- D. Aplicações relacionadas a P.L. 94-142 ........ 34
  - Tópicos ........ 34
  - Resumo das questões para a Seção D ........ 36

**Figura 3.2** Protocolo para condução de estudos de caso sobre a utilização de microcomputadores em educação especial.



- E. Educação especial e educação regular ........ 37
  - Tópicos ........ 37
  - Resumo das questões para a Seção E ........ 40
- F. Planejamento para a implementação ........ 41
  - Tópicos ........ 41
  - Resumo das questões para a Seção F ........ 44

III. Plano de análise e relatórios do estudo de caso ........ 46
- A. Estudos de caso individuais ........ 47
  - Informações descritivas ........ 47
  - Informações explanatórias ........ 47
  - Esboço dos relatórios dos estudos de caso individuais ........ 48
- B. Análise cruzada de casos ........ 50
  - Informações descritivas ........ 50
  - Informações explanatórias ........ 50
  - Relatório de caso cruzado ........ 51
  - Referências ao protocolo de estudo de caso ........ 53

**Figura 3.2** Continuação

- Procedimentos de campo (credenciais e acesso aos locais do estudo de caso, fontes gerais de informações e advertências de procedimentos).
- Questões do estudo de caso (as questões específicas que o pesquisador do estudo de caso deve manter em mente ao coletar os dados, uma planilha para disposição específica de dados e as fontes em potencial de informações ao se responder cada questão).
- Guia para o relatório do estudo de caso (resumo, formato de narrativa e especificação de quaisquer informações bibliográficas e outras documentações).

Uma rápida análise desses tópicos mostrará por que o protocolo é tão importante. Primeiro, ele lembra ao pesquisador o tema do estudo de caso. Segundo, a elaboração do protocolo força o pesquisador a antecipar vários problemas, incluindo o de como os relatórios do estudo de caso devem ser completados. Significa, por exemplo, que o *público* para esses relatórios terá que ser identificado, mesmo antes de o estudo de caso ser conduzido. Essa premeditação ajudará a se evitar resultados desastrosos com o decorrer do tempo. Cada seção do protocolo será discutida a seguir.

## Visão geral do projeto do estudo de caso

A visão geral deve incluir as informações prévias sobre o projeto, as questões imperativas que estão sendo estudadas e as leituras relevantes a essas questões.

No que diz respeito às informações prévias, cada projeto possui seu próprio contexto e perspectiva. Alguns projetos, por exemplo, são financiados por agências governamentais que têm uma missão geral e uma clientela que necessitam ser lembradas ao conduzir a pesquisa. Outros projetos possuem interesses teóricos mais amplos ou pesquisas relacionadas – como um levantamento – que, na verdade, levaram ao planejamento da investigação do estudo de caso. Qualquer que seja a situação, esse tipo de informação prévia também é apresentado, de forma resumida, na seção de visão geral.

Um elemento relativo ao procedimento desta seção, que contém as informações prévias do projeto, é uma declaração que você pode apresentar a qualquer pessoa que deseje conhecer o projeto, seu objetivo e as pessoas envolvidas na sua realização e no seu patrocínio. Essa declaração pode até mesmo ser acompanhada por uma carta de apresentação, a ser enviada aos principais entrevistados e organizações que podem ser o objeto do estudo (veja a Figura 3.3 para obter um exemplo de carta). A questão principal da visão geral, no entanto, deve se dedicar às questões imperativas que estão sendo investigadas. Nesse ponto, estão incluídos o fundamento lógico para selecionar os locais onde será realizado o estudo, as proposições ou hipóteses que estão sendo examinadas e a relevância política ou teórica mais ampla da investigação. Para todos esses tópicos, devem ser mencionadas leituras relevantes ao projeto, e cada membro da equipe do estudo de caso deve ter acesso a todo o material bibliográfico fundamental.

Uma boa visão geral mostrará ao leitor inteligente (isto é, alguém que esteja familiarizado com o tópico geral da investigação) o objetivo do estudo de caso e o cenário no qual ele ocorrerá. De qualquer maneira, boa parte do material bibliográfico (como a declaração resumida do projeto) será necessária para outros objetivos, de forma que a redação da visão geral deve ser vista como uma atividade extremamente útil.

## Procedimentos de campo

No Capítulo 1, definiram-se previamente os estudos de caso como sendo o estudo de eventos dentro de seus contextos na vida real. Isso tem implicações importantes para a definição do problema e para o projeto do estudo, que já foram discutidos nos Capítulos 1 e 2.

Para a coleta de dados, no entanto, essa característica dos estudos de caso também traz à tona uma questão importante, para a qual são essenciais procedimentos de campo adequadamente projetados. Os dados devem ser



NATIONAL COMMISSION ON NEIGHBORHOODS
2000 K Street, N.W., Suite 350
Washington, D.C. 20006
202-632-5200

30 de maio de 1978

A quem possa interessar:

Essa carta visa a apresentar                    , uma pessoa altamente qualificada com ampla experiência na área de revitalização de bairros e organização comunitária.                    foi convocado pela National Commission on Neighborhoods para se juntar à equipe de especialistas que está realizando uma série de 40-50 estudos de caso escolhida pela nossa Força-Tarefa sobre Governança.

Basicamente, através dessa abordagem de estudo de caso, a Comissão espera identificar e documentar respostas a questões como: o que permite que alguns bairros sobrevivam, dadas as políticas de controle, influência e investimentos (tanto pública quanto privadas) que funcionam contra eles? Quais são as precondições necessárias para se ampliar o número de bairros nos locais onde é possível uma revitalização bem-sucedida, que beneficia os moradores da região? O que pode ser feito para promover essas precondições?

Esta carta é dirigida a líderes de comunidade, à equipe administrativa e aos oficiais da cidade. Devemos lhe pedir que conceda alguns minutos de seu tempo, da sua experiência e da sua paciência aos nossos entrevistadores. Sua cooperação é essencial para que os estudos de caso orientem e apóiem com sucesso as recomendações finais da política a ser utilizada, as quais nossa comissão deverá encaminhar ao Presidente e ao Congresso.

Em nome de todos os vinte membros da Comissão, desejo expressar nossa gratidão pela sua ajuda. Caso queira ser incluído na nossa lista de correspondências para receber a circular da Comissão e o relatório final, nosso entrevistador ficará feliz em realizar os procedimentos adequados.

Novamente, agradeço sua colaboração.

Sinceramente,

/assinatura/
Senador Joseph F. Timilty
Presidente

**Figura 3.3** Carta ilustrativa de apresentação.

coletados de pessoas e instituições existentes, e não dentro dos limites controlados de um laboratório, da "santidade" de uma biblioteca ou das limitações estruturadas de um rígido questionário. Assim, em um estudo de caso, o pesquisador deve aprender a integrar acontecimentos do mundo real às necessidades do plano traçado para a coleta de dados; nesse sentido, o pesquisador

não controla o ambiente da coleta de dados como se poderia controlar ao utilizar outras estratégias de pesquisa.

Observe que, em um experimento de laboratório, "objetos" humanos são convidados a entrar no laboratório – isto é, um ambiente controlado quase que inteiramente pelo pesquisador da pesquisa. O objeto, dentro de constrangimentos éticos e físicos, deve seguir as instruções do pesquisador, que prescreve cuidadosamente o comportamento desejado. De forma similar, o "respondente" humano a um questionário de levantamento não pode se desviar da agenda estabelecida pelas questões. O comportamento do respondente é reprimido pelas regras de campo do pesquisador. É claro que o indivíduo ou o respondente que não desejarem seguir o comportamento prescrito podem abandonar livremente o experimento ou o levantamento. Finalmente, no arquivo histórico, nem sempre os documentos pertinentes encontram-se disponíveis, mas o pesquisador pode, em geral, inspecionar o que existe no seu próprio ritmo e no momento conveniente à sua agenda. Em todas as três situações, a atividade formal de coleta de dados é controlada atentamente pelo investigador da pesquisa.

Realizar estudos de caso envolve uma situação totalmente diferente. Ao entrevistar pessoas-chave, você deve trabalhar em conformidade com o horário e a disponibilidade do entrevistado, e não com o seu horário e disponibilidade. A natureza da entrevista é muito mais aberta, e o entrevistado pode não cooperar integralmente ao responder às questões. De forma similar, ao fazer observações das atividades da vida real, você está entrando no mundo do indivíduo que está sendo estudado, e não o contrário; nessas condições, você pode precisar fazer preparativos especiais para poder agir como um observador (ou mesmo como um observador participante), e o seu comportamento – e não o do sujeito ou do respondente – é o único que poderá ser reprimido.

Esse processo de repressão ao realizar a coleta de dados leva à necessidade de ter procedimentos de campo explícitos e bem-planejados ao "enfrentar" comportamentos e diretrizes. Imagine, por exemplo, enviar alguém para acampar; como você não sabe o que esperar, a melhor preparação é ter os recursos que devem ser preparados. Os procedimentos para o campo do estudo de caso devem ser os mesmos.

Com essa orientação em mente, os procedimentos de campo do protocolo devem enfatizar as principais tarefas ao coletar os dados, incluindo:

- Obter acesso a organizações ou a entrevistados-chave.
- Possuir materiais suficientes enquanto estiver no campo – incluindo um computador pessoal, material para escrever, papel, clipes e um local calmo e preestabelecido para tomar notas em particular.
- Desenvolver um procedimento para pedir ajuda e orientação, se necessário for, de pesquisadores ou colegas de outros estudos de caso.
- Estabelecer uma agenda clara das atividades de coleta de dados que se espera que sejam concluídas em períodos especificados de tempo.



- Preparar-se para acontecimentos inesperados, incluindo mudanças na disponibilidade dos entrevistados, assim como alterações no humor e na motivação do pesquisador do estudo de caso.

São esses os tópicos que podem ser incluídos na seção de procedimentos de campo do protocolo. Dependendo do tipo de estudo que está sendo realizado, os procedimentos poderão variar.

Quanto mais operacionais forem esses procedimentos, melhor. Para tomar apenas uma questão menor como exemplo, a coleta de dados para o estudo de caso resulta, com freqüência, no acúmulo de vários documentos no local da pesquisa. O fardo de carregar essa montanha de documentos pode ser aliviado através de duas maneiras. Primeiro, a equipe do estudo de caso pode ter tido a idéia de levar envelopes grandes (utilizados para correspondência), permitindo que eles sejam enviados para o escritório pelo correio, em vez de precisar carregá-los. Segundo, pode-se reduzir o tempo no campo de pesquisa ao ler com atenção os documentos; em seguida, pode-se ir até uma máquina de fotocópia nas proximidades e copiar apenas as páginas relevantes de cada documento. São esses os detalhes operacionais que podem elevar a qualidade e a eficiência global da coleta de dados para o estudo de caso.

## Questões do estudo de caso

O ponto central do protocolo é um conjunto de questões substantivas que refletem a investigação real. Duas características distinguem essas questões daquelas feitas em um levantamento (veja a Figura 3.4 para obter um exemplo de questão utilizada em um estudo de um programa escolar; o protocolo completo era formado por dezenas dessas questões).

Primeiro, as questões são feitas *a você, o pesquisador*, não ao respondente. São, em essência, os lembretes que você deverá utilizar para lembrar das informações que precisam ser coletadas e o motivo para coletá-las. Em alguns exemplos, as perguntas específicas também podem servir como avisos ao fazer as questões durante a entrevista para o estudo de caso; o objetivo principal dessas questões, no entanto, é manter o pesquisador na pista certa à medida que a coleta avança.

Segundo, cada questão deve vir acompanhada de uma lista de fontes prováveis de evidências. Tais fontes podem incluir os nomes de cada entrevistador, os documentos ou as observações. Esse caminho entre as questões de interesse e as prováveis fontes de evidências é extremamente útil ao coletar os dados. Antes de iniciar uma determinada entrevista, por exemplo, o pesquisador de um estudo de caso pode rapidamente rever as principais questões que a entrevista deve abranger (novamente, essas questões formam a estrutura de uma investigação e não devem ser feitas literalmente ao entrevistado).

Q. Como o programa é organizado, quem é empregado por ele, quando as decisões são tomadas e quem as toma?

*Fontes de dados*:
- Diretor do programa
- Supervisor imediato do diretor
- Diagrama organizacional
- Descrições do trabalho

*Exemplos de estratégias*:
- Obter ou desenhar um diagrama organizacional que mostre a localização do escritório do programa.
- Listar o tipo e o número de profissionais instrucionais e não-instrucionais (incluindo especialistas, coordenadores, diretores)
- A quem o diretor do programa apresenta o relatório?
- Quem apresenta relatórios ao diretor do programa?
- Quem o diretor do programa supervisiona?
- Que tipo de decisões o diretor precisa formalmente aprovar e com quem?
- Criar um diagrama organizacional do programa (se já não existir um) que mostra os diretores e quaisquer intermediários (tanto em escolas ou no escritório do programa) e a relação que têm com os diretores da escola, professores titulares e professores especiais.
- Preencher a tabela seguinte para estabelecer a ordem na qual ocorrem os seguintes acontecimentos e decisões.

(*continua*)

**Figura 3.4** Exemplo de questão de protocolo.

As questões no protocolo do estudo de caso devem retratar o conjunto inteiro de interesses a partir do projeto inicial – mas somente aqueles que serão tratados em casos únicos, e não em outros casos. Na verdade, é fundamental fazer a distinção entre os níveis de questões quando um caso único fizer parte de um estudo de casos múltiplos, já que pode haver cinco níveis de questões – sendo que somente os dois primeiros podem ser tratados pelo caso único:

*Nível 1*: questões feitas sobre entrevistados específicos.

*Nível 2*: questões feitas sobre casos individuais (são estas as questões em um protocolo de estudo de caso).

*Nível 3*: questões feitas sobre as descobertas ao longo de casos múltiplos.



| | *Ordem* | *Mês concluído no calendário de 1994* | *Mês concluído no calendário de 1993* | *Cargo das pessoas envolvidas nas decisões* |
|---|---|---|---|---|
| Determinar o orçamento | | | | |
| Contratar ou dispensar pessoal | | | | |
| Designar equipe às escolas | | | | |
| Comprar materiais e equipamentos | | | | |
| Decidir temas e notas | | | | |
| Testar estudantes | | | | |
| Selecionar estudantes | | | | |
| Selecionar escolas | | | | |
| Avaliar programas escolares | | | | |
| Preparação e submissão da aplicação | | | | |

**Figura 3.4** (*Continuação*)

*Nível 4*: questões feitas sobre o estudo inteiro – por exemplo, recorrer a informações além de casos múltiplos e incluir outra literatura que possa vir a ser revista.

*Nível 5*: questões normativas sobre recomendações políticas e conclusões, indo além do estrito escopo do estudo.

Pode ocorrer uma confusão considerável entre esses níveis; logo, é fundamental que você os compreenda bem.

Os primeiros dois níveis referem-se ao caso único (mesmo se ele fizer parte de um estudo de casos múltiplos). Uma confusão muito comum que se

faz entre esses dois níveis é que a fonte para a coleta de dados pode estar no Nível 1, ao passo que a unidade de análise do seu estudo de caso pode estar no Nível 2 – um projeto freqüentemente utilizado quando o caso for sobre uma organização (Nível 2). Muito embora a sua coleta de dados possa contar inteiramente com informações provenientes do Nível 1, suas conclusões não podem se basear exclusivamente em entrevistas como fonte de informações (nesse caso, você teria coletado informações sobre como os indivíduos *percebiam* a organização, mas não sobre a organização em si).

No entanto, a situação inversa também pode ser verdadeira. Seu estudo de caso pode ser sobre um indivíduo, mas as fontes de informação sobre ele podem incluir registros de arquivos (p.ex., arquivos pessoais ou históricos escolares) do nível organizacional. Nessa situação, você também desejaria evitar ter como base para suas conclusões sobre esse indivíduo apenas fontes organizacionais de informações. A Figura 3.5 ilustra essas duas situações, nas quais a unidade de análise para o estudo de caso é diferente da unidade de análise para a fonte de coleta de dados.

Os outros níveis também devem ser perfeitamente compreendidos. Uma questão de caso cruzado, por exemplo (Nível 3), pode ser se escolas maiores são mais receptivas que escolas menores, ou se estruturas burocráticas complexas tornam as escolas maiores mais incômodas e menos receptivas. O protocolo para o caso único, no entanto, pode tratar apenas da receptividade de uma escola específica. O que não pode ser perguntado é se uma combinação como essa parece ser mais receptiva do que aquela encontrada em outras escolas. Apenas uma análise cruzada de caso pode abranger esse tópico. Da mesma forma, as questões nos Níveis 4 e 5 tampouco podem ser respondidas ao realizar um estudo de caso individual, e você deveria levar essa limita-

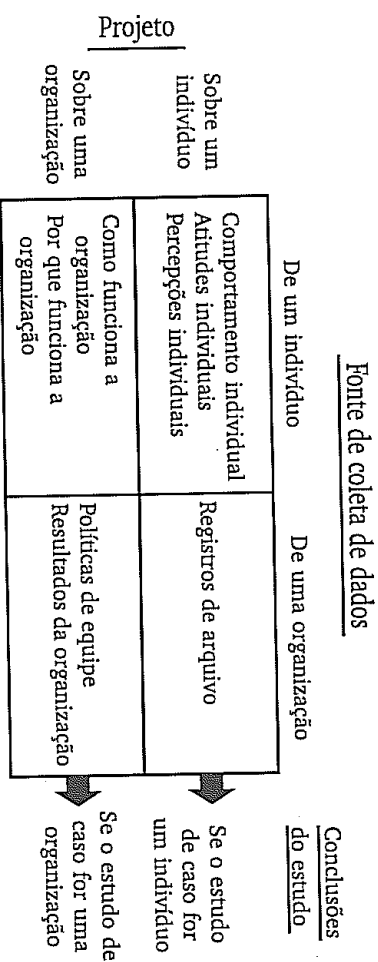



**Figura 3.5** Projeto *versus* coleta de dados: unidades diferentes de análise.
FONTE: COSMOS Corporation



sideração ao incluir essas questões no protocolo do estudo de caso. Lembre-se: *o protocolo é para a coleta de dados a partir de um caso único e ele não tem por objetivo servir ao projeto inteiro.*

As questões do protocolo também podem incluir "planilhas de coleta de dados" vazias (para obter mais detalhes, veja Miles & Huberman, 1984). São estes os esboços de uma tabela, ordenando um conjunto específico de dados. O esboço apresenta os cabeçalhos exatos das linhas e das colunas, indicando as categorias de dados que devem ser tratadas. O trabalho do pesquisador do estudo de caso é coletar os dados suscitados pela tabela. A provisão dessas planilhas auxilia o pesquisador de várias formas. Primeiro, obriga-o a identificar exatamente quais dados estão sendo procurados. Segundo, garante que as informações paralelas serão coletadas em locais diferentes quando se estiver utilizando um projeto de casos múltiplos. Finalmente, auxilia na compreensão do que será feito com os dados após a coleta.

## Guia para o relatório de um estudo de caso

Esse elemento geralmente não se encontra presente na maioria dos projetos de estudo de caso. Os pesquisadores só costumam pensar no esboço, no formato ou no público para o qual o relatório do estudo de caso se destina após os dados terem sido coletados. Ainda assim, algum planejamento nesse estágio preparatório – admitidamente fora de ordem no planejamento típico da maioria das pesquisas realizadas – mostra que um resumo experimental pode constar no protocolo do estudo de caso (no Capítulo 6 deste livro, encontra-se uma discussão detalhada dos possíveis tópicos para o relatório do estudo de caso).

Novamente, uma razão para utilizar a seqüência linear tradicional tem a ver com as práticas utilizadas por outras estratégias de pesquisa. Em geral, os pesquisadores não se preocupam com o relatório de um experimento depois que ele tenha sido concluído, pois o formato do relatório e seu público provável serão impostos por uma publicação acadêmica. Dessa forma, a maioria dos experimentos segue um esquema semelhante: apresentação das questões e das hipóteses; descrição do projeto da pesquisa, do aparato e dos procedimentos de coleta de dados; divulgação dos dados coletados; e discussão das descobertas e conclusões.

Infelizmente, os relatórios de estudo de caso não possuem esses esquemas uniformemente aceitáveis. Nem acabam, em muitos exemplos, nas páginas de publicações acadêmicas (Feagin, Orum, & Sjoberg, 1991, p. 269-273). Por essa razão, cada pesquisador deve se ater, durante a realização de um estudo de caso, ao planejamento do relatório final de um estudo. Não é um problema muito fácil de lidar.

Além disso, o protocolo também pode indicar a quantidade de documentação utilizada no relatório do estudo. É provável que o trabalho de campo leve a quantidades enormes de evidências documentais, sob a forma de relatórios publicados, memorandos, documentos coletados no local da pesquisa e outros tipos de publicações. O que deverá ser feito com essa documentação para divulgação posterior? Na maioria dos estudos, os documentos são enviados para publicação e raramente retornam. Ainda assim, tal documentação é uma parte importante do "banco de dados" para um estudo de caso (veja o Capítulo 6) e não deveria ser ignorada até que todo o estudo de caso tenha sido concluído. Uma possibilidade é incluir no relatório uma bibliografia comentada na qual cada um dos documentos disponíveis aparece discriminado. Os comentários ajudariam o leitor (ou o pesquisador, algum tempo depois) a saber quais documentos poderiam ser relevantes em alguma investigação adicional.

Em resumo, até onde for possível, o esquema básico do relatório do estudo de caso deveria fazer parte do protocolo. Isso facilitaria a coleta de dados relevantes, na forma apropriada, e reduziria a possibilidade de ocorrer outra visita ao local do estudo. Ao mesmo tempo, a existência de um esquema como esse não deveria significar uma rígida obediência a um protocolo preconcebido. De fato, o planejamento do estudo de caso pode se alterar como resultado da coleta inicial de dados, e você é incentivado a pensar que essas flexibilidades – se utilizadas adequadamente e sem qualquer visão tendenciosa – sejam uma vantagem da estratégia do estudo de caso.

## O ESTUDO DE CASO PILOTO

A preparação final para se realizar a coleta de dados é a realização de um estudo-piloto. O caso-piloto pode ser escolhido por várias razões que nada têm a ver com os critérios usados para se selecionar os casos finais no projeto de estudo de caso. Por exemplo, os informantes constantes ao local do estudo-piloto podem ser extraordinariamente compatíveis e acessíveis, ou o local pode ser geograficamente conveniente, ou então pode conter uma quantidade extraordinária de dados e documentos. Uma outra possibilidade é que o local-piloto represente o mais complicado dos casos reais, de forma que aproximadamente todas as questões relevantes da fase de coleta de dados serão encontradas neste local.

O estudo de caso piloto auxilia os pesquisadores na hora de aprimorar os planos para a coleta de dados tanto em relação ao conteúdo dos dados quanto aos procedimentos que devem ser seguidos. Nesse sentido, é importante observar que um *teste-piloto* não é um *pré-teste*. O caso-piloto é utilizado de uma maneira mais formativa, ajudando o pesquisador a desenvolver o alinhamento relevante das questões – possivelmente até providenciando algumas elucidações conceptuais para o projeto de pesquisa. Em contrapartida, o pré-teste é a ocasião para uma "ensino geral" formal, na qual o plano pretendido para a coleta de dados é utilizado de uma forma tão fiel quanto possível como rodada final de testes.



O estudo de caso piloto pode ser tão importante que se pode destinar mais recursos a essa fase da pesquisa do que à coleta de dados de qualquer caso verdadeiro. Por essa razão específica, vários subtópicos merecem ser discutidos em maiores detalhes: a seleção dos casos-piloto, a natureza da investigação para os casos-piloto e a natureza dos relatórios feitos a partir deles.

### Seleção dos casos-piloto

Em geral, a conveniência, o acesso aos dados e a proximidade geográfica podem ser os principais critérios na hora de se selecionar o caso ou os casos-piloto. Isso deverá levar em consideração uma relação menos estruturada e mais duradoura que deve ser desenvolvida entre os entrevistadores e o pesquisador do estudo de caso e que pode ocorrer nos locais "reais" do estudo de caso. O local usado pelo caso-piloto poderia, por conseguinte, assumir o papel de um "laboratório" para os pesquisadores, permitindo-os observar fenômenos diferentes de muitos ângulos diferentes e testar abordagens diferentes em uma base experimental.

Por exemplo, um estudo das inovações tecnológicas em serviços locais (Yin, 1979, 1981c, 1982c) teve, na verdade, sete casos-piloto, cada um deles tendo como foco um tipo diferente de tecnologia. Quatro casos tiveram como área de estudo a mesma região metropolitana a qual a equipe de pesquisa visitou primeiro. Os outros três, no entanto, ocorreram em uma outra cidade e foram a base para uma segunda série de visitas. Os casos não foram escolhidos por causa de suas tecnologias distintas ou por qualquer outra razão imperativa. O principal critério, juntamente com a proximidade, era o fato de que o acesso aos locais da pesquisa foi facilitado por algum contato pessoal prévio por parte da equipe de pesquisa. Finalmente, os entrevistadores nos locais também eram solidários à noção de que os pesquisadores encontravam-se em um estágio prematuro da pesquisa e não possuíam uma agenda fixa de atividades.

### Natureza da investigação-piloto

A investigação para o caso-piloto pode ser muito mais ampla e menos direcionada do que o plano final para a coleta de dados. Além disso, a investigação pode incluir tanto questões imperativas quanto metodológicas.

No exemplo mencionado acima, a equipe de pesquisa utilizou os sete casos-piloto para aperfeiçoar sua conceituação dos diferentes tipos de tecnologias e seus efeitos organizacionais relacionados. Os estudos-piloto fo-

ram feitos antes da seleção de tecnologias específicas para a coleta final de dados – e antes da articulação final das proposições teóricas do estudo. Dessa forma, os dados do caso-piloto forneceram uma visão considerável das questões básicas que estavam sendo estudadas. Essa informação foi utilizada juntamente com a revisão que ocorria no momento da revisão da literatura relevante ao caso, de forma que o projeto final de pesquisa foi orientado tanto pelas teorias predominantes quanto por um conjunto recente de observações empíricas. As duplas fontes de informação ajudam a assegurar que o estudo a ser realizado reflita questões políticas ou teóricas importantes, assim como os pontos relevantes a casos contemporâneos.

Sob o ponto de vista metodológico, o trabalho realizado nos locais do caso-piloto podem fornecer algumas informações sobre as questões de campo relevantes e sobre a logística da investigação de campo. Nos locais onde foi realizado o estudo-piloto sobre tecnologia, uma dúvida logística muito importante era saber se primeiro se deveria observar a tecnologia em ação ou se, antes, se deveria coletar as informações relativas às questões organizacionais predominantes. Essa escolha foi influenciada por um debate extra sobre a disposição da equipe de campo: se a equipe consistia em duas ou mais pessoas, quais atribuições exigiam que a equipe trabalhasse junta e quais atribuições poderiam ser concluídas separadamente? Foram testadas algumas variações nesses procedimentos durante os estudos de caso piloto, os acordos foram reconhecidos e, ao fim, foi desenvolvido um procedimento satisfatório para o plano formal de coleta de dados.

## Relatório de casos-piloto

Os relatórios dos casos-piloto são de grande valor principalmente aos pesquisadores e precisam ser redigidos de forma clara, mesmo no estilo de um memorando. Uma diferença entre os relatórios-piloto e os relatórios de estudos de caso verdadeiros é que os relatórios-piloto devem ser objetivos em relação às lições assimiladas tanto para o projeto de pesquisa quanto para os procedimentos de campo. Os relatórios dos casos-piloto devem conter até mesmo subseções sobre esses tópicos.

Se é planejado mais do que um simples caso-piloto, o relatório de um caso-piloto também pode indicar as modificações que devem ser testadas no próximo caso-piloto. Em outras palavras, o relatório pode conter a agenda para o caso-piloto seguinte. Se for feito um número suficiente de casos-piloto dessa maneira, a agenda final pode se tornar, de fato, um bom protótipo para o protocolo final de estudo de caso.



## RESUMO

Este capítulo revisou as preparações que se deve fazer para a coleta de dados. Dependendo do escopo do estudo de caso – se será um local ou vários locais de pesquisa ou se será um pesquisador ou vários – as tarefas de preparação serão igualmente fáceis ou complexas.

Os tópicos principais foram as habilidades desejadas do pesquisador do estudo de caso, a preparação e o treinamento dos pesquisadores para um estudo de caso específico, a natureza do protocolo do estudo e o papel e o objetivo de um caso-piloto. Todos os estudos de caso devem seguir essas etapas em maior ou menor grau, dependendo da averiguação específica que se está fazendo.

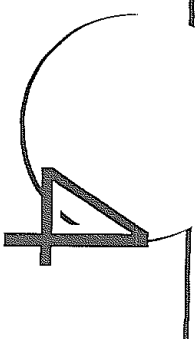
Da mesma forma que o controle de outros assuntos, a destreza com que essas atividades devem ser conduzidas melhorará com a prática. Aconselha-se que você complete um estudo de caso relativamente simples antes de tentar realizar um mais complexo, como algum envolvendo o ponto de vista empresarial. Com a conclusão bem-sucedida de cada estudo de caso, essas tarefas preparatórias podem até se tornar de segunda natureza. Além disso, se a mesma equipe de estudo já realizou vários estudos junta, ela trabalhará com uma eficiência e uma satisfação profissional cada vez maiores nos casos que se seguirem.

## EXERCÍCIOS

1. *Identificando habilidades para se realizar estudos de caso.* Liste as várias habilidades que são importantes que um pesquisador de estudo de caso possua. Você conhece alguma pessoa que já teve êxito ao realizar pesquisa de estudo de caso? Quais são os pontos fortes e fracos que ela possui como investigadora de pesquisa? As habilidades são parecidas com aquelas que você discriminou?
2. *Desenvolvendo em retrospectiva um protocolo "velho".* Escolha um dos estudos de caso citados nos QUADROS deste livro. Para apenas um dos capítulos nesse estudo de caso, planeje o protocolo que teria apresentado as descobertas agora encontradas no capítulo. Quais questões teriam sido feitas pelo protocolo? Quais os procedimentos adotados para se responder essas questões e se coletar os dados relevantes?
3. *Desenvolvendo um protocolo "novo".* Escolha algum fenômeno da sua vida universitária que necessite de explanação. Como exemplo, você poderia estudar por que a universidade mudou recentemente alguma política interna, ou como o seu departamento toma as decisões envolvendo exigências curriculares.

Para esse fenômeno, elabore um protocolo de estudo de caso para coletar as informações necessárias para fornecer uma explanação adequada. Quem você entrevistaria? Quais documentos buscaria? Que observações, se houver alguma, você faria? Como tudo isso se relacionaria com as questões-chave do seu estudo?

4. *Conduzindo o treinamento para a pesquisa do estudo de caso*. Descreva as principais maneiras nas quais a preparação e o treinamento para realizar um projeto de estudo de caso são *diferentes* daquelas para realizar projetos que utilizem outros tipos de estratégias de pesquisa (p.ex., levantamentos, experimentos, pesquisas históricas e análise de arquivos). Desenvolva uma agenda de treinamento para se preparar para um estudo de caso que você possa estar pensando em fazer, no qual duas ou três pessoas colaborarão.
5. *Selecionando um caso para se fazer um estudo-piloto*. Defina as características desejadas para um caso-piloto como preparação para um projeto de pesquisa de um novo estudo de caso. Como você faria para entrar em contato com esse caso e de que forma o utilizaria? Descreva por que você pode querer apenas um local-piloto, em oposição a dois ou mais locais.

capítulo

# Conduzindo estudos de caso: coleta de evidências

As evidências para um estudo de caso podem vir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. O uso dessas seis fontes requer habilidades e procedimentos metodológicos sutilmente diferentes.

Além da atenção que se dá a essas fontes em particular, alguns princípios predominantes são importantes para o trabalho de coleta de dados na realização dos estudos de caso. Inclui-se aqui o uso de:

a) várias fontes de evidências, ou seja, evidências provenientes de duas ou mais fontes, mas que convergem em relação ao mesmo conjunto de fatos ou descobertas;
b) um banco de dados para o estudo de caso, isto é, uma reunião formal de evidências distintas a partir do relatório final do estudo de caso;
c) um encadeamento de evidências, isto é, ligações explícitas entre as questões feitas, os dados coletados e as conclusões a que se chegou.

A incorporação desses princípios na investigação de um estudo de caso aumentará substancialmente sua qualidade.

A coleta de dados para os estudos de caso pode se basear em muitas fontes de evidências. Discutem-se seis fontes importantes neste capítulo: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Um dos objetivos deste capítulo é revisar, brevemente, as maneiras através das quais é possível coletar dados a partir dessas fontes.

segundo objetivo é apresentar três princípios importantíssimos da coleta de dados, independentemente da(s) fonte(s) de evidências utilizada(s).

No que diz respeito ao primeiro propósito do capítulo, a revisão das seis fontes será necessariamente breve porque vários livros-texto e artigos de pesquisa – como a abrangente pesquisa sobre métodos de campo de Schatzman e Strauss (1973), Murphy (1980), e Webb, Campbell, Schwartz, Sechrest, e Grove (1981) – já contêm informações semelhantes. Esses livros são fáceis de utilizar e discutir técnicas de coleta de dados relevantes aos estudos de caso, incluindo a logística de planejamento e condução do trabalho de campo (veja Fiedler, 1978). De forma similar, há também muitos trabalhos sobre tópicos relacionados que abordam a questão de uma forma mais especializada. São exemplos desse tipo:

- *Estudos organizacionais e gerenciais*: Bouchard (1976) e Webb e Weick (1979).
- *Observação participante*: McCall e Simmons (1969), Lofland (1971) e Jorgenson (1989).
- *Métodos antropológicos*: Pelto e Pelto (1978), Naroll e Cohen (1973) e Wax (1971).
- *Técnicas observacionais*: Douglas (1976), Johnson (1976) e Webb *et al.* (1981).
- *Psicologia clínica*: Bolgar (1965) e Rothney (1968).
- *Avaliação de programa*: King, Morris e Fitz-Gibbon (1987).
- *Técnicas históricas e a utilização de documentos*: Barzun e Graff (1985).

O leitor que necessitar de detalhes adicionais sobre a coleta de dados deve consultar um desses trabalhos.

A maioria deles, no entanto, não consegue trabalhar com o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa separada, e todos tendem a tratar a coleta de dados isoladamente dos outros aspectos do processo de pesquisa. Pouco é dito, por exemplo, sobre como essas técnicas podem ajudar no tratamento dos problemas com o projeto enumerados no Capítulo 2: validade do constructo, validade interna, validade externa e confiabilidade. Por essa razão, esse capítulo dá uma ênfase especial ao seu segundo propósito, a discussão dos três princípios da coleta de dados.

Três princípios foram muito ignorados no passado e hoje, por fim, são bastante discutidos:

a) a utilização de várias fontes de evidências, e não apenas uma;
b) a criação de um banco de dados para o estudo de caso; e
c) a manutenção de um encadeamento de evidências.



Os princípios são extremamente importantes para realizar estudos de casos de alta qualidade, são fundamentais para todas as seis fontes de evidências e deveriam ser respeitados sempre que possível. Em particular, esses princípios, como se observou no Capítulo 2 (veja a Figura 2.5), ajudarão o pesquisador a tratar dos problemas de validade do constructo e de confiabilidade.

## SEIS FONTES DE EVIDÊNCIAS

As fontes de evidências discutidas aqui são a documentação, os registros em arquivos, as entrevistas, a observação direta, a observação participante e os artefatos físicos. Você deve estar ciente, entretanto, que uma lista completa de fontes possíves pode ser bastante extensa – incluindo filmes, fotografias e videoteipes; técnicas projetivas e testes psicológicos; proxêmica*; cinésica**; etnografia de "rua"; e histórias de vida (Marshall & Rossman, 1989).

Uma visão geral dessas seis fontes principais apresenta seus pontos fortes e fracos de forma comparativa (veja a Figura 4.1, a seguir). Você deve observar, de imediato, que nenhuma das fontes possui uma vantagem indiscutível sobre as outras. Na verdade, as várias fontes são altamente complementares, e um bom estudo de caso utilizará o maior número possível de fontes (veja a discussão nesse capítulo sobre *Várias fontes de evidências*).

### Documentação

Exceto para os estudos que investigam sociedades que não dominavam a arte da escrita, é provável que as informações documentais sejam relevantes a todos os tópicos do estudo de caso. Esse tipo de informação pode assumir muitas formas e deve ser o objeto de planos explícitos da coleta de dados. Por exemplo, considere os seguintes documentos:

- Cartas, memorandos e outros tipos de correspondências.
- Agendas, avisos e minutas de reuniões, e outros relatórios escritos de eventos em geral.
- Documentos administrativos – propostas, relatórios de aperfeiçoamentos e outros documentos internos.
- Estudos ou avaliações formais do mesmo "local" sob estudo.
- Recortes de jornais e outros artigos publicados na mídia.

---

*N. de T. Estudo dos aspectos culturais, comportamentais e sociológicos do espaço físico entre os indivíduos.

**N. de T. Estudo do movimento corporal não verbal na comunicação.

| FONTE DE EVIDÊNCIAS | PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|---|
| Documentação | • estável – pode ser revisada inúmeras vezes<br>• discreta – não foi criada como resultado do estudo de caso<br>• exata – contém nomes, referências e detalhes exatos de um evento<br>• ampla cobertura – longo espaço de tempo, muitos eventos e muitos ambientes distintos | • capacidade de recuperação – pode ser baixa<br>• seletividade tendenciosa, se a coleta não estiver completa<br>• relato de visões tendenciosas – reflete as idéias preconcebidas (desconhecidas) do autor<br>• acesso – pode ser deliberadamente negado |
| Registros em arquivos | • *[Os mesmos mencionados para documentação]*<br>• precisos e quantitativos | • *[Os mesmos mencionados para documentação]*<br>• acessibilidade aos locais graças a razões particulares |
| Entrevistas | • direcionadas – enfocam diretamente o tópico do estudo de caso<br>• perceptivas – fornecem inferências causais percebidas | • visão tendenciosa devido a questões mal-elaboradas<br>• respostas tendenciosas<br>• ocorrem imprecisões devido à memória fraca do entrevistado<br>• reflexibilidade – o entrevistado dá ao entrevistador o que ele quer ouvir |
| Observações diretas | • realidade – tratam de acontecimentos em tempo real<br>• contextuais – tratam do contexto do evento | • consomem muito tempo<br>• seletividade – salvo ampla cobertura<br>• reflexibilidade – o acontecimento pode ocorrer de forma diferenciada porque está sendo observado<br>• custo – horas necessárias pelos observadores humanos |
| Observação participante | • *[Os mesmos mencionados para observação direta]*<br>• perceptiva em relação a comportamentos e razões interpessoais | • *[Os mesmos mencionados para observação direta]*<br>• visão tendenciosa devido à manipulação dos eventos por parte do pesquisador |
| Artefatos físicos | • capacidade de percepção em relação a aspectos culturais<br>• capacidade de percepção em relação a operações técnicas | • seletividade<br>• disponibilidade |

**Figura 4.1** Seis fontes de evidências: pontos fortes e pontos fracos.



A utilidade desses e de outros tipos de documentos não se baseia na sua acurácia necessária ou na ausência de interpretações tendenciosas que se percebe neles. Na verdade, os documentos devem ser cuidadosamente utilizados e não se deve tomá-los como registros literais de eventos que ocorreram. Poucas pessoas percebem, por exemplo, que até mesmo a "transcrição" dos interrogatórios formais do congresso norte-americano é deliberadamente editada – pela equipe do congresso e por outras pessoas que os testemunharam – antes de serem impressas em sua versão final. Em outra área, os historiadores que trabalham com documentos primários também devem ficar atentos à validade do documento.

Para os estudos de caso, o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes. Em primeiro lugar, os documentos são úteis na hora de se verificar a grafia correta e os cargos ou nomes de organizações que podem ter sido mencionados na entrevista. Segundo, os documentos podem fornecer outros detalhes específicos para corroborar as informações obtidas através de outras fontes. Se uma prova documental contradizer algum dado prévio, ao invés de corroborá-lo, o pesquisador do estudo de caso possui razões claras e específicas para pesquisar o tópico de estudo com mais profundidade. Terceiro, é possível se fazer inferências a partir de documentos. Por exemplo, ao observar a lista de distribuição de um documento específico, você pode encontrar novas questões sobre comunicações e redes de contato dentro de uma organização. Essas inferências, no entanto, devem ser tratadas somente como indícios que valem a pena serem investigados mais a fundo, em vez de serem tratadas como descobertas definitivas, já que as inferências podem se revelar mais tarde como sendo falsas indicações.

Devido ao seu valor global, os documentos desempenham um papel óbvio em qualquer coleta de dados, ao realizar estudos de caso. Buscas sistemáticas por documentos relevantes são importantes em qualquer planejamento para a coleta. Por exemplo, durante as visitas de campo, você deve dividir o tempo para fazer visitas às bibliotecas locais e a outros centros de referências. Você deve também obter permissão para examinar os arquivos de qualquer organização que está sendo estudada, incluindo a revisão de documentos que talvez já tenham sido postos no depósito. O agendamento dessas atividades de recuperação é uma questão geralmente flexível, independente de outras atividades de coleta de dados, e a busca, em geral, pode ser feita da maneira e na hora que você achar melhor. Por essa razão, há pouca desculpa para omitir uma revisão completa das evidências documentais existentes (veja o QUADRO 15).

**QUADRO 15**
**Utilizando documentos na pesquisa de estudo de caso**

Algumas vezes, um estudo de caso pode tratar de um projeto exemplar – como um trabalho de pesquisa ou uma atividade financiada por entidades federais. Nesse tipo de estudo de caso, é provável que muita dessa documentação seja importante.

Esse tipo de estudo de caso foi conduzido por Moore e Yin (1983), que examinaram nove projetos distintos de P&D, a maioria deles em ambientes acadêmicos. Para cada projeto, os pesquisadores coletaram documentos como propostas de projeto, relatórios provisórios e artigos não-publicados, manuscritos e reimpressões completos, correspondência entre a equipe de pesquisa e seus patrocinadores, e as agendas e resumos das reuniões do comitê consultivo. Deve-se prestar atenção a minutas diferentes do mesmo documento, uma vez que modificações sutis, em geral, refletem aprimoramentos consideráveis no projeto.

Esses documentos eram utilizados em conjunto com outras fontes de informações, como entrevistas da equipe de pesquisa e observações das atividades e do trabalho do projeto de pesquisa. Somente quando todas as evidências produziram um quadro consistente foi que a equipe de pesquisa se convenceu de que um evento em particular tinha ocorrido de uma determinada maneira.

Ao mesmo tempo, muitas pessoas têm-se mostrado críticas em relação à suposta confiança em demasia que se coloca nos documentos na pesquisa do estudo de caso. Isso ocorre provavelmente porque o pesquisador causal pode entender de forma equivocada certos tipos de documento – como as propostas para projetos ou programas – em relação àqueles que possuem a verdade absoluta. De fato, é importante, ao se revisar os documentos, compreender-se que eles foram escritos com algum objetivo específico e para algum público específico, *diferentes* daqueles do estudo de caso que está sendo realizado. Nesse sentido, o pesquisador é um observador vicário, e as provas documentais refletem uma certa comunicação entre outras partes que estão tentando alcançar outros objetivos. Ao tentar constantemente identificar essas condições, é menos provável que provas documentais o induzam ao erro e muito mais provável que você seja corretamente criterioso ao interpretar o conteúdo dessas evidências.[1]



## Registros em arquivo

Para muitos estudos de caso, os registros em arquivo – geralmente em sua forma computadorizada – também podem ser muito importantes. Podem ser encontrados como:

- *Registros de serviço*, como aqueles que registram o número dos clientes atendidos em um determinado período de tempo.
- *Registros organizacionais*, como as tabelas e os orçamentos de organizações em um período de tempo.
- *Mapas e tabelas* das características geográficas de um lugar.
- *Listas* de nomes e de outros itens importantes.
- *Dados oriundos de levantamentos*, como o censo demográfico ou os dados previamente coletados sobre um "local".
- *Registros pessoais*, como diários, anotações e agendas de telefone.

Esses e outros registros em arquivo podem ser utilizados em conjunto com outras fontes de informação ao se produzir um estudo de caso (veja o QUADRO 16). No entanto, ao contrário das evidências documentais, a utilidade desses registros irá variar de um estudo de caso para outro. Para alguns estudos, os registros podem ser tão importantes que acabam se transforman-

**QUADRO 16**
**Uso de fontes em arquivo para evidências quantitativas e qualitativas**

Fontes em arquivo também apresentam informações quantitativas e qualitativas. Dados numéricos (informações quantitativas) em geral são muito importantes e encontram-se disponíveis para um estudo de caso; os dados não-numéricos (informações qualitativas) também são importantes.

Dezessete estudos de casos, em *Case Studies of Medical Technologies*, foram supervisionados pelo Office of Technology Assessment, do governo americano, entre 1979 e 1981 e ilustram bem a integração de informações quantitativas e qualitativas, oriundas principalmente de evidências arquivadas de um único tipo: relatórios de experimentos científicos. Cada caso trata de uma tecnologia específica, cujo desenvolvimento e implantação são registrados de uma maneira qualitativa. Cada caso também apresenta informações quantitativas, a partir de numerosos experimentos realizados previamente, sobre os custos e os benefícios aparentes dessas tecnologias. Dessa maneira, os estudos de caso chegam a uma "avaliação da tecnologia", que auxiliaria na tomada de decisões sobre os serviços médicos disponíveis.

no objeto de uma ampla restauração e análise. Em outros, podem ser apenas de importância superficial.

Quando julga que as provas de arquivos sejam importantes, o pesquisador deve tomar cuidado ao averiguar sob quais condições elas foram produzidas e qual seu grau de precisão. Algumas vezes, os registros em arquivo podem ser numerosos, mas somente a quantidade não deve ser considerada, de imediato, como um indício de precisão. Quase todos os cientistas sociais norte-americanos, por exemplo, estão cientes das armadilhas de se utilizar os Uniform Crime Reports do FBI – ou qualquer outro tipo de registro que tenha como base os crimes recolhidos pelas agências que garantem o cumprimento da lei. A mesma palavra de cautela, dessa forma, aplica-se à interpretação de provas documentais: a maioria dos registros em arquivos foi produzida com um objetivo específico e para um público específico (diferente da investigação do estudo de caso), e essas condições devem ser avaliadas por completo, a fim de interpretar a utilidade de quaisquer registros arquivados.

## Entrevistas

Uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas. Pode-se ficar surpreso com essa conclusão, por causa da associação usual que se faz entre as entrevistas e o método de levantamento de dados. As entrevistas, não obstante, também são fontes essenciais de informação para o estudo de caso.

As entrevistas podem assumir formas diversas. É muito comum que as entrevistas, para o estudo de caso, sejam conduzidas de *forma espontânea*. Essa natureza das entrevistas permite que você tanto indague respondentes-chave sobre os fatos de uma maneira quanto peça a opinião deles sobre determinados eventos. Em algumas situações, você pode até mesmo pedir que o respondente apresente suas próprias interpretações de certos acontecimentos e pode usar essas proposições como base para uma nova pesquisa.

Quanto mais o respondente auxiliar dessa última maneira, mais o papel dele se aproximará do papel de um "informante" do que o de um mero respondente. Informantes-chave são sempre fundamentais para o sucesso de um estudo de caso. Essas pessoas não apenas fornecem ao pesquisador do estudo percepções e interpretações sob um assunto, como também podem sugerir fontes nas quais pode-se buscar evidências corroborativas – e pode-se iniciar a busca a essas evidências. Foi uma pessoa com esse estilo, chamada "Doutor", que desempenhou um papel fundamental na realização de um famoso estudo de caso apresentado em *Street Corner Society* (Whyte, 1943/1955), e foi possível identificar outros informantes parecidos em outros estudos de caso. Naturalmente, você precisa se precaver para não se tornar excessivamente dependente de um informante-chave, em especial devido a influências interpessoais – freqüentemente não-definidas – que o informante possa sofrer. Uma maneira razoável de lidar com essa armadilha é novamente basear-se em outras fontes de evidências para corroborar qualquer interpretação dada por esses informantes e buscar provas contrárias da forma mais cuidadosa possível.



Um segundo tipo de entrevista é *focal* (Merton *et al.*, 1990), na qual o respondente é entrevistado por um curto período de tempo – uma hora, por exemplo. Nesses casos, as entrevistas ainda são espontâneas e assumem o caráter de uma conversa informal, mas você, provavelmente, estará seguindo um certo conjunto de perguntas que se originam do protocolo de estudo de caso.

Por exemplo, um dos propósitos principais desse tipo de entrevista poderia ser simplesmente corroborar certos fatos que você já acredita terem sido estabelecidos (e não indagar sobre outros tópicos de natureza mais ampla e espontânea). Nessa situação, as questões devem ser cuidadosamente formuladas, a fim de que você pareça genuinamente ingênuo acerca do tópico e permita que o respondente faça comentários novos sobre ele; em contraste, se você fizer perguntas direcionadas, o propósito corroborativo da entrevista acabará não sendo atendido. Ainda assim, você precisa ter muito cuidado quando as respostas dos entrevistados parecerem estar ecoando os mesmos pensamentos – corroborando-os de fato, mas de uma maneira que soará conspiratória. Serão necessárias pesquisas adicionais. Uma das maneiras de fazer isso é semelhante àquela utilizada por bons jornalistas, que geralmente estabelecem a ordem dos eventos deliberadamente verificando com pessoas que se sabe que possuem perspectivas diferentes. Se algum dos entrevistados não comentá-las, muito embora os outros tenham a tendência de corroborar as versões dos outros do que aconteceu, o bom jornalista até indicará esse resultado citando o fato sobre o qual uma pessoa foi indagada, mas acabou não o comentando.[2]

O terceiro tipo de entrevista exige questões mais estruturadas, sob a forma de um *levantamento* formal. Esse levantamento pode ser considerado parte de um estudo de caso. Essa situação pode ser importante, por exemplo, se você estiver realizando um estudo sobre um bairro e realizar o levantamento entre os moradores e os comerciantes locais como parte do estudo de caso. Nesse tipo de levantamento estariam incluídos tanto os procedimentos de amostragem quanto os instrumentos utilizados em levantamentos habituais, e, por conseguinte, seria analisado de uma maneira similar. A diferença residiria no papel do levantamento em relação a outras fontes de evidências; por exemplo, a maneira como os moradores do bairro percebem o avanço ou o declínio de sua região não seriam tomadas, necessariamente, como medida do avanço ou do declínio real, mas seriam considerados apenas um componente a mais da avaliação global do bairro (veja o QUADRO 17 para obter outro exemplo de como os levantamentos podem ser utilizados em conjunto com os estudos de caso, mais que como parte deles).

> **QUADRO 17**
> **Integrando estudos de caso e evidências de levantamentos de dados**
>
> Certos estudos podem se beneficiar do fato de as mesmas questões serem apresentadas a dois locais diferentes na "região" da pesquisa – uma região menor, que é o objeto dos estudos de caso, e uma outra maior, que é objeto de um levantamento de dados. As respostas podem ser comparadas para ver se apresentam consistência, mas o local do estudo de caso pode oferecer algumas interpretações sobre os processos causais, enquanto o local onde se realizou o levantamento pode fornecer alguma indicação da predominância do fenômeno.
>
> Essa abordagem foi utilizada em um estudo sobre as inovações organizacionais conduzido por Robert K. Yin (*Changing Urban Bureaucracies*, 1979). Para algumas questões-chave, as evidências reunidas de 19 locais de estudo de caso foram classificadas em comparação às evidências obtidas de 90 enquetes realizadas por telefone. A comparação demonstrou que os resultados não diferiam e forneceu a certeza adicional de que os dois locais apontavam para um padrão consistente de comportamento inovador. Juntamente com as classificações paralelas, a análise comparou deliberadamente as descobertas feitas a partir dos estudos de caso com as obtidas de levantamentos, a fim de determinar novamente o grau de convergência das duas fontes de dados.

No geral, as entrevistas constituem uma fonte essencial de evidências para os estudos de caso, já que a maioria delas trata de questões humanas. Essas questões deveriam ser registradas e interpretadas através dos olhos de entrevistadores específicos, e respondentes bem-informados podem dar interpretações importantes para uma determinada situação. Também podem apresentar atalhos para se chegar à história anterior da situação, ajudando-o a identificar outras fontes relevantes de evidências. As entrevistas, no entanto, devem sempre ser consideradas apenas como *relatórios verbais*. Como tais, estão sujeitas a velhos problemas, como preconceito, memória fraca e articulação pobre ou imprecisa. Novamente, uma abordagem razoável a essa questão é corroborar os dados obtidos em entrevistas com informações obtidas através de outras fontes.

Uma questão comum ao registrar entrevistas tem a ver com o uso de gravadores. Utilizar ou não os aparelhos de gravação é, em parte, uma escolha pessoal. As fitas certamente fornecem uma expressão mais acurada de qualquer entrevista do que qualquer outro método. Um gravador, no entanto, não deve ser utilizado quando:



a) o entrevistado não permite o seu uso ou sente-se desconfortável em sua presença;
b) não há um planejamento claro para transcrever ou se escutar sistematicamente o conteúdo das fitas;
c) o pesquisador é bastante desajeitado com a aparelhagem mecânica, de modo que o gravador pode causar distração durante a entrevista; ou
d) o pesquisador acha que o gravador é uma maneira de substituir o ato de "ouvir" atentamente o entrevistado durante o curso da entrevista.

## Observação direta

Ao realizar uma visita de campo ao local escolhido para o estudo de caso, você está criando a oportunidade de fazer observações diretas. Assumindo-se que os fenômenos de interesse não sejam puramente de caráter histórico, encontrar-se-ão disponíveis para observação alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes. Essas observações servem como outra fonte de evidências em um estudo de caso.

As observações podem variar de atividades formais a atividades informais de coleta de dados. Mais formalmente, podem-se desenvolver protocolos de observação como parte do protocolo do estudo de caso, e pode-se pedir ao pesquisador de campo para avaliar a incidência de certos tipos de comportamentos durante certos períodos de tempo no campo. Incluem-se aqui observações de reuniões, atividades de passeio, trabalho de fábrica, salas de aula e outras atividades semelhantes. De uma maneira mais informal, podem-se realizar observações diretas ao longo da visita de campo, incluindo aquelas ocasiões durante as quais estão sendo coletadas outras evidências, como as evidências provenientes de entrevistas. Por exemplo, as condições físicas de um edifício ou de espaços de trabalho poderão revelar alguma coisa sobre o clima ou o empobrecimento de uma organização; da mesma forma, a localização ou os móveis do escritório de um respondente pode ser um bom indicador da posição do respondente dentro da organização.

As provas observacionais são, em geral, úteis para fornecer informações adicionais sobre o tópico que está sendo estudado. Se o estudo de caso for sobre uma nova tecnologia, por exemplo, observar essa tecnologia no ambiente de trabalho prestará uma ajuda inestimável para se compreender os limites ou os problemas dessa nova tecnologia. Da mesma forma, as observações feitas em um bairro ou em uma unidade organizacional trarão uma nova dimensão na hora de compreender tanto o contexto quanto o fenômeno que está sob estudo. As observações podem ser tão valiosas que você pode até mesmo pensar em tirar fotografias do local do estudo. No mínimo, essas fotografias ajudarão a transmitir as características importan-

observadores externos (veja Dabbs, 1982). Fique atento, no entanto, ao fato de que, em algumas situações – por exemplo, ao fotografar estudantes em uma escola pública – você precisará de uma permissão por escrito para realizar o trabalho.

Para aumentar a confiabilidade das evidências observacionais, um procedimento comum a ser adotado é ter mais do que um observador fazendo a observação – tanto de caráter formal quanto informal. Assim, quando os seus recursos permitirem, a investigação de estudo de caso deve levar em consideração a possibilidade de haver vários observadores.

## Observação participante

A observação participante é uma modalidade especial de observação na qual você não é apenas um observador passivo. Em vez disso, você pode assumir uma variedade de funções dentro de um estudo de caso e pode, de fato, participar dos eventos que estão sendo estudados. Em zonas urbanas, por exemplo, essas funções podem variar de interações sociais informais com os moradores da região a atividades funcionais específicas dentro do bairro (veja Yin, 1982a). Inclui-se nesses papéis para estudos ilustrativos em bairros e organizações o seguinte:

- Ser morador em um bairro que é objeto de um estudo de caso (veja Gans, 1962, e o QUADRO 18).
- Desempenhar algum outro papel funcional em uma região, como trabalhar como assistente de loja.
- Trabalhar como membro de equipe em uma organização.
- Ser a pessoa que toma as decisões-chave em uma organização (veja Mechling, 1974).

A técnica da observação participante foi freqüentemente utilizada em estudos antropológicos de grupos culturais e subculturais distintos. A técnica também pode ser usada em ambientes mais ligados ao nosso dia-a-dia, como em uma organização ou outro grupo pequeno (veja o QUADRO 19).

A observação participante fornece certas oportunidades incomuns para a coleta de dados em um estudo de caso, mas também apresenta alguns problemas. A oportunidade mais interessante relaciona-se com a sua habilidade de conseguir permissão para participar de eventos ou de grupos que são, de outro modo, inacessíveis à investigação científica. Em outras palavras, para alguns tópicos de pesquisa, pode não haver outro modo de coletar evidências a não ser através da observação participante. Outra oportunidade muito interessante é a capacidade de perceber a realidade do ponto de vista de alguém de "dentro" do estudo de caso, e não de um ponto de vista externo. Muitas pessoas argumentam que essa perspectiva é de valor inestimável quando se produz



### QUADRO 18
### Observação participante em um bairro próximo à "Street Corner Society"

A observação participante foi o método utilizado com mais freqüência para estudar zonas urbanas durante os anos 60. Um estudo desse tipo que obteve fama considerável foi conduzido por Herbert Gans, que escreveu *The Urban Villagers* (1962), um estudo sobre "grupos e classes na vida de ítalo-americanos".

A metodologia utilizada por Gans é documentada em um capítulo separado do livro, intitulado *Sobre os métodos utilizados neste estudo*. Ele observa que suas evidências basearam-se em seis abordagens distintas: a utilização das instalações do bairro, o comparecimento a reuniões, a visita informal a vizinhos e amigos, entrevistas formais e informais, o uso de informantes e a observação direta. De todos esses recursos, o "papel da participação revelou-se o mais produtivo" (p. 339-340). Esse papel teve como base o fato de Gans ser um morador verdadeiro, juntamente com sua esposa, do bairro que estava estudando. O resultado representa tanto um balanço clássico da vida naquela região, que enfrentou muitas restaurações e mudanças na sua arquitetura, quanto um contraste violento com a estabilidade encontrada nas proximidades – em *Street Corner Society*, de Whyte (1943/1955) – vinte anos antes.

### QUADRO 19
### Um estudo de um observador participante em uma situação do "dia-a-dia"

Eric Redman fornece a visão de alguém que está por dentro do Congresso americano e sabe como ele funciona em seu respeitado estudo de caso, *The Dance of Legislation* (1973). O estudo mostra a apresentação e a aprovação pelo Congresso da legislação que criou o National Health Service Corps, em 1970.

A narrativa de Redman, feita da posição privilegiada de um autor que também estava na equipe de um dos principais apoiadores do projeto de lei, o Senador Warren G. Magnuson, não é simplesmente bem-escrito e fácil de ler. O relato também oferece ao leitor uma visão detalhada das operações diárias do Congresso americano – da apresentação de um projeto de lei à sua eventual aprovação, incluindo a politicagem de uma sessão em uma homenagem a um parlamentar prestes a se aposentar que não conseguiu ser reeleito, quando Richard Nixon era presidente.

A narrativa é um excelente exemplo de observação participante em um cenário contemporâneo. Contém informações sobre a função dessas pessoas ligadas aos bastidores do sistema, um ponto de vista que poucas pessoas tiveram o privilégio de compartilhar. As sutis estratégias do Legislativo, o papel inspecionado dos escriturários e lobistas do comitê e a interação entre o Legislativo e o Executivo no governo são todos recriados pelo estudo de caso, e tudo isso se acrescenta ao entendimento geral do leitor do processo legislativo.

um retrato "acurado" do fenômeno do estudo de caso. Finalmente, surgem outras oportunidades porque você pode ter a capacidade de manipular eventos menos importantes – como marcar uma reunião de um grupo de pessoas no estudo de caso. Somente através da observação participante pode ocorrer essa manipulação, pois o uso de documentos, arquivos e entrevistas, por exemplo, presumem todos a existência de um pesquisador passivo. As manipulações não serão tão precisas quanto aquelas executadas nos experimentos, mas podem produzir uma variedade maior de situações tendo em vista os objetivos da coleta de dados.

Os maiores problemas relacionados à observação participante têm a ver com os possíveis pontos de vista tendenciosos que possam vir a ser produzidos (veja Becker, 1958). Primeiro, o pesquisador possui menos habilidade para trabalhar como um observador externo e pode, às vezes, ter de assumir posições ou advogar funções contrárias aos interesses das boas práticas científicas. Segundo, é muito provável que o observador participante persiga um fenômeno comumente conhecido e torne-se um apoiador do grupo ou da organização que está sendo estudado, se já não existir esse apoio desde o início. Terceiro, a função de participante pode simplesmente exigir atenção demais em relação à função de observador. O observador participante pode não ter tempo suficiente para fazer anotações ou fazer perguntas sobre os eventos de perspectivas diferentes, como poderia fazer um bom observador.

Esse equilíbrio entre as oportunidades criadas e os problemas precisa ser seriamente considerado quando se parte para um estudo de observação participante. Sob algumas circunstâncias, essa abordagem para alcançar as evidências necessárias do estudo de caso pode ser apenas a abordagem correta; sob outras circunstâncias, a credibilidade de todo o projeto pode ser ameaçada.

### Artefatos físicos

Uma última fonte de evidências é um artefato físico ou cultural – um aparelho de alta tecnologia, uma ferramenta ou instrumento, uma obra de arte ou alguma outra evidência física. Podem-se coletar ou observar esses artefatos como parte de uma visita de campo e pode-se utilizá-los extensivamente na pesquisa antropológica.

Os artefatos físicos têm uma importância potencialmente menor na maioria dos exemplos típicos de estudo de caso. Quando são importantes, no entanto, podem constituir um componente essencial do caso inteiro. Por exemplo, um estudo de caso sobre a utilização de microcomputadores na sala de aula precisaria verificar a natureza da real utilização dos aparelhos. Embora a utilização não pudesse ser diretamente observada, um artefato – o material impresso pelo computador – também se encontraria disponível. Os estudantes apresentariam esse material impresso como produto final de seus trabalhos e manteriam anotações do que havia sido impresso. Cada impressão mostraria



tipo de trabalho escolar que havia sido feito como também a data e a quantidade de tempo despendido no computador para realizar o trabalho. Ao examinarem as cópias impressas, os pesquisadores do estudo de caso seriam capazes de desenvolver uma perspectiva mais ampla em relação a todas as possíveis aplicações dentro de uma sala de aula, além daquela que poderia ser diretamente observada em um curto período de tempo.

### Resumo

Essa seção revisou seis fontes comuns de evidências para um estudo de caso. Os procedimentos utilizados para coletar cada tipo de evidência devem ser desenvolvidos e administrados independentemente, a fim de garantir que cada fonte seja adequadamente utilizada. Nem todas as fontes serão importantes para todos os estudos de caso. O pesquisador experiente, no entanto, deve conhecer cada uma das abordagens – ou ter colegas que possuam a perícia necessária e possam trabalhar como membros da equipe.

## TRÊS PRINCÍPIOS PARA A COLETA DE DADOS

Os benefícios que se pode obter a partir dessas seis fontes de evidências podem ser maximizados se você mantiver presente três princípios. Eles são importantes para todas as seis fontes de evidências vistas anteriormente e, se utilizadas adequadamente, podem ajudar o pesquisador a fazer frente ao problema de estabelecer a validade do constructo e a confiabilidade de um estudo de caso. São os seguintes:

### Princípio 1: utilizar várias fontes de evidência

Qualquer uma das fontes precedentes de obtenção de evidências pode e tem sido a única base para estudos inteiros. Por exemplo, alguns estudos confiaram apenas na observação participante, mas não examinaram um único documento; similarmente, há inúmeros estudos que contaram apenas com registros em arquivos, mas não realizaram entrevistas.

Esse uso isolado de fontes pode ocorrer em função da forma independente que elas geralmente são concebidas – como se o pesquisador devesse escolher a fonte mais apropriada para o seu caso ou aquela com a qual ele estivesse mais familiarizado. Dessa forma, como ocorre muitas vezes, os pesquisadores anunciam o projeto de um novo estudo ao identificarem tanto o problema que será estudado quanto a seleção de fontes *únicas* de evidências – por exemplo, entrevistas – como foco do trabalho de coleta de dados.

*Triangulação: fundamento lógico para se utilizar várias fontes de evidências.* Não se recomenda, no entanto, durante a realização dos estudos de caso, a aproximação a fontes individuais de evidências como aquela discutida anteriormente. Pelo contrário, um ponto forte muito importante da coleta de dados para um estudo de caso é a oportunidade de utilizar muitas fontes diferentes para a obtenção de evidências (veja o QUADRO 20 para conhecer um exemplo desses estudos). Além disso, a necessidade de utilizar várias fontes de evidências ultrapassa em muito a necessidade que se tem em outras estratégias de pesquisa, como em experimentos, levantamentos ou pesquisas históricas. Os experimentos, por exemplo, limitam-se enormemente à dimensão e ao registro de comportamento real dentro do laboratório e geralmente não abarcam o uso sistemático de informações verbais e das informações obtidas em levantamentos. Esses, por sua vez, tendem a ser o oposto, enfatizando as informações verbais, mas não a dimensão ou o registro do comportamento real. Finalmente, as pesquisas históricas limitam-se a eventos ocorridos em um passado "morto" e, portanto, raramente apresentam qualquer fonte contemporânea de provas, como observação direta de um fenômeno ou entrevistas com os principais envolvidos no estudo.

**QUADRO 20**
**Utilizando várias fontes de evidências em um estudo de caso**

Os estudos de caso não precisam ficar limitados a uma única fonte de evidências. Na verdade, a maioria dos melhores estudos baseia-se em uma ampla variedade de fontes.

Um exemplo de um estudo de caso que utilizou essa variedade é o livro de Gross *et al.*, *Implementing Organization Innovations* (1971), que trata de alguns eventos ocorridos em uma escola. O estudo de caso incluiu um levantamento estruturado realizado com um grande número de professores, entrevistas espontâneas com um pequeno número de pessoas-chave, um protocolo de observação para controlar o tempo que os estudantes levavam para executar as várias tarefas e uma revisão dos documentos da instituição. Tanto o levantamento quanto os procedimentos de observação levaram a informações quantitativas sobre as atitudes e o comportamento na escola, ao passo que as entrevistas espontâneas e as provas documentais levaram a informações qualitativas.

Todas as fontes de evidências foram revisadas e analisadas em conjunto, de forma que as descobertas do estudo de caso basearam-se na convergência de informações oriundas de fontes diferentes, e não de dados quantitativos nem qualitativos em separado.



Naturalmente, cada uma dessas estratégias pode ser modificada, criando estratégias híbridas nas quais é mais provável que várias fontes de evidências sejam relevantes. Um exemplo disso é a evolução dos estudos sobre narrativas orais há poucas décadas. Essa modificação das estratégias tradicionais, não obstante, não altera o fato de que o estudo de caso inerentemente lida com uma ampla variedade de evidências, ao passo que outras estratégias não.

O uso de várias fontes de evidências nos estudos de caso permite que o pesquisador dedique-se a uma ampla diversidade de questões históricas, comportamentais e de atitudes. A vantagem mais importante, no entanto, é o desenvolvimento de *linhas convergentes de investigação*, um processo de triangulação mencionado inúmeras vezes na seção anterior deste capítulo. Assim, qualquer descoberta ou conclusão em um estudo de caso provavelmente será muito mais convincente e acurada se se basear em várias fontes distintas de informação, obedecendo a um estilo corroborativo de pesquisa.

Patton (1987) discute quatro tipos de triangulação ao fazer a avaliação – quer dizer, a triangulação

1. de fontes de dados (triangulação de dados);
2. entre avaliadores diferentes (triangulação de pesquisadores);
3. de perspectivas sobre o mesmo conjunto de dados (triangulação da teoria);
4. de métodos (triangulação metodológica).

A presente discussão faz parte apenas do primeiro tipo de triangulação, incentivando-o a coletar informações de várias fontes, mas tendo em vista a corroboração do mesmo fato ou fenômeno. A Figura 4.2, a seguir, faz a distinção entre duas condições – quando você já executou a triangulação (parte superior) e quando você possuir várias fontes que, não obstante, se dedicam a fatos *diferentes* (parte inferior).

Com a triangulação, você também pode se dedicar ao problema em potencial da *validade do constructo*, uma vez que várias fontes de evidências fornecem essencialmente várias avaliações do mesmo fenômeno. Não surpreendentemente, uma análise dos métodos utilizados pelo estudo de caso descobriu que aqueles estudos de caso que utilizam várias fontes de evidências foram mais bem-avaliados, em termos de sua qualidade total, do que aqueles que contaram apenas com uma única fonte de informações (veja Yin, Bateman, & Moore, 1983).

*Pré-requisitos para a utilização de várias fontes de evidências.* Ao mesmo tempo, a utilização de várias fontes de evidências impõe um pesado fardo, insinuado anteriormente, sobre você e sobre qualquer outro pesquisador de estudo de caso. Em primeiro lugar, porque a coleta de dados a partir de várias fontes é muito mais cara do que aquela realizada a partir de uma fonte única

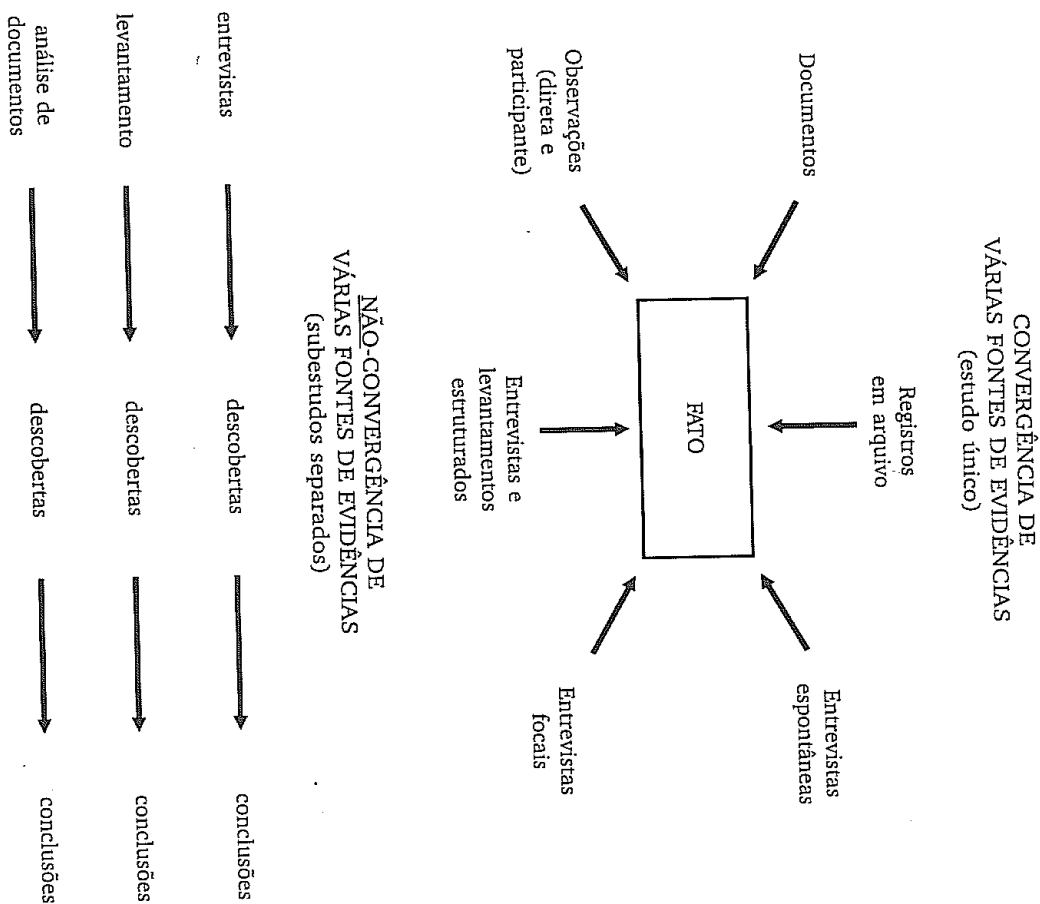



**Figura 4.2** Convergência e não-convergência de várias fontes de evidências.
FONTE: COSMOS Corporation

(Denzin, 1978, p. 61). Mais importante do que isso, cada pesquisador precisa saber como conduzir a ampla variedade de técnicas utilizadas para a coleta de dados. Por exemplo, o pesquisador de estudo de caso pode precisar coletar e analisar as provas documentais como se faz na história, recuperar e analisar



registros em arquivo como na pesquisa econômica e administrativa, e projetar e conduzir levantamentos como na pesquisa de opinião pública. Se qualquer uma dessas técnicas for utilizada incorretamente, a oportunidade de se dedicar a uma série mais ampla de questões, ou estabelecer linhas convergentes de investigação, pode acabar se diluindo. Essa exigência de administrar técnicas múltiplas de coleta de dados levanta, por conseguinte, questões importantes sobre o treinamento e a perícia do pesquisador de estudo de caso.

Infelizmente, muitos programas de treinamento da graduação priorizam apenas uma espécie de atividade de coleta de dados, e o estudante bem-sucedido provavelmente não terá a chance de trabalhar com as outras. Para sobrepujar essas condições, você deve procurar outras maneiras de obter o treinamento e a prática necessária. Uma dessas maneiras é trabalhar em uma organização de pesquisa multidisciplinar, em vez de ficar limitado a um departamento acadêmico. Outra maneira é analisar os artigos metodológicos de vários cientistas sociais (veja Hammond, 1968) e tomar conhecimento dos pontos fortes e fracos das diferentes técnicas de coleta de dados da maneira como foram praticadas por vários profissionais experientes. Ainda, uma terceira maneira é projetar estudos-piloto distintos que apresentarão uma oportunidade para se praticar técnicas diferentes.

Não importa como se adquira experiência, todo pesquisador de estudo de caso deve ser bem-versado em uma gama de técnicas para a coleta de dados, a fim de que o estudo de caso possa se valer de várias fontes de evidências. Sem essas fontes múltiplas, estará se perdendo uma vantagem inestimável da estratégia de estudo de caso.

## Princípio 2: criar um banco de dados para o estudo de caso

O segundo princípio que deve ser respeitado durante a coleta de dados tem a ver com a maneira de organizar e documentar os dados coletados para os estudos de caso. Aqui, a estratégia de estudo de caso tem muito a aprender com as práticas utilizadas em outras estratégias, nas quais a documentação consiste, em geral, em duas coletas *separadas*:

1. os dados ou a base comprobatória; e
2. o relatório do pesquisador, sob a forma de artigo, relatório ou livro.

Com arquivos computadorizados, a distinção entre essas duas coletas ficou ainda mais clara. Por exemplo, os investigadores que fazem pesquisa psicológica, econômica ou com base em levantamentos podem trocar disquetes de dados e outros documentos que contêm somente o banco de dados real – por exemplo, pontuação em testes ou respostas comportamentais na psicologia, respostas discriminadas a várias questões do levantamento ou

dicadores econômicos. O banco de dados pode, assim, ser o objeto de uma análise secundária, em separado, independente de qualquer parecer feito pelo pesquisador original.

No entanto, com os estudos de caso, a distinção entre um banco de dados separado e o relatório do estudo de caso *ainda não* se tornou uma prática institucionalizada. Com muita freqüência, os dados do estudo de caso são sinônimos das evidências apresentadas no relatório do estudo, e um leitor mais crítico não possui nenhum recurso para investigar o banco de dados que levou às conclusões daquele estudo. Uma grande exceção a isso foram os Human Relations Area Files, da Yale University, que armazena os dados de inúmeros estudos etnográficos de diferentes grupos culturais, disponibilizando-os aos investigadores de pesquisas novas. Entretanto, independentemente da necessidade de um depósito central, a questão principal aqui é que todo projeto de estudo de caso deve empenhar-se para desenvolver um banco de dados formal apresentável, de forma que, em princípio, outros pesquisadores possam revisar as evidências diretamente, e não ficar limitados a relatórios escritos. Dessa maneira, um banco de dados para o estudo de caso aumenta, notadamente, a *confiabilidade* do estudo.

A falta de um banco de dados formal para a maioria dos estudos de caso é a principal deficiência da pesquisa de estudo de caso, e precisa ser corrigida no futuro. Há inúmeras maneiras de realizar essa tarefa, contanto que você e os outros pesquisadores estejam conscientes dessa necessidade e desejem comprometer-se em providenciar os recursos extras necessários para a montagem de um banco de dados. Ao mesmo tempo, a existência de um banco de dados adequado não elimina a necessidade de apresentar provas suficientes no próprio relatório do estudo de caso (que será discutido no Capítulo 6). Cada relatório ainda deve conter dados suficientes para que o leitor do parecer possa tirar conclusões independentes sobre o estudo.

Não obstante, o problema inicial de montar um banco de dados para um estudo de caso ainda não foi reconhecido pela maioria dos livros que tratam de métodos de campo. As subseções a seguir representam a continuação do atual estado do trabalho. Descreve-se o problema de desenvolver o banco de dados em termos de quatro componentes: notas, documentos, tabelas e narrativas.

*Notas para o estudo de caso*. São, provavelmente, o componente mais comum de um banco de dados. Elas assumem uma ampla variedade de formas. Podem ser o resultado de entrevistas, observações ou documentos do pesquisador. Podem ser escritas à mão, datilografadas, estar em fitas cassetes ou em disquetes de computador, e podem ser agrupadas sob a forma de um diário, de fichas catalográficas, ou de alguma outra maneira menos organizada.

Independentemente do seu formato e de seu conteúdo, as notas para o estudo de caso devem ser armazenadas de uma maneira que outras pessoas,



incluindo o pesquisador, possam recuperá-las integralmente em alguma data posterior. Mais comumente, podem ser divididas de acordo com os tópicos principais – como salientado no protocolo do estudo de caso – tratados pelo estudo de caso; no entanto, qualquer critério de classificação bastará, desde que ele seja claro para as pessoas não-envolvidas no projeto. Somente dessa maneira as notas poderão fazer parte do banco de dados para o estudo de caso.

Essa identificação das notas como parte do banco de dados para o estudo de caso não quer dizer, contudo, que o pesquisador precise gastar tempo excessivo para reescrever entrevistas ou fazer longas alterações na redação do texto para tornar as notas apresentáveis. Embora resulte em uma prioridade equivocada, recomenda-se que pelo menos um autor (Patton, 1980, p. 303) faça a elaboração do relatório do caso, que inclui editar e reescrever as notas de entrevistas. Qualquer trabalho de edição deve ser direcionado ao próprio relatório do estudo, não às notas. A única característica essencial dessas notas é que elas devem ser organizadas, categorizadas, concluídas e devem estar à disposição para consultas posteriores.

*Documentos para o estudo de caso*. Muitos documentos importantes para um estudo de caso serão coletados durante a realização do estudo. No Capítulo 3, mostrou-se que a disposição desses documentos deve ser tratada no protocolo do estudo de caso e sugeriu-se que uma maneira útil de se fazer isso é possuir uma bibliografia comentada desses documentos. Esses comentários facilitarão, outra vez, o armazenamento e a recuperação das informações, para que, mais tarde, os pesquisadores possam examinar ou compartilhar o banco de dados.

A única característica desses documentos é que eles provavelmente exijam um grande espaço físico de armazenagem. Além disso, sua importância para o banco de dados pode variar, e o pesquisador pode desejar criar um arquivo principal e um arquivo secundário para os documentos. O objetivo principal ao fazer isso é, novamente, fazer com que os dados possam ser prontamente recuperáveis para inspeção ou nova leitura. Nesses exemplos em que os documentos são importantes para determinadas entrevistas, uma referência cruzada adicional é fazer com que as notas da entrevistas discriminem o documento.

*Tabelas*. O banco de dados pode consistir em materiais que possam ser postos em tabelas, tanto coletados no local que está sendo estudado ou criados a partir da equipe de pesquisa. Esse material também necessita ser organizado e armazenado de forma que possa ser recuperado posteriormente.

O material pode incluir levantamentos e outros dados quantitativos. Por exemplo, pode-se conduzir um levantamento em um ou mais locais do estudo de caso como parte do estudo inteiro. Nessas situações, a tabela pode até mesmo ser armazenada em computadores. Como outro exemplo, ao se

lidar com evidências observacionais ou aquelas provenientes de arquivos, um estudo de caso pode exigir avaliações de vários fenômenos (veja Miles, 1979). A documentação dessas avaliações, feitas pela equipe do estudo de caso, também deve ser organizada e armazenada como parte do banco de dados. Resumidamente, qualquer material que possa ser organizado em tabelas, que tenha como base levantamentos, avaliações observacionais ou dados de arquivos, pode ser tratado da mesma forma como é manuseado em outras estratégias de pesquisa.

*Narrativas.* Também pode-se considerar certas formas de narrativa como parte do banco de dados e não como parte do relatório final do estudo de caso. Isso se reflete em uma prática especial que deveria ser utilizada com mais freqüência: fazer com que os pesquisadores do estudo elaborem *respostas espontâneas às questões no protocolo do estudo de caso*. Essa prática foi muito utilizada em várias ocasiões de estudos de casos múltiplos projetados pelo autor (veja o QUADRO 21). As questões e as respostas, de uma forma modificada, podem até mesmo servir diretamente como base para o relatório definitivo do estudo de caso, como se descreverá em maiores detalhes no Capítulo 6.

**QUADRO 21**
**Narrativas no banco de dados para o estudo de caso**

Foi realizada uma série de 12 estudos de caso sobre a utilização do microcomputador em escolas norte-americanas (Yin & White, 1984). Cada estudo baseava-se em respostas espontâneas a cerca de 50 questões do protocolo, concernentes ao número e à localização dos microcomputadores (uma questão enumeradora que exigia a utilização de respostas que apresentassem narrativas e dados tabulares), à relação existente entre as unidades do computador e outros sistemas computacionais dentro da administração da escola e ao treinamento e coordenação fornecidos pela direção.

A primeira responsabilidade do pesquisador do estudo de caso foi responder a essas 50 questões da forma mais completa possível, citando fontes específicas de evidências em notas de rodapé. As respostas não foram editadas, mas serviram como base tanto para os relatórios do caso quanto para a análise cruzada de caso. A disponibilidade do banco de dados evidenciava que outros membros da equipe do estudo de caso poderiam determinar os eventos em cada local, mesmo antes que os relatórios do estudo fossem concluídos. Os arquivos ainda constituem uma fonte riquíssima de evidências que poderiam ser utilizadas novamente, até como parte de outro estudo.



Nessa situação, cada resposta representa uma tentativa de integrar as evidências disponíveis e de convergir os fatos do assunto ou suas possíveis interpretações. O processo é, na verdade, analítico e é uma parte integral da análise do estudo de caso. O formato dessas respostas pode ser considerado análogo àquele utilizado em um abrangente exame "que pode ser feito em casa", utilizado em programas de graduação. O pesquisador é o respondente, e seu objetivo é citar fontes importantes – provenientes de entrevistas, documentos, observações ou de arquivos – ao elaborar uma resposta adequada. O principal objetivo de uma resposta espontânea é documentar a ligação existente entre fragmentos específicos de evidências e várias questões no estudo de caso, utilizando-se de um grande número de notas de rodapé e citações.

Pode-se considerar o conjunto inteiro de respostas uma parte do banco de dados para o estudo de caso. O pesquisador, juntamente com qualquer outra parte interessada, pode utilizar esse banco de dados para elaborar o relatório do estudo propriamente dito. Ou então, caso não seja elaborado nenhum relatório sobre casos individuais (veja o Capítulo 6 para obter exemplos dessas situações), as respostas podem servir como banco de dados para uma subseqüente análise cruzada de caso. Novamente, como as respostas fazem parte do banco de dados e não do relatório final, os pesquisadores não devem gastar muito tempo tentando tornar as respostas mais apresentáveis. Em outras palavras, não precisam realizar os procedimentos-padrão de edição e editoração (deixando as respostas escritas à mão e sem datilografar). A qualidade mais importante das boas respostas é que elas, na verdade, unem provas específicas – através de citações apropriadas – às questões pertinentes do estudo de caso.

## Princípio 3: manter o encadeamento de evidências

Um outro princípio que deve ser seguido, a fim de aumentar a *confiabilidade* das informações em um estudo de caso, é manter um encadeamento de evidências. Esse princípio baseia-se em uma noção similar àquela utilizada em investigações criminais.

O princípio consiste em permitir que um observador externo – o leitor do estudo de caso, por exemplo – possa perceber que qualquer evidência proveniente de questões iniciais da pesquisa leve às conclusões finais do estudo de caso. Além disso, o observador externo deve ser capaz de seguir as etapas em qualquer direção (das conclusões para as questões iniciais da pesquisa ou das questões para as conclusões). Como ocorre com provas criminais, o processo deve estar claro o suficiente para assegurar que as provas apresentadas no "tribunal" – o relatório do estudo – sejam, com certeza, as mesmas que foram coletadas na cena do "crime" durante o processo de coleta de dados; inversamente, nenhuma evidência original deve ser perdida, por descuido ou pela presença de idéias tendenciosas por parte do pesquisador, e não receber a atenção devida ao considerar os "fatos" de um caso. Se esses objetivos forem

atingidos, o estudo de caso também terá que se dedicar à questão do problema metodológico de determinar a validade do constructo, elevando, por conseguinte, a qualidade geral do caso.

Imagine o seguinte cenário. Você leu as conclusões de um relatório de estudo de caso, quer saber mais sobre como se chegou a essa conclusão e agora está remontando às origens do processo de pesquisa.

Primeiro, o próprio relatório deve ter feito citações suficientes aos pontos relevantes do banco de dados do estudo de caso – por exemplo, citando documentos, entrevistas ou observações específicas (veja o QUADRO 22 para obter um exemplo contrário). Segundo, o banco de dados, ao ser examinado, deve revelar as evidências reais e indicar as circunstâncias sob as quais as evidências foram coletadas – por exemplo, a hora e o local onde ocorreu uma entrevista. Terceiro, essas circunstâncias devem ser consistentes com os procedimentos específicos e as questões constantes no protocolo do estudo, a fim de demonstrar que a coleta dos dados seguiu os procedimentos estabelecidos no protocolo. Finalmente, ao ler o protocolo, deve-se perceber uma ligação entre o conteúdo do protocolo e as questões iniciais do estudo.

**QUADRO 22**
**Casos descritivos que necessitam de evidências**

Um estudo de caso descritivo é, em geral, considerado menos exigente do que um explanatório. Costuma-se afirmar que não é necessária muita teoria, que ligações causais não precisam ser feitas e que a análise realizada é mínima. O pesquisador do estudo de caso tem apenas a obrigação de se sentir livre para "relatá-lo como ele realmente é".

A série de estudos realizados por Sara Lightfoot, "Portraits of Exemplary Secondary Schools", publicado no livro *Daedalus* (1981), é um exemplo desses estudos de caso descritivos. Cada um deles trata de uma escola primária distinta, de seu quadro de professores e dos cursos que oferece, além de alguns eventos e fragmentos importantes da vida estudantil. O retrato apresentado, como uma obra de arte, é idiossincrático a cada escola e não segue qualquer estrutura teórica comum.

Mesmo sob tais circunstâncias, no entanto, é preciso citar as evidências relevantes ao estudo. Uma deficiência desses estudos de caso é que nenhum deles possui uma única nota de rodapé – quer citando entrevistas, documentos ou observações. O leitor não consegue apontar quais fontes o autor lançou mão para a realização do estudo e, dessa forma, não consegue julgar, de forma independente, a confiabilidade das informações apresentadas. Um problema como esse pode acabar comprometendo a confiabilidade de todo um estudo de caso.



No conjunto, você pôde ir de uma parte do estudo de caso para outra, tendo uma clara referência cruzada aos procedimentos metodológicos e às provas resultantes. Este é, por fim, o último encadeamento de evidências desejado.

## RESUMO

Esse capítulo revisou seis tipos de evidências utilizadas para o estudo de caso, como elas podem ser coletadas e três importantes princípios concernentes ao processo de coleta de dados.

O processo de coleta de dados para os estudos de caso é mais complexo do que os processos utilizados em outras estratégias de pesquisa. O pesquisador do estudo de caso deve possuir uma versatilidade metodológica que não é necessariamente exigida em outras estratégias e deve obedecer a certos procedimentos formais para garantir o *controle de qualidade* durante o processo de coleta. Os três princípios descritos anteriomente representam três passos que conduzem a esse sentido. Não foram projetados para aprisionar o pesquisador inventivo e perspicaz em uma camisa-de-força. Foram projetados para tornar o processo tão explícito quanto possível, de forma que os resultados finais – os dados que foram coletados – reflitam uma preocupação pela validade do constructo e pela confiabilidade, o que, dessa forma, validaria a realização de análises adicionais. Como tal análise pode ser realizada é o assunto do próximo capítulo.

## EXERCÍCIOS

1. *Utilizando as evidências*. Escolha um dos estudos de caso citados nos QUADROS deste livro. Leia o estudo e identifique cinco "fatos" importantes para o estudo. Para cada fato, indique a fonte ou as fontes de evidências, se houver, utilizada(s) para definir o fato. Em quantos exemplos houve mais do que uma única fonte de evidências?
2. *Identificando tipos ilustrativos de evidências*. Escolha um tópico de estudo que você gostaria de pesquisar. Para algum aspecto desse tópico, identifique o tipo específico de evidência que seria relevante – por exemplo, se for um documento, que tipo de documento? Se for uma entrevista, quem seriam os respondentes e quais seriam as questões? Se for um arquivo, quais seriam os registros e as variáveis?
3. *Procurando evidências convergentes*. Selecione um determinado incidente que ocorreu recentemente em sua vida. Caso quisesse demonstrar o que realmente aconteceu, como você faria para estabelecer os fatos desse incidente? Você entrevistaria alguma pessoa importante

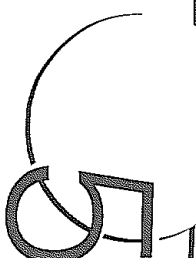
(incluindo você mesmo)? Haveria algum artefato ou algum tipo de documentação nos quais você pudesse se basear?

4. *Desenvolvendo um banco de dados*. Para o tópico que você tratou no exercício anterior, escreva um relatório curto (não mais que duas páginas datilografadas). Comece seu relatório com a questão principal que você está tentando responder e, a seguir, apresente uma resposta a essa pergunta, citando as evidências que você utilizou (você deve incluir notas de rodapé). Pense como essa seqüência de pergunta-resposta pode ser apenas uma das muitas que você poderá utilizar no "banco de dados" do seu estudo de caso.
5. *Estabelecendo um encadeamento de evidências*. Exponha uma conclusão hipotética que possa surgir de um estudo de caso que você esteja realizando. Em seguida, volte ao início de sua pesquisa e identifique os dados ou as evidências específicas que sustentariam essa conclusão. Similarmente, volte ao início da pesquisa e defina a questão do protocolo que teria levado à coleta dessas evidências e, por conseguinte, à questão do estudo que, por sua vez, teria levado ao planejamento da questão do protocolo. Você consegue vislumbrar como esse encadeamento de evidências se formou e como alguém poderia avançar ou retroceder ao longo dessa seqüência?

## NOTAS

1. Barzun e Graff (1985, p. 109-133) dão sugestões excelentes para se verificar evidências documentais, incluindo o problema incomum de se determinar o verdadeiro autor de um documento.

2. Essa prática foi ilustrada com mais eficácia no *best-seller* (1974) de Bernstein e Woodward sobre o caso Watergate. O trabalho de campo dos autores, que se reflete na maneira como foram escritos vários artigos de apresentação no *The Washington Post*, incluía várias oportunidades para todos os participantes expressarem seu próprio ponto de vista ou para rejeitarem as proposições dos outros. Quando as pessoas-chave à investigação não queriam fazer nenhum comentário, mencionava-se o fato nos artigos.

capítulo

# Analisando as evidências do estudo de caso

A análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, do contrário, recombinar as evidências tendo em vista proposições iniciais de um estudo. Analisar as evidências de um estudo de caso é uma atividade particularmente difícil, pois as estratégias e as técnicas não foram muito bem definidas no passado. Ainda assim, cada pesquisador deve começar seu trabalho com uma estratégia analítica geral – estabelecendo prioridades do que deve ser analisado e por que.

Tendo-se essa estratégia em vista, quatro técnicas analíticas dominantes devem ser utilizadas: adequação ao padrão, construção da explanação, análise de séries temporais e modelos lógicos de programa. Cada uma delas pode ser aplicável em projetos de estudo de caso único ou de casos múltiplos, e cada estudo deve levar essas técnicas em consideração. Também é possível se utilizar outras técnicas analíticas, mas elas lidam com situações especiais – a saber, naquelas situações em que o estudo de caso incorporou unidades de análise ou em que há um grande número de estudos de caso que deve ser analisado. Essas técnicas, por conseguinte, devem ser utilizadas em conjunto com as quatro técnicas dominantes mencionadas acima, e não separadamente.

## ESTRATÉGIAS ANALÍTICAS GERAIS

### A necessidade por uma estratégia analítica

A análise das evidências de um estudo de caso é um dos aspectos menos explorados e mais complicados ao realizar estudos de caso. Muitas e muitas vezes, os pesquisadores começam um estudo de caso sem ter a mais remota

como uma evidência deve ser analisada (apesar da recomendação feita no Capítulo 3 de que as abordagens analíticas devem ser desenvolvidas como parte do protocolo do estudo de caso). Essas investigações acabam ficando facilmente estancadas na etapa analítica do estudo; o autor deste livro conheceu vários colegas de profissão que simplesmente ignoraram os dados do estudo de caso por vários e vários meses, por não saberem o que fazer com as evidências coletadas.

Devido a esse problema, o pesquisador experiente de estudo de caso terá, provavelmente, grandes vantagens sobre o pesquisador novato nessa etapa analítica. Diferentemente da análise estatística, há poucas fórmulas ou receitas fixas para orientar o principiante (um dos únicos textos que tentou fazer isso foi Miles & Huberman, 1984). Em vez disso, depende muito do próprio estilo rigoroso de pensar que o pesquisador possui, juntamente com a apresentação suficiente de evidências e a análise cuidadosa de interpretações alternativas.

Uma observação como essa levou algumas pessoas a sugerir que uma das maneiras bem-sucedidas para realizar a análise é tornar os dados do estudo de caso propícios à análise estatística – atribuindo valores numéricos aos eventos, por exemplo. É possível realizar esses estudos de caso quantitativos quando se possui uma unidade incorporada de análise dentro de um estudo de caso, mas essa técnica ainda se mostra falha ao atender às necessidades de fazer análise ao nível do caso inteiro, no qual pode haver apenas um caso ou poucos casos.

Uma segunda possibilidade sugerida tem sido a de utilizar várias *técnicas analíticas* (veja Miles & Huberman, 1984), tais como:

- Dispor as informações em séries diferentes.
- Criar uma matriz de categorias e dispor as evidências dentro dessas categorias.
- Criar modos de apresentação dos dados – fluxogramas e outros métodos – para examinar os dados.
- Classificar em tabelas a freqüência de eventos diferentes.
- Examinar a complexidade dessas classificações e sua relação calculando números de segunda ordem, como médias e variâncias.
- Dispor as informações em ordem cronológica ou utilizar alguma outra disposição temporal.

Há, realmente, muitas técnicas úteis e importantes, e elas devem ser utilizadas para dispor as evidências em alguma ordem antes de realizar a análise, de fato. Ademais, manipulações preliminares de dados como essas representam uma maneira de superar o problema da investigação ficar estancada, mencionado acima. Ao mesmo tempo, as manipulações devem ser realizadas com extremo cuidado para evitar resultados tendenciosos.



No entanto, mais importante do que essas duas abordagens é possuir uma estratégia analítica geral em primeiro lugar. O objetivo final disso é tratar as evidências de uma maneira justa, produzir conclusões analíticas irrefutáveis e eliminar interpretações alternativas. O papel da estratégia geral é ajudar o pesquisador a escolher entre as diferentes técnicas e concluir, com sucesso, a fase analítica da pesquisa. Duas dessas estratégias são descritas a seguir, e, em seguida, são revisadas algumas maneiras específicas de se conduzir a análise do estudo de caso.

## Duas estratégias gerais

*Baseando-se em proposições teóricas*. A primeira e mais preferida estratégia é seguir as proposições teóricas que levaram ao estudo de caso. Os objetivos e o projeto originais do estudo baseiam-se, presumivelmente, em proposições como essas, que, por sua vez, refletem o conjunto de questões da pesquisa, as revisões feitas na literatura sobre o assunto e as novas interpretações que possam surgir.

As proposições dariam forma ao plano da coleta de dados e, por conseguinte, estabeleceriam a prioridade às estratégias analíticas relevantes. Como exemplo, retirado de um estudo das relações intergovernamentais, pode-se mencionar o caso que se baseou na proposição de que os recursos do governo federal norte-americano não apenas tinha efeitos na redistribuição de dólares, como também tinha criado novas mudanças organizacionais em nível local (Yin, 1980). A proposição básica – a criação de uma burocracia "de contrapartida" sob a forma de organizações de planejamento local, grupos de cidadania e outras repartições novas dentro do próprio governo local, mas todos em harmonia com determinados programas federais – foi pesquisada nos estudos de caso de diversas cidades. Para cada uma delas, o objetivo do estudo de caso era demonstrar como a formação e a modificação em organizações locais ocorriam *após* as mudanças em programas federais relacionados e demonstrar como essas organizações locais agiam em prol dos programas federais, muito embora pudessem ser elementos do governo local.

Essa proposição é um exemplo da orientação teórica que serve como guia da análise do estudo de caso. Evidentemente, a proposição ajuda a pôr em foco certos dados e ignorar outros (um bom teste para isso seria decidir quais dados devem ser mencionados se você tiver apenas cinco minutos para sustentar uma proposição em seu estudo de caso). Ela também ajuda a organizar todo o estudo de caso e a definir explanações alternativas a serem examinadas. Proposições teóricas sobre relações causais – respostas a questões do tipo "como" e "por que" – podem ser muito úteis para orientar a análise do estudo de caso dessa maneira.

*Desenvolvendo uma descrição de caso.* Uma segunda estratégia analítica geral é desenvolver uma estrutura descritiva a fim de organizar o estudo de caso. É preferível utilizar proposições teóricas a utilizar essa estratégia, embora ela possa ser uma alternativa à falta de proposições teóricas.

Algumas vezes, o propósito inicial do estudo de caso pode ser uma descrição propriamente dita. Era esse o objetivo do famoso estudo sociológico *Middletown* (Lynd & Lynd, 1929), que estudava uma pequena cidade no Meio-Oeste norte-americano. O que é realmente interessante em *Middletown*, à parte de seu valor clássico como um caso rico e histórico, é a sua estrutura, evidenciada pela divisão de capítulos do livro:

- Capítulo 1: Ganhando a vida
- Capítulo 2: Estabelecendo um lar
- Capítulo 3: Educando a juventude
- Capítulo 4: Aproveitando o tempo disponível
- Capítulo 5: Engajando-se em práticas religiosas
- Capítulo 6: Engajando-se em atividades comunitárias

Os capítulos abrangem uma variedade de tópicos relevantes à vida comunitária no início do século XX, durante o período que a cidade de Middletown foi estudada. A estrutura descritiva também organiza a análise do estudo de caso (como comentário à parte, um exercício útil que pode ser feito é observar a estrutura dos estudos de caso exemplares existentes no momento – alguns deles citados nos QUADROS ao longo do livro – examinando seus sumários, o que constituiria uma pista implícita das diferentes abordagens analíticas).

Em outras situações, o objetivo primeiro do estudo de caso pode não ser uma descrição, mas uma abordagem descritiva pode ajudar a identificar as ligações causais apropriadas a serem analisadas – mesmo quantitativamente. O QUADRO 23 apresenta um exemplo de um estudo de caso relacionado à complexidade de implementar programas locais de desenvolvimento econômico. Essa complexidade, perceberam os pesquisadores, poderia ser *descrita* em termos da multiplicidade de decisões que precisavam ser tomadas para que a implementação fosse bem-sucedida. Essa interpretação descritiva, mais tarde, levou à enumeração, à classificação e, daí, à quantificação das várias decisões a serem tomadas. Nesse sentido, utilizou-se a abordagem descritiva para identificar:

a) o tipo de evento que poderia ser quantificado; e
b) o padrão geral de complexidade que, por fim, foi utilizado em um sentido causal para "explicar" por que a implementação falhara.

*Resumo.* A melhor preparação para conduzir uma análise de estudo de caso é ter uma estratégia analítica geral. Duas estratégias foram descritas, uma delas baseando-se em proposições teóricas e a outra começando com uma abordagem descritiva ao caso. Essas duas estratégias gerais fundamentam os procedimentos analíticos que serão descritos a seguir. Sem essas estratégias (ou alternativas a elas), a análise de estudo de caso avançará com muita dificuldade. Uma forma de superar essa dificuldade é "jogar" com os dados, utilizando algumas técnicas que foram enumeradas. No entanto, se inexistirem estratégias gerais, e se uma delas não for hábil em "jogar" com os dados, provavelmente, todo o estudo estará comprometido.

O restante do capítulo trata de técnicas analíticas específicas, que serão utilizadas como parte de uma estratégia geral. As seções estão divididas em dois conjuntos. O primeiro, *Métodos principais de análise*, apresenta quatro técnicas importantes (adequação ao padrão, construção da explanação, análise de séries temporais e modelos lógicos de programa). Esse conjunto foi especialmente elaborado para tratar de problemas previamente percebidos com relação ao desenvolvimento de *validade interna* e *validade externa* ao se realizar estudos de caso (veja o Capítulo 2). O segundo, *Métodos secundários de*



**QUADRO 23**
**Quantificando os elementos descritivos de um estudo de caso**

O livro de Pressman e Wildavsky, *Implementation: How Great Expectations in Washington Are Dashed in Oakland* (1973), é visto como uma das primeiras contribuições ao estudo das implementações. É o processo através do qual algumas atividades programáticas – um projeto de desenvolvimento econômico, um novo currículo em uma escola ou um programa de prevenção ao crime – são instaladas em uma organização específica. O processo é complexo e envolve inúmeras pessoas, regras organizacionais, normas sociais e uma mistura de boas e más intenções.

Um processo complexo como esse pode ser o objeto de investigação e de análise quantitativa? Pressman e Wildavsky oferecem uma solução inovadora. Uma vez que uma implementação bem-sucedida pode ser *descrita* como uma seqüência de decisões, um analista pode focar parte do estudo de caso no número e nos tipos de decisões ou elementos.

Assim, no capítulo intitulado "The Complexity of Joint Action", os autores analisam as dificuldades encontradas em Oakland: implementar um programa público de obras exigia um total de 70 decisões em série – aprovação do projeto, negociação de prazos, assinatura de contratos, e assim por diante. A análise examinava o nível de entendimento e o tempo necessário para alcançar um consenso em cada um dos 70 pontos de decisão. Dada a diversidade normal de opinião e o não-cumprimento do prazo, a análise ilustra – de uma forma quantitativa – a baixa probabilidade do sucesso da implementação.

*análise*, apresenta técnicas que comumente necessitam ser utilizadas em conjunto com aquelas dos métodos principais.

## MÉTODOS PRINCIPAIS DE ANÁLISE

### Adequação ao padrão

Para a análise do estudo de caso, uma das estratégias mais desejáveis é utilizar a lógica de adequação ao padrão. Essa lógica (Trochim, 1989) compara um padrão fundamentalmente empírico com outro de base prognóstica (ou com várias outras previsões alternativas). Se os padrões coincidirem, os resultados podem ajudar o estudo de caso a reforçar sua *validade interna*.

Se o estudo de caso for explanatório, os padrões podem se relacionar às variáveis dependentes ou independentes do estudo (ou a ambas). Se o estudo de caso for descritivo, a adequação ao padrão ainda é relevante, já que o padrão previsto de variáveis específicas é definido antes da coleta de dados.

*Variáveis dependentes não-equivalentes tidas como padrão*. O padrão de variáveis dependentes deriva-se de um dos mais poderosos projetos de pesquisa quase-experimentais, conhecido como "projeto de variáveis dependentes não-equivalentes" (Cook & Campbell, 1979, p. 118). De acordo com esse projeto, um experimento ou uma pesquisa quase-experimental pode possuir inúmeras variáveis dependentes – ou seja, uma variedade de resultados. Se os valores inicialmente previstos para cada resultado forem encontrados e, ao mesmo tempo, não se encontrarem padrões alternativos de valores previstos (incluindo aqueles que se derivam de artefatos metodológicos, ou ameaças à validade), pode-se fazer fortes inferências causais.

Por exemplo, pense em um caso único no qual você está estudando os efeitos de um sistema de automação em escritórios recentemente instalado. Sua proposição principal é que, uma vez que um sistema como esse seja descentralizado – ou seja, cada peça automatizada do equipamento, como processadores de texto, pode funcionar independentemente do computador central –, será produzido um certo padrão de mudanças e ênfases organizacionais. Entre essas mudanças e ênfases, você especifica o seguinte, com base em proposições derivadas de teorias prévias de descentralização:

- os empregados criarão novas *aplicações* para o equipamento do escritório, e elas serão idiossincráticas a cada empregado;
- as *ligações tradicionais de supervisão* estarão ameaçadas, já que o controle administrativo em relação às atividades de trabalho e o uso de fontes centrais de informação serão reduzidas;



- os *conflitos organizacionais* aumentarão, devido à competição por recursos entre o novo sistema e o sistema central de computadores que a organização possuía; contudo,
- a *produtividade* aumentará em comparação aos níveis anteriores à instalação do novo sistema.

Nesse exemplo, cada um desses quatro resultados representa variáveis dependentes diferentes, e você avaliaria cada um com valores e instrumentos diferentes. Até esse ponto, você tem um estudo que especificou variáveis dependentes *não-equivalentes*. Você também previu um padrão geral de resultados que dão conta de cada uma dessas variáveis. Se os resultados saírem como foram planejados, você pode inferir uma sólida conclusão sobre os efeitos da descentralização na informatização de escritórios. Por outro lado, se os resultados não atingirem o padrão previamente estabelecido – isto é, mesmo se uma variável não se comportar como previsto –, sua proposição inicial terá de ser questionada.

Esse primeiro caso poderia ser enriquecido por um segundo caso, no qual foi instalado outro sistema de informatização em escritórios, mas de natureza centralizada – isto é, todo o equipamento das estações individuais de trabalho estava conectado à mesma rede, e toda a rede era controlada por uma unidade central de computação (um sistema "lógico compartilhado"). Nesse momento, você prognosticaria um padrão diferente de resultados, utilizando as mesmas quatro variáveis dependentes enumeradas anteriormente. E nesse momento, se os resultados mostrarem que o sistema descentralizado (Caso 1) realmente produziu o padrão previsto, e que esse primeiro padrão era diferente daquele previsto e produzido pelo sistema centralizado (Caso 2), você seria capaz de inferir uma conclusão ainda mais forte sobre os efeitos da descentralização. Nessa situação, você produziu uma *replicação teórica* dos casos (em outras situações, você talvez tivesse procurado uma *replicação literal*, encontrando dois ou mais casos de sistemas descentralizados).

Finalmente, você deve estar consciente da existência de certas ameaças à validade dessa lógica (veja Cook & Campbell, 1979, para obter uma lista completa dessas ameaças). Por exemplo, um novo executivo pode ter assumido as funções no escritório no Caso 1, deixando espaço para um contra-argumento: que os efeitos aparentes da descentralização poderiam ser atribuídos à nomeação desse executivo, e não ao novo sistema de informatização recentemente instalado no local. Para lidar com essa ameaça, você teria que identificar algum subconjunto de variáveis independentes iniciais e demonstrar que o padrão teria sido diferente (no Caso 1) se o executivo da corporação tivesse sido a causa principal desses efeitos. Se você só tivesse um estudo de caso único, esse tipo de procedimento seria fundamental; você estaria utilizando os mesmos dados para descartar argumentos com base em uma possível ameaça à

validade. Dada a existência de um segundo caso, como no nosso exemplo hipotético, você também poderia demonstrar que o argumento sobre o executivo não explicaria certas partes do padrão encontrado no Caso 2 (no qual a ausência da figura do executivo deveria ter sido associada a certos resultados contrários). Em essência, seu objetivo é identificar todas as ameaças razoáveis à validade e conduzir comparações repetidas, revelando como essas ameaças não podem ser responsabilizadas pelo padrão duplo encontrado nos dois casos hipotéticos.

*Explanações concorrentes como padrão.* O segundo tipo de adequação ao padrão é o das variáveis independentes. Nessa situação (como exemplo, veja o QUADRO 24), pode-se ter conhecimento que vários casos possuem um certo tipo de resultado, e a investigação pode enfatizar como e por que esse resultado ocorreu em cada caso.

Essa análise requer o desenvolvimento de proposições teóricas concorrentes, articuladas em termos operacionais. A principal característica dessas explanações concorrentes é que cada uma envolve um padrão de variáveis independentes que é mutuamente excludente: se uma explanação for válida, as outras não podem ser. Significa que a presença de certas variáveis independentes (previstas por uma explanação) impede a presença de outras variáveis independentes (previstas por uma explanação concorrente). As variáveis independentes podem envolver vários ou muitos tipos diferentes de características e eventos, cada uma delas avaliada por valores e instrumentos distintos. A preocupação da análise de estudo de caso, no entanto, é com o padrão geral de resultados e com o grau com que um padrão se adapta àquele anteriormente previsto.

Esse tipo de adequação ao padrão de variáveis independentes também pode ser feito com um caso único ou com casos múltiplos. Com um caso único, a adequação bem-sucedida do padrão a uma das explanações concorrentes representaria a evidência para concluir que essa explanação era a correta (e que as outras explicações estavam incorretas). Novamente, mesmo em um caso único, deve-se identificar e eliminar as ameaças à validade – basicamente ao se formar outro grupo de explanações concorrentes. Além disso, se esse resultado idêntico fosse obtido com base em casos múltiplos, teria sido realizada uma *replicação literal* dos casos únicos, e os resultados de casos cruzados poderiam ser expostos de uma maneira ainda mais peremptória. Dessa forma, se esse mesmo resultado acabasse não ocorrendo em um segundo grupo de casos, devido a circunstâncias previsivelmente diferentes, uma *replicação teórica* teria sido realizada, e o resultado inicial se manteria de uma forma ainda mais robusta.



**QUADRO 24**
**Adequação ao padrão para explanações concorrentes**

Um problema comum de política é entender as condições sob as quais P&D podem ser úteis à sociedade. Com muita freqüência, as pessoas acreditam que a pesquisa serve apenas a si mesma e não atende a necessidades práticas.

Esse tópico foi o tema de vários estudos de caso nos quais se soube que os resultados do projeto de P&D tinham sido utilizados. Os estudos pesquisaram como e por que tinha ocorrido esse resultado, tomando em consideração várias explanações concorrentes baseadas em três modelos predominantes de uso da pesquisa:

a) a pesquisa, o desenvolvimento e o modelo de difusão;
b) o modelo de solução de problemas; e
c) o modelo de interação social (Yin & Moore, 1984).

Os eventos de cada caso foram comparados àqueles previstos para cada modelo, de acordo com a técnica de adequação ao padrão. Por exemplo, o modelo de solução de problemas exige a existência prévia de um problema, como prelúdio ao começo de um projeto de P&D, mas essa não é uma condição reconhecida pelos outros dois modelos. É um exemplo, portanto, de como modelos teóricos diferentes podem prever eventos mutuamente excludentes, facilitando comparações efetivas.

Para todos os casos que foram estudados (N = 9), os eventos acabaram unindo da melhor maneira a combinação do segundo e do terceiro modelo. Os pesquisadores tinham, dessa forma, utilizado explanações concorrentes para analisar os dados dentro de cada caso e a lógica da replicação para todos eles.

*Padrões mais simples.* Essa mesma lógica poderia ser aplicada a padrões mais simples, que possuem uma variedade mínima de variáveis dependentes ou independentes. No caso mais simples, no qual pode haver apenas duas variáveis dependentes (ou independentes), a adequação ao padrão é possível porque se estipulou um padrão diferente para essas duas variáveis.

Quanto menor o número de variáveis, naturalmente, mais drásticas terão que ser as diferenças entre os padrões para que possam ser feitas comparações entre as diferenças. Há algumas situações, não obstante, nas quais os padrões mais simples são importantes e irrefutáveis. A função da estratégia analítica geral seria determinar a melhor maneira de fazer o contraste entre as diferenças da forma mais precisa possível, e também desenvolver explanações teoricamente significativas para os diferentes resultados.

*Precisão da adequação ao padrão.* Nesse ponto do estado-da-arte, o real procedimento de adequação ao padrão não inclui nenhuma comparação precisa. Não importa se alguém está prognosticando o padrão de variáveis dependentes não-equivalentes, o padrão com base em explanações concorrentes, ou mesmo um padrão simples qualquer, a comparação essencial entre o padrão prognosticado e o real pode não envolver critérios quantitativos ou estatísticos (as técnicas estatísticas disponíveis são provavelmente irrelevantes porque nenhuma das variáveis no padrão apresentará uma "variação", representando cada uma delas basicamente um único ponto de dados).

Essa falta de precisão pode revelar alguma prudência interpretativa por parte do pesquisador, que pode possuir uma restrição excessiva em afirmar que um determinado padrão foi violado, ou uma tolerância demasiada para decidir que um padrão foi igualado. Podem-se fazer aperfeiçoamentos importantes em pesquisas futuras do estudo de caso através do desenvolvimento de técnicas mais precisas. Até que ocorram esses aperfeiçoamentos, os pesquisadores devem ser cuidadosos em não postular padrões muito sutis. Geralmente se deseja realizar estudos de caso nos quais os resultados, provavelmente, levam a paridades e disparidades grosseiras e nos quais até mesmo uma técnica de exame superficial é suficientemente convincente para se inferir uma conclusão.

## Construção da explanação

Uma segunda estratégia analítica constitui, de fato, um tipo especial de adequação ao padrão, mas o procedimento é mais difícil e, portanto, exige uma atenção especial. Aqui, o objetivo é analisar os dados do estudo de caso construindo uma explanação sobre o caso (Yin, 1982b).

Como usado neste capítulo, o procedimento é especialmente importante para os estudos de caso explanatórios. Um procedimento similar, para os estudos exploratórios, vem sendo comumente considerado parte de um processo de geração de hipóteses (veja Glaser & Strauss, 1967); no entanto, seu objetivo não é concluir o estudo, mas desenvolver idéias para um novo estudo.

*Elementos da explanação.* "Explicar" um fenômeno significa estipular um conjunto de elos causais em relação a ele. Esses elos são similares às variáveis independentes no uso previamente descrito de explanações concorrentes. Na maioria dos estudos, os elos podem ser complexos e difíceis de se avaliar de uma maneira precisa.

Em grande parte dos estudos de caso existentes, a elaboração de explanação ocorreu sob a forma de narrativa. Uma vez que as narrativas não podem ser precisas, os melhores estudos de caso são aqueles em que as explanações refletem algumas proposições teoricamente significativas. Por exemplo, os elos causais podem refletir interpretações importantes do processo de política pública ou da teoria da ciência social. As proposições de política pública, se estiverem corretas, podem levar a recomendações sobre as políticas que serão utilizadas no futuro (veja um exemplo no QUADRO 25, parte A); as proposições de ciência social, se estiverem corretas, podem levar a grandes contribuições à formulação de teoria (veja um exemplo no QUADRO 25, parte B).



*Natureza iterativa da construção de explanações.* O processo de construção da explanação, para os estudos de caso explanatórios, não foi bem documentado em termos operacionais. No entanto, uma característica importante é que a explanação final representa o resultado de uma série de iterações:

- Criar uma declaração teórica inicial ou uma proposição inicial sobre comportamento político ou social.
- Comparar as descobertas de *um caso inicial* com a declaração ou a proposição.
- Revisar a declaração ou a proposição.
- Comparar outros detalhes do caso com a revisão.
- Revisar novamente a declaração ou a proposição.
- Comparar a revisão com os fatos do *segundo, terceiro ou dos demais casos*.
- Repetir esse processo tantas vezes quantas forem necessárias.

Nesse sentido, a explanação final pode não ter sido inteiramente estipulada no começo de um estudo e, por conseguinte, pode diferir, nesse sentido, da abordagem de adequação ao padrão previamente descrita. Em vez disso, as evidências do estudo de caso são examinadas, os posicionamentos teóricos são revisados e as evidências são examinadas novamente de uma nova perspectiva, nesse modo iterativo.

A elaboração gradual de uma explanação assemelha-se ao processo de aprimorar um conjunto de idéias, nas quais um aspecto importante é, novamente, levar em consideração outras *explanações plausíveis ou concorrentes*. Como antes, o objetivo é mostrar como não é possível elaborar essas explanações, dado o conjunto real de eventos do estudo de caso. Se essa metodologia fosse aplicada a estudos de casos múltiplos (como no QUADRO 25), o resultado do processo de construção da explanação é, igualmente, a criação de uma análise cruzada de caso, não simplesmente a análise de cada caso único.

*Problemas em potencial na construção da explanação.* Qualquer pesquisador deveria ser advertido que esse tratamento da análise de estudo de caso está repleto de perigos. O elaborador da explanação deve possuir uma perspicácia acurada. À medida que o processo iterativo se desenvolve, por exemplo, o pesquisador pode acabar lentamente se desviando do tópico original de interesse. Referências constantes ao objetivo original da investiga-

**QUADRO 25**

**A. Construção da explanação em estudos de casos múltiplos**

Em um estudo de casos múltiplos, um dos objetivos que se tem em mente é elaborar uma explanação geral que sirva a todos os casos particularmente, embora possam variar em seus detalhes. O propósito é análogo aos experimentos múltiplos.

O livro *New Towns In-Town: Why a Federal Program Failed* (1972), de Martha Derthick, trata de um programa de habitação lançado pelo presidente norte-americano Lyndon Johnson. O governo federal deveria ceder suas terras excedentes – localizadas em áreas urbanas selecionadas – aos governos locais para que eles implantassem os programas de habitação. Após quatro anos, no entanto, não havia sido registrado muito progresso nas setes áreas escolhidas – San Antonio, New Bedford (estado de Massachusetts), San Francisco, Washington, D.C., Atlanta, Louisville e Clinton Township (em Michigan) – e o programa foi considerado um fracasso.

O texto de Derthick primeiramente analisa os acontecimentos em cada uma das setes áreas. Depois, a explanação geral apresentada – que os programas não conseguiram receber apoio local suficiente – mostrou-se insatisfatória, porque as condições não estavam presentes em todos os locais. De acordo com Derthick, embora existisse realmente o apoio das entidades locais, "os oficiais do governo, não obstante, tinham declarado objetivos tão ambiciosos que alguma espécie de fracasso era certa" (p. 91). Em vez disso, Derthick elabora uma explanação modificada e conclui que "o programa de cessão de terras excedentes falhou porque o governo federal tinha pouca influência em nível local e porque ambicionava atingir objetivos extremamente altos" (p. 93).

**B. Construção da explanação em estudos de casos múltiplos: um exemplo de outra área**

Um projeto semelhante ao utilizado por Derthick é usado por Barrington Moore em sua história intitulada *Social Origins of Dictatorship and Democracy* (1966). O livro é outro exemplo da construção de explanações em estudos de casos múltiplos, embora os casos sejam, na verdade, exemplos históricos.

O livro de Moore trata da transformação de sociedades agrárias em sociedades industriais em seis países diferentes – Inglaterra, França, Estados Unidos, China, Japão e Índia –, e a explanação geral da função das classes superiores e camponesas é uma questão básica que acaba surgindo no texto. A explanação constitui uma contribuição importantíssima à área da história.

ção e a possíveis explanações alternativas podem ajudar a diminuir esse problema. Nos Capítulos 3 e 4, foram apresentadas algumas outras salvaguardas – ou seja, a utilização de um protocolo de estudo de caso (indicando quais os dados deveriam ser coletados), a criação de um banco de dados para cada estudo de caso (armazenando formalmente a série inteira de dados que foram coletados, disponíveis para avaliação por uma terceira parte) e o encadeamento de evidências.



## Análise de séries temporais

Uma terceira estratégia analítica é conduzir uma análise de séries temporais, diretamente análoga à análise de séries temporais realizada em experimentos e em pesquisas quase-experimentais. Uma análise como essa pode seguir muitos padrões complicados, que são o assunto de vários livros-texto famosos na psicologia clínica e experimental (veja Kratochwill, 1978); o leitor interessado pode consultar esses trabalhos, se desejar uma orientação mais detalhada. Quanto mais complicado e preciso for o padrão, mais a análise de séries temporais estabelecerá uma base firme para as conclusões do estudo de caso.

De especial importância para o estudo de caso é uma intrigante análise metodológica da pesquisa qualitativa desenvolvida por Louise Kidder (1981), que demonstrou que certos tipos de estudos que possuíam observadores participantes seguiam projetos de séries temporais, ignorados pelos primeiros pesquisadores. Por exemplo, um estudo preocupava-se com o curso dos acontecimentos que levaram ao consumo da maconha, tendo como hipótese que era necessária uma seqüência ou algumas séries temporais de, pelo menos, três condições (Becker, 1963): inicialmente fumando-se a maconha, em seguida sentindo-se seus efeitos e, depois, aproveitando-se esses efeitos. Se uma pessoa sentir apenas uma ou duas dessas etapas, mas não as três, a hipótese era que o consumo regular de maconha não procedia. Esse tipo de pós-análise interpretativa, na visão de Kidder, precisa ser repetido no futuro para ajudar a revelar essas técnicas analíticas implícitas.

*Séries temporais simples.* Comparado com a análise de adequação ao padrão mais geral, o projeto de séries temporais pode ser muito mais simples em um sentido: nas séries temporais, pode haver uma única variável dependente ou independente. Nessas circunstâncias, quando um grande número de dados pode ser relevante e viável, podem-se utilizar até mesmo testes estatísticos para analisar os dados (veja Kratochwill, 1978).

O padrão, no entanto, pode ser muito mais complicado em outro sentido, porque as diversas alterações nessa única variável, ocorridas com o tempo, podem não possuir pontos de início ou término bem-definidos. Apesar desse problema, a capacidade de seguir o curso dessas alterações com o tempo é um ponto forte importante dos estudos de caso – que não se limitam a avaliações estáticas ou de cortes transversais de uma situação em particular. Se os eventos ao longo do tempo forem estabelecidos em detalhes e com pre-

cisão, pode ser possível realizar algum tipo de análise de séries temporais, mesmo se a análise de estudo de caso envolver igualmente outras técnicas.

A lógica fundamental subjacente ao projeto de séries temporais é a paridade entre uma tendência dos pontos de dados comparada com:

a) uma tendência teoricamente importante especificada antes do princípio da investigação, em contraste com;
b) alguma tendência concorrente, também previamente determinada, em contraste com;
c) qualquer tendência baseada em algum artefato ou ameaça à validade interna.

Dentro do mesmo estado de caso único, por exemplo, é possível, com o tempo, elaborar-se a hipótese de dois padrões distintos de eventos. É isso que Campbell fez em seu famoso estudo da lei de limite de velocidade em Connecticut (veja o QUADRO 26; veja também o Capítulo 2, Figura 2.2). O padrão de séries temporais baseou-se na proposição de que a nova lei (uma "interrupção" na

**QUADRO 26**

**Análise e adequação ao padrão de séries temporais simples**

Um exemplo de uma análise de séries temporais é o clássico artigo de Donald Campbell, "Reforms as Experiments" (1969). Embora o autor não considere que o seu estudo seja um estudo de caso, sua análise realmente ilustra o uso da técnica de adequação ao padrão com um conjunto simples de dados ao longo do tempo – técnica que pode ser amplamente aplicável a todos os tipos de estudos de caso.

Campbell estava tentando comparar duas proposições teóricas. Na primeira, sustentava-se que a redução no limite de velocidade de Connecticut tinha reduzido o número anual de mortes no trânsito. No segundo, defendia-se que o limite de velocidade não tivera qualquer tipo de efeito. Os fatos desse caso indicaram que, embora o número de mortes tivesse declinado no ano seguinte à alteração do limite de velocidade, uma observação adicional em um período de 10 anos demonstrava que esse declínio aparente ocorria exatamente no limite de flutuação normal para o período inteiro. Dessa forma, Campbell concluiu que o limite de velocidade não apresentou qualquer resultado.

O que Campbell fizera foi coletar uma única série temporal (o número de acidentes fatais em um período de tempo) e comparar os dados a duas explanações alternativas – uma explanação com "resultados" e uma explanação de "flutuação aleatória" (veja a Figura 2.1, no Capítulo 2). Os resultados são claros a olho nu, e nenhuma comparação estatística foi necessária (ou conduzida) para confirmar os resultados.



série temporal) tinha substancialmente reduzido o número de acidentes fatais, ao passo que outro padrão de séries temporais baseou-se na proposição de que não ocorrera esse efeito. O exame dos pontos de dados verdadeiros – isto é, o número anual de acidentes fatais durante alguns anos – foi então realizado para se determinar qual das duas séries de tempo melhor se enquadravam nas provas empíricas. Essa comparação da "série temporal interrompida" dentro do mesmo caso pode ser aplicada a muitos contextos diferentes.

Em casos únicos, pode-se utilizar a mesma lógica, com padrões diferentes de séries temporais, postulados para casos diferentes. Por exemplo, um estudo de caso sobre o desenvolvimento econômico em algumas cidades pode ter postulado que as cidades com base manufatureira tivessem tendências mais negativas de geração de empregos do que aquelas cidades cuja economia é basicamente comercial. Os dados finais pertinentes talvez consistissem em taxas anuais de emprego em um período limitado de tempo, 10 anos por exemplo. Nas cidades manufatureiras, os dados talvez tivessem sido examinados por uma tendência de emprego em declínio, ao passo que, nas cidades fundamentalmente comerciais, eles poderiam ter sido examinados com uma tendência de emprego em ascensão. É possível se conceber análises semelhantes em relação ao exame de taxas criminais ao longo de um período de tempo dentro de algumas cidades específicas, mudanças no processo de matrícula em escolas e supostas mudanças em bairros, além de muitos outros indicadores urbanos.

*Séries temporais complexas*. Os projetos que utilizam séries temporais podem ficar mais complexos quando se estabelece que as tendências dentro de um determinado caso são mais complexas. Pode-se postular, por exemplo, não meras tendências em ascensão ou em declínio, mas um determinado aumento seguido por um declínio dentro do mesmo caso. Esse tipo de padrão duplo, ao longo do tempo, representaria o princípio de uma série temporal mais complexa. Como sempre, o ponto forte de uma estratégia de estudo de caso não estaria meramente na avaliação desse tipo de séries temporais, mas também em desenvolver uma explanação rica em detalhes do complexo padrão de resultados e em comparar a explanação com os resultados obtidos.

Surgem complexidades ainda maiores naqueles exemplos em que um conjunto de múltiplas variáveis – e não apenas uma – são importantes para um estudo de caso e em que se previu que cada variável tivesse um padrão diferente com o tempo. Um estudo sobre as mudanças de bairro em geral assume essa característica. As teorias existentes sobre as mudanças sofridas por regiões urbanas, por exemplo, sugerem que existe um atraso diferente de tempo nos índices das alterações ocorridas entre:

a) a população residencial;
b) os vendedores e comerciantes;

c) as instituições locais, como a Igreja e os serviços públicos; e
d) a quantidade de residências.

Quando um determinado bairro está passando por mudanças raciais, aperfeiçoamento ou outros tipos de transição, todos esses índices devem ser estudados por um período de 10 ou 20 anos. Os gráficos resultantes, de acordo com as teorias existentes sobre essas alterações de bairro, irão variar de maneiras previsíveis. Por exemplo, afirma-se que certas alterações populacionais (como a sutil mudança do crescimento de famílias pequenas) são seguidas por mudanças nos serviços municipais (como a matrícula na escola ou o aumento da demanda de serviços de rua), mas somente mais tarde por mudanças ocorridas em lojas comerciais; além disso, os tipos de igrejas podem não alterar, absolutamente, ao longo desse projeto.

Um estudo como esse freqüentemente exige a coleta de indicadores de bairro que, por sua própria natureza, são difíceis de se obter (veja o QUADRO 27) e de se analisar. No entanto, se se dispensar tempo e trabalho adequados para realizar a coleta e a análise de dados necessárias, o resultado poderá ser uma análise convincente – como em um estudo em que se utilizou um projeto de série temporal interrompida para examinar os efeitos a longo prazo de casualidades naturais na comunidade. Nesse último estudo, foi realizado um trabalho intensivo de coleta de dados em quatro comunidades, apenas para se obter os dados necessários da série temporal; os resultados de casos múltiplos são descritos no QUADRO 28.

**QUADRO 27**

**Alterações em indicadores de bairro ao longo do tempo**

A preocupação com transformações urbanas e de bairro atingiu novos níveis durante a década de 60 e 70, quando os espaços urbanos pareciam estar sofrendo de uma decadência e de um declínio irregulares. Muitos observadores especulavam que as cidades centrais dos Estados Unidos estavam, na verdade, à beira de desaparecer enquanto centros funcionais.

Esse tipo de preocupação levou a inúmeros esforços para se catalogar e pesquisar as alterações em vários indicadores em uma base de cidade para cidade. Um estudo (Yin, 1972, reimpresso em Yin, 1982a) chegou a dar ênfase à ocorrência de alarmes contra incêndio e aos fenômenos sociais potencialmente diferentes retratados pelos alarmes para incêndios verdadeiros em oposição aos alarmes falsos. Os padrões de alarme eram comparados com inúmeros outros indicadores sociais, incluindo tendências criminais, alterações de endereço das famílias que recebem auxílio da previdência social e mudanças nos serviços urbanos. Esse tipo de abordagem às transformações urbanas e de bairro representa um exemplo de projeto e análise de várias séries temporais.



**QUADRO 28**

**Estudos de caso utilizando análises de séries temporais complexas**

Pode-se dizer que uma catástrofe natural – como um furacão, um tornado ou uma enchente – é um evento que arrasa uma comunidade. Dessa forma, pode-se imaginar que os padrões de venda e de negócios, os crimes e outras tendências populacionais mudem completamente depois de desastres como esses.

Paul Friesema e seus colegas (1979) estudaram essas mudanças em quatro comunidades que foram atingidas por grandes catástrofes naturais: Yuba City, na Califórnia, 1955; Galveston, no Texas, 1961; Conway, em Arkansas, 1965; e Topeka, no Kansas, 1966. Em cada um desses estudos de caso, os pesquisadores coletaram numerosos dados de séries temporais para os vários indicadores econômicos e sociais. A análise demonstrou que a catástrofe, embora tivesse um efeito a curto prazo – ou seja, em um período de 12 meses –, apresentava poucos efeitos a longo prazo, se realmente tivesse. Essa análise representa uma excelente aplicação de uma técnica de série temporal complexa como base para um estudo de casos múltiplos.

Em geral, embora uma série temporal mais complexa crie problemas maiores para a coleta de dados, ela também leva a uma tendência mais elaborada (ou um conjunto de tendências), tornando a análise mais definitiva. Qualquer semelhança de uma série temporal prevista com uma série verdadeira, quando ambas forem complexas, produzirá provas consistentes para uma proposição teórica inicial.

*Cronologia.* A análise de acontecimentos cronológicos é uma técnica utilizada com freqüência nos estudos de caso e pode ser considerada uma modalidade especial de análise de séries temporais. A seqüência cronológica enfatiza diretamente o principal ponto forte dos estudos de caso citado anteriormente – que os estudos de caso permitem que o pesquisador pesquise os eventos ao longo do tempo.

A disposição dos eventos em uma linha cronológica permite que o pesquisador determine os eventos causais ao longo do tempo, uma vez que a seqüência básica de uma causa e seu efeito não pode ser temporalmente invertida. Contudo, diferentemente de abordagens de séries temporais mais gerais, é provável que a cronologia dos acontecimentos trabalhe com várias espécies de variáveis e não se limite a uma variável dependente ou independente. O objetivo, do ponto de vista analítico, é comparar essa cronologia com aquela prevista por alguma teoria explanatória – na qual a teoria especificou uma ou mais das seguintes condições:

- Alguns eventos devem sempre acontecer antes de outros, impossibilitando a concepção de uma *seqüência* reversa.
- Alguns eventos devem sempre acontecer depois de outros, em uma base de *contingência*.
- Alguns eventos só podem seguir outros eventos após uma *passagem predeterminada de tempo*.
- Certos *períodos de tempo* em um estudo de caso podem ser marcados por classes de eventos que diferem substancialmente daqueles de outros períodos de tempo.

Se os eventos reais de um estudo de caso, como cuidadosamente documentados e determinados por um pesquisador, obedecerem a uma seqüência predeterminada de eventos, e não aquela estipulada por uma seqüência concorrente convincente, o estudo de caso único pode novamente se transformar na base inicial para se fazer inferências causais. A comparação com outros casos, além da avaliação explícita de ameaças à validade interna, sustentará essa inferência.

*Condições resumidas para a análise de séries temporais*. Qualquer que seja a natureza da série de tempo, o objetivo mais importante do estudo de caso é examinar algumas questões do tipo "como" e "por que" sobre a relação dos eventos ao longo do tempo, e não apenas observar as tendências que surgem com o tempo isoladamente. Será durante uma interrupção em uma série temporal que se postularão relações causais; da mesma forma, uma seqüência cronológica deve conter postulados causais. Por outro lado, se um estudo limita-se à análise de tendências de tempo isoladamente, como em um modo descritivo no qual as inferências causais não são importantes, uma estratégia de estudo sem nenhum caso provavelmente será mais relevante nessas circunstâncias – por exemplo, a análise econômica das tendências de preço ao consumidor ao longo do tempo.

Nessas ocasiões, em que a utilização de uma análise de séries temporais é relevante a um estudo de caso, é fundamental se identificar o(s) indicador(es) específico(s) que será(ão) analisado(s) com o tempo, além dos intervalos de tempo específicos que serão tratados. Apenas como resultado dessa especificação prévia é que, provavelmente, os dados relevantes serão coletados em primeiro lugar, e muito menos analisados de forma adequada.

## Modelos lógicos de programa

Essa quarta estratégia é, na verdade, uma combinação das técnicas de adequação ao padrão e de análise de séries temporais. O padrão que está sendo buscado é o padrão-chave de causa-efeito entre variáveis independentes e dependentes (Peterson & Bickman, 1992; Rog & Huebner, 1992). Contudo, a análise estabelece, deliberadamente, um encadeamento complexo de eventos (-padrão) ao longo do tempo (série temporal), dando conta dessas variáveis independentes e dependentes. A estratégia é mais útil para os estudos de caso, para os estudos explanatórios e exploratórios do que para os estudos de caso descritivos.

Joseph Wholey (1979), então integrante do Urban Institute, primeiro fomentou a idéia de um "modelo lógico de programa". Ele aplicou o conceito para acompanhar os eventos quando se planejou uma intervenção na política pública a fim de produzir um determinado resultado. A intervenção poderia, inicialmente, produzir atividades com seus próprios resultados imediatos; esses, por sua vez, poderiam produzir algum resultado imediato e sucessivamente ir produzindo resultados finais ou conclusivos.

Por exemplo, a intervenção em uma escola, em um primeiro momento, poderia ter tido como base um programa escolar recentemente organizado – um programa que tentasse trabalhar com os objetivos da reforma educacional intitulada "América 2000", atualmente em voga na área da educação. Um dos resultados do novo programa foi criar uma nova série de atividades em sala de aula durante uma hora extra do dia letivo. As atividades proporcionariam aos estudantes exercícios conjuntos com os pais (resultado imediato). A conseqüência desse resultado imediato foi um relatório no qual se percebia o entendimento completo por parte dos estudantes, dos pais e dos professores do processo educacional e a sua satisfação com a implantação do mesmo (resultado intermediário). Finalmente, os exercícios e a satisfação por parte de todos levaram à assimilação de certos conceitos pelos estudantes e pelos pais (resultado final).

Nesse exemplo, a análise de estudo de caso forneceria os dados empíricos como base de sustentação (ou de desafio) desse modelo lógico. A análise englobaria algumas seqüências concorrentes de eventos, além da suposta importância de eventos externos espúrios. Se os dados comprovassem o encadeamento inicial, e nenhuma outra seqüência concorrente fosse constatada, a análise poderia afirmar que havia um efeito causal entre a intervenção inicial da reforma educacional e a posterior melhoria na aprendizagem. Para um estudo de caso exploratório, poder-se-ia chegar à conclusão de que uma série especificada de eventos era ilógica – por exemplo, que a intervenção, desde o princípio, não tinha como objetivo um resultado relevante na aprendizagem.

Essa estratégia do modelo lógico de programa pode ser utilizada em uma série de circunstâncias, não apenas naquelas em que ocorreu uma intervenção na política pública. O ingrediente-chave é a suposta existência de seqüências repetidas de eventos na ordem causa-efeito, todas encadeadas. Quanto mais complexa for a ligação entre elas, mais definitiva será a análise dos dados do estudo de caso, a fim de se determinar se a adequação ao padrão foi realizada com esses eventos ao longo do tempo.

## MÉTODOS SECUNDÁRIOS DE ANÁLISE

Podem-se utilizar também nos estudos de caso três métodos "secundários" de análise:

a) análise de unidades incorporadas de análise;
b) observações repetidas; e
c) a abordagem de levantamento de dados do caso.

Esse segundo conjunto de abordagens consiste, entretanto, em técnicas incompletas de análise. Devem ser usadas em combinação com um dos métodos principais de análise a fim de produzirem uma análise completa e confiável do estudo de caso, cujas razões são apresentadas a seguir.

### Analisando unidades incorporadas

Quando um projeto de estudo de caso inclui uma unidade incorporada de análise – ou seja, uma unidade menor do que o caso em si, para o qual inúmeros pontos de dados foram coletados (veja o Capítulo 2) –, as abordagens analíticas relevantes podem tratar de aproximadamente qualquer uma das técnicas nas ciências sociais.

Por exemplo, a unidade incorporada pode ter sido um conjunto de respostas dadas em um levantamento – se foi conduzido um levantamento entre funcionários ou moradores como parte de um estudo de caso único. Alternativamente, a unidade incorporada pode ter sido algum indicador de arquivo – se, por exemplo, foram coletados dados sobre habitação ou sobre o comércio como parte de um estudo de caso único. Por fim, a unidade incorporada pode ter sido algum resultado de serviço, como o número de clientes atendidos por uma unidade organizacional que fora o objeto de um estudo de caso único.

Em cada um desses exemplos, a estratégia analítica pertinente refletiria as proposições que devem ser examinadas para a unidade incorporada. Essas proposições estariam relacionadas às proposições para o caso maior, mas seriam diferentes delas. As técnicas analíticas reais poderiam incluir análises de levantamentos, análises econômicas, análises históricas ou até mesmo pesquisa de operações. O que diferencia esse tipo de análise, em cada situação, de uma pesquisa regular de levantamentos, de operações e das pesquisas econômicas ou históricas é que a unidade de análise é claramente incorporada dentro de um caso mais amplo, e o caso mais amplo representa o interesse *principal* do estudo. Se as unidades incorporadas forem elas mesmas o foco de atenção (ou se se permitir que venham a sê-lo), e se o caso mais amplo for apenas um aspecto contextual menor, o trabalho não deve ser considerado um estudo de caso. Se assim for, deve-se utilizar alguma outra estratégia de pesquisa.



Essa distinção aparece de forma mais clara em estudos incorporados de casos múltiplos. Nessas circunstâncias, a análise apropriada da unidade incorporada de análise deve ser primeiramente conduzida *dentro de cada caso*. Os resultados devem ser interpretados como caso único e podem ser tratados como apenas um dos vários fatores em uma análise de adequação ao padrão ou construção da explanação de caso único. Os padrões ou as explanações para cada caso único podem, então, ser comparados a todos os casos, seguindo o método de replicação para casos múltiplos. Finalmente, as conclusões para casos múltiplos podem acabar se tornando as conclusões para o estudo total.

Em contrapartida, um estudo que não se caracteriza como um estudo de caso seguiria uma seqüência analítica diferente, mesmo que os dados sejam diferentes. Nesses casos, a análise apropriada da unidade incorporada é primeiro realizado *ao longo dos casos*, com todos os dados reunidos ao longo dos casos. Os resultados dessa análise podem ser aumentados por discussões dos casos individuais como contexto desses dados reunidos, mas não se faz nenhuma tentativa de relacionar os dados dentro do caso com o contexto individual de cada um deles, e tampouco se aplica uma lógica de replicação através dos casos. Nesse tipo de estudo (como em um levantamento ou um estudo econômico da inflação ao longo de várias cidades), as primeiras conclusões tratam das unidades incorporadas reunidas, e os casos individuais são de importância apenas periférica. Esse tipo de estudo não constitui um estudo de caso.

Em resumo, quando se tratar de um genuíno estudo de caso, realiza-se qualquer análise das unidades incorporadas dentro de cada caso (e não em casos reunidos). Além disso, a análise não pode ser única, mas deve ser reforçada por alguma outra técnica analítica do caso "inteiro", como as técnicas de adequação ao padrão, construção da explanação, séries temporais ou modelos lógicos de programa.

### Fazendo observações repetidas

As observações repetidas constituem outra modalidade secundária de análise. Quando observações como essas são feitas ao longo do tempo, esse tipo de análise pode ser considerado uma espécie toda especial de análise de séries temporais. No entanto, as observações repetidas também podem ser feitas com base em um corte transversal – por exemplo, em "locais" repetidos ou para outras unidades incorporadas de análise dentro do mesmo caso. Por essa razão, considera-se a utilização de observações repetidas uma abordagem analítica separada da análise de séries temporais.

Por exemplo, a análise de um sistema nacional de grande porte (um estudo de caso único) chamou a atenção para o problema de que o sistema solicitava das escolas informações sobre os estudantes no início do período

letivo, outono nos Estados Unidos, e depois de novo no fim, na primavera. A pressuposição era de que esses dados iniciais e finais serviriam para realçar as mudanças, se houvesse, resultantes do trabalho educacional compensatório realizado durante o ano letivo (Linn *et al.*, 1982). A avaliação descobriu, no entanto, que os grandes avanços alcançados do início ao fim do ano letivo foram contaminados pelo fato de que os estudantes normalmente apresentam algum progresso justamente nesse período; por conseguinte, a avaliação recomendou que um sistema mais justo de medidas compararia o desempenho dos estudantes em uma base anual. O estudo mostrou que, para cada nota das escolas primárias durante um ano ilustrativo – isto é, para julgamentos repetidos de todas as notas –, as comparações de início e fim do ano letivo eram, do ponto de vista dos artefatos, mais favoráveis do que as comparações anuais (veja a Figura 5.1).

Se um estudo de caso pode perseguir esse tipo de análise, será utilizando uma análise de observações repetidas, não importando se a repetição será através de salas de aulas, escolas, estudantes ou unidades de análise diferentes. O que torna a utilização de observações repetidas uma modalidade secundária de análise é que a análise, provavelmente, não reflete todas as preocupações de um estudo de caso. Como no exemplo ilustrativo, em que o foco principal do caso era o trabalho educacional compensatório e não simplesmente a seqüência de testes da primavera-outono, é provável que as observações repetidas sejam reforçadas por outras análises do caso inteiro.

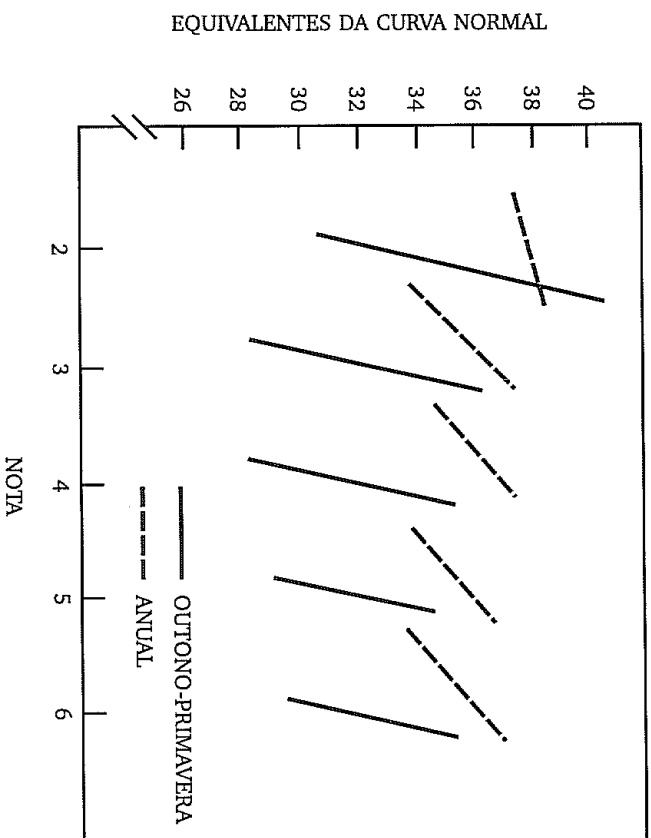



**Figura 5.1** Ilustrações de observações repetidas.
FONTE: Linn *et al.* (1982)



## Fazendo um levantamento de caso: análise secundária através dos casos

Uma alternativa final de método secundário de análise limita-se àquelas situações em que há vários estudos de caso disponíveis para análise. Por exemplo, uma análise secundária de certos tópicos – como a participação do cidadão em serviços urbanos (Yin & Yates, 1975) ou inovações em serviços urbanos (Yin, Heald, & Vogel, 1977) – pode ter como base mais de 200 ou 300 estudos de caso. Esses casos não são o resultado de um único estudo, mas representam toda uma literatura de inúmeros estudos.

O levantamento de caso exige o desenvolvimento de um instrumento de codificação induzida, que então é aplicada a cada estudo de caso. A pessoa que faz a codificação, ou o analista-leitor, utiliza cada caso como base para responder ao instrumento, e os dados coletados são classificados e analisados da mesma maneira que aqueles coletados em um levantamento comum (Lucas, 1974; Yin, Bingham, & Heald, 1976; Yin & Heald, 1975). Da mesma forma que em um levantamento usual, a codificação pode ser verificada de maneira cruzada e sua confiabilidade avaliada, e os resultados do levantamento do caso serão essencialmente quantitativos em natureza. Se o número de casos for grande o bastante, podem-se examinar satisfatoriamente proposições interativas diferentes; quando se utilizar códigos categóricos, devem ser utilizadas técnicas analíticas discretas de variáveis e técnicas log-lineares inovadoras (veja Bishop, Fienberg, & Holland ,1975; Goodman, 1978).

Esse tratamento das análises de estudo de caso, no entanto, não deve ser confundido com outras duas abordagens. Primeiro, o levantamento de caso é uma técnica para a análise *cruzada* de casos e não é a mesma utilizada em uma análise quantitativa que pode ser conduzida de uma unidade incorporada *dentro* do mesmo caso. Segundo, e mais importante que a primeira, o levantamento realizado para um caso, como em uma técnica de caso cruzado, possui grandes limitações em relação à análise de casos múltiplos previamente descrita.

Isso ocorre porque é improvável que o levantamento de caso consiga atingir uma generalização teórica ou estatística. A generalização teórica não é viável porque a seleção de casos individuais, diferentemente do que é feito em um projeto real de casos múltiplos, está além do controle do pesquisador (sendo uma análise secundária) e, portanto, não se baseia em qualquer lógica de replicação (a exceção estaria em uma situação rara em que centenas de casos

individuais são projetados e conduzidos especialmente como parte da mesma investigação, e em que o levantamento de caso é uma técnica analítica fundamental e não secundária). Da mesma forma, a generalização estatística não é viável porque a seleção dos casos individuais, novamente além do controle do pesquisador, não se baseia em qualquer lógica de amostragem.

Esse problema da generalização, entretanto, nem sempre é importante ao realizar um levantamento de caso. A função do levantamento pode simplesmente ser a de sintetizar os estudos de caso existentes em um tópico, e nessa situação nem a generalização estatística nem a teórica despertaria interesse. Assim, o levantamento de caso é uma técnica importante quando o objetivo da pesquisa for explicitamente o de uma análise secundária – por exemplo, determinar o que diz a literatura existente sobre um determinado tópico. Nessas situações, é preferível utilizar o levantamento de caso a utilizar outros modos de revisar a literatura sobre a questão, que em geral reflete julgamentos subjetivos na seleção dos estudos relevantes e a quantidade de atenção dispensada a cada um deles. A técnica do levantamento de caso pode minimizar essas tendências e, se puder ser aplicada, representa a técnica desejada. O levantamento de caso, não obstante, não deve ser visto como uma modalidade dominante de análise ao projetar e realizar uma nova série de estudos de caso.

## EXIGINDO UMA ANÁLISE DE ALTA QUALIDADE

Não importa qual estratégia analítica específica seja escolhida, você deve fazer de tudo para ter certeza de que a sua análise é de alta qualidade. No mínimo, quatro princípios parecem fundamentar toda a boa ciência social (Yin, 1994) e exigem sua inteira atenção.

Em primeiro lugar, sua análise deve deixar claro que ela se baseou em *todas as evidências relevantes*. As estratégias analíticas por você utilizadas, incluindo o desenvolvimento de hipóteses concorrentes, devem ser exaustivas. Sua análise deve demonstrar como ela procurou tantas evidências quantas encontravam-se disponíveis, e suas interpretações devem considerar todas as evidências e não deixar nenhuma indefinição.

Em segundo lugar, sua análise deve abranger *todas as principais interpretações concorrentes*. Se uma outra pessoa tiver uma explicação alternativa para uma ou várias de suas descobertas, faça dessa explicação alternativa uma explicação concorrente. Há alguma evidência que aponte para essa explicação concorrente? Se houver, quais são os resultados? Se não houver, como a explicação concorrente pode ser reafirmada como uma indefinição a ser investigada em estudos futuros?

Em terceiro lugar, sua análise deve se dedicar *aos aspectos mais significativos do seu estudo de caso*. Não importando que seja um estudo de caso único ou de casos múltiplos, você terá demonstrado suas melhores habilidades analíticas se a análise atingir todos os seus maiores objetivos. Para que se embrenhar na realização de um estudo de caso se você não se dedicar às questões mais importantes?



Em quarto lugar, você deve utilizar seu *conhecimento prévio de especialista* em seu estudo de caso. De preferência, você deve analisar questões semelhantes no passado e estar consciente das discussões e do debate atual sobre o tópico do estudo de caso. Se você conhecer o objeto de seu estudo de investigações e publicações anteriores, será melhor.

O estudo de caso no QUADRO 29 foi realizado por um consultor administrativo, e não por um cientista social acadêmico. Como foram realizadas várias etapas nesse estudo, não obstante, o autor demonstrou um grande cuidado ao realizar a investigação empírica cujo espírito vale a pena ser levado em consideração por todos os pesquisadores de estudo de caso. Extraordinariamente, o cuidado se evidencia na apresentação dos próprios casos, e não apenas por causa da existência de uma rigorosa seção de "metodologia". Se você puder emular essas e outras estratégias em sua análise, ela também deverá receber respeito e reconhecimento apropriados.

**QUADRO 29**

**Qualidade analítica em um estudo de casos múltiplos sobre a competição internacional no comércio**

A qualidade de uma análise de estudo de caso não depende unicamente das técnicas utilizadas, embora elas sejam importantes. De igual importância é que o pesquisador demonstre destreza suficiente para conduzir a análise. Essa destreza ficou evidenciada no livro de Magaziner e Patinkin, *The Silent War: Inside the Global Business Battles Shaping America's Future* (1989).

Embora os autores fossem consultores administrativos e não cientistas sociais acadêmicos, seus nove estudos foram organizados de uma maneira excelente. Através de todos os casos, alguns temas principais concernentes às vantagens (e desvantagens) da competição nos Estados Unidos foram tratados em um projeto de replicação. Dentro de cada caso, os autores apresentaram longas entrevistas e documentações, expondo as fontes utilizadas em suas descobertas (para manter a narrativa de uma forma fluida, a maioria dos dados – em tabelas, notas de rodapé e dados quantitativos – foi relegada a notas de rodapé e apêndices). Além disso, os autores provaram que tinham um amplo conhecimento pessoal das questões que estavam sendo estudadas, resultado de inúmeras visitas dentro do país e no exterior.

Tecnicamente, uma "metodologia" mais explícita teria sido mais útil. No entanto, na falta de uma metodologia assim, um trabalho cuidadoso e detalhado ajuda a ilustrar o que os pesquisadores com uma visão mais acadêmica devem se esforçar em alcançar ao aplicarem metodologias mais formais.

## RESUMO

Esse capítulo apresentou várias estratégias importantes para analisar os estudos de caso. Primeiro, podem-se reduzir as dificuldades analíticas potenciais se o pesquisador possuir uma estratégia geral para analisar os dados – mesmo que essa estratégia baseie-se em proposições teóricas ou em uma estrutura básica descritiva. Na falta de uma estratégia assim, o pesquisador é incentivado a "jogar" com os dados de uma forma preliminar, como prelúdio para desenvolver um bom senso sistemático do que vale a pena ser analisado e como deve ser analisado.

Segundo, estabelecida uma estratégia geral, podem ser utilizadas várias estratégias analíticas específicas. Dessas, quatro estratégias (adequação ao padrão, construção da explanação, análise de séries temporais e modelos lógicos de programa) constituem métodos efetivos de preparar o fundamento para a realização de estudos de caso de alta qualidade. Para todas as quatro, deve-se aplicar uma lógica de replicação se o estudo envolver casos múltiplos (obtendo, daí, validade externa), mas devem-se fazer comparações importantes com as proposições concorrentes e ameaças à validade interna dentro de cada caso individual.

Outras três estratégias (análise de unidades incorporadas, observações repetidas e levantamentos de caso) representam maneiras inconclusas de se realizar análise de estudo de caso. Em geral, esses últimos procedimentos devem ser utilizados em conjunto com uma das outras técnicas mencionadas, a fim de se ter uma análise acurada.

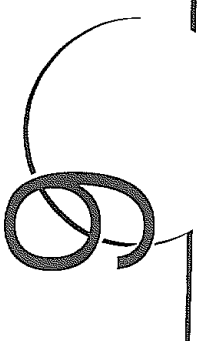
Nenhuma das estratégias é fácil de usar. Nenhuma pode ser aplicada de forma mecânica, seguindo-se uma receita de cozinha comum. Não surpreendentemente, a análise de estudo de caso representa o estágio mais difícil de ser atingido ao realizar estudos de caso, e os pesquisadores principiantes provavelmente viverão uma experiência embaraçosa. Mais uma vez, recomenda-se aos novatos iniciar sua carreira na área dos estudos de caso com um estudo simples e fácil de compreender, mesmo que as questões da pesquisa não sejam tão sofisticadas ou inovadoras quanto se desejaria que fossem. À medida que obtém experiência ao concluir estudos de caso mais simples como esses, o novato será capaz de se embrenhar em pesquisas mais complicadas.

## EXERCÍCIOS

1. *Analisando o processo analítico*. Selecione um dos estudos de caso descritos nos QUADROS deste livro. Encontre um capítulo (em geral no meio do livro) no qual as evidências são apresentadas, mas as conclusões ainda estão sendo elaboradas. Descreva como ocorre essa união – das evidências citadas às conclusões. Os dados são apresentados em tabelas ou de outras maneiras? São feitas comparações?



2. *Unindo dados quantitativos e qualitativos*. Escolha algum tópico dentro de um estudo de caso que você possa estar realizando, para o qual são relevantes tanto dados qualitativos quanto quantitativos. Identifique os dois tipos de dados, parta do princípio que foram coletados com sucesso e discuta as maneiras como eles seriam combinados ou comparados. Qual é a vantagem de ter os dois tipos de dados em seu estudo?
3. *Adequando padrões*. Escolha um estudo de caso que tenha utilizado uma técnica de adequação ao padrão em sua análise. Que vantagens e desvantagens especiais ele tem a oferecer? Como a técnica pode produzir uma análise convincente mesmo quando for aplicada apenas â um único caso?
4. *Construindo uma explanação*. Identifique algumas mudanças perceptíveis que estão ocorrendo em seu bairro (ou em algum outro local nos arredores). Elabore uma explanação para essas mudanças e indique um conjunto importante de evidências que você coletaria para sustentar ou contestar essa explicação. Se essas evidências puderem ser encontradas, sua explanação ficaria completa? Ficaria convincente? Seria útil para investigar mudanças semelhantes em outro bairro?
5. *Analisando tendências de séries temporais*. Identifique uma série temporal simples – por exemplo, o número de estudantes matriculados na sua universidade em cada um dos últimos 20 anos. Como você compararia um período de tempo com outro período nesses 20 anos? Se as políticas de admissão da universidade tivessem mudado durante esse tempo, como você compararia os efeitos dessas políticas diferentes? Como essa análise poderia ser considerada parte de um estudo de caso mais amplo da universidade em que você estuda?

capítulo

# Compondo o "relatório" de um estudo de caso

A exposição de um estudo de caso pode ser tanto escrita quanto oral. Independentemente da forma que assume, no entanto, etapas semelhantes devem ser obedecidas durante o processo de composição: identificar o público almejado para o relatório, desenvolver uma estrutura de composição e adotar certos procedimentos (como pedir para pessoas informadas revisarem o estudo de caso do qual foram objeto do estudo).

A fase de exposição do estudo é uma das mais complicadas de se conduzir ao realizar estudos de caso. O melhor conselho que pode ser dado é compor partes do estudo de caso mais cedo (p.ex., a bibliografia) e possuir minutas das várias seções do relatório (p.ex., a seção metodológica), em vez de esperar até o final do processo de análise dos dados para começar a escrever. No que diz respeito às estruturas de composição, sugerem-se seis alternativas: analítica linear, comparativa, cronológica, de construção da teoria, de "incerteza" e estruturas não-seqüenciais.

Como regra geral, a fase de composição exige o maior esforço de um pesquisador de estudo de caso. O "relatório" de um estudo de caso não segue qualquer fórmula estereotipada, como um artigo de revista na psicologia. Além disso, o "relatório" não precisa vir apenas na forma escrita. Devido à sua natureza incerta, os pesquisadores que não gostam de escrever provavelmente não deveriam realizar estudos de caso.

Naturalmente, a maioria dos pesquisadores pode, ao final, aprender a compor um relatório muito bem e de forma muito fácil, e a inexperiência em redigi-lo não deve se tornar um impedimento para a realização dos estudos de caso. Será necessária muita prática, no entanto. Além disso, você tem que querer se tornar bom na arte de compor relatórios – e não apenas tolerá-la.

Uma maneira de descobrir se você conseguirá ter êxito nessa fase do trabalho é verificar se você conseguia escrever com facilidade as monografias do segundo grau e da faculdade. Quanto mais difíceis eram, mais difícil lhe será compor um relatório de estudo de caso. Uma outra maneira de descobrir é ver se o ato de compor o relatório é visto como uma oportunidade ou como um fardo a ser carregado. O pesquisador bem-sucedido, em geral, entende a fase de composição como uma oportunidade – por estar fazendo uma contribuição importante ao conhecimento e à prática de pesquisa.

Infelizmente, poucas pessoas são advertidas sobre esse problema, que só surge no final da fase de planejamento e de realização de um estudo de caso. O pesquisador perspicaz, porém, começará a redigir o relatório do estudo mesmo antes do término da coleta e da análise de dados. Em geral, não importando se o "relatório" será escrito, oral ou pictórico (as aspas são utilizadas para lembrá-lo de que um relatório pode assumir todas essas formas, e não apenas a forma escrita), a fase de composição é tão importante que deveria receber atenção explícita ao longo das fases anteriores do estudo de caso.

Apesar desse conselho, a maioria dos pesquisadores ignora a fase de composição até o instante final de seus estudos. Sob tais circunstâncias, podem surgir todos os tipos de "bloqueio de escritor" no pesquisador, e acaba se tornando praticamente impossível redigir o relatório. Assim, o primeiro passo que pode ser tomado em qualquer pesquisa de estudo de caso é consultar um livro-texto que trate da redação de relatórios de pesquisa de forma mais genérica (veja Barzun & Graff, 1985). Esses textos oferecem dicas e conselhos valiosos sobre como fazer anotações, elaborar minutas, utilizar palavras adequadas, escrever frases claras, estabelecer etapas para o relatório e combater o estímulo comum de não escrever.

O objetivo deste capítulo não é repetir todas essas lições gerais, embora sejam aplicáveis aos estudos de caso. A maioria delas são importantes a todas as formas de composição da pesquisa, e descrevê-las aqui seria contraproducente ao objetivo de fornecer informações específicas aos estudos de caso. Em vez disso, o objetivo deste capítulo será salientar aqueles aspectos da composição e da exposição que estão diretamente relacionados aos estudos de caso. Incluem-se aqui os seguintes tópicos, cada um discutido em uma seção separada:

- O público a que os estudos de caso se destinam.
- As variedades de composição do estudo de caso.
- As estruturas ilustrativas para as composições do estudo de caso.
- Os procedimentos a serem adotados ao realizar um relatório de estudo de caso.
- E, como conclusão, as especulações sobre as características de um estudo de caso exemplar (estendendo-se além do relatório em si e tratando do projeto e do conteúdo do caso).



Uma coisa que deve ser lembrada do Capítulo 4 é que o relatório do estudo de caso não deve ser a principal maneira de se registrar ou armazenar a base de sustentação do estudo de caso. Em vez disso, no Capítulo 4 defende-se o uso de um banco de dados para o estudo de caso visando a esse propósito (veja o Capítulo 4, princípio 2), e os trabalhos de composição descritos neste capítulo são primordialmente projetados para fins de relato, e não de documentação.

## O PÚBLICO PARA UM ESTUDO DE CASO

### Relação de públicos possíveis

Os estudos de caso possuem uma relação mais diversa de possíveis públicos-alvo do que a maioria dos outros tipos de pesquisa. Inclui-se nessa relação[1]:

a) colegas da mesma área;
b) organizadores políticos, profissionais em geral e também os profissionais que não se especializaram na metodologia de estudo de caso;
c) grupos especiais, como a banca de tese ou de dissertação de um estudante; e
d) a instituição financiadora da pesquisa.

Com a maioria dos relatórios de pesquisa, como em experimentos, o segundo público a que se destina um estudo de caso não é geralmente importante, na medida em que poucas pessoas esperariam que os resultados de um experimento em laboratório fossem dirigidos a leigos no assunto. Em um estudo de caso, no entanto, esse segundo público pode ser um alvo freqüente do relatório de estudo de caso. Para mencionar outro contraste, o terceiro público raramente seria relevante para alguns tipos de pesquisa – como em avaliações – uma vez que as avaliações geralmente não funcionam adequadamente enquanto teses ou dissertações. Para os estudos de caso, não obstante, esse terceiro público também é um usuário contumaz do relatório dos estudos de caso, devido ao grande número de teses e dissertações nas ciências sociais que se baseiam em estudos de caso.

Como os estudos de caso possuem um público em potencial muito maior do que outros tipos de pesquisa, uma tarefa essencial ao projetar o relatório global do estudo é identificar cada um dos públicos específicos para o relatório. Cada um deles possui necessidades diferentes, e nenhum relatório em especial atenderá às demandas de todos os públicos simultaneamente.

Para os seus *colegas* de profissão, o mais importante é, provavelmente, a relação entre o estudo de caso, suas descobertas e as teorias ou a pesquisa já existentes. Se um estudo de caso consegue transmitir todas essas relações, ele será amplamente lido por um bom período de tempo (veja o QUADRO 30

**QUADRO 30**
**Reimpressão de um famoso estudo de caso**

Por muitos anos, *TVA and the Grass Roots* (1949), de Philip Selznick, foi o livro clássico sobre as organizações públicas. O caso foi citado em muitos estudos subseqüentes de agências federais norte-americanas, comportamento político e descentralização organizacional.

Quase 30 anos depois de sua primeira publicação, o caso foi reimpresso em 1980 como parte da Library Reprint Series, editada pela University of California Press, editora original do livro. Esse tipo de relançamento permite que vários outros investigadores tenham acesso a esse famoso estudo de caso e reflete sua contribuição substancial à área.

para obter um exemplo). Para aqueles que *não são especialistas*, o mais importante são os elementos descritivos quando se retrata alguma situação da vida real, assim como as implicações para a ação. Para uma *banca de teses*, especialista na metodologia e nas questões teóricas de um tópico do estudo de caso, o importante são as indicações dos cuidados que estão sendo tomados durante a pesquisa e as evidências que o estudante obteve com sucesso em todas as fases do processo de pesquisa. Por fim, para a *instituição financiadora da pesquisa*, o significado das descobertas do estudo de caso, tanto em termos práticos quanto acadêmicos, é tão importante quanto o rigor com que a pesquisa foi conduzida. Devido a essas diferenças entre os diversos públicos-alvo de um estudo, estabelecer uma comunicação bem-sucedida com mais de um público pode significar a necessidade de mais de uma versão do relatório do estudo de caso. Os pesquisadores devem pensar seriamente em atender a essa necessidade (veja o QUADRO 31).

## Comunicando-se com os estudos de caso

Uma outra diferença existente entre o estudo de caso e os outros tipos de pesquisa é que o relatório do estudo de caso pode ser, ele mesmo, um mecanismo importante de comunicação. Para os leigos, a descrição e a análise de um único caso, em geral, transportam informações sobre um fenômeno mais geral.

Uma situação relacionada a essa que é geralmente ignorada ocorre quando se dá testemunho em relação a alguma coisa antes de uma comissão do Congresso americano. Se uma pessoa idosa, por exemplo, testemunha sobre o seu



**QUADRO 31**
**Duas versões sobre o mesmo estudo de caso**

Em 1982, o escritório de planejamento municipal de Broward County, no estado da Flórida, implementou um sistema de automação ("The Politics of Automating a Planning Office", Standerfer & Rider, 1983). As estratégias de implementação foram inovadoras e significativas – especialmente em relação às tensões que surgiram com o departamento de informática do governo local. O resultado é um estudo de caso interessante e informativo, cuja versão popular – publicada em um periódico profissional do local – é divertida e fácil de ler.

Uma vez que esse tipo de implantação também trata de questões técnicas mais complexas, os autores apresentam informações suplementares aos leitores interessados. A versão popular continha nomes, endereços e números de telefone, de forma que os leitores podiam obter as informações adicionais que quisessem. Esse tipo de disponibilidade dupla dos relatórios do estudo de caso é apenas um exemplo de como relatórios diferentes sobre o *mesmo* estudo de caso podem ser úteis para você se comunicar com públicos diferentes.

plano de saúde antes da comissão, seus integrantes podem entender que eles possuem um entendimento mais geral sobre o tratamento de saúde que o idoso deve receber – baseado nesse "caso". Somente então, a comissão pode interpretar estatísticas mais amplas sobre o predomínio de casos semelhantes. Depois, a comissão pode investigar a natureza representativa do caso inicial, antes de propor uma nova legislação. Contudo, ao longo de todo esse processo, o caso inicial – representado por uma testemunha – pode ser o ingrediente fundamental para se chamar a atenção a essa questão do tratamento de saúde em primeiro lugar.

Desta e de muitas outras maneiras, os estudos de caso podem transmitir informações baseadas na pesquisa sobre um determinado fenômeno a uma gama de pessoas que não possuem conhecimentos sobre eles. Dessa forma, a utilidade dos estudos de caso vai muito além da função do relatório típico de pesquisa, que geralmente se dirige aos colegas do pesquisador, em vez de se dirigir aos leigos no assunto (veja o QUADRO 32). É óbvio que tanto os estudos de caso descritivos quanto os explanatórios podem ser importantes nesse papel, e o pesquisador perspicaz não deve desprezar o possível impacto descritivo de um estudo de caso bem-apresentado.[2]

**QUADRO 32**
**Oferecendo um bom estudo de caso a um público maior**

A excelente análise feita por Neustadt e Fineberg sobre uma campanha de imunização em massa apareceu originariamente como um relatório do governo norte-americano em 1978, *The Swine Flu Affair: Decision-Making on a Slippery Disease*. O estudo depois foi citado, em círculos políticos, como exemplo de um estudo de caso cuidadoso e de alta qualidade, e o caso também foi freqüentemente utilizado para fins de ensino.

A versão original do estudo de caso, no entanto, era difícil de ser obtida, tendo sido publicada pelo Government Printing Office do governo, que, segundo os autores, "tem muitas virtudes, ...mas... preencher pedidos que não apresentam troco exato nem números acionários precisos não é uma delas" (1983, p. xxiv). Por conseguinte, a versão revisada do estudo de caso original – que apresentou novas informações ao caso original – foi publicada posteriormente como *The Epidemic That Never Was: Policy-Making and the Swine Flu Affair* (1983). Essa edição comercial de um estudo de caso altamente respeitado é um exemplo raro do que pode ser feito para melhorar a disseminação dos estudos de caso.

## Orientando o relatório do estudo de caso às necessidades de um público específico

No geral, as supostas preferências de um público em potencial devem impor o modelo de um relatório de estudo de caso. Embora os procedimentos e a metodologia de pesquisa devam ter tido como base outras diretrizes, sugeridas nos Capítulos 1 a 5, o relatório em si deve refletir as ênfases, os detalhes, o modelo de composição e até mesmo a extensão conveniente às necessidades do suposto público. Você deve coletar formalmente as informações sobre o que o público necessita e seus tipos preferidos de comunicação (Morris, Fitz-Gibbon, & Freeman, 1987, p. 13). Ao longo deste livro, o autor vem, freqüentemente, chamando a atenção dos estudantes que estão elaborando suas dissertações e teses de mestrado e doutorado para o fato de que a banca examinadora poderá ser seu *único* público. O relatório final, sob tais circunstâncias, deve tentar se comunicar diretamente com a banca. Uma tática recomendada para se fazer isso é integrar a pesquisa já realizada pelos membros da banca à tese ou à dissertação, aumentando, dessa forma, o seu potencial de comunicabilidade.

Qualquer que seja o público, o maior erro que o pesquisador pode cometer é elaborar o relatório de uma perspectiva egocêntrica. O pesquisador cometerá um erro como esse se o relatório for concluído sem identificar um público específico ou sem compreender as necessidades próprias desse público. Para evitar esse tipo de equívoco, sugere-se que o investigador identifique o público de imediato, como já foi anteriormente mencionado. Uma outra sugestão igualmente importante é examinar os relatórios de estudo de caso já existentes que conseguiram se comunicar com sucesso com seu público. Tais relatórios podem dar dicas muito úteis de como se elaborar um novo relatório. Por exemplo, pense novamente no estudante que está preparando sua dissertação ou sua tese de mestrado e doutorado. Ele deve consultar outras dissertações ou teses que obtiveram a aprovação acadêmica com sucesso – ou que se sabe que possuem documentos exemplares. A inspeção desses documentos pode revelar ótimas informações sobre a burocracia departamental (e as prováveis preferências dos revisores) que você poderá utilizar quando for planejar uma tese ou dissertação nova.



# VARIEDADE DE ESTRUTURAS DE UM ESTUDO DE CASO

## "Relatórios" escritos em comparação a não-escritos

Um "relatório" de estudo de caso não precisa ser apenas escrito. As informações e os dados obtidos em um caso podem ser expostos de outras maneiras – como uma exposição oral ou até um conjunto de fotos ou gravações de vídeo. Muito embora a maioria dos estudos de caso realmente resulte em produtos escritos, uma tarefa deliberada do pesquisador deve ser a seleção da maneira mais eficaz e pertinente para apresentar qualquer "relatório" determinado. A escolha influenciará reciprocamente a tarefa de identificar o público para o estudo de caso.

Um produto escrito, entretanto, realmente oferece várias vantagens importantes. Podem-se transmitir e comunicar informações mais precisas através da forma escrita do que através da forma oral ou pictórica. Embora a máxima de que uma imagem vale mais do que mil palavras seja verdadeira, a maioria dos estudos de caso trata de conceitos abstratos – como estrutura organizacional, implementações, programas públicos e interações entre grupos sociais –, que não podem ser prontamente convertidos em imagens. Fotos específicas podem, em geral, realçar um texto escrito (veja Dabbs, 1982), mas será muito difícil substituir um texto na sua totalidade. O autor deste livro tem conhecimento de uma situação em que as fotos realmente desempenharam um papel fundamental, ao transmitir as informações obtidas sobre organizações de bairro a formuladores de diretrizes que jamais visitaram essas organizações. Não obstante, embora as fotografias tenham melhorado a comunicação das informações do estudo de caso, elas não substituíram a necessidade de haver outros tipos de evidências, que, por sua vez, deram mais credibilidade às descobertas e às conclusões.

Um relatório escrito também apresenta a vantagem de ser familiar, tanto para o autor quanto para o leitor. Quase todos nós já elaboramos ou revisamos relatórios escritos e estamos conscientes dos problemas gerais de expor – de uma maneira não-tendenciosa, mas compacta – dados e idéias através de frases, tabelas e capítulos de livro. Essas relações, por outro lado, não são tão bem compreendidas em outras formas de comunicação. Por exemplo, em outra situação conhecida pelo autor, um estudante de doutorado selecionou uma gravação de vídeo como meio de comunicação. No entanto, nem o estudante nem os revisores da tese puderam explicar como as regras utilizadas para editar o vídeo – que refletiam o "talento artístico" do autor – de fato afetavam as evidências e a apresentação do caso. Conseqüentemente, o processo de edição foi permeado por alguma concepção prévia que permaneceu desconhecida.

Não obstante, ainda se deve buscar formas inovadoras de apresentação. E o material escrito deve ser complementado com gráficos e imagens atraentes (Morris, Fitz-Gibbon, & Freeman, 1987, p. 37). As inovações mais desejáveis são aquelas que tratam de uma grande desvantagem do estudo de caso escrito – o seu volume e a sua extensão. Dessa maneira, as informações contidas em um estudo de caso estão sendo armazenadas de uma forma incômoda e ineficiente. Pense em uma comparação entre a revisão de alguns dados coletados em um levantamento e a revisão dos dados obtidos em um estudo de caso. No primeiro, um disquete de computador conteria uma grande quantidade de informações do levantamento e estaria suscetível a investigações intensas e precisas; no segundo caso, é provável que uma quantidade semelhante de informações exija uma enorme quantidade de texto, um procedimento de busca ineficiente e um tempo considerável para o processo de revisão.[3]

## Tipos de relatórios escritos

Entre as formas escritas de estudos de caso, há, pelo menos, quatro tipos importantes. O primeiro é o clássico estudo de caso único. Utiliza-se uma narrativa simples para descrever e analisar o caso. As informações da narrativa podem ser realçadas com tabelas, gráficos ou imagens. Dependendo da profundidade do estudo, casos clássicos como esses podem aparecer sob a forma de livro, já que revistas e publicações periódicas em geral não possuem o espaço necessário à publicação (alguns sociólogos também alegam que as revistas discriminam a pesquisa de estudo de caso – Feagin, Orum, & Sjoberg, 1991 –, no entanto, os estudos de caso representam a segunda categoria que cresce mais rapidamente de estudos empíricos nas principais publicações de administração pública – Perry & Kraemer, 1986). Se você souber de antemão que seu estudo de caso se enquadrará em tal categoria e que seu manuscrito certamente terá a extensão de um livro, sugere-se que faça contato com uma editora com a maior antecedência possível.



Um segundo tipo de material escrito é uma versão de casos múltiplos desse mesmo caso único clássico. Esse tipo de relatório de casos múltiplos deverá conter várias narrativas, geralmente apresentadas em capítulos ou seções separadas, sobre cada um dos casos individualmente. Também constará no relatório um capítulo ou uma seção que apresente a análise e os resultados de casos cruzados. Em algumas situações, poderá até mesmo ser necessária a existência de capítulos ou seções inteiras de casos cruzados (veja o QUADRO 33), e essa parte do texto final pode ser a justificativa para um volume separado das narrativas de casos individuais. Nessas situações, uma forma muito freqüente de apresentação é fazer com que a maior parte do relatório principal contenha a análise cruzada de casos, com os casos individuais sendo apresentados como parte de um longo complemento àquele volume básico.

Um terceiro tipo de relatório escrito é aquele que trata tanto de um estudo de caso único quanto de casos múltiplos, mas que não apresenta a narrativa tradicional em sua estrutura. Em vez disso, a elaboração para cada caso segue uma série de perguntas e respostas, baseada nas perguntas e respostas constantes no banco de dados para o estudo de caso (veja o Capítulo 4). Para fins de exposição, o conteúdo do banco de dados é resumido e editado para facilitar sua leitura, com o produto final ainda assumindo a forma, em analogia, de um exame abrangente (por outro lado, pode-se considerar a narrativa tradicional de um estudo de caso semelhante à forma de

**QUADRO 33**
**Um relatório de casos múltiplos**

Os estudos de casos múltiplos geralmente contêm tanto estudos de casos individuais quanto alguns capítulos que apresentam casos cruzados. A elaboração de um estudo de casos múltiplos pode igualmente ser dividida entre vários autores diferentes.

Esse tipo de acordo foi utilizado em um estudo sobre repartições de escolas rurais dos Estados Unidos por Herriott and Gross, *The Dynamics of Planned Educational Change* (1979). O relatório final, um livro, continha 10 capítulos. Cinco deles eram narrativas de casos individuais. Os outros cinco tratavam de questões importantes de casos cruzados. Além disso, como conseqüência da real divisão de trabalho ao se conduzir a pesquisa, cada um dos capítulos foi escrito por uma pessoa diferente.

um trabalho de fim de semestre*). Esse estilo de pergunta-resposta pode não demonstrar todo o talento criativo do pesquisador, mas ajuda a evitar o problema do bloqueio de escritor, pois, ao utilizar esse procedimento, o pesquisador pode tratar imediatamente de responder à série de perguntas exigida (novamente aqui, o exame abrangente tem uma vantagem parecida em relação ao trabalho de fim de semestre).

Se esse estilo de pergunta-resposta for utilizado para estudos de casos múltiplos, as vantagens serão potencialmente grandes: o leitor só precisa examinar as respostas dadas à mesma pergunta ou às mesmas perguntas dentro de cada estudo de caso para começar a fazer comparações cruzadas. Como cada leitor pode se interessar em questões diferentes, o estilo inteiro facilita o desenvolvimento de uma análise cruzada talhada para interesses específicos dos leitores (veja o QUADRO 34).

A quarta e última modalidade de relatório escrito aplica-se apenas a estudos de casos múltiplos. Nessa situação, *não* pode haver capítulos ou seções separados destinados a casos individuais. Em seu lugar, o relatório inteiro consiste em uma análise cruzada, mesmo que seja puramente descritivo ou

**QUADRO 34**

**Formato pergunta-resposta: estudos de caso sem a narrativa tradicional**

As evidências de um estudo de caso não precisam ser apresentadas sob a forma de uma narrativa convencional. Uma maneira alternativa de apresentá-las é escrever a narrativa na forma de perguntas e respostas. Pode-se expor uma série de perguntas, tendo as respostas a cada uma delas uma extensão considerável – por exemplo, três ou quatro parágrafos. Cada resposta pode conter todas as evidências relevantes e pode até mesmo ser realçada com o uso de tabelas.

Seguiu-se essa alternativa em 40 estudos de caso de organizações comunitárias produzidos pela National Comission on Neighborhoods, dos Estados Unidos, *People, Building Neighborhoods* (1979). O mesmo formato de pergunta-resposta foi utilizado em cada caso, de forma que o leitor interessado poderia fazer sua própria análise cruzada de caso seguindo as mesmas perguntas ao longo dos 40 casos. Esse estilo de estudo permitia que os leitores mais apressados encontrassem exatamente a parte que lhes interessava em cada caso. Para as pessoas que se sentissem ofendidas pela ausência da narrativa tradicional, cada caso também apresentava um resumo, de estilo livre (mas não maior do que três páginas), o que permitia que o autor exercitasse seus talentos literários.

*N. de T. *Term paper*, no original.



que lide com tópicos explanatórios. Nesse tipo de relatório, cada capítulo ou seção deve se destinar a uma questão distinta de caso cruzado, e as informações provenientes de casos individuais devem ser distribuídas ao longo de cada capítulo ou seção. Com esse formato, podem-se apresentar informações resumidas sobre os casos individuais, se não forem totalmente ignoradas (veja o QUADRO 35), em pequenas notas abreviadas.

Como observação final, é necessário se identificar o tipo específico de constituição do estudo de caso, envolvendo uma escolha entre pelo menos

**QUADRO 35**

**A. Escrevendo um relatório de casos múltiplos: um exemplo no qual não se apresentam casos únicos**

Em um estudo de casos múltiplos, os estudos de casos individuais não precisam constar, necessariamente, no manuscrito final. Os casos individuais, de certo modo, servem apenas como base de sustentação para o estudo e podem ser utilizados unicamente na análise cruzada de caso.

Essa técnica foi utilizada em um livro sobre seis chefes de departamento do governo federal americano, de autoria de Herbert Kaufman, *The Administrative Behavior of Federal Bureau Chiefs* (1981). Kaufman despendeu longos períodos com cada chefe de departamento para compreender a rotina diária deles. Entrevistou-os, escutou-os durante suas chamadas telefônicas, compareceu a reuniões e esteve presente durante as discussões da equipe de trabalho em seus escritórios.

O objetivo do livro, no entanto, não era retratar os hábitos e comportamentos de cada um deles. O livro, em vez disso, sintetiza as lições aprendidas com cada um deles e está organizado com base nesses tópicos: como os chefes decidem as coisas, como recebem e analisam as informações e como motivam suas equipes. Dentro de cada tópico, Kaufman apresenta exemplos apropriados dos seis casos, mas nenhum deles é apresentado como um estudo de caso único.

**B. Escrevendo um relatório de casos múltiplos: um exemplo (de outra área) no qual não é apresentado nenhum caso único**

Um projeto semelhante ao de Kaufman é utilizado em outra área – história – em um famoso livro de Crane Brinton, *The Anatomy of a Revolution* (1938). O livro de Brinton baseia-se em quatro revoluções: a inglesa, a americana, a francesa e a russa. O livro oferece a análise e a teoria dos períodos revolucionários, com exemplos pertinentes extraídos de cada um dos quatro "casos"; no entanto, como no livro de Kaufman, não há nenhuma tentativa de apresentar as revoluções como estudos de casos individuais.

essas quatro alternativas, durante o *projeto* do estudo de caso. A escolha inicial pode sempre ser alterada, pois sempre podem surgir condições adversas, e um tipo diferente de constituição pode se mostrar mais relevante do que aquele originalmente selecionado. No entanto, a escolha feita com antecedência facilitará tanto o planejamento quanto a condução do estudo de caso. Essa seleção inicial deve fazer parte do protocolo do estudo de caso, alertando o(s) pesquisador(es) do estudo da provável natureza do formato final e de suas exigências.

## ESTRUTURAS ILUSTRATIVAS PARA A CONSTITUIÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO

Os capítulos, as seções, os subtópicos e outras partes integrantes de um relatório devem ser organizados de alguma maneira, e essa organização constitui a estrutura do relatório. Respeitar essa estrutura é um tópico que vem recebendo cada vez mais atenção em outras metodologias de pesquisa. Kidder e Judd (1986, p. 430-31), por exemplo, fazem alguns comentários sobre o formato de "ampulheta" de um relatório para estudos quantitativos. Da mesma forma, em etnografia, John Van Maanen (1988) desenvolveu o conceito de "contos" ao expor os resultados de um trabalho de campo. Ele identificou diversos tipos de contos: realistas, confessionais, impressionistas, críticos, formais, literários e contos narrados conjuntamente. Pode-se utilizar esses tipos diferentes em combinações distintas no mesmo relatório.

Também existem alternativas para estruturar os relatórios do estudo de caso. O objetivo dessa seção é sugerir algumas estruturas ilustrativas, que podem ser utilizadas com qualquer um dos tipos de constituição de estudo de caso recém-descritos. São sugeridas seis estruturas, e tem-se a esperança de que elas reduzirão os problemas de estrutura que o pesquisador possa ter:

1. estruturas analíticas lineares;
2. estruturas comparativas;
3. estruturas cronológicas;
4. estruturas de construção da teoria;
5. estruturas de "incerteza"; e
6. estruturas não-seqüenciais.

As ilustrações são descritas principalmente em relação à constituição de um estudo de caso único, embora os princípios sejam facilmente transferíveis aos relatórios de casos múltiplos. Como observação adicional, as três primeiras estruturas podem ser aplicáveis a estudos de caso descritivos, exploratórios e explanatórios. A quarta é aplicável em especial a estudos de caso exploratórios



e explanatórios; a quinta, a casos explanatórios; e a sexta, a casos descritivos (veja a Figura 6.1).

### Estruturas analíticas lineares

Essa é a abordagem-padrão ao elaborar um relatório de pesquisas. A seqüência de subtópicos inclui o tema ou o problema que está sendo estudado, uma revisão da literatura importante já existente, os métodos utilizados, as descobertas feitas a partir dos dados coletados e analisados e as conclusões e implicações feitas a partir das descobertas.

A maioria dos artigos de revistas e publicações especializadas em ciência experimental apresenta esse tipo de estrutura, da mesma forma que os estudos de caso. A estrutura é satisfatória à grande parcela dos pesquisadores e provavelmente é a mais vantajosa quando os colegas de pesquisa ou uma banca de mestrado e doutorado constituem o público principal para o estudo de caso. Observe que a estrutura é aplicável a estudos explanatórios, descritivos ou exploratórios. Um caso exploratório, por exemplo, pode tratar do tema ou do problema que está sob investigação, dos métodos da investigação, das descobertas feitas a partir dela e das conclusões (para pesquisa adicional).

| | *Propósito do estudo de caso (caso único ou casos múltiplos)* | | |
|---|---|---|---|
| *Tipo de estrutura* | *Explanatório* | *Descritivo* | *Exploratório* |
| 1. Analítica linear | X | X | X |
| 2. Comparativa | X | X | X |
| 3. Cronológica | X | X | X |
| 4. Construção da teoria | X | | X |
| 5. De "incerteza" | X | | |
| 6. Não-seqüencial | | X | |

**Figura 6.1.** Aplicação de seis estruturas para propósitos diferentes dos estudos de caso.

## Estruturas comparativas

Uma estrutura comparativa repete o mesmo estudo de caso duas ou mais vezes, comparando as descrições ou explanações alternativas do mesmo caso. Essa estrutura é mais bem-exemplificada no célebre estudo de caso de Graham Allison sobre a crise envolvendo os mísseis cubanos (1971). Neste livro, o autor repete os fatos do estudo de caso três vezes, cada uma delas em conjunto com um modelo conceptual diferente de como funciona a burocracia (veja o Capítulo 1, QUADRO 2). O propósito da repetição é mostrar até que ponto os fatos adaptam-se a cada modelo, e as repetições, na verdade, ilustram a técnica de adequação ao padrão em atividade.

Pode-se utilizar uma abordagem semelhante mesmo se o estudo de caso tiver a descrição, e não a explanação, como objetivo. O mesmo caso pode ser repetido várias vezes, a partir de pontos de vista diferentes ou com modelos descritivos diferentes, para compreender como o caso pode ser mais bem-categorizado para fins descritivos – como para chegar ao diagnóstico correto de um paciente de uma clínica em psicologia. Evidentemente, são possíveis outras variantes dessa abordagem comparativa, mas a característica principal de todas é que todo o estudo de caso (ou os resultados de uma análise cruzada) é repetido duas ou mais vezes de uma maneira claramente comparativa.

## Estruturas cronológicas

Uma vez que os estudos de caso tratam, em geral, de eventos ao longo do tempo, uma terceira abordagem é apresentar as evidências para o estudo de caso em ordem cronológica. Aqui, a seqüência dos capítulos ou das seções deve obedecer às fases iniciais, intermediárias e finais da história de um caso. Essa tática pode servir a um objetivo muito importante ao realizar estudos de caso explanatórios, já que podem ocorrer seqüências causais linearmente ao longo do tempo de pesquisa. Se a suposta causa de um evento ocorre depois que o evento em si ocorreu, qualquer pessoa teria motivos suficientes para questionar a proposição causal inicial.

Sendo para fins explanatórios ou descritivos, há uma armadilha nessa abordagem cronológica que deve ser evitada: dá-se uma atenção desproporcional aos eventos iniciais e uma atenção insuficiente aos eventos posteriores. Habitualmente, o pesquisador despenderá um empenho exagerado na hora de elaborar a introdução a um caso, incluindo a história e o contexto prévio dele, e reservará tempo insuficiente para escrever sobre o *status* atual do caso. Para evitar essa situação, uma recomendação que se faz, ao utilizar a estrutura cronológica, é *fazer uma minuta ao contrário* do estudo de caso. Aqueles capítulos ou seções que apresentam o *status* atual do caso devem ser delineados primeiro, e somente depois que essas minutas forem concluídas é que se deve fazer o rascunho do contexto do estudo de caso. Uma vez que todas as minutas tiverem sido concluídas, você pode retornar à seqüência cronológica normal para compor a versão final do caso.



## Estruturas de construção da teoria

Nessa abordagem, a seqüência dos capítulos ou das seções seguirá alguma lógica de construção da teoria. A lógica dependerá do tópico ou da teoria específica, mas cada capítulo ou seção deve desenredar uma nova parte do argumento teórico que está sendo feito. Se estiver bem-estruturado, a seqüência inteira produz uma afirmação convincente que será certamente impressionante.

A abordagem é importante tanto para estudos de caso explanatórios quanto exploratórios, e ambos podem ser atendidos pela construção da teoria. Os casos explanatórios examinarão as várias facetas de um argumento causal; os casos exploratórios debaterão o valor de se investigar mais a fundo várias hipóteses ou proposições.

## Estruturas de "incerteza"

Essa estrutura inverte a abordagem analítica. A resposta ou o resultado "direto" de um estudo de caso é, paradoxalmente, apresentado no capítulo ou na seção inicial. O restante do estudo de caso – e suas partes mais incertas – dedica-se, então, ao desenvolvimento de uma explanação a este resultado, com explanações alternativas discutidas nos capítulos ou nas seções subseqüentes.

Esse tipo de abordagem é importante principalmente para estudos de caso explanatórios, na medida em que um estudo de caso descritivo não possui nenhum resultado especialmente importante. Quando bem-utilizadas, as estruturas de "incerteza" são, em geral, uma atraente estrutura de composição.

## Estruturas não-seqüenciais

Uma estrutura não-seqüencial é aquela em que a ordem de seções ou capítulos não possui uma importância em especial. Essa estrutura, em geral, é suficiente para os estudos de caso descritivos, como no exemplo da *Middletown* (Lynd & Lynd, 1929), citado no Capítulo 5. Basicamente, poder-se-ia trocar a ordem dos capítulos do livro e não alteraria seu valor descritivo.

Estudos de caso descritivos sobre organizações freqüentemente apresentam essa mesma característica. Estudos como esse tratam da gênese e da história de uma organização, seus proprietários e funcionários, sua linha de produtos, seu perfil formal de organização e seu *status* financeiro, em capítulos

ou seções separadas. A ordem em particular que esses capítulos ou seções são apresentados não é importante e pode ser classificada como uma abordagem não-seqüencial (veja também o QUADRO 36 para obter outro exemplo).

Se for utilizada uma estrutura não-seqüencial, o pesquisador precisa prestar atenção a um outro problema: o teste de completude. Assim, mesmo que a ordem dos capítulos ou das seções possa não importar, a relação total de dados importa. Se não forem abordados determinados tópicos-chave na pesquisa, a descrição pode ficar incompleta. O pesquisador deve conhecer o tópico bem o suficiente – ou possuir modelos relacionados de estudos de caso para referência – para evitar esse atalho. Se o estudo de caso não obtiver êxito, sem qualquer desculpa, em apresentar uma descrição completa, o pesquisador pode ser acusado de ser tendencioso – mesmo que o estudo de caso seja apenas descritivo.

## PROCEDIMENTOS AO FAZER UM RELATÓRIO DE ESTUDO DE CASO

Toda pessoa deve possuir um conjunto bem-delimitado de procedimentos para analisar os dados obtidos nas ciências sociais e para elaborar o relatório. Inúmeros textos dão bons conselhos de como você deve desenvolver seus próprios procedimentos personalizados, incluindo os benefícios e as armadilhas de utilizar processadores de texto – que nem sempre economizam tempo (Becker, 1986, p. 160). Uma advertência muito comum que se faz é que escrever significa reescrever – um exercício que não é muito praticado por estudantes e, por conseguinte, é subestimado durante os primeiros anos da carreira de investigador (Becker, 1986, p. 43-47). Quanto mais se reescrever, especialmente em resposta aos comentários dos outros, melhor o relatório ficará. Quanto a isso, o relatório do estudo de caso não é muito diferente dos outros relatórios.

**QUADRO 36**

**Capítulos não-seqüenciais, mas em um livro *best-seller***

Um *best-seller* que agradou tanto ao público em geral quanto ao meio acadêmico foi o livro de Peters e Waterman, *In Search of Excellence* (1982). Embora tenha como base os mais de 60 estudos de caso dos mais bem-sucedidos negócios realizados nos Estados Unidos, o texto contém apenas análises cruzadas de casos, cada capítulo contendo um conjunto revelador de características gerais associadas à excelência organizacional. A seqüência exata dos capítulos, no entanto, pode ser alterada. O livro traria essa contribuição importante mesmo se os capítulos estivessem em alguma outra ordem.



Não obstante, três procedimentos muito importantes constituem características específicas dos estudos de caso e merecem menção adicional. O primeiro trata de uma tática geral para iniciar a elaboração do estudo, o segundo aborda o problema de deixar no anonimato as identidades do estudo e o terceiro descreve um procedimento de revisão para aumentar a *validade do constructo* de um estudo de caso.

### Quando e como iniciar a elaboração

O primeiro procedimento a ser adotado é começar a redigir o relatório logo no início do processo analítico. Há um guia que adverte que "você não pode começar a escrever cedo o suficiente" (Wolcott, 1990, p. 20). Praticamente desde o início da investigação, é possível se fazer a minuta de certas seções do relatório, e ela deve prosseguir mesmo antes de a coleta e de a análise dos dados terem sido concluídas.

Por exemplo, depois que a literatura existente já tiver sido revisada e que o estudo de caso estiver projetado, já é possível se fazer o rascunho de duas seções do relatório do estudo de caso: a bibliografia e as seções em que é apresentada a metodologia. A *bibliografia*, se necessário, sempre poderá ser melhorada posteriormente com novas citações, mas, de um modo geral, as principais citações serão tratadas durante a revisão da literatura do caso. Essa é a hora, portanto, de formalizar as citações, a fim de se certificar que estejam completas, e de montar um esboço da bibliografia. Se algumas citações estiverem incompletas, os detalhes restantes podem ser obtidos à medida que o restante do estudo de caso continua. Isso evitará uma prática muito comum entre os pesquisadores, que fazem a bibliografia por último e que, como conseqüência, gastam um tempo monástico nos momentos finais de suas pesquisas, em vez de se dedicarem às tarefas importantes (e prazerosas!) de escrever, reescrever e editar.

Também é possível se rascunhar a *seção metodológica* nesse estágio porque os procedimentos principais para a coleta e a análise de dados devem ter feito parte do projeto do estudo de caso. Essa seção pode até nem se tornar uma parte formal da narrativa final, mas deve ser incluída como apêndice. Seja como parte do texto, seja como apêndice, no entanto, pode-se e deve-se fazer o rascunho da seção metodológica neste estágio inicial. Você se lembrará dos procedimentos metodológicos que utilizou com maior precisão durante esse momento crítico.

Depois da coleta de dados, mas antes do início da análise, uma outra seção que pode ser elaborada é aquela que trata dos *dados descritivos sobre os casos que estão sendo estudados*. Enquanto a seção metodológica deve ter tratado dos temas concernentes à seleção do(s) caso(s), os dados descritivos devem tratar das informações qualitativas e quantitativas sobre o(s) caso(s). Nesse estágio do processo de pesquisa, você já deve ter determinado o tipo de

composição a ser utilizado e o tipo de estrutura a ser adotado. Caso isso se confirme, ainda é possível se fazer a minuta das seções descritivas de forma resumida, e o próprio ato de preparar uma minuta pode estimular suas idéias sobre uma estrutura geral de composição.

Se você puder preparar o rascunho dessas três seções antes de a análise ser concluída, significará um grande avanço. Essas seções podem requerer uma documentação substancial extra, e a melhor hora para reuni-la é nesse estágio da pesquisa. Você também estará em vantagem se todos os detalhes – citações, referências, cargos nas organizações e grafia correta dos nomes citados – forem anotados com precisão durante a coleta de dados e forem integrados ao texto neste momento (Wolcott, 1990, p. 41).

Se o esboço dessas seções for adequadamente preparado, pode-se então dedicar mais atenção à análise em si, às descobertas e às conclusões. Começar a compor o relatório antes também ajuda em um outro fator psicológico importante: você pode se acostumar com o processo de elaboração do relatório e ter a chance de praticá-lo antes que a tarefa se torne verdadeiramente apavorante. Assim, se estiver realizando um estudo de caso e puder identificar outras seções das quais já se pode fazer a minuta nesses estágios iniciais, você deve traçar um esboço delas também.

## A identidade dos casos: real ou anônima?

Quase todos os estudos de caso apresentam ao pesquisador a opção do anonimato no caso. O estudo de caso e seus informantes devem ser adequadamente identificados, ou os nomes envolvidos no estudo e de seus participantes devem ser fictícios? Observe que a questão do anonimato pode surgir em dois níveis: ou em relação ao caso inteiro (ou casos inteiros) ou em relação a um nome em particular dentro do caso (ou dos casos).

A opção mais desejável é revelar as identidades tanto do caso quanto dos indivíduos. A divulgação dos nomes produz dois resultados úteis. Primeiro, o leitor pode recordar de qualquer outra informação anterior da qual pode ter tomado conhecimento sobre o mesmo caso – de pesquisas anteriores ou de outras fontes – ao ler ou interpretar o relatório do caso. Essa capacidade de unir um novo estudo de caso a pesquisas anteriores é inestimável, semelhante à capacidade de rememorar resultados experimentais anteriores ao se ler sobre um novo conjunto de experimentos. Segundo, pode-se revisar o caso inteiro com muita facilidade, pois é possível se verificar, se necessário, notas de rodapé e citações e podem-se fazer críticas adequadas ao caso já publicado.

No entanto, há algumas ocasiões em que o anonimato se faz necessário. O fundamento lógico mais comum é que, quando o estudo de caso for sobre algum tópico polêmico, o anonimato serve para proteger o caso real e seus verdadeiros participantes. Uma segunda razão é que a divulgação do relatório final de um caso pode interferir nas ações subseqüentes das pessoas que foram estudadas. Esse princípio foi utilizado no famoso estudo de caso de Whyte, *Street Corner Society* (que tratava de um bairro anônimo, "Cornerville").[4] Como terceira situação ilustrativa, o objetivo do estudo de caso pode ser retratar um "tipo ideal", e pode não haver razões para revelar as identidades verdadeiras nesse caso. Esse fundamento foi utilizado pelos Lynds em seu estudo *Middletown*, no qual os nomes da pequena cidade, seus moradores e suas indústrias permaneceram ocultos.



Nessas ocasiões em que o anonimato pode parecer justificável, não obstante, há ainda outros elementos a serem conciliados. Primeiro, você deve determinar se apenas o anonimato das pessoas será ou não suficiente, permitindo que o caso em si seja identificado adequadamente.

Uma segunda escolha seria dar nome aos indivíduos, mas evitar atribuir qualquer ponto de vista ou comentário particular a uma única pessoa em especial, novamente permitindo que o caso em si seja adequadamente identificado. Essa segunda alternativa torna-se mais importante quando você quiser proteger a intimidade de determinadas pessoas. No entanto, a falta de atribuições nem sempre pode se mostrar completamente eficaz nesse sentido – você também pode disfarçar os comentários de forma que ninguém envolvido no caso possa inferir a provável origem desses comentários.

Para os estudos de casos múltiplos, uma terceira escolha seria evitar elaborar qualquer relatório de caso único e compor somente análises cruzadas. Essa última situação seria, grosso modo, paralela ao procedimento adotado em levantamentos, nos quais as respostas individuais de cada um não são reveladas e nos quais o único relatório publicado trata de evidências em conjunto.

Somente se essas escolhas realmente não puderem ser feitas é que o pesquisador deve pensar em manter no anonimato todo o estudo de caso e seus informantes. O anonimato, no entanto, não deve ser considerado uma opção desejável. Ele não apenas elimina algumas informações contextuais importantes sobre o caso, como também dificulta os mecanismos de composição do caso. O caso e seus componentes devem ser sistematicamente convertidos de suas identidades reais às identidades fictícias, e você deve realizar um esforço considerável para não perder de vista essas transformações. Não se deve subestimar o custo de adotar um procedimento como esse.

## A revisão da minuta do estudo de caso: um procedimento de validação

Um terceiro procedimento a ser adotado ao realizar o relatório do estudo de caso tem a ver com a qualidade total do estudo. O procedimento que se deve adotar é fazer com que a minuta do relatório seja revisada, não apenas pelos colegas do pesquisador (como seria feito em qualquer ambiente acadê-

mico), mas também pelos participantes e informantes do caso. Se os comentários forem excepcionalmente úteis, o pesquisador pode até desejar publicá-los como parte de todo o estudo de caso (veja o QUADRO 37).

Essa revisão é muito mais do que uma mera cortesia profissional. O procedimento foi corretamente identificado – mas apenas raramente – como uma maneira de corroborar os fatos e as evidências cruciais apresentados no relatório do caso (Schatzman & Strauss, 1973, p. 134). Os informantes e os participantes podem ainda discordar das conclusões e interpretações do pesquisador, mas esses revisores não devem discordar em relação aos fatos verdadeiros do caso. Se surgir essa discordância durante o processo de revisão, o pesquisador sabe que o relatório do estudo de caso não está concluído e que essas divergências devem ser resolvidas através de uma pesquisa para obter evidências adicionais. Freqüentemente, a oportunidade de revisar a minuta inicial também produz evidências adicionais, uma vez que os informantes e participantes podem se lembrar de elementos novos de que tinham esquecido durante o período inicial da coleta de dados.

**QUADRO 37**

**Revisando os estudos de caso – e publicando os comentários**

Uma ótima maneira de aumentar a qualidade dos estudos de caso e garantir a validade do constructo é fazer com que as minutas do caso sejam revisadas pelas pessoas que foram objeto do estudo. Adotou-se esse procedimento em um grau exemplar em um conjunto de cinco estudos de caso realizados por Marvin Alkin *et al.* (1979).

Cada estudo de caso tinha como tema uma repartição escolar e a maneira pela qual a repartição utilizava as informações de avaliação sobre o desempenho de seus alunos. Como parte do procedimento analítico e do procedimento de exposição, a minuta de cada caso foi revisada pelos informantes da repartição em questão. Os comentários foram obtidos em parte como resultado de um questionário espontâneo planejado pelos pesquisadores apenas para esse propósito. Em alguns exemplos, as respostas eram tão úteis e reveladoras que os pesquisadores não apenas modificaram o material original como publicaram as respostas como parte do trabalho.

Com essa apresentação das evidências e dos comentários suplementares, qualquer leitor poderia tirar suas próprias conclusões sobre a adequação dos casos – uma oportunidade que ocorre, infelizmente, com pouquíssima freqüência na pesquisa tradicional de estudos de caso.



Esse tipo de revisão deve ser adotado mesmo se o estudo de caso ou alguns de seus componentes devem permanecer no anonimato. Sob tal condição, alguma versão reconhecível da minuta deve ser compartilhada com os informantes ou os participantes do estudo. Após revisarem a minuta e após ser estabelecida qualquer diferença nos fatos, o pesquisador pode ocultar as identidades de forma que somente os informantes e os participantes conhecerão as identidades reais. Cerca de 40 anos atrás, quando Whyte concluiu o estudo *Street Corner Society*, ele adotou esse procedimento ao dividir os originais do seu livro com o "Doutor", seu principal informante. Ele observa que:

> À medida que eu escrevia, mostrava os textos para o Doutor e revisava-os com ele detalhadamente. Suas críticas foram de valor inestimável na minha revisão. (Whyte, 1943/1955, p. 341)

Do ponto de vista metodológico, as correções feitas durante esse processo realçarão a acurácia do estudo de caso, aumentando, dessa forma, a *validade do constructo* do estudo. A probabilidade de se apresentar um relatório com dados falsos deve ser reduzida. Além disso, quando não houver nenhuma verdade objetiva – por exemplo, quando participantes diferentes tiverem versões diferentes do mesmo acontecimento – o procedimento deve ajudar a identificar as várias perspectivas, que então podem ser representadas no relatório do estudo de caso.

A revisão que os informantes farão da minuta do estudo de caso certamente ampliará o tempo necessário para concluir o relatório final. Os informantes, ao contrário dos revisores acadêmicos, podem utilizar os ciclos de revisão como uma oportunidade para iniciar um diálogo proveitoso sobre as várias facetas do caso, o que, dessa maneira, estenderia o período de revisão. Você deve antecipar esses atrasos e não utilizá-los como desculpa para evitar o processo inteiro de revisão. Quando o processo receber uma atenção cuidadosa, o que se verá como resultado é a produção de um estudo de caso de alta qualidade (veja o QUADRO 38).

## O QUE TORNA EXEMPLAR UM ESTUDO DE CASO?

Em todas as pesquisas de estudo de caso, uma das tarefas mais desafiadoras é definir um estudo de caso exemplar. Embora nenhuma evidência adicional encontre-se disponível, algumas especulações parecem ser uma maneira apropriada de concluir este livro.[5]

O estudo de caso exemplar vai além dos procedimentos metodológicos já mencionados ao longo deste livro. Mesmo se você, como pesquisador de estudo de caso, seguir a maioria das técnicas básicas – utilizando um protocolo de estudo de caso, mantendo um encadeamento de evidências, estabelecendo

**QUADRO 38**
**Revisões formais de estudos de caso**

Como com qualquer outro produto de pesquisa, o processo de revisão desempenha um papel muito importante ao se melhorar e garantir a qualidade dos resultados finais. Para os estudos de caso, esse processo de revisão deve incluir, no mínimo, uma revisão da minuta do estudo de caso.

Uma série de estudos de caso que seguiu esse procedimento, em um nível exemplar, foi patrocinada pelo Office of Technology Assessment (1980-1981), órgão do governo norte-americano. Cada um dos 17 estudos de caso, que tinham como tema novas tecnologias na área da medicina, foi "examinado por, no mínimo, 20, e alguns até por 40 ou mais, revisores não-ligados ao projeto". Além disso, os revisores representavam perspectivas diferentes, incluindo agências governamentais, grupos profissionais, grupos de interesse público e privado, profissionais da área médica, professores universitários de medicina e representantes da área econômica.

Um desses estudos, incluía uma visão contrária do caso – mencionada por um dos revisores – como parte da versão final, assim como a resposta que os autores do estudo deram a essa visão. Esse tipo de interação impressa aberta acrescenta-se à capacidade do leitor de interpretar as conclusões do estudo de caso e, por conseguinte, à qualidade global das provas do estudo.

um banco de dados para o estudo de caso, e assim por diante – ainda assim você pode não ter produzido um estudo de caso *exemplar*. O domínio dessas técnicas o tornará um bom técnico, mas não necessariamente um cientista estimado. Fazendo uma analogia, pense na diferença entre um cronista e um historiador: aquele é tecnicamente correto, mas não produz as percepções sobre os processos humanos e sociais que este oferece.

São descritas a seguir cinco características gerais de um estudo de caso exemplar. Foram elaboradas para ajudá-lo a ser mais do que um mero cronista e assumir o papel de historiador.

## O estudo de caso deve ser significativo

A primeira característica geral de um estudo de caso pode estar além do controle de muitos pesquisadores. Se o pesquisador tiver acesso a apenas alguns poucos casos, ou se os recursos forem extremamente limitados, o estudo de caso resultante terá de ser sobre um tópico de importância apenas mediana. Essa situação provavelmente não resultará em um estudo de caso exemplar.



No entanto, quando houver escolha, provavelmente o estudo de caso exemplar será aquele em que:

- O caso ou os casos individuais não forem usuais e de interesse público geral.
- As questões subjacentes forem de importância nacional, tanto em termos teóricos quanto em termos políticos ou práticos.
- Ou as duas condições anteriores.

Algumas vezes, por exemplo, um estudo de caso único pode ter sido escolhido porque era um caso revelador – ou seja, um estudo que analise alguma situação da vida real que os cientistas sociais não puderam estudar no passado. O caso será visto em si mesmo, provavelmente, como uma descoberta e oferecerá uma oportunidade para realizar um estudo de caso exemplar. Alternativamente, um caso importante pode ter sido escolhido devido ao desejo de se comparar duas proposições concorrentes; se as proposições estiverem no cerne de uma teoria bem-conhecida – ou reflitam algumas das principais correntes de pensamento em uma disciplina – provavelmente o estudo de caso será significativo. Finalmente, imagine a situação em que tanto a descoberta quanto o desenvolvimento da teoria são encontrados dentro do mesmo estudo de caso, como em um estudo de caso em que cada caso individual revela uma nova descoberta, mas em que a replicação ao longo dos casos também combina com um avanço teórico significativo. Essa situação presta-se com certeza à produção de um estudo de caso exemplar.

Em contraste a essas situações promissoras, muitos estudantes escolhem casos pouco relevantes ou velhas questões teóricas como tópicos de seus estudos de caso. Pode-se evitar situações como essas, em parte realizando um melhor tema de casa em relação ao corpo de pesquisa existente. Antes de selecionar um estudo de caso, você deve descrever, em detalhes, a contribuição que se fará com o estudo, assumindo que o estudo de caso pretendido foi concluído com sucesso. Se perceber que nenhuma resposta satisfatória está próxima de ser alcançada, você deve reconsiderar a decisão de realizar o estudo.

## O estudo de caso deve ser "completo"

Essa característica é extremamente difícil de ser descrita em termos operacionais. No entanto, uma idéia de completude é tão importante ao realizar um estudo de caso quanto o é ao definir um conjunto completo de experimentos de laboratório (ou ao se terminar uma sinfonia ou se desenhar um mural). Todos têm uma grande dificuldade para definir os limites do trabalho, mas poucas diretrizes encontram-se disponíveis.

Para os estudos de caso, a completude pode ser caracterizada de pelo menos três maneiras. Primeiro, o caso completo é aquele em que os limites do

caso – isto é, a distinção entre o fenômeno que está sendo estudado e seu contexto – recebem uma atenção explícita. Se se fizer isso de uma maneira meramente mecânica – por exemplo, declarando-se no princípio que serão considerados apenas alguns intervalos de tempo ou alguns limites espaciais –, o resultado provavelmente será um estudo de caso não-exemplar. A melhor maneira de se fazer tal coisa é demonstrar, ou através de argumentos lógicos ou da apresentação de evidências, que, à medida que se alcança a periferia analítica, as informações serão de relevância cada vez menor para o estudo de caso. Essa verificação dos limites pode ocorrer durante as etapas analítica e de exposição dos estudos de caso.

Uma segunda forma envolve a coleta de evidências. O estudo de caso completo deve demonstrar, de maneira convincente, que o pesquisador despendeu esforços exaustivos ao coletar as evidências relevantes. A documentação dessas evidências não precisa ser incluída no texto do caso, o que o tornaria muito entediante. Para isso, você pode utilizar notas de rodapé, apêndices e assim por diante. O objetivo geral, no entanto, é convencer o leitor de que pouquíssimas evidências relevantes permaneceram intocadas pelo pesquisador, dados os limites do estudo de caso. Isso não significa que o pesquisador deve coletar, literalmente, todas as evidências disponíveis – uma tarefa impossível –, mas que as partes importantes receberam total atenção. Algumas partes importantes, por exemplo, seriam aquelas que representam proposições concorrentes.

Uma terceira maneira diz respeito à ausência de certos artefatos. Provavelmente, um estudo de caso não estará completo se o estudo simplesmente terminar porque os recursos se esgotaram, porque o pesquisador excedeu o tempo (quando o semestre terminasse) ou porque ele enfrentou outras limitações que não tinham relação com a pesquisa. Quando surgir alguma limitação de tempo ou de recursos no princípio de um estudo, o pesquisador responsável deve projetar um estudo de caso que pode ser concluído dentro desses limites, em vez de atingi-los ou possivelmente estendê-los. Esse tipo de projeto exige muita experiência e muito boa sorte. Não obstante, são estas as condições sob as quais provavelmente será realizado um estudo de caso exemplar. Infelizmente, se, por outro lado, surgir de repente uma grande limitação de tempo ou de recursos no meio de um estudo de caso, é improvável que o estudo de caso torne-se exemplar.

## O estudo de caso deve considerar perspectivas alternativas

Para os estudos de caso explanatórios, uma abordagem muito valiosa é o exame de proposições concorrentes e a análise de evidências nos termos dessas proposições (veja o Capítulo 5). Entretanto, mesmo ao se realizar um estudo de caso



exploratório ou descritivo, a consideração das evidências a partir de perspectivas diferentes aumentará as chances de o estudo de caso ser exemplar.

Por exemplo, um estudo de caso descritivo que não leva em consideração perspectivas diferentes pode fazer com que o leitor mais crítico levante várias dúvidas. O pesquisador pode não ter coletado todas as evidências relevantes e pode ter se dedicado a essas evidências utilizando apenas um ponto de vista. Mesmo se o pesquisador não for intencionalmente tendencioso, não serão discutidas interpretações descritivas distintas, o que faria com que apenas um lado das questões do caso fosse estudado. Na década de 60, esse tipo de problema podia ser visto de maneira muito clara nos debates acerca da "cultura da pobreza", nos quais os pesquisadores da classe média eram acusados de não conseguir avaliar as verdadeiras dimensões das culturas de classes inferiores (veja Valentine, 1968).

Para representar perspectivas diferentes de forma adequada, o pesquisador deve procurar aquelas alternativas que desafiam mais seriamente o projeto do estudo de caso. Podem-se encontrar essas alternativas em concepções culturais alternativas, teorias diferentes, variações entre as pessoas ou os tomadores de decisão que fazem parte do estudo de caso, ou alguns contrastes semelhantes. Um pré-requisito fundamental a todos que ensinam a prática dos estudos de caso, por exemplo, é que sejam capazes de apresentar o ponto de vista de todos os participantes principais do caso (Stein, 1952).

Muitas vezes, se um pesquisador descreve um estudo de caso a um ouvinte muito crítico, o ouvinte imediatamente dará uma interpretação alternativa dos fatos do caso. Sob tais circunstâncias, o pesquisador provavelmente ficará na defensiva e argumentará que a interpretação original era a única importante ou era a interpretação correta. Na verdade, o estudo de caso exemplar antecipa essas alternativas óbvias, até defende seus posicionamentos da maneira mais veemente possível e mostra – empiricamente – a base segundo a qual tais alternativas podem vir a ser rejeitadas.

## O estudo de caso deve apresentar evidências suficientes

Embora no Capítulo 4 os pesquisadores sejam incentivados a criar um banco de dados para os estudos de caso, as partes críticas de evidência para um estudo de caso ainda devem estar inseridas dentro do relatório do estudo de caso. O estudo de caso exemplar é aquele que, judiciosa e efetivamente, apresenta as evidências mais convincentes, para que o leitor possa fazer um julgamento independente em relação ao mérito da análise.

Essa seletividade não quer dizer que as evidências devam ser citadas de uma maneira tendenciosa – por exemplo, incluindo somente as que sustentam as conclusões do pesquisador. Pelo contrário, as evidências devem ser apresentadas de forma neutra, tanto com dados de sustentação quanto com

dados de contestação. O leitor, dessa forma, deve ser capaz de concluir, de forma independente, se uma determinada interpretação é válida. A seletividade é importante ao limitar o relatório às provas mais críticas e não abarrotar a apresentação com informações de apoio secundárias. Exige muita disciplina por parte dos pesquisadores, que, em geral, querem expor toda a sua base de evidências, na (falsa) esperança de que simplesmente o volume e o peso influenciarão o leitor (na verdade, tanto volume e peso acabarão por chatear o leitor).

Um outro objetivo é apresentar evidências suficientes para obter a confiança do leitor de que o pesquisador conhece o assunto com o qual está lidando. Ao realizar um estudo de campo, por exemplo, as evidências apresentadas devem convencer o leitor de que o pesquisador realmente esteve no campo, trabalhou com afinco enquanto esteve lá e mergulhou por inteiro nas questões do caso. Existe um objetivo paralelo nos estudos de casos múltiplos; o pesquisador deve mostrar ao leitor que todos os casos únicos foram tratados de forma justa e que todas as conclusões cruzadas não foram influenciadas por terem recebido atenção indevida de uma ou de algumas das séries de casos.

Finalmente, a exposição de evidências adequadas deve vir acompanhada por alguma indicação de que o pesquisador esteve atento à validade das evidências – mantendo o seu encadeamento, por exemplo. Não significa que todos os estudos de caso precisam ser carregados com tratados metodológicos. Umas poucas notas de rodapé sensatas bastam, algumas palavras no prefácio do estudo de caso podem tratar das importantes etapas de validação ou notas em uma tabela ou figura ajudarão. Como exemplo negativo, uma figura ou tabela que apresenta as evidências sem citar suas fontes é indicativo de uma pesquisa descuidada e avisa que o leitor deve ser mais crítico em relação a outros aspectos do estudo de caso. Essa não é uma situação que produz estudos de caso exemplares.

## O estudo de caso deve ser elaborado de uma maneira atraente

Uma última característica global do estudo de caso tem a ver com a elaboração do relatório do estudo. Independentemente da modalidade utilizada (relatório escrito, apresentação oral ou outra forma), o relatório deve ser atraente.

Para os relatórios escritos, significa que o pesquisador deve escrevê-los em um estilo claro, e que incite o leitor a continuar lendo (veja o QUADRO 39). Um bom manuscrito é aquele que "seduz" os olhos do leitor. Ao ler um texto como esse, seus olhos não vão querer largar a página, mas continuar lendo parágrafo após parágrafo, página após página, até o final. Esse tipo de sedução deve ser o objetivo do pesquisador ao elaborar qualquer relatório de estudo de caso.



**QUADRO 39**

**Alta qualidade e clareza podem caminhar juntas em um estudo de caso**

Uma queixa muito comum que se faz aos estudos de caso é que eles são muito longos, complicados de ler e entediantes. Já se percebeu que esse problema de comunicação não depende da possível alta qualidade que o estudo de caso possui.

*The Forest Ranger: A Study in Administrative Behavior* (1960), de Herbert Kaufman, é uma excelente exceção a essa observação. O texto de Kaufman é lúcido e claro. Além disso, nenhuma transigência é feita na substância do caso, que se mostra um dos mais respeitados casos na área da administração pública. Não surpreendentemente, o livro já fora reimpresso *nove* vezes até 1981 – três em capa dura e seis em brochura. Todo pesquisador de estudo de caso deve aspirar ver seu trabalho publicado dessa forma.

A produção de um texto assim exige talento e experiência. Quanto maior a freqüência que uma pessoa vem escrevendo para o mesmo público, maior será a probabilidade de que a comunicação seja efetiva. A clareza da escrita, no entanto, também aumenta ao se reescrever partes do texto, o que é altamente recomendado. Com o advento dos computadores pessoais e dos processadores de texto, o pesquisador não tem desculpa para "pular" o processo de reescrever.

Engajamento, instigação e sedução – essas são características incomuns dos estudos de caso. Produzir um estudo de caso como esse exige que o pesquisador seja entusiástico em relação à investigação e deseje transmitir amplamente os resultados obtidos. Na verdade, o bom pesquisador deve até mesmo imaginar que o estudo de caso contenha conclusões que causarão uma tempestade na terra. Um entusiasmo como esse deve permear a investigação inteira e conduzir, de fato, a um estudo de caso exemplar.

## EXERCÍCIOS

1. *Definindo o público-alvo*. Determine os tipos alternativos de público para um estudo de caso que você possa elaborar. Indique, para cada um deles, as características da constituição do estudo de caso que você deveria enfatizar ou às quais você não deveria dar tanta importância. A mesma constituição atenderia às necessidades de todos os públicos? Por quê?

2. *Reduzindo as barreiras para se constituir um estudo de caso*. Todos têm dificuldades em compor relatórios, sejam de estudos de casos ou não. Para terem sucesso na hora de elaborar um relatório, os pesquisadores devem seguir determinadas etapas durante a condução de um estudo, a fim de reduzir as barreiras de elaboração. Estabeleça nove etapas que você deveria cumprir – como iniciar em uma parte da elaboração em um estágio inicial. Você já utilizou essas cinco etapas em outras ocasiões?
3. *Antecipando as dificuldades do processo de revisão*. É muito provável que o relatório de um estudo de caso, seja na sua forma oral, seja na sua forma escrita, melhore após passar pela revisão dos informantes – isto é, aquelas pessoas que foram objetos do estudo. Discuta os prós e os contras de ter seu trabalho revisado dessa forma. Falando em termos de controle de qualidade, que vantagens isso oferece? Quais são as desvantagens? No geral, essas revisões valem a pena?
4. *Mantendo o anonimato em estudos de caso*. Identifique um estudo de caso cujo "caso" tenha recebido um nome fictício (dos QUADROS pode-se usar como exemplo os estudos de comunidades, como *Middletown*, de Lynd and Lynd, e os estudos sobre organizações, como *Implementing Organizational Innovations*, de Gross *et al.*). Quais são as vantagens e as desvantagens de se usar essa técnica? Que técnica você utilizaria ao fazer o relatório do seu próprio estudo de caso? Por quê?
5. *Definindo um bom estudo de caso*. Selecione um estudo de caso que você acredite que seja o melhor que você conhece (a seleção pode ser feita a partir dos QUADROS deste livro). O que o torna um bom estudo de caso? Quais são as características pouco encontradas em outros estudos de caso? Que outros esforços específicos você teria que fazer para emular um bom estudo de caso?

## NOTAS

1. Ignora-se aqui um público muito freqüente para os estudos de caso: os estudantes que fazem um curso que utiliza os estudos de caso como material curricular. Essa utilização dos estudos de caso, como foi mencionado no Capítulo 1, tem o ensino, e não a pesquisa, como objetivo, e toda a estratégia do estudo de caso deve ser definida e buscada de forma distinta sob essas condições.

2. Lois-Ellin Datta, que antes fazia parte do General Accounting Office, do governo norte-americano, tem outra maneira de descrever essa função dos estudos de caso (U.S. General Accounting Office, 1990). De acordo com ela, o relatório do caso deve ser encarado como um substituto para uma visita real ao local onde o estudo foi realizado; um objetivo como esse pode orientar o pesquisador durante a elaboração do relatório.



3. O autor sentiu os efeitos diretos desse problema ao tentar fazer com que vários revisores independentes examinassem e avaliassem um grande número de estudos de caso (veja Yin, Bateman, & Moore, 1983). A cada revisor foi enviada uma grande quantidade de estudos de caso para serem lidos com atenção, e a cada um deles tinha de ser dedicado uma quantia de tempo considerável para o processo de avaliação.

4. Naturalmente, mesmo quando o pesquisador conserva no anonimato a identidade de um caso ou as pessoas nele envolvidas, alguns poucos colegas dele – em quem o pesquisador tem plena confiança – conhecerão as identidades reais. Tanto no caso do *Street Corner Society* quanto no de *Middletown*, outros sociólogos, especialmente aqueles que trabalhavam no mesmo departamento acadêmico de Whyte e dos Lynds, tinham conhecimento do nome e das questões pertinentes ao estudo.

5. As especulações também se baseiam em algumas descobertas empíricas. Como parte de uma investigação anterior, pediu-se a 21 cientistas sociais de destaque que apontassem as melhores qualidades dos estudos de caso (veja Yin, Bateman, & Moore, 1983). Algumas dessas qualidades refletem-se na discussão de estudos de caso exemplares.

# Referências bibliográficas


Agranoff, R., & Radin, B. A. (1991). The comparative case study approach in public administration. *Research in Public Administration,* 1, 203-231.

Alkin, M., et al. (1979). *Using evaluations: Does evaluation make a difference?* Beverly Hills, CA: Sage.

Allison, G. T. (1971). *Essence of decision: Explaining the Cuban missile crisis.* Boston: Little, Brown.

Auger, D. A. (1979). The politics of revitalization in gentrifying neighborhoods: The case of Boston's South End. *Journal of the American Planning Association,* 45, 515-522.

Barzun, J., & Graff, H. (1985). *The modem researcher* (4th ed.). New York: Harcourt Brace Jovanovich.

Becker, H. S. (1958). Problems of inference and proof in participant observation. *American Sociological Review,* 23, 652-660.

Becker, H. S. (1963). Becoming a marijuana user. In H. S. Becker (Ed.), *The outsiders* (pp. 41-58). New York: Free Press.

Becker, H. S. (1967). Whose side are we on? *Social Problems,* 14, 239-247.

Becker, H. S. (1986). *Writing for social scientists: How to start and finish your thesis, book, or article.* Chicago: University of Chicago Press.

Bernstein, C., & Woodward, B. (1974). *All the president's men.* New York: Simon & Schuster.

Bickman, L. (1987). The functions of program theory. In L. Bickman (Ed.), *Using program theory in evaluation* (pp. 5-18). San Francisco: Jossey-Bass.

Bishop, Y. M., Fienberg, S. E., & Holland, P. W. (1975). *Discrete multivariate analysis.* Cambridge: MIT Press.

Blalock, H. M., Jr. (1961). *Causal inferences in nonexperimental research.* New York: Norton.

Blau, P. M. (1955). *The dynamics of bureaucracy.* Chicago: University of Chicago Press.

Bolgar, H. (1965). The case study method. In B. B. Wolman (Ed.), *The handbook of clinical psychology* (pp. 28-38). New York: McGraw-Hill.

Boruch, R. (a ser lançado). *Conducting ramdomized experiments.* Thousand Oaks, CA: Sage.

Bouchard, T. J., Jr. (1976). Field research methods. In M. D. Dunnette (Ed.), *Industrial and organizational psychology* (pp. 363-413). Chicago: Rand McNally.
Brinton, C. (1938). *The anatomy of a revolution.* Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
Campbell, D. T. (1969). Reforms as experiments. *American Psychologist,* 24, 409-429.
Campbell, D. T. (1975). Degrees of freedom and the case study. *Comparative Political Studies,* 8, 178-193.
Campbell, D. T., & Stanley, J. (1966). *Experimental and quasi-experimental designs for research.* Chicago: Rand McNally.
Campbell, J. P., Daft, R. L., & Hulin, C. L. (1982). *What to study: Generating and developing research questions.* Beverly Hills, CA: Sage.
Carroll, J., & Johnson, E. (1992). Decision research: A field guide. *Journal of the Operational Research Society,* 43, 71-72.
Caulley, D. N., & Dowdy, I. (1987). Evaluation case histories as a parallel to legal case histories. *Evaluation and Program Planning,* 10, 359-372.
Cochran, W. G., & Cox, G. M. (1957). *Experimental designs* (2nd ed.). New York: John Wiley.
Cook, T. D., & Campbell, D. T. (1979). *Quasi-experimentation: Design and analysis issues for field settings.* Chicago: Rand McNally.
Cooper, H. M. (1984). *The integrative research review.* Beverly Hills, CA: Sage.
Cronbach, L. J., et al. (1980). *Toward reform of program evaluation: Aims, methods, and institutional arrangements.* San Francisco: Jossey-Bass.
Dabbs, J. M., Jr. (1982). Making things visible. In J. Van Maanen et al. (Eds.), *Varieties of qualitative research* (pp. 31-63). Beverly Hills, CA: Sage.
Denzin, N. K. (1978). The logic of naturalistic inquiry. In N. K. Denzin (Ed.), *Sociological methods: A source book.* New York: McGraw-Hill.
Derthick, M. (1972). *New towns in-town: Why a federal program failed.* Washington, DC: Urban Institute.
Douglas, J. D. (1976). *Investigative social research: Individual and team field research.* Beverly Hills, CA: Sage.
Drucker, P. F. (1986). The changed world economy. In P. F. Drucker (Ed.), *The frontiers of management* (pp. 21-49). New York: E. P. Dutton.
Eckstein, H. (1975). Case study and theory in political science. In F. I. Greenstein & N. W. Polsby (Eds.), *Strategies of inquiry* (pp. 79-137). Reading, MA: Addison-Wesley.
Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from case study research. *Academy of Management Review,* 14(4), 532-550.
Feagin, J. R., Orum, A. M., & Sjoberg, G. (Eds.). (1991). A *case for the case study.* Chapel Hill: University of North Carolina Press.
Fetterman, D. (1989). *Ethnography: Step by step.* Newbury Park, CA: Sage.
Fiedler, J. (1978). *Field research: A manual for logistics and management of scientific studies in natural settings.* San Francisco: Jossey-Bass.
Fowler, F. J., Jr. (1988). *Survey research methods* (rev. ed.). Newbury Park, CA: Sage.
Friesema, P., et al. (1979). *Aftermath: Communities after natural disasters.* Beverly Hills, CA: Sage.
Gans, H. J. (1962). *The urban villagers: Group and class in the life of Italian-Americans.* New York: Free Press.
George, A. L. (1979). Case studies and theory development: The method of structured, focused comparison. In P. G. Lauren (Ed.), *Diplomacy: New approaches in history, theory, and policy* (pp. 43-68). New York: Free Press.



Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research.* Chicago: Aldine.
Goodman, L. (1978). *Analyzing quantitative categorical data.* Cambridge, MA: Abt Books.
Gottschalk, L. (1968). *Understanding history: A primer of historical method.* New York: Knopf.
Gross, N., et al. (1971). *Implementing organizational innovations.* New York: Basic Books.
Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1981). *Effective evaluation.* San Francisco: Jossey-Bass.
Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1989). *Fourth generation evaluation.* Newbury Park, CA: Sage.
Hamel, J. (Ed.). (1992, Spring). The case study method in sociology [Whole issue]. *Current Sociology,* 40.
Hammond, P. E. (1968). *Sociologists at work: Essays on the craft of social research.* Garden City, NY: Doubleday.
Harrison, M. I. (1987). *Diagnosing organizations.* Newbury Park, CA: Sage.
Hedrick, T., Bickman, L., & Rog, D. J. (1993). *Applied research design.* Newbury Park, CA: Sage.
Herriott, R. E., & Firestone, W. A. (1983). Multisite qualitative policy research: Optimizing description and generalizability. *Educational Researcher,* 12, 14-19.
Herriott, R. E., & Gross, N. (Eds.). (1979). *The dynamics of planned educational change.* Berkeley, CA: McCutchan.
Hersen, M., & Barlow, D. H. (1976). *Single-case experimental designs: Strategies for studying behavior.* New York: Pergamon.
Hoaglin, D. C., Light, R. J., McPeek, B., Mosteller, F., & Stoto, M. A. (1982). *Data for decisions: Information strategies for policymakers.* Cambridge, MA: Abt Books.
Hooks, G. (1990). The rise of the Pentagon and U.S. state building: The defense program as industrial policy. *American Journal of Sociology,* 96, 358-404.
Jacob, E. (1987). Qualitative research traditions: A review. *Review of Educational Research,* 57, 1-50.
Jacob, E. (1989). Qualitative research: A defense of traditions. *Review of Educational Research,* 59, 229-235.
Jacobs, G. (Ed.). (1970). *The participant observer: Encounters with social reality.* New York: George Braziller.
Jacobs, J. (1961). *The death and life of great American cities.* New York: Random House.
Johnson, J. (1976). *Doing field research.* New York: Free Press.
Jorgensen, D. (1989). *Participant observation: A methodology for human studies.* Newbury Park, CA: Sage.
Kaufman, H. (1960). *The forest ranger: A study in administrative behavior.* Baltimore: Johns Hopkins University Press.
Kaufman, H. (1981). *The administrative behavior of federal bureau chiefs.* Washington, DC: Brookings Institution.
Kennedy, M. M. (1976). Generalizing from single case studies. *Evaluation Quarterly,* 3, 661-678.
Kidder, L. (198]). Qualitative research and quasi-experimental frameworks. In M. Brewer & B. E. Collins (Eds.), *Scientific inquiry and the social sciences* (pp. 227-256). San Francisco: Jossey-Bass.
Kidder, L., & Judd, C. M. (1986). *Research methods in social relations* (5th ed.). New York: Holt, Rinehart & Winston.
Kidder, T. (1981). *The soul of a new machine.* Boston: Little, Brown.

King, J. A., Morris, L. L., & Fitz-Gibbon, C. T. (1987). *How to assess program implementation.* Newbury Park, CA: Sage.

Kratochwill, T. R. (1978). *Single subject research.* New York: Academic Press.

Larsen, J. (1982). *Use of knowledge in mental health services.* Palo Alto, CA: American Institutes for Research.

Latané, B., & Darley, J. M. (1969). Bystander apathy. *American Behavioral Scientist, 57,* 244-268.

Lavrakas, P. J. (1987). *Telephone survey methods.* Newbury Park, CA: Sage.

Liebow, E. (1967). *Tally's corner.* Boston: Little, Brown.

Lightfoot, S. L. (1981). Portraits of exemplary secondary schools. *Daedalus,* 110, 17-38, 59-80, 97-116.

Lijphart, A. (1975). The comparable-cases strategy in comparative research. *Comparative Political Studies,* 8, 158-177.

Lincoln, Y. S. (1991). The arts and sciences of program evaluation. *Evaluation Practice,* 12, 1-7.

Lincoln, Y. S., & Guba, E. G. (1985). But is it rigorous? Trustworthiness and authenticity in naturalistic evaluation. In D. D. Williams (Ed.), *Naturalistic evaluation.* San Francisco: Jossey-Bass.

Lincoln. Y. S., & Guba. E. G. (1986). *Naturalistic inquiry.* Beverly Hills. CA: Sage.

Linn, R. L., et al. (1982, April). The validity of the Title I evaluation and reporting system. In E. Reisner et al. (Eds.), *Assessment of the Title I evaluation and reporting system.* Washington, DC: U.S. Department of Education.

Lipset, S. M., Trow, M., & Coleman, J. (1956). *Union democracy: The inside politics of the International Typographical Union.* New York: Free Press.

Llewellyn, K. N. (1948). Case method. In E. Seligman & A. Johnson (Eds.), *Encyclopedia of the social sciences.* New York: Macmillan.

Lofland, J. (1971). *Analyzing social settings: A guide to qualitative observation and analysis.* Belmont, CA: Wadsworth.

Lucas, W. A. (1974). *The case survey method.* Santa Monica, CA: RAND Corporation.

Lupo, A., et al. (1971). *Rites of way.* Boston: Little, Brown.

Lynd, R. S., & Lynd, H. M. (1929). *Middletown: A study in modern American culture.* New York: Harcourt Brace Jovanovich.

Magaziner, I. C., & Patinkin, M. (1989). *The silent war: Inside the global business battles shaping America's future.* New York: Random House.

Majchrzak, A. (1984). *Methods for policy research.* Beverly Hills, CA: Sage.

Markus, M. L. (1983). Power, politics, and MIS implementation. *Communications of the ACM,* 26, 430-444.

Marshall, C., & Rossman, G. B. (1989). *Designing qualitative research.* Newbury Park, CA: Sage.

McCall, G. J., & Simmons, J. L. (1969). *Issues in participant observation.* Reading, MA: Addison-Wesley.

McClintock, C. (1985). Process sampling: A method for case study research on administrative behavior. *Educational Administration Quarterly,* 21, 205-222.

Mechling, J. E. (1974). Successful innovation: Manpower scheduling. *Urban Analysis,* 3, 259-313.

Merton, R. K., Fiske, M., & Kendall, P. L. (1990). *The focused interview: A manual of problems and procedures* (2nd ed.). New York: Free Press.



Miles, M. B. (1979). Qualitative data as an attractive nuisance: The problem of analysis. *Administrative Science Quarterly,* 24, 590-601.

Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1984). *Analyzing qualitative data: A source book for new methods.* Beverly Hills, CA: Sage.

Moore, B., Jr. (1966). *Social origins of dictatorship and democracy: Lord and peasant in the making of the modern world.* Boston: Beacon.

Moore, G. B., & Yin, R. K. (1983). *Innovations in earthquake and natural hazards research: Unreinforced masonry.* Washington, DC: COSMOS Corporation.

Morris, L. L., Fitz-Gibbon, C. T., & Freeman, M. E. (1987). *How to communicate evaluation findings.* Newbury Park, CA: Sage.

Murphy, J. T. (1980). *Getting the facts: A fieldwork guide for evaluators and policy analysts.* Santa Monica, CA: Goodyear.

Nachmias, D., & Nachmias, C. (1992). *Research methods in the social sciences.* New York: St. Martin.

Naroll, R., & Cohen, R. (Eds.). (1973). *A handbook of method in cultural anthropology.* New York: Columbia University Press.

Neustadt, R. E., & Fineberg, H. (1983). *The epidemic that never was: Policy-making and the swine flu affair.* New York: Vintage.

Patton, M. Q. (1980). *Qualitative evaluation methods.* Beverly Hills, CA: Sage.

Patton, M. Q. (1987). *How to use qualitative methods in evaluation.* Newbury Park, CA: Sage.

Pelto, P. J., & Pelto, G. H. (1978). *Anthropological research: The structure of inquiry.* Cambridge: Cambridge University Press.

Pelz, D. C. (1981). *Use of innovation in innovating processes by local governments.* Ann Arbor: University of Michigan, CRUSK, Institute for Social Research.

Perry, J. M., & Kraemer, K. L. (1986). Research methodology in the public administration review. *Public Administration Review,* 46, 215-226.

Peters, T. J., & Waterman, R. H., Jr. (1982). *In search of excellence.* New York: Harper & Row.

Peterson, K. A., & Bickman, L. (1992). Using program theory in quality assessments of children's mental health services. In H. T. Chen & P. Rossi (Eds.), *Using theory to improve program and policy evaluations* (pp. 165-176). Westport, CT: Greenwood.

Philliber, S. G., Schwab, M. R., & Samsloss, G. (1980). *Social research: Guides to a decision making process.* Itasca, IL: Peacock.

Platt, J. (1992a). "Case study" in American methodological thought. *Current Sociology,* 40, 17-48.

Platt, J. (1992b). Cases of cases... of cases. In C. C. Ragin & H. S. Becker (Eds.), *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry* (pp. 21-52). New York: Cambridge University Press.

Pressman, J. L., & Wildavsky, A. (1973). *Implementation: How great expectations in Washington are dashed in Oakland.* Berkeley: University of California Press.

Redman, E. (1973). *The dance of legislation.* New York: Simon & Schuster.

Rog, D. J., & Huebner, R. B. (1992). Using research and theory in developing innovative programs for homeless individuals. In H. T. Chen & P. Rossi (Eds.), *Using theory to improve program and policy evaluations* (pp. 129-144). Westport, CT: Greenwood.

Rosenthal, R. (1966). *Experimenter effects in behavioral research.* New York: Appleton-Century-Crofts.

Rothney, J. M. (1968). *Methods of studying the individual child: The psychological case study.* Waltham, MA: Blaisdell.

Schatzman, L., & Strauss, A. (1973). *Field research.* Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Schramm, W. (1971, December). *Notes on case studies of instructional media projects.* Working paper, the Academy for Educational Development, Washington, DC.

Schwartz, H., & Jacobs, J. (1979). *Qualitative sociology: A method to the madness.* New York: Free Press.

Sechrest, L. (1991, October-November). *Roots: Back to our first generations.* Considerações sobre o presidente no encontro anual da American Evaluation Association, Chicago.

Selznick, P. (1980). *TVA and the grass roots: A study of politics and organization.* Berkeley: University of California Press. (Trabalho original publicado em 1949)

Sidowski, J. B. (Ed.). (1966). *Experimental methods and instrumentation in psychology.* New York: Holt, Rinehart & Winston.

Sieber, S. D. (1973). The integration of fieldwork and survey methods. *American Journal of Sociology,* 78, 1335-1359.

Smith, J. K., & Heshusius, L. (1986). Closing down the conversation: The end of the quantitative-qualitative debate among educational inquirers. *Educational Researcher,* 15, 4-12.

Smith, N. L. (1990). Cautions on the use of investigative case studies in meta-evaluation. *Evaluation and Program Planning,* 13(4), 373-378.

Spilerman, S. (1971). The causes of racial disturbances: Tests of an explanation. *American Sociological Review,* 36, 427-442.

Stake, R. E. (1983). The case study method in social inquiry. In G. F. Madaus, M. S. Scriven, & D. L. Stufflebeam (Eds.), *Evaluation models* (pp. 279-286). Boston: Kluwer-Nijhoff.

Stake, R. E. (1986). *Quieting reform: Social science and social action in an urban youth program.* Urbana: University of Illinois Press.

Stake, R. E. (1994). Case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 236-247). Thousand Oaks, CA: Sage.

Standerfer, N. R., & Rider, J. (1983). The politics of automating a planning office. *Planning,* 49, 18-21.

Stein, H. (1952). Case method and the analysis of public administration. In H. Stein (Ed.), *Public administration and policy development* (pp. xx-xxx). New York: Harcourt Brace Jovanovich.

Stoecker, R. (1991). Evaluating and rethinking the case study. *The Sociological Review,* 39, 88-112.

Strauss, A., & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques.* Newbury Park, CA: Sage.

Sudman, S., & Bradburn, N. M. (1982). *Asking questions: A practical guide to questionnaire design.* San Francisco: Jossey-Bass.

Szanton, P. (1981). *Not well advised.* New York: Russell Sage Foundation and the Ford Foundation.

Towl, A. R. (1969). *To study administrations by cases.* Boston: Harvard University Business School.

Trochim, W. (1989). Outcome pattern matching and program theory. *Evaluation and Program Planning,* 12, 355-366.

U.S. General Accounting Office, Program Evaluation and Methodology Division. (1990). *Case study evaluations.* Washington, DC: Government Printing Office.



U.S. National Commission on Neighborhoods. (1979). *People, building neighborhoods.* Washington, DC: Government Printing Office.

U.S. Office of Technology Assessment. (1980-1981). *The implications of cost-effectiveness analysis of medical technology: Case studies of medical technologies.* Washington, DC: Government Printing Office.

Valentine, C. A. (1968). *Culture and poverty: Critique and counter-proposals.* Chicago: University of Chicago Press.

Van Maanen, J. (1988). *Tales of the field: On writing ethnography.* Chicago: University of Chicago Press.

Van Maanen, J., Dabbs, J. M., Jr., & Faulkner, R. R. (1982). *Varieties of qualitative research.* Beverly Hills, CA: Sage.

Wax, R. (1971). *Doing field work.* Chicago: University of Chicago Press.

Webb, E., Campbell, D. T., Schwartz, R. D., Sechrest, L., & Grove, J. B. (1981). *Nonreactive measures in the social sciences* (2nd ed.). Boston: Houghton Mifflin.

Webb, E., & Weick, K. E. (1979). Unobtrusive measures in organizational theory: A reminder. *Administrative Science Quarterly,* 24, 650-659.

Wholey, J. (1979). *Evaluation: Performance and promise.* Washington, DC: Urban Institute.

Whyte, W. F. (1955). *Street corner society: The social structure of an Italian slum.* Chicago: University of Chicago Press. (Trabalho original publicado em 1943)

Wilford, J. N. (1992). *The mysterious history of Columbus.* New York: Vintage.

Windsor, D., & Greanias, G. (1983). The public policy and management program for case/course development. *Public Administration Review,* 26, 370-378.

Wolcott, H. F. (1990). *Writing up qualitative research.* Newbury Park, CA: Sage.

Yin, R. K. (1970). Face recognition by brain-injured patients: A dissociable ability? *Neuropsychologia,* 8, 395-402.

Yin, R. K. (1972). *Participant-observation and the development of urban neighborhood policy.* New York: New York City-Rand Institute.

Yin, R. K. (1978). Face perception: A review of experiments with infants, normal adults, and brain-injured persons. In R. Held, H. W. Leibowitz, & H. Teuber (Eds.), *Handbook of sensory physiology: Vol. 8. Perception* (pp. 593-608). New York: Springer-Verlag.

Yin, R. K. (1979). *Changing urban bureaucracies: How new practices become routinized.* Lexington, MA: Lexington Books.

Yin, R. K. (1980). Creeping federalism: The federal impact on the structure and function of local government. In N. J. Glickman (Ed.), *The urban impacts of federal policies* (pp. 595-618). Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Yin, R. K. (1981a). The case study as a serious research strategy. *Knowledge: Creation, Diffusion, Utilization,* 3, 97-114.

Yin, R. K. (1981b). The case study crisis: Some answers. *Administrative Science Quarterly,* 26, 58-65.

Yin, R. K. (1981c). Life histories of innovations: How new practices become routinized. *Public Administration Review,* 41, 21-28.

Yin, R. K. (1982a). *Conserving America's neighborhoods.* New York: Plenum.

Yin, R. K. (1982b). Studying the implementation of public programs. In W. Williams et al. (Eds.), *Studying implementation: Methodological and administrative issues* (pp. 36-72). Chatham, NJ: Chatham House.

Yin, R. K. (1982c). Studying phenomenon and context across sites. *American Behavioral Scientist,* 26, 84-100.

Yin, R. K. (1983). *The case study method: An annotated bibliography* (1983-1984 ed.). Washington, DC: COSMOS Corporation.

Yin, R. K. (1993). *Applications of case study research.* Newbury Park, CA: Sage.

Yin, R. K. (1994). Evaluation: A singular craft. In C. Reichardt & S. Rallis (Eds.), *New directions in program evaluation* (pp. 71-84). San Francisco: Jossey-Bass.

Yin, R. K., Bateman, P. G., & Moore, G. B. (1983, September). *Case studies and organizational innovation: Strengthening the connection.* Washington, DC: COSMOS Corporation.

Yin, R. K., Bingham, E., & Heald, K. A. (1976). The difference that quality makes. *Sociological Methods & Research,* 5, 139-156.

Yin, R. K., & Heald, K. A. (1975). Using the case survey method to analyze policy studies. *Administrative Science Quarterly,* 20, 371-381.

Yin, R. K., Heald, K. A., & Vogel, M. (1977). *Tinkering with the system: Technological innovations in state and local services.* Lexington, MA: Lexington Press.

Yin, R. K., & Moore, G. B. (1984). *The utilization of research: Lessons from a multi-disciplined field.* Washington, DC: COSMOS Corporation.

Yin, R. K., & White, J. L. (1984). *Microcomputer implementation in schools.* Washington, DC: COSMOS Corporation.

Yin, R. K., & Yates, D. (1975). *Street-level governments: Assessing decentralization and urban services.* Lexington, MA: Lexington Press.

# Índice de nomes

# Índice

edelbra
Impressão e acabamento:
*E-mail:* edelbra@edelbra.com.br
Fone/Fax: (54) 321-1744

Filmes fornecidos pelo Editor.

Bookman

**O autor**

Robert K. Yin é presidente da Cosmos Corporation, empresa de tecnologia de pesquisa e administração especializada em problemas de política social. Nela está envolvido em vários projetos pessoais, incluindo os que utilizam a metodologia do estudo de caso. A maioria dos exemplos apresentados neste livro tem origem no trabalho de Yin à frente dos projetos da Cosmos. É ex-membro da Rand Corporation (1970-1978) e faz parte do Cosmos Club. Também trabalhou como pesquisador visitante do General Accounting Office, dos Estados Unidos, entre 1992-1993, e na coordenação editorial de inúmeras revistas especializadas e nos comitês da National Academy of Sciences. É conhecido internacionalmente por suas palestras, seminários e oficinas sobre pesquisa social aplicada. Graduou-se em história, em 1962, pelo Harvard College e terminou o doutorado em 1970 no Department of Brain and Cognitive Sciences, no Massachusetts Institute of Technology.

*Recorte o seu marcador de página*